

ADALAH

Palestina para além muros

Expediente

Editora-chefe

Prof^ª. Dr^ª. Maria Clara Dias, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Editor-adjunto

Prof. Dr. Fabio A. G. Oliveira, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Realização

Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS)
Universidade Federal Fluminense
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Fundação Oswaldo Cruz

Apoio

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)

Coordenação do dossiê especial: Adalah: Palestina para além muros

Prof. Dr. Fabio A. G. Oliveira, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Prof^ª. Dr^ª. Daniela Rosendo, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Equipe de Editoração do dossiê especial: Adalah: Palestina para além muros

Me. Lucas Nascimento Ferreira Lopes, Doutorando - Universidade Federal Fluminense, Brasil

Capa

Me. Denis Duarte, University College Dublin, Irlanda.

DIVERSITATES

revista internacional

(ISSN: 1984-5073)

Equipe Editorial

Editor Assistente – Bioética e biotecnologia

Prof. Dr. Murilo Mariano Vilaça, Fundação Oswaldo Cruz, Brasil

Editor Assistente – Educação e bioética

Prof. Dr. Waldemar Antônio Neves Júnior, Universidade Federal de Alagoas

Editor Assistente – Ética em Pesquisa

Prof. Dr. Alexandre Silva Costa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Editores Assistentes - Bioética e saúde coletiva

Prof^ª. Dr^ª. Stella Regina Taquette, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Editor Assistente – Ética animal e ambiental

Prof. Dr. Fabio Alves Gomes Oliveira, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Editor Assistente – Gênero e sexualidades

Prof^ª. Dr^ª. Cristiane Maria Amorim Costa, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Dra. Suane Felipe Soares, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Editor Assistente – Raça e etnia

Prof. Dr. Leonardo Diniz do Couto, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Editor Assistente - Teorias da Justiça

Prof. Dr. Carlos Dimas Ribeiro, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Editoração

Me. Lucas Nascimento Ferreira Lopes, Universidade Federal Fluminense, Brasil.

Me. Jefferson Lopes Ferreira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Matheus Oliveira Prado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Milena Cristina Carneiro Peres, UNIP, Brasil

Me. Renato Amantino Pereira, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Conselho Editorial Nacional

Dra. Ana Luisa Rocha Mallet, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Dr. Breno Santos, Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

Dra. Cinara Nahra, Universidade Federal do Rio Grande no Norte, Brasil

Dr. Delamar José Volpato Dutra, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Dr. Diogo Vianna Mochcovitch, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Dr. Douglas Leonardo Gomes Filho, Universidade Estadual do Oeste da Bahia, Brasil

Dr. Henrique Brum, Instituto Federal do Tocantins - IFTO, Brasil

Dra. Ivia Maksud, Fundação Oswaldo Cruz, Brasil

Dra. Jaqueline Gomes de Jesus, Instituto Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Dr. José Sérgio Duarte da Fonseca, Universidade Federal do Piauí, Brasil

Dra. Letícia Gonçalves, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Dra. Michelle C. Bandeira Teixeira, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Miriam Ventura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Dr. Nythamar Oliveira, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Dra. Rachel Souza Martins, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Dr. Renato Nogueira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Dra. Rita Leal Paixão, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dr. Rita Machado, Universidade Estadual do Amazonas, Brasil

Dr. Silvio Cezar de Souza Lima, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dr. Túlio Batista Franco, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Vanessa Oliveira Batista Berner, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Dr. Wallace dos Santos de Moraes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Dr. Wanderson Flor, Universidade Nacional de Brasília, Brasil

DIVERSITATES

revista internacional

(ISSN: 1984-5073)

Conselho Editorial Internacional

Dr. Achille Mbembe, Universidade de Witwatersrand, Africa do Sul

Dra Alicia Puleo, Universidad de Valladolid, Espanha

Dra. Angelica Velasco, Universidade de Valladolid, Espanha

Dra. Berta Esperanza Hernández-Truyol, University of Florida, Estados Unidos da América do Norte

Dra. Catia Faria, Universidade do Minho, Portugal

Dr. Colin Crawford, University of Louisville, Estados Unidos da América do Norte

Dra. Conceição Nogueira, Universidade do Porto, Portugal

Dra. Dora Beatriz Barrancos, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Dr. Eduardo Fernandois, Pontificia Universidad Catolica de Chile, Chile

Dra. Georgina Aimé Tapia González, Universidad de Colima, México

Dra. Liliana Rodrigues, Universidade do Porto, Portugal

Dr. Manuel Villoria Mendieta, Universidad Rey Juan Carlos, Espanha

Dra. María Luz Rodríguez, Universidad de Castilla-La Mancha, Espanha

Dr. Oscar Horta, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

Dr. Peter Singer, Princeton University, Estados Unidos da América do Norte

Dra. Raewyn Connell, University of Sydney, Austrália

Dr. Rafael R. Ioris, University of Denver, Estados Unidos da América do Norte

Apresentação

Em maio de 2021, a questão palestina foi marcada por mais uma ofensiva das forças militares do Estado de Israel. A decisão da Suprema Corte Israelense sobre os despejos em Sheikh Jarrah, bairro palestino localizado em Jerusalém, desencadeou uma série de protestos e culminou com bombardeios em Gaza, provocando destruições e mortes. Segundo o relatório da Airwars¹, organização sediada no Reino Unido que atua no monitoramento e avaliação de danos civis decorrentes de ações militares pelo poder aéreo, enquanto em Israel houve a morte de 10 civis em razão dos foguetes palestinos, estima-se que foram mortos entre 151 e 192 civis palestinos como resultado das ações das forças militares israelenses, sendo pelo menos um terço crianças.

Ainda em Gaza, de acordo com o mesmo relatório, entre 15 e 20 civis provavelmente foram mortos por falhas nos foguetes palestinos que miravam Israel. Diferentemente do que costuma caracterizar ofensivas militares, os ataques de Israel à Faixa de Gaza têm como alvo zonas residenciais, de modo que inclusive militantes costumam ser alvejados em ambientes não militares. É importante lembrar também que, nesse período, foi atacado e destruído um prédio com apartamento residenciais e escritórios de organizações de notícias, incluindo Al Jazeera e Associated Press².

Angustiada com as notícias que vinha acompanhando, Daniela, uma das organizadoras deste Dossiê, mandou uma mensagem para Baha, um amigo palestino que vive em Belém. Perguntando como ele estava, a resposta recebida foi “de coração partido³”. Daniela, que já estava imensamente triste e preocupada, se sentiu ainda mais desolada pela incapacidade que sentia de acolher o desamparo do seu amigo. Tentando articular alguma ideia e pensando o que poderia ser feito, contatou um outro amigo a fim de buscar um aliado. Fabio, que não hesitou um segundo, topou imediatamente entrevistar Baha Hilo e Sandra Guimarães conjuntamente. Sandra foi quem mostrou a Palestina a Daniela, em 2015, quando a guiou no território ocupado. Foi assim que em 4 de junho de 2021, nos reunimos virtualmente e realizamos a entrevista, cuja tradução se encontra também neste dossiê.

A partir daí, percebemos que nossa indignação, solidariedade e desejo de contribuirmos para a amplificação das vozes palestinas que clamam por justiça não cabiam numa entrevista. De modo

¹ AIRWARARS. “Why did they bomb us?”: Urban civilian harm in Gaza, Syria and Israel from explosive weapons use. London: Airwars, 2021.

² Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2021/5/15/give-us-10-minutes-how-israel-bombed-gaza-media-tower>> Acesso em 27 ja. 2022.

³ Nos comunicamos com Baha em inglês, então o termo original que ele utilizou foi “heartbroken”.

algum isso diminui a importância da mesma. Ao contrário, a entrevista desencadeou outras ideias e compromissos. Foi assim que surgiu o *Making Connections*, projeto de pesquisa que passamos a coordenar, acolhido pelo Laboratório de Ética Ambiental e Animal (LEA) da Universidade Federal Fluminense (UFF), do qual nós, Fabio e Daniela, já somos pesquisadores/as. Assim, o Dossiê “*Adalah: Palestina para além muros*”, que ora apresentamos, é a primeira iniciativa que desenvolvemos no âmbito deste projeto. Com ele, almejamos servir ao propósito de colaborar com a disseminação das vozes palestinas, bem como inserir chaves-conceituais que promovam uma percepção mais apurada e crítica sobre as condições às quais o Povo Palestino tem sido submetido nas últimas décadas.

Acreditamos que a correlação entre as diferentes opressões - cujas interconexões são identificadas pelo paradigma ecofeminista animalista que nos orienta na teoria e na prática - nos permite compreender o cenário global de forma mais complexa. Assim, entender a questão Palestina como um caso paradigmático, nos permite analisar como as práticas colonialistas têm se perpetuado, fazendo uso de diversas tecnologias da violência, tanto lá quanto em outras regiões do mundo. Ao transbordar os limites culturais e territoriais, torna-se premente a necessidade de incorporar ferramentas ético-políticas que revelem os sistemas e estruturas opressoras que se mantêm em diferentes contextos e regiões do mundo e, conseqüentemente, propiciam a unificação das lutas anti-opressão. Nessa relação dialética, ampliamos também os recursos para contribuir, desde outros lugares, para a reivindicação de justiça para o povo Palestino.

Partindo do significado de *Adalah* - em árabe, justiça -, a edição temática da Revista *Diversitates* “*Adalah: Palestina para além muros*” visa a contribuir com a produção de conhecimento que desafia os discursos hegemônicos que narram um suposto conflito polarizado, dando visibilidade às vozes e narrativas contra-hegemônicas que evidenciam as injustiças cometidas contra o povo palestino. A edição reúne trabalhos que não apenas reconhecem, mas também questionam a desigualdade de poder entre os alegados "dois lados do conflito".

Para isso, dividimos esta edição temática em quatro seções: (1) Artigos científicos; (2) Relato de experiência; (3) Ensaio visual; e (4) Traduções, totalizando 15 trabalhos. Em cada uma delas há contribuições que se inserem no âmbito da reivindicação por justiça para a Palestina e seu povo.

Abrimos a primeira seção deste dossiê com o artigo “*Palestina e categorias locais: diferenças entre usos terminológicos em produções bibliográficas e categorias palestinas locais*”, de Rafael Gustavo de Oliveira. Neste artigo, após dois anos de trabalho de campo, o autor reflete sobre a produção acadêmica brasileira que elege a Palestina como lócus de pesquisa. A partir desse

levantamento, o autor defende a necessidade da incorporação de categorias palestinas locais, sob o risco de cairmos em um *status quo* categórico que afeta, sobremaneira, o modo como produzimos e compartilhamos o conhecimento sobre a Palestina.

O segundo artigo desta seção intitula-se “*O colonialismo como marco interpretativo basilar do apartheid israelense: revisitando e ressignificando a questão*”, de Fábio Bacila Sahd e Bárbara Caramuru Teles. Neste artigo, autor e autora se dedicam a investigar as políticas coloniais e segregacionistas que submetem o povo palestino ao regime de *apartheid*. Dessa maneira, identificam no termo “conflito” uma pressuposição de paridade não somente equivocada, mas inexistente para se referir ao que ocorre nos processos de dominação contra o povo palestino.

Maria Clara Dias é a autora do terceiro artigo desta seção, intitulado “*O sal na nossa face*”. Neste texto, a autora defende o direito à autodeterminação nacional do povo palestino, a partir de uma perspectiva moral: a Perspectiva dos Funcionamentos. Para isso, Dias apresenta os principais argumentos filosóficos sobre a reivindicação da autodeterminação nacional, a partir do embate entre as correntes universalistas e particularistas. Ao final, a autora expressa e defende a autodeterminação como um valor moral e político que se aplica ao caso do povo palestino.

“*Corpos femininos ocupados e a dupla resistência ao colonialismo e ao patriarcado*”, de Ashjan Sadique Adi, Soraya Misleh e Muna Muhammad Odeh é o quarto artigo deste primeiro bloco do dossiê. Neste trabalho, as autoras apresentam a história e demandas do Movimento das Mulheres Palestinas e o situa no processo de luta do povo palestino pela sua libertação. Deste modo, é exposto ao menos duas dimensões dessa luta: o papel das mulheres palestinas frente à ocupação israelense e a violência de gênero como ocorrência em espaços públicos e privados.

Shad Wadi assina o quinto artigo deste dossiê, intitulado “*Leila Khaled: da resistência ao corpo*”. Neste trabalho, Wadi apresenta os diferentes olhares e apreensões sobre o corpo de Leila Khaled, revolucionária e símbolo da resistência palestina. A autora assume uma perspectiva feminista para elaborar uma reflexão e defesa daquilo que é expresso como sendo um “corpo resistente”.

O sexto artigo desta seção, “*Quando há muito a se dizer: os discursos verbais no grafite palestino*”, é de Vitória Paschoal Baldin. Nele, a autora analisa como o grafite tem sido utilizado como uma forma de comunicação visual na Palestina que mobiliza questões linguísticas, estéticas e políticas. Baldin aborda também como os discursos expressos pelo grafite, a depender do idioma utilizado (árabe ou outro), procura estabelecer uma comunicação com diferentes públicos.

“*No futuro, eles se alimentaram da mais sofisticada porcelana’: Narrativa, história e ficção científica palestina*”, de Mariane Soares Gennari é o sétimo artigo desta seção. Neste trabalho,

Gennari se debruça sobre o filme palestino homônimo para discutir o tema do trauma coletivo, mais especialmente a Nakba. A análise revela que por meio da ficção científica a realidade encontra o absurdo para ser apreendida.

O oitavo e último artigo desta seção, “*Uma narrativa anti-orientalista: os quadrinhos contra-hegemônicos de Joe Sacco*”, de Débora Pinese Frias, se debruça sobre a obra “Palestina” de Joe Sacco para analisar como a conjunção entre jornalismo e quadrinho, marca do autor, representa uma ruptura das produções culturais da época. A autora destaca a importância dos quadrinhos de Sacco como plataforma de contestação ao orientalismo hegemonicamente difundido pela opinião pública estadunidense, a partir da noção de limpeza étnica.

Em “*Palestina: memórias e aprendizados de uma viajante*” Ana Maria Marques apresenta um relato de experiência sobre sua viagem com um grupo brasileiro à Palestina em 2019. No décimo trabalho deste dossiê, Marques convida leitoras e leitores a seguir um tour guiado, através de um compartilhamento de memórias que perpassam aspectos éticos, políticos e culturais dessa viagem.

O ensaio visual deste dossiê é de autoria de Camila Rosa. A obra “*Livre*”, décimo primeiro trabalho do dossiê, é resultado do impacto dos bombardeios decorrentes da ofensiva israelense contra o povo palestino em maio de 2021. “*Livre*” nasce para ilustrar as mulheres palestinas que também protagonizam a luta por justiça e pela Palestina livre.

A seção entrevistas reúne três trabalhos: “*Viver no território ocupado: entrevista com Baha Hilo e Sandra Guimarães*”, de Daniela Rosendo e Fabio A. G. Oliveira; “*Ter liberdade é ganhar a guerra: entrevista a Shahd Wadi*”, realizada por Helena Ferreira; e “*Vidas Militarizadas: entrevista com Gizele Martins*”, por Maria Clara Dias. Nesta seção, são entrevistadas diferentes pessoas, cujas trajetórias de vida estão imbricadas de diversas formas na luta do povo palestino e seu direito à autodeterminação.

“*Vigilância Sufocante: A vigilância e controle dos palestinos por Israel durante a Era do Governo Militar*”, originalmente escrito por Ahmad H. Sa’di e traduzido por Gabriela Spinola Silva, Rafaela da Costa Vechiato e Muna Muhammad Odeh, é a primeira tradução deste último bloco. Neste artigo, Sa’di apresenta e investiga os métodos de vigilância e controle israelenses utilizados contra o povo palestino a fim de expulsá-los de seus territórios. Assim, o artigo contribui com a discussão sobre as violentas investidas da política e economia israelense em tornar o povo palestino cada vez menos capaz de construir formas de resistência.

A décima quinta produção, que encerra este dossiê, é a tradução realizada por Renato Amantino e Fabio A. G. Oliveira do artigo de Jasbir K. Puar, intitulado “*O ‘direito’ de mutilar*”:

deficiência e biopolíticas de desumanização na Palestina”. Neste artigo, Puar analisa o “direito de mutilar” utilizado por Israel como uma estratégia de biopoder. Para tal, a autora analisa como a política de mutilação tem sido produtiva para a manutenção do *apartheid* israelense contra o povo palestino.

Por meio dessa edição especial, ficamos imensamente tocados/as em mobilizar pesquisadoras e pesquisadores do Brasil e do exterior, militantes, artistas, educadoras e educadores e demais indivíduos que dialogam com a questão Palestina, as/os quais contribuíram com produções que, a partir da autodeterminação do povo palestino, confrontam e transgridem os muros do Apartheid em favor da libertação do povo palestino e da unificação das lutas anti-opressão.

Agradecemos a cada uma e cada um que mobilizou suas redes, divulgou e enviou submissões. Diante da expressiva quantidade de trabalhos recebidos, somos imensamente gratas/os também às avaliadoras e aos avaliadores que aceitaram o compromisso de emitir seus pareceres sobre os trabalhos, contribuindo significativamente para o aprofundamento das reflexões aqui postas. Agradecemos especialmente a Baha Hilo e Sandra Guimarães, que nos cederam seu tempo para uma entrevista tão elucidativa que nos ajudou a entender o que ocorre na Palestina hoje e que, ao mesmo tempo, desencadeou todo esse movimento que se materializa agora neste dossiê (e, quiçá, ainda irá mobilizar muitas outras ações).

À Revista Internacional *Diversitates*, sua atual Editora-Chefe, Profa. Dra. Maria Clara Dias, e toda a Equipe Editorial, agradecemos o aceite desta audaciosa proposta e todo o suporte institucional necessário à produção do dossiê. Em especial, agradecemos ao responsável pela Editoração deste volume, o biólogo e doutorando em Bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS), Lucas Nascimento Ferreira Lopes, que esteve sempre ao nosso lado e não mediu esforços para nos apoiar dia a dia ao longo de mais de 8 meses de trabalho. Agradecemos também a Denis Duarte por se dedicar à elaboração da arte que estampa a capa deste dossiê.

Desejamos a todas, todes e todos uma ótima leitura. Palestina livre!

Daniela Rosendo e Fabio A. G. Oliveira.

Sumário

- Palestina e categorias locais: diferenças entre usos terminológicos em produções bibliográficas e categorias palestinas locais.....**A01 até A19**
Rafael Gustavo de Oliveira
- O colonialismo como marco interpretativo basilar do apartheid israelense: revisitando e ressignificando a questão**B01 até B27**
Fábio Bacila Sahd, Bárbara Caramuru Teles
- O sal na nossa face.....**C01 até C05**
Maria Clara Dias
- Corpos femininos ocupados e a dupla resistência ao colonialismo e ao patriarcado.....**D01 até D21**
Ashjan Sadique Adi, Soraya Misleh, Muna Mohammad Odeh
- Leila Khaled: que corpo é este?.....**E01 até E10**
Shahd Wadi
- Quando há muito a se dizer: os discursos verbais no grafite palestino.....**F01 até F26**
Vitoria Paschoal Baldin
- “No futuro, eles se alimentaram da mais sofisticada porcelada”: Narrativa, história e ficção científica palestina.....**G01 até G20**
Mariana Soares Gennari
- Uma narrativa anti-orientalista: os quadrinhos contra-hegemônicos de Joe Sacco.....**H01 até H19**
Débora Pinese Frias
- Palestina: memórias e aprendizados de uma viajante.....**I01 até I15**
Ana Maria Marques
- Livre.....**J01 até J02**
Camila Rosa

- Viver no território ocupado: Entrevista com Baha Hilo e Sandra Guimarães..... **K01 até K32**
Daniela Rosendo, Fábio A. G. Oliveira
- Ter liberdade é ganhar a guerra: Entrevista a Shahd Wadi.....**L01 até L26**
Helena Ferreira
- Vidas militarizadas – Entrevista com Gizele Martins.....**M01 até M06**
Maria Clara Dias
- Vigilância Sufocante: A vigilância e controle dos palestinos por Israel durante a Era do Governo Militar ...**N01 até N28**
Ahmad H. Sa'di (Trad. Gabriela Spinola Silva, Rafaela da Costa Vechiato, Muna Mohammad Odeh)
- O “direito” de mutilar: deficiência e biopolíticas de desumanização na Palestina**O01 até O31**
Jaspir K. Puar (Trad. Renato Amantino, Fábio A. G. Oliveira)

Palestina e categorias locais: diferenças entre usos terminológicos em produções bibliográficas e categorias palestinas locais

Palestine and local categories: differences between terminological uses in bibliographic productions and local Palestinian categories

Palestina y las categorías locales: diferencias entre los usos terminológicos en producciones bibliográficas y las categorías palestinas locales

Rafael Gustavo de Oliveira ¹

Resumo: A partir de trabalho de campo de dois anos, na Palestina, foi possível observar, em termos de usos locais de categorias espaciais, a existência de uma “Palestina única” – referência cartográfica composta pela soma de quatro espaços: Faixa de Gaza, Cisjordânia, Jerusalém e 48 (ou *Al Dakhel* – “dentro”, em árabe). Neste artigo, reflito sobre as produções bibliográficas acadêmicas brasileiras, especialmente antropológicas e de aporte etnográfico, que têm a Palestina como tema central mas que, de modo geral, não têm acesso às – e, portanto, não são informadas por – categorias palestinas locais. Esta defasagem termina por compor a construção e reprodução de um *status quo* categórico, pouco informado por expressões locais. Tais reflexões buscam trazer à luz as construções palestinas locais de espaços e identidades, enfatizando-as e, assim, contribuindo para uma aproximação das produções bibliográficas brasileiras sobre a região com as categorias palestinas locais.

Palavras-chave: Palestina, Territorialidades, História, Terminologias

Abstract: From a fieldwork of two years in Palestine, it was possible to observe, in terms of local uses of spatial categories, the existence of a “single Palestine” – a cartographic reference composed by the sum of four spaces: Gaza Strip, West Bank, Jerusalem and 48 (or *Al Dakhel* – Arabic for “inside”). In this article, I reflect on Brazilian academic bibliographic productions, especially anthropological and with ethnographic approaches, that have Palestine as a central theme but, in general, do not have access to – and therefore are not informed by – local Palestinian categories. This gap ends up composing the construction and reproduction of a categorical status quo, little informed by local expressions. Such reflections seek to highlight the Palestinian local constructions of spaces and identities, emphasizing them and, thus, contributing to an approximation of the Brazilian bibliographic productions about the region with the local Palestinian categories.

Keywords: Palestine, Territorialities, History, Terminologies

Resumen: A partir de dos años de trabajo de campo en Palestina, fue posible observar, en términos de usos locales de categorías espaciales, la existencia de una "única Palestina", una referencia cartográfica compuesta por la suma de cuatro espacios: la Franja de Gaza, Cisjordania, Jerusalén y 48 (o *Al Dakhel* - "interior", en árabe). En este artículo, reflexiono sobre las producciones bibliográficas académicas brasileñas, especialmente antropológicas y etnográficas, que tienen a Palestina como tema central pero que, en general, no tienen acceso a las categorías palestinas locales. Este vacío

¹ Pós-Doutorando no Departamento de Letras Orientais (DLO) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. Pesquisador do integrante do NAPER (Núcleo de Antropologia da Política, do Estado e das Relações de Mercado), UFPR.

acaba componiendo la construcción y reproducción de un statu quo categórico, poco informado por las expresiones locales. Estas reflexiones buscan sacar a la luz las construcciones locales palestinas de espacios e identidades, enfatizándolas, y contribuyendo así a una aproximación de las producciones bibliográficas brasileñas sobre la región con las categorías locales palestinas.

Palabras clave: Palestina, Territorialidades, Historia, Terminologías

Uma Palestina mais ampla: enunciando a questão²

As reflexões apresentadas neste artigo decorrem da condução de trabalho de campo *in loco*, na Palestina, pelo período de dois anos. Com especial ênfase nas reflexões constituintes de minha tese doutoral, foi neste período, em campo, que passei a observar que tanto as construções locais de territorialidade quanto suas componentes identitárias são, seguramente, bastante mais fluidas, diversas e por vezes distintas do que habitualmente aparecem referenciadas em trabalhos bibliográficos em geral – principalmente naqueles produzidos fora da Palestina e, para este artigo, naqueles produzidos no Brasil.

Grosso modo, em acordo com categorias de territorialidade locais, a Palestina não se restringe à existência de dois espaços apenas, a saber, a Faixa de Gaza e a Cisjordânia – ou os TPO (Territórios Palestinos Ocupados). Muito além disto, a Palestina é composta localmente, em termos categóricos, por quatro espaços distintos, quais sejam os dois já citados, somados de Jerusalém e “48” (ou sua variante *Al Dakhel* – interno / dentro, em tradução livre do árabe). Para o caso das últimas – “48” e “dentro” – , estas são construídas enquanto categorias contrastivas em relação ao que busco chamar de seu par opositor, a saber, a categoria “Israel”. Em outras palavras, busco colocar em contraste os termos “Israel” e “48” (“dentro”), quando tomados enquanto categorias locais de espaço.³ Assim, a referência cartográfica referida pela Comunidade Internacional como pertencente ao Estado de Israel – considerando-se as fronteiras de 1967 – é também referenciada, em acordo com as categorias palestinas locais, por seus pares opostos – “48” e “dentro”. Contudo, estes usos terminológicos, ainda que claramente imperativos nas dinâmicas cotidianas na Palestina, não encontram eco em produções bibliográficas sobre o tema.

2 O presente trabalho é parte componente do previsto no projeto de pesquisa vinculado ao programa de pós-doutorado do DLO (Departamento de Letras Orientais), da FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) da USP. Também, os pensamentos aqui apresentados foram escritos a partir de reflexões presentes no item 8.1 do oitavo capítulo de minha tese de doutorado “Al Dakhel, cartografias como experiência: reflexões a partir de um trabalho de campo na Palestina” (OLIVEIRA, 2020).

3 Estas referências de espaço, contam com seu uso largamente observável no idioma árabe, com destaque para a categoria “dentro” (لخادال – *Al-Dakhel*) e sua variante, “dentro / interno ocupado” (لتحمال لخادال – *Al-Dakhel al muhttal*).

Categorias espaciais locais

A Palestina tem estado, há tempos, no centro de importantes debates, firmados em todo o globo, com importantes contribuições oferecidas pelas mais diversas áreas do conhecimento. As produções brasileiras sobre o tema são igualmente amplas e, certamente, bastante fundamentais para a constituição local de debates, divulgação e construção de conhecimentos específicos sobre a Palestina. No entanto, observa-se um certo “lugar-comum” terminológico, construído e acionado em obras bibliográficas – acadêmicas ou não – acerca não apenas da Palestina, mas do Oriente Médio de modo mais amplo. Desta forma, o que proponho chamar de binômio rígido terminológico, a saber, “Palestina *versus* Israel”, termina por constituir o que entendo ser um *status quo* referencial nas produções bibliográficas que, por sua vez, terminam por responder mais às categorias dominantes (grosso modo, israelenses) do que palestinas. A proposição de reflexões sobre a constituição deste “lugar-comum” terminológico é parte do interesse deste artigo, assim como, principalmente, a busca por trazer à luz categorias palestinas de espaço e expressões identitárias, evidenciando seus usos contrastivos em relação às categorias israelenses.

Aqui, torna-se importante trazer o leitor ao contexto sob o qual tais categorias ganham sentido. Para tanto, faz-se necessário notar que o ano de 1948 é central, enquanto marcador temporal importante na construção de categorias de espaço e identitárias. Isto se deve ao fato de que foi neste ano que surge, em território palestino, o Estado de Israel. Tal surgimento se dá após a instauração prática de um plano de partilha, deliberado pela então recém-criada ONU (Organização das Nações Unidas). Após a recusa na adoção das proposições das comissões *Peel* e *Woodhead* – instauradas para a proposição cartográfica da partilha da Palestina – é aceita a resolução 181, datada de 29 de novembro de 1947. A implantação desta resolução, sobre a qual a população palestina jamais teve parte alguma (assim como jamais fora sequer consultada), levou ao surgimento do Estado de Israel em 15 de maio de 1948, data central, também, para a compreensão da chamada *Nakbah*, referida em língua portuguesa como “catástrofe” – em referência à expulsão da população palestina local e à instauração da nova conjuntura social e política que passara a acontecer no entorno da referida data em diante. Este evento é lembrado, na forma de celebrações, rituais e demais expressões, anualmente até os dias atuais. Neste sentido, a própria *Nakbah* pode ser apontada enquanto uma construção contínua e cotidiana, tanto nas referências locais à “tragédia contínua” e ininterrupta, quanto pela atualização constante do sentido terminológico temporal, que garante sentido às referências categóricas centrais neste

trabalho.⁴ Dito de outro modo, este marcador temporal pode ser compreendido tanto enquanto constituinte do mito de origem da condição do refúgio palestino (SCHIOCCHET, 2011) como, na mesma via, das categorias aqui apresentadas – uma vez que este marcador informa os modos diversos de “ser palestino” no mundo, incluindo-se na própria Palestina. Estas categorias, contudo, são também construídas cotidianamente, no trânsito diário de sujeitos palestinos por / entre os diferentes espaços aqui referidos.

Observe-se, também, que naquele período, após a retirada das tropas do mandato britânico da Palestina, no dia 14 de maio de 1948, o recém-criado Estado israelense expande suas fronteiras para além daquelas instituídas no plano de partilha da resolução 181. Com isto, a partir da consolidação desta nova configuração cartográfica da região, é criada a chamada Linha Verde, separando o que viria a ser reconhecido como o espaço pertencente ao Estado de Israel e os chamados “territórios palestinos”. O “interior” da Linha Verde, assim, é o que garante o sentido à categoria “dentro” (em árabe, *Al Dakhel*). Esta categoria conta com sua variante “48” – acima apresentada enquanto uma categoria de tempo que se constrói, também, enquanto categoria de espaço e identitária (“palestinos de 48”, por exemplo, são aqueles sujeitos palestinos nascidos no “espaço 48”). De modo mais direto, estas categorias são acionadas em contraposição a seu par opositor, ou seja, em lugar de “Israel”, aciona-se “48” ou “dentro”. Em suma, pode-se observar em termos categóricos locais a construção e o acionamento cotidiano de quatro principais categorias palestinas de territorialidade, quais sejam, Faixa de Gaza, Cisjordânia, Jerusalém e 48 – ou sua variante terminológica “dentro”, em árabe: *Al Dakhel*⁵. Deste modo, “48” e “dentro” referem-se ao espaço da Palestina cuja comunidade internacional compreende enquanto pertencente ao Estado de Israel (ibid. p. 23).

A bibliografia que debate os eventos em torno do ano de 1948 é vasta e, também, se constrói em um embate entre as narrativas palestinas e a “história oficial” israelense. No entanto, importantes movimentos têm colocado à prova os fundamentos que constituem as versões israelenses sobre os eventos daquele período, trazendo à tona versões outras, evidenciando as perspectivas palestinas. Refiro-me às abordagens historiográficas que apontam para a expulsão dos palestinos da Palestina, a partir de 1948 *versus* narrativas israelenses que apontam para um “êxodo voluntário” da população palestina local considerando-se o mesmo período. Sobre isto, as próprias narrativas sionistas tornaram-se alvos centrais de processos revisionistas críticos, tal qual aponta Sheila Schvarzman (2013), ao afirmar que fatos e personagens históricos israelenses estão na base da grande revisão que vem

4 Para uma leitura mais aprofundada sobre a chamada “Nakbah contínua”, consultar Zarefa Ali (2013).

5 Rafael Gustavo de Oliveira. *Al Dakhel, cartografias como experiência: reflexões a partir de um trabalho de campo na Palestina*. Tese (Doutorado em Antropologia), UFPR, Curitiba, 2020, p.22.

sendo empreendida desde os anos 1980 pelo que se convencionou chamar novos historiadores pós-sionistas (SCHVARZMAN, 2013, p.136)⁶. Na mesma via, como aponta a historiadora Arlene Clemesha (2009), certos mitos fundadores do Estado de Israel, como aquele dos “poucos contra muitos” (sua suposta fragilidade perante um mundo árabe determinado a erradicá-lo em 1948) e “egresso voluntário dos árabes”, foram irremediável e definitivamente abalados por avanços concluídos pela historiografia israelense e palestina (CLEMESH, 2009, p.11)⁷. No entanto, ainda que sejam notórios tais avanços, compartilho minha inquietação com a carência de evidência das categorias e terminologias palestinas locais em produções bibliográficas sobre o tema – ainda que sejam, também, componentes próprias das produções historiográficas aqui referidas.

Algumas referências pontuais apresentam tais termos, ainda que de forma rápida, tal qual Edward Said (1999) ao afirmar que; *the phrase min al-dakhil, 'from the interior', has a special resonance to the Palestinian era. It refers, first of all, to regions of the interior of Israel, to territories and people still Palestinian despite the interdictions of the Israeli presence.* (SAID, 1999, p.51).⁸ Entretanto, estas categorias palestinas não encontram eco considerável nas produções bibliográficas em geral, ainda que sejam parte integrante importante do cotidiano local, amplamente percebidas com estadias *in loco*. De minha parte, as observações acerca da construção e usos cotidianos locais de expressões identitárias e suas equivalentes espaciais tiveram início em minha primeira estadia em campo, no ano de 2014. Em uma conversa com um músico local, este me perguntara se eu estaria, também, trabalhando com “músicos de 48”. De pronto, julguei tratar-se de sujeitos eventualmente nascidos neste ano, ou que, de certa forma, comporiam produções musicais relacionadas à data. No entanto, tão logo a conversa evoluíra, pude notar que o acionamento da categoria “48” estava explicitamente relacionado à referências espaciais. Ao comentar sobre a proveniência de sua família deste espaço, mais especificamente da cidade de Haifa, ficara evidente o aspecto contrastivo do termo com relação ao seu par opositor, “Israel”. Para o músico, aquele espaço é a Palestina tanto quanto a Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém.

Contudo, foi a partir de meu retorno à Palestina, para a pesquisa de campo de meu doutoramento e, no concomitante exercício da docência de música em instituições palestinas, que pude me debruçar mais sobre tais reflexões. A observação do fluxo cotidiano de sujeitos palestinos por /entre

6 Sheila Schvarzman. “Israel: Nova história e cinema pós-sionista”. *Significação: Revista de Cultura Audiovisual* 40, 40 (2013).

7 Arlene Elizabeth Clemesha. Da ideia de transferência à realização da limpeza étnica: contribuições da nova historiografia israelense e palestina. *PUCVIVA* 34, Janeiro/Abril, 2009.

8 Edward W. Said. *After the Last Sky: Palestinian Lives*. Columbia University Press, New York, 1999.

diferentes espaços (principalmente entre 48, Jerusalém e Cisjordânia) se tornara componente importante de meu cotidiano. Também, foi a partir de minha estadia sem visto por aproximadamente seis meses – até que a situação fosse regularizada pelas autoridades israelenses competentes –, que pude observar e compor a construção e práticas de estratégias de mobilidade entre os referidos espaços. A partir da impossibilidade de trânsito em função da falta de documento permissivo⁹, compus e presenciei arranjos de alunos para a realização de aulas, ensaios e apresentações. Isto se deve à diferença na possibilidade de trânsito entre palestinos de diferentes espaços. Grosso modo, o “palestinos de 48” (ou, palestinos “de dentro”), assim como os “palestinos de Jerusalém”, têm livre acesso à Cisjordânia. Já os palestinos *green id* (da Cisjordânia e Faixa de Gaza) dependem da expedição de documentos permissivos por parte das autoridades israelenses, comumente negados.¹⁰ Assim, é notoriamente comum que, na impossibilidade de trânsito de uns, organizem-se, na Cisjordânia, as agremiações a partir da possibilidade de trânsito de outros.

Com isso, tal qual demonstro em minha tese de doutorado, ainda que considerados os percalços e as im/possibilidades de mobilidade (uma vez que há, de modo geral, a necessidade do porte de documentos permissivos para o cruzamento de *checkpoints*¹¹), o trânsito diário de palestinos por diferentes espaços termina por constituir a construção de um “mapa alternativo” (MONTENEGRO, 2007), a saber, o da “Palestina toda”, composto pelos quatro espaços distintos – Faixa de Gaza, 48, Jerusalém e Cisjordânia.

Reflexões sobre produções bibliográficas

A forma como tais categorias são acionadas cotidianamente dificilmente são referidas e encontradas em produções bibliográficas, com especial destaque para aquelas produzidas fora da Palestina. Esta observação pode apontar para uma certa restrição do acesso ao conhecimento da própria existência de tais categorias, o que informa, de certo modo, a construção e reprodução do referido binômio rígido – imprimindo nos espaços e nos sujeitos palestinos categorias estanques que, por sua vez, não competem com a diversidade e fluidez de seus usos contextuais locais, como observado

9 Nesta referida circunstância meu visto havia expirado e o processo para regularização de minha estadia durou alguns meses. Ao final, terminei por contar com dois vistos, com extensão de um ano cada.

10 As referências às proveniências dos sujeitos também acontecem a partir da distinção de cores entre os documentos. Palestinos da Faixa de Gaza e da Cisjordânia contam com documentos verdes, ao passo que palestinos com documentos israelenses (de 48) possuem documentos azuis e, assim, são referidos como *blue ids*. Palestinos de Jerusalém possuem documento próprio, também de cor azul, contudo, são referidos pela localidade mais do que pela coloração, a exemplo de *jerusalemite* ou “de Jerusalém”.

11 Postos militares israelenses de controle de trânsito de sujeitos.

localmente. Desta forma, o próprio exercício de tornar centrais as categorias palestinas na confecção de produções bibliográficas pode, de certa maneira, alocar pesquisadores que as evidenciem em uma espécie de “contramão da regra” (OLIVEIRA, 2020) dos usos terminológicos – usos estes que, uma vez dominantes, são acionados visando a consolidação de uma pretensa neutralidade que, neste sentido, não é nada neutra. Esta observação, contudo, urge de aprofundamento.

A organização BADIL (*Resource Center for Palestinian Residency & Refugee Rights*), de Belém, publicou, no ano de 2012, um trabalho intitulado “*One People United: A Deterritorialized Palestinian Identity*”. Nesta publicação, a organização apresenta o resultado de uma série de perguntas realizadas a palestinos em todos os espaços aqui referidos, em que aponta a predominância absoluta da identificação enquanto “palestinos” independente do espaço em que a enquete fora realizada. Assim, categorias como “palestino” ou “palestino com documentos israelenses”, por exemplo, se sobressaem de forma absoluta, em relação às outras possibilidades apresentadas na pesquisa da organização aos entrevistados, como “israelense”, “árabe-israelense”, entre outras (no caso dos palestinos de 48). Contudo, ainda que apresentando a predominância das categorias identitárias, o texto conta com uma justificativa do uso terminológico das expressões de territorialidade (desconsiderando “dentro” e “48” como possibilidades, ainda que esta última seja referenciada). Segue o trecho:

Due to the existing multiplicity of naming related to Palestinian citizens of Israel (Israeli Arabs; 1948 Palestinians; the Inside [the Green Line] Palestinians and so forth), each title carries political and ideological components. Throughout this paper we will refer to the indigenous community in Israel as ‘Palestinian citizens of Israel’. This term is accepted academically to be ‘neutral’. Our analytical use of the term is irrespective to self-identifications of respondents to our survey. (BADIL, 2012, p.11, 12)¹². Grifo meu.

Assim, ainda que o trecho justifique a busca por uma “neutralidade acadêmica”, pode-se observar que “Israel”, aqui tomado enquanto uma categoria de espaço, prevalece sobre outras possíveis, reificando as terminologias dominantes (as israelenses). Esta busca por uma pretensa neutralidade, note-se, acomete parte considerável das publicações sobre o tema. De modo geral, alguns autores parecem essencializar os diferentes espaços, de modo a pensar o binômio “Palestina *versus* Israel” como algo um tanto “dado”, sem considerar categorias nativas de territorialidade e a maneira como operam¹³.

12 Badil. *One People United: A Deterritorialized Palestinian Identity*. In: BADIL’s Working Paper No. 14. BADIL Survey of Palestinian Youth on Identity and Social Ties, Resource Center for Palestinian Residency & Refugee Rights, Bethlehem, Palestine, 2012.

13 Rafael Gustavo de Oliveira. *Al Dakhel, cartografias como experiência : reflexões a partir de um trabalho de campo na Palestina*. Tese (Doutorado em Antropologia), UFPR, Curitiba, 2020. p. 236.

Entretanto, é importante sublinhar que trazer tais apontamentos não é negar a existência e uso cotidiano do referido binômio (acionado, também, de forma contextual tanto por palestinos como por israelenses), mas sim, destacar a percepção de que este parece ser, muitas vezes, dotado de uma rigidez tal que sua problematização é quase imperceptível, se tornando, assim, uma espécie de “tabu intocável” (ibid). Dito de outro modo, pode-se observar uma certa carência de coesão terminológica nas citações à Palestina, no que diz respeito às espacialidades locais (como o proposto neste artigo) – muitas vezes referida por reduções generalistas como “Territórios Palestinos”, “Territórios Ocupados”, “Cisjordânia e Faixa de Gaza” (ou, por vezes, apenas “Gaza”). O mesmo não ocorre no acionamento da categoria “Israel”, sendo garantido a esta uma certa imutabilidade, um “óbvio inquestionável”. Também, neste sentido, uma certa predileção da categoria “israelense” é notoriamente presente em produções diversas, no que diz respeito às terminologias referenciais identitárias.

Importante ressaltar que esta disputa semântica não ocorre de forma unilateral, uma vez que, de acordo com categorias locais israelenses, espaços para além das delimitações cartográficas apontadas nas “fronteiras de 1967”, são também “componentes de Israel”. A Cisjordânia, por exemplo, é referida de forma recorrente como “Judeia e Samaria”, termo usado, inclusive, na confecção de documentos emitidos por autoridades competentes, tal qual um carimbo que tive em meu passaporte, em um visto específico que restringia minha permanência à Cisjordânia por um ano. Neste, a inscrição “*Judea and Samaria only permit*” é observada. Esta modalidade de visto, em acordo com as expressões locais palestinas, é comumente referida como “*West Bank only visa*”. Estas categorias israelenses, tais quais seus pares opositores palestinos, tampouco aparecem nas produções bibliográficas sobre as quais reflito. Contudo, torna-se importante notar que fazer tal afirmação não é desconsiderar que a predominância do binômio rígido “Palestina *versus* Israel” não seja por si só, a meu ver, um *status quo* terminológico informado mais por imperativos categóricos israelenses. Assim, mesmo que as categorias locais não sejam evidenciadas (sejam palestinas ou mesmo israelenses), a reprodução das terminologias rígidas dominantes termina por ofuscar as expressões palestinas locais – ainda que de modo nada intencional.

Tais observações se tornaram explícitas tão logo passei a debruçar-me sobre o levantamento de publicações acerca de práticas e produções musicais palestinas – tema de minha dissertação de Mestrado¹⁴. Como exemplo, o trabalho *My Voice Is My Weapon: Music Nationalism and the Poetics of Palestinian Resistance*, de David A. McDonald (2013) traz em seu capítulo *New Directions and*

14 Selah al Museka: uma etnografia das práticas e produções musicais palestinas. Dissertação de Mestrado, UFPR, Curitiba, 2015.

New Modalities: Palestinian Hip-Hop in Israel o termo *Palestinian Israeli* com evidente recorrência. Na mesma via, em uma produção de tema similar de título *Playing Across a Divide: Israeli-Palestinian Musical Encounters*, publicada por Benjamin Brinner (2009), nota-se a referência a palestinos através de expressões como *arabs in Israel and the West Bank*, no capítulo de mesmo nome. Também sobre música, Karin Heim (2011) publica *Beats Not Bombs: Hip-Hop To Create Peace In The Israeli-Palestinian Conflict*, apresentando a predominância da categoria *Arab-Israeli*. Da mesma forma, ainda tendo o rap como objeto de reflexão, Hugh Lovatt (2009), em *Palestinian Hip-Hop Culture and Rap Music: Cultural Resistance as an Alternative to Armed Struggle*, assim como os demais autores, fez seu campo *in loco* e, fazendo referências de espaço, afirma que conduziu sua pesquisa: “[...] *in Israel and the Palestinian West Bank during January 2009*”¹⁵. Neste trabalho, ainda que o autor acione a categoria “Palestina”, esta não é assumida enquanto uma referência de territorialidade (de forma a responder aos imperativos locais), diferente do uso que Lovatt faz da categoria “Israel”, que aparece dada e estanque. Assim, sobre os usos políticos das produções palestinas de rap, estes deveriam, em suas palavras [...] *deliver not only a lasting peace settlement but also improvements in basic living conditions for Palestinians in both the Occupied Territories and Israel proper* (ibid, p.13). Grifo meu.

Ainda acerca das produções sobre música, Mark Levine (2008), em seu livro *Heavy Metal Islam: Rock, Resistance And The Struggle For The Soul Of Islam* o autor apresenta um capítulo intitulado *Israel / Palestine: Hard Music in an Orphaned Land*, onde explica o uso de categorias identitárias para a referência aos sujeitos com quem desenvolvera sua pesquisa. Segundo o autor: *I use “Palestinian Israelis” to refer to Palestinian citizens of Israel, and “Palestinians” to refer to Palestinians living in the West Bank, Gaza and the Diaspora*¹⁶.

Sobre os autores aqui apresentados, observo que seus trabalhos foram redigidos a partir de suas experiências de campo, *in loco*. Com isso, destaco uma inquietação que em certo grau me acomete, a saber, se os autores optam de forma deliberada pelos usos de tais categorias, ou se respondem aos imperativos categóricos expressos por seus interlocutores – uma vez que, compondo e observando o trânsito entre diferentes espaços e tendo como interlocutores palestinos de diferentes localidades, é bastante provável que tenham tido acesso às categorias de expressões identitárias e de territorialidades que aqui destaco (“48” e “dentro”, por exemplo). Contudo, de modo geral, ainda que a proximidade dos trabalhos com interlocutores palestinos seja evidente, percebe-se a existência de certa cautela nos

15 Hugh Lovatt. *Palestinian Hip-Hop Culture and Rap Music: Cultural Resistance as an Alternative to Armed Struggle*. BA Arabic. Institute of Arabic and Islamic Studies, Exeter University, 2009. p. 6.

16 Mark Levine: *Heavy Metal Islam: Rock, Resistance, And The Struggle For The Soul Of Islam*. Three Rivers Press, New York, 2008. p. 106.

usos terminológicos de referência à Palestina, ao passo que, quando relacionado às categorias israelenses, parece imperar uma certa naturalidade, um “lugar comum” indiscutível. Dito de outro modo, reitero que enquanto “Israel é óbvio”, a “Palestina não é tanto”¹⁷.

A busca pela resolução das inquietudes acerca dos usos terminológicos, assim, parece ser compartilhada entre pesquisadores do tema de modo amplo – não apenas relacionados a música, como os aqui destacados. Entretanto, a reificação das categorias israelenses e a alocação destas no campo de uma pretensa “neutralidade” contribuem, a meu ver, para a consolidação da obviedade “Israel”, também enquanto componente da terminologia dominante. Ao mesmo tempo, constituem as dificuldades e indisposições em construir “Palestina” enquanto espaço “dado” (tal qual sua equivalência identitária), de forma a responder aos imperativos identitários e de territorialidade locais. Nestes termos, a “Palestina toda” (composta pela soma de quatro espaços distintos) não apenas existe localmente de forma notoriamente imperativa, como é observada a sobreposição cotidiana ao binômio rígido “Palestina *versus* Israel”.

Os usos relacionados ao *status quo* terminológico, também, podem ser observados em publicações cuja pesquisa e trabalho de campo foram realizados em lugares outros que não na Palestina, a exemplo da vasta e importante bibliografia que tem a diáspora, o exílio, o refúgio e demais fluxos transnacionais de sujeitos palestinos ao redor do globo. Trazer tal reflexão à luz não é, de nenhuma maneira, apontar críticas de cunho negativo a estas produções, cuja qualidade técnica e importância acadêmica e científica é indiscutivelmente evidente. Mas é, sim, afirmar que, muitas das vezes, estas produções terminam por lançar mão das terminologias “dadas”, se colocando, assim, como partes compostas e componentes da construção das referências dominantes (ibid). Tal qual proposto por Leonardo Schiocchet (2015) ao fazer a proposição de uma “antropologia assimétrica da palestini-dade”, a neutralidade acadêmica, quando relacionada a trabalhos que têm a Palestina em seu cerne, não é neutra. Nesta via, tenho buscado refletir sobre como a manutenção e acionamento, ainda que de forma não intencional, da busca por esta posição “neutra” pode reificar a constituição do *status quo* terminológico, informado de forma imperativa mais por categorias israelenses do que por categorias locais palestinas.

Isto posto, pode-se observar que boa parte da bibliografia brasileira sobre a Palestina conta com a reprodução dos mesmos amparos terminológicos. Tal como sugeri acima, dizer isto não é minimizar a notável qualidade dos trabalhos produzidos no Brasil, mas é, em outra via, buscar refletir

17 Rafael Gustavo de Oliveira. Al Dakhel, cartografias como experiência: reflexões a partir de um trabalho de campo na Palestina. Tese (Doutorado em Antropologia), UFPR, Curitiba, 2020. p. 237.

sobre a possível falta de acesso que pesquisadores têm às categorias palestinas locais. No campo da antropologia brasileira que tem a Palestina como interesse – lugar acadêmico de onde eu também advenho –, embora diversas publicações já tenham se consolidado com inegável importância, a carência de trabalhos de campo *in loco*, por períodos mais extensos é, também, bastante notória.

Levando-se em especial consideração a produção bibliográfica antropológica, tem-se a percepção de uma considerável predominância de trabalhos relacionados à diáspora, refúgio e demais fluxos migratórios – redigidos por pesquisadores brasileiros e majoritariamente produzidos a partir de instituições brasileiras. Vale sublinhar, no entanto, que a escolha por temas relacionados a palestinos está longe de ser exclusividade da antropologia, figurando em produções das mais variadas áreas do conhecimento – tenham estas amparo etnográfico ou não. Contudo, torna-se importante notar que a proximidade com comunidades palestinas fora da Palestina e, neste caso, em especial aquelas presentes no Brasil e América Latina em geral, é parte importante da constituição dos trabalhos desenvolvidos com ênfase em abordagens etnográficas. Entretanto, frise-se, estas não são a única via de pesquisa possível, uma vez que importantes trabalhos fundados em levantamentos bibliográficos (e outras abordagens metodológicas) são, também, importante parte constituinte da vasta produção brasileira sobre o tema – Palestina e palestinos.

Isto posto, e mais uma vez enfatizando as publicações mais próximas à minha trajetória enquanto pesquisador em antropologia, algumas referências podem ser notadas – dentre as várias possíveis, de disciplinas diversas. Tendo palestinos no extremo sul do país como objeto de pesquisa, Denise Jardim (2000, 2002, 2015) apresenta seus trabalhos a partir de campo realizado no Chuí, Rio Grande do Sul, firmando-a como uma das precursoras nas produções de amparo etnográfico sobre o tema na antropologia brasileira. Nesta mesma via, destaco as produções de Sônia Hamid (2012, 2013, 2015) e Daniele Abilas Prates (2012, 2015), acerca dos processos de reassentamento de palestinos no Brasil e, respectivamente, sobre a construção de redes locais e transnacionais das mesmas comunidades. Também de cunho etnográfico, em aproximação com temas como refúgio, destaco Helena Manfrinato (2017). Outras produções, mesmo que não sempre amparadas por perspectivas etnográficas, podem também ser notadas, a exemplo das recentes publicações de Hissa Mussa Hazin (2016), Hanin Dawud (2020), Cláudia Stephan (2012, 2014, 2018), Luciana Garcia de Oliveira (2017), Zenilda Lopes Ribeiro (2019), Renatho Costa (2020), Fernando Antônio Resende (2014, 2015), Geraldo Adriano Godoy de Campos (2019), Luciano Kneip Zucchi (2020), Sheila Schvarzman (2013). É notável, também, a vasta produção da historiadora Arlene Clemesha (2006, 2008, 2009, 2020). Ainda, vinculados à instituições brasileiras, pode-se destacar pesquisas realizadas em outros países latino-americanos, a

exemplo das produções de Cecília Baeza (2005, 2012, 2014, 2015, 2017) e, mais recentes, as desenvolvidas no Chile por Bárbara Caramuru Teles (2017, 2020, 2020).

Também, a partir de pesquisas realizadas em países do Oriente Médio, alguns trabalhos urgem ser notados, a exemplo de publicações acerca das comunidades de refugiados palestinos no Líbano como em Gustavo Barbosa (2015), Gisele Chagas e Paulo Hilu (2013), Amanda Dias (2015) e Leonardo Schiocchet (2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2017). Ainda com relação às pesquisas realizadas no Oriente Médio, podem ser destacadas as conduzidas na Palestina, com presenças mais ou menos extensas em campo, a exemplo de Danilo Guiral Bassi (2016, 2020) e, novamente, Daniele Abilas Prates (2012). Sobre Prates, a proximidade firmada com a pesquisadora passara a ser componente de minha própria experiência de campo, uma vez que sua extensa estadia *in loco* fora de notável importância para minha inserção em determinadas redes locais, em 2014. Por fim, nesta mesma via, considero também os meus próprios trabalhos, confeccionados a partir de minha estadia de campo.

Importante notar, no entanto, que os trabalhos aqui citados estão longe de ser os únicos componentes da produção bibliográfica sobre o tema, produzida no Brasil ou por pesquisadores brasileiros.¹⁸ Apontar, de forma mais criteriosa, a vasta produção nacional sobre o tema demandaria um número considerável de páginas. Contudo, evidencia-se um ponto mais ou menos comum entre a maior parte das referências aqui apresentadas, a saber, a escassez de trabalho de campo, na Palestina, por períodos mais extensos ou, na existência destas estadias, estas não se mostram satisfatoriamente evidenciadas. Aqui, note-se com especial atenção, me refiro à produções cuja pesquisa faz referência direta às dinâmicas palestinas locais e não àquelas que têm a diáspora, deslocamentos e demais fluxos de sujeitos palestinos como tema. Ressaltar tal observação não descredita os importantes trabalhos realizados em outras localidades – fora da Palestina –, nem tampouco seus extensos e bastante relevantes trabalhos de campo em outros países, mas sim, coloca em perspectiva a pluralidade de categorias que respondem aos imperativos locais específicos. Dito de outra forma, a exemplo de expressões como as identitárias e de territorialidade, componentes de tais produções, estas nem sempre respondem àquelas observadas no cotidiano local da Palestina. No entanto, como tenho afirmado, observa-se um certo consenso nos usos de tais terminologias, que respondem mais a um lugar-comum “dominante”, quando o assunto das publicações volta-se à Palestina. Assim, reforço, a falta de uma presença mais prolongada em campo, ou onde a inserção de pesquisadores nas dinâmicas cotidianas locais se faça evidente, pode estar informando a construção e reificação do que referi aqui como *status*

18 Uma busca mais dedicada por produções diversas é parte central da proposta de minha pesquisa de pós-doutorado, em curso no momento em que redigo este artigo.

quo terminológico – recorrente em grande parte produções, especialmente, reitero, quando há apontamentos aos contextos palestinos locais (sejam estes em referência à Faixa de Gaza, 48, Jerusalém ou Cisjordânia).

Centralidade do aporte etnográfico e as dificuldades na pesquisa *in loco*

Como apontei anteriormente, durante minha estadia em campo trabalhei junto ao quadro docente do Conservatório Nacional Edward Said (ESNCM – *Edward Said National Conservatory of Music*), ministrando aulas de violão clássico na sede de Jerusalém. Neste período residi na cidade de Ramallah, na Cisjordânia, tendo o trânsito entre estes diferentes espaços como um importante componente cotidiano. Ainda, enquanto professor de música em outro conservatório, o Al Kamandjati, ministrei aulas (pelo mesmo período) na sede de Ramallah e na filial da cidade de Jenin, ao norte da Cisjordânia. Sobre isto, para além da composição e observação de trânsito cotidiano de palestinos entre diferentes espaços (em especial com relação ao deslocamento à / de 48 e Jerusalém), deslocamentos na própria Cisjordânia também se tornaram igualmente presentes – proporcionando a observação do trânsito de palestinos e, também, de colonos israelenses, a partir da proximidade com assentamentos.

Isto posto, observo que foi, justamente, a possibilidade da experiência cotidiana na Palestina, por um período mais prolongado, que possibilitou não apenas a observação mas, também, a composição das dinâmicas locais de trânsito e mobilidade por / entre diferentes espaços. Este trânsito cotidiano é componente central na construção dos referidos mapas alternativos, através da construção diária de uma cartografia experiencial, capaz de dissolver as delimitações cartográficas rígidas, dando lugar à construção de espaços outros – neste caso, de uma “Palestina única”. Desta forma, advogando em favor da prática etnográfica, entendo que esta abordagem nas conduções de pesquisas pode ser de suma importância na construção de conhecimentos outros, mais informados pelas vivências diárias dos sujeitos da pesquisa em questão.

Pedra de toque do fazer antropológico, a etnografia é, com frequência, referenciada como ferramenta metodológica fundamental da disciplina. Vale notar, também, que reflexões sobre práticas etnográficas e seus desdobramentos são, há tempos, trazidas à luz nas discussões antropológicas – em função das realidades amplamente plurais em que as etnografias se fundam e, também, a partir das quais se constroem. Contudo, tal qual aponta Mauro de Almeida (2003), embora práticas etnográficas sigam sendo fundamentais para a própria prática antropológica, também há tempos esta deixou de ser

metodologia exclusiva da referida disciplina. Trazer tal reflexão pode, inicialmente, denotar uma certa contraposição, já que com evidente constância as práticas antropológicas se (con)fundem com as etnográficas. Entretanto, reforço a perspectiva de que não apenas a etnografia há tempos deixou de ser exclusividade da antropologia, como tampouco a própria disciplina antropológica se vale unicamente deste recurso metodológico para a condução de suas pesquisas e reflexões.

Contudo, como proponho nas reflexões deste trabalho, foi a própria aproximação da condução da pesquisa com um trabalho etnográfico que possibilitou o alcance às observações de categorias que, de modo geral, não se evidenciam nos trabalhos bibliográficos sobre a Palestina. Entretanto, há que se ter o cuidado de não dotar os pesquisadores da responsabilidade sobre a carência do acesso às categorias palestinas locais, uma vez que a condução de trabalho de campo *in loco* encontra, com notável frequência, percalços e dificuldades das mais diversas.

A falta de fomentos, as barreiras idiomáticas, a evidente dificuldade enfrentada na aquisição e renovação de vistos israelenses e, por conseguinte, a própria manutenção da estadia e condução do campo figuram entre os pontos que impossibilitam a abordagem etnográfica presencial. Além disso, devem-se considerar com especial atenção as dificuldades e entraves encontrados em campo, levando-se em conta situações como intervenções e incursões do exército israelense, confrontos entre forças militares e a população local, manifestações diversas, constante falta de energia elétrica, greves gerais frequentes e demais situações adversas, comumente eclodidas de forma abrupta.

Esta instabilidade específica do campo na Palestina é ponto notório, tal qual descreve Majdi Al-Malki¹⁹. Entretanto, a busca pela exposição e evidência das práticas de trabalho de campo nas pesquisas *in loco* sobre Palestina, quando existirem, devem ser trazidas à luz.

Apontamentos finais

Acionamentos e usos de expressões locais de territorialidade e suas equivalências identitárias são imperativos importantes na pesquisa desenvolvida *in loco*. Trazer estas expressões, neste sentido, pode contribuir para o aprofundamento das reflexões e discussões sobre Palestina e, também, contribuir para trazer à luz as formas palestinas locais de construção cotidiana de espaços e identidades, enfatizando-as – em detrimento dos usos e da reificação de terminologias dominantes. Nesta perspec-

19 Majdi Al-Malki. *Researching in an Unsuitable Environment: The Palestinian Case*. (2011)

tiva, produções brasileiras que tenham a Palestina como tema central passariam a estar mais informadas pelas categorias palestinas locais do que pelas terminologias do Norte global²⁰ - em geral, relacionadas com o referido binômio rígido e fortemente informadas por terminologias israelenses. Realizar reflexões acerca das produções sobre o tema pode contribuir para o apontamento da reprodução do *status quo* terminológico, ao passo que proporcionaria direcionamentos mais condizentes com as expressões palestinas locais, de modo a responder menos aos imperativos dominantes. Trazer as dinâmicas locais da Palestina ao centro do debate, assim, se torna ponto de central importância, dada a carência de trabalhos de campo *in loco* na condução de trabalhos sobre a Palestina a partir do Brasil.

Referências bibliográficas

Al-malki, Majdi. Researching in an Unsuitable Environment: The Palestinian Case. In: Critical Research In The Social Sciences: A Transdisciplinary East-West Handbook. Published by the Ibrahim Abu-Lughod Institute of International Studies. Birzeit University and the Institute for Social Anthropology Austrian Academy of Sciences. Birzeit University, 2011.

Ali, Zarefa. A Narration Without an End: Palestine and the Continuing Nakba. The Ibrahim Abu-Lughod Institute of International Studies, Birzeit University, 2013.

Almeida, Mauro W. Barbosa. “Relativismo antropológico e objetividade etnográfica”. Em: Campos – Revista de Antropologia, n3: 9- 29, UFPR, Curitiba, 2003.

BADIL. One People United: A Deterritorialized Palestinian Identity. In: BADIL’s Working Paper No. 14. BADIL Survey of Palestinian Youth on Identity and Social Ties, Resource Center for Palestinian Residency & Refugee Rights, Bethlehem, Palestine, 2012.

Baeza, Cecília. Les Palestiniens du Chili: de la conscience diasporique à la mobilisation transnationale. Revue d’Etudes Palestiniennes. v.95, 2005.

_____. América Latina y la Cuestión Palestina (1947-2012). Araucaria (Madrid). v.14, 2012.

_____. Palestinians in Latin America: Journal of Palestine Studies, v.43, 2014.

_____. O “Refúgio” e o “Retorno” entre os Palestinos do Chile: Narrativa Identitária e Discurso Militante. Em: SCHIOCCHET, Leonardo (Org.). Entre o Velho e o Novo Mundo: A Diáspora Palestina Desde o Oriente Médio à América Latina. 1ª edição. Chiado Print, Lisboa, Portugal, Julho, 2015.

_____. Introduction: Journal of Palestine Studies, v.46, 2017.

Barbosa, Gustavo. Populações Imaginadas – Estatística e Não-Estado em Chatila, Líbano. Em: Entre o Velho e o Novo Mundo: a Diáspora Palestina Desde o Oriente Médio à América Latina. Chiado Editora, 1ª edição: Julho, 2015.

20 Arlene Clemesha, Silvia Ferabolli. Studying the Middle East from Brazil: reflections on a different worldview. *EI – Estudos Internacionais*. 8, 4 (2020): 97-109.

Brinner, Benjamin. *Playing across a divide: Israeli Palestinian musical encounters*, Oxford University, Press on Demand, 2009.

Campos, Geraldo Adriano Godoy de. *Por uma filosofia da espera e da permanência: o tempo no cinema de Elia Suleiman e Kamal Aljafari*. Tese de Doutorado. USP, São Paulo, 2019.

Chagas, Gisele F.; Pinto, P.G.H. Apresentação. Dossiê Exílios: etnografias de campos de refugiados palestinos no Líbano. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, v. 35, p. 13-16, 2013.

Clemesha, Arlene Elizabeth. *Uma educação para preservar a identidade*. Biblioteca Entre Livros, São Paulo, p. 36 – 41, 01 mar. 2006.

_____. *Palestina, 1948-2008 - 60 Anos de Desenraizamento e Desapropriação*. Forum, Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Orientais. Ano V, 2008.

_____. *Da ideia de transferência à realização da limpeza étnica: contribuições da nova historiografia israelense e palestina*. PUCVIVA 34, Janeiro/Abril, 2009.

_____; Feraboli, Silvia. *Studying the Middle East from Brazil: reflections on a different worldview*. Em: *EI – Estudos Internacionais*. v. 8, n. 4, p. 97-109, Belo Horizonte, 2020.

Costa, Renatho. *O dilema da integração a partir da perspectiva do mercado de trabalho para os árabes-israelenses no estado de Israel*. Em: Adi, Ashjan Sadique; Sahd, Fábio Bacila. (Orgs.) *O Oriente Médio e Palestina pesquisados a partir do Brasil: reflexões acadêmicas, marginais e críticas*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

Dias, Amanda. *Pintores de Beddawi: Entre Criação Artística e Engajamento Político*. Em: *Entre o Velho e o Novo Mundo: a Diáspora Palestina Desde o Oriente Médio à América Latina*. Chiado Editora, 1ª edição: Julho, 2015.

Dawud, Hanin M. W. M. K. *A Missão Olímpica Rio 2016: locutores palestinos em questão*. Dissertação de Mestrado. UFPR, Curitiba, 2020.

Guiral Bassi, Danilo. *A ideia de um Estado binacional na Palestina histórica: conceitos, evolução histórica e perspectivas na atualidade*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Hamid, Sônia Cristina. *(Des)Integrando Refugiados: Os Processos do Reassentamento de Palestinos no Brasil*. Tese de Doutorado. UnB, Brasília, 2012.

_____. *O reassentamento de palestinos no Brasil: discursos orientalistas de gênero*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (anais eletrônicos), Florianópolis, 2013.

_____. *Árabes Estabelecidos e Refugiados Palestinos Recém- Chegados ao Brasil: tensões referentes ao “direito do retorno” e a uma “pedagogia de ascensão social”*. Em: Schiocchet, Leonardo (Org.). *Entre o Velho e o Novo Mundo: A Diáspora Palestina Desde o Oriente Médio à América Latina*. 1ª edição. Chiado Print, Lisboa, Portugal, Julho, 2015.

Hazin, Hissa Mussa. Imigrantes palestinos, identidades brasileiras: compreendendo a identidade palestina e as suas transformações. Dissertação de Mestrado. UFPE, Recife, Pernambuco, 2016.

Heim, Karin. Beats Not Bombs: Hip-Hop To Create Peace In the Israeli-Palestinian Conflict. *Nota Bene: Canadian Undergraduate Journal of Musicology*: Vol.4: Iss. 2, Article 5, 2011.

Jardim, Denise Fagundes. Palestinos no Extremo Sul do Brasil: Identidade e os Mecanismos Sociais de Produção de Etnicidade – Chuí / RS. Tese de Doutorado. UFRJ / PPGAS / Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2000

_____. Identidade Étnica e Recriação das Tradições entre os Migrantes de Origem Palestina no Extremo Sul do Brasil. Em: Campos – Revista de Antropologia Social. n.02: 67-84. UFPR, Curitiba, 2002.

_____. A Diáspora Palestina: As Organizações Sanaud e a Experiência Geracional Acerca da Identidade Palestina no Sul do Brasil. Em: Schiocchet, Leonardo (Org.). *Entre o Velho e o Novo Mundo: A Diáspora Palestina Desde o Oriente Médio à América Latina*. 1ª edição. Chiado Print, Lisboa, Portugal, Julho, 2015.

Levine, Mark: *Heavy Metal Islam: Rock, Resistance, And The Struggle For The Soul Of Islam*. Three Rivers Press, New York, 2008.

Lovatt, Hugh. *Palestinian Hip-Hop Culture and Rap Music: Cultural Resistance as an Alternative to Armed Struggle*. BA Arabic. Institute of Arabic and Islamic Studies, Exeter University, 2009.

Manfrinato, Helena de Moraes. Dos quadros de guerra à participação: notas sobre a jornada do refúgio palestino em São Paulo. *Cadernos de Campo (USP)*, v. 25, p. 421, 2017.

McDonald, David A.: *My voice is my weapon: music, nationalism, and the poetics of Palestinian resistance*. Duke University Press, 2013.

Montenegro, Silvia. La triple frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay: globalización y construcción social del espacio. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara, 2007.

Oliveira, Luciana Garcia de. A diáspora palestina no Brasil – A FEPAL: Trajetórias, reivindicações e desdobramentos (2000 – 2012). Dissertação de Mestrado, USP, 2017.

Oliveira, Rafael Gustavo de. Al Dakhel, cartografias como experiência : reflexões a partir de um trabalho de campo na Palestina. Tese (Doutorado em Antropologia), UFPR, Curitiba, 2020.

_____. Selah al Museka: uma etnografia das práticas e produções musicais palestinas. Dissertação de Mestrado, UFPR, Curitiba, 2015.

_____. Resenha Schiocchet, Leonardo (Org.). *Entre o Velho e o Novo Mundo: A Diáspora Palestina Desde o Oriente Médio à América Latina*. 1ª edição. Chiado Print, Lisboa, Portugal, Julho, 2015. Em: *Al Irfan – Revista de ciencias humanas y sociales / Reseñas*. No 2. 2017.

_____. A Palestina é uma só: im/possibilidade de trânsito e experiências da cartografia a partir de músicos na Palestina. Em: Adi, Ashjan Sadique; Sahd, Fábio Bacila. (Orgs.) *O Oriente Médio e Palestina pesquisados a partir do Brasil: reflexões acadêmicas, marginais e críticas*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

_____. Al Dakhel, cartografias como experiência: reflexões a partir de um trabalho de campo na Palestina. Tese (Doutorado em Antropologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2020.

Prates, Daniele Regina Abilas. O fio de Ariadne: deslocamento, heterotopia e memória entre refugiados palestinos em Mogi das Cruzes, Brasil e Burj Al-Barajneh, Líbano. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 2012.

_____. Entre monges e freiras: disputa, identidade religiosa e nacionalismo nos territórios ocupados da Palestina. In: VI Jornada de Alunos PPGA/UFF 2012, 2012, Niterói. Anais VI Jornada de Alunos PPGA/UFF 2012, 2012.

_____. "Não quero lembrar... muito sofrimento": percursos da memória entre os refugiados palestinos no Brasil. *Horizontes Antropológicos*. Vol.20, n.42, pp.133-152, 2014.

_____. Espaços Habitados, Lugares Estendidos: A Experiência Dos Refugiados Palestinos no Brasil a partir de Redes Locais e Transnacionais. Em: SCHIOCCHET, Leonardo (Org.). *Entre o Velho eu Novo Mundo: A Diáspora Palestina Desde o Oriente Médio à América Latina*. 1 a edição. Chiado Print, Lisboa, Portugal, Julho, 2015.

Resende, Fernando A.; Robalinho, R. Eu, na fronteira dos teus olhos – sujeitos, territórios e resistência no conflito Israel/Palestina a partir de um filme de Aviv Mograbi. *Revista Eco-Pós (Online)*, v. 17, p. 1-13, 2014.

_____.; Rossignoli, Letícia . O conflito Israel/Palestina como acontecimento jornalístico: análises de narrativas do jornal Folha da Manhã (1936/1946). *GALÁXIA (SÃO PAULO. ONLINE)*, v. De2015, p. 86-98, 2015.

Ribeiro, Zenilda Lopes. *Árabes Palestinos em Barra do Garças – MT: a topofilia como realidade geográfica*. XIII ENANPEGE, São Paulo, 2019.

Said, Edward W. *After the Last Sky: Palestinian Lives*. Columbia University Press, New York, 1999.

Schiocchet, Leonardo. *Refugee Lives: Ritual and Belonging in two Palestinian Refugee Camps in Lebanon*. PhD Dissertation. Graduate School of Arts and Sciences, Boston University, 2011.

_____. Palestine; Popular Culture. In: *Cultural sociology of the Middle East, Asia, and Africa: an encyclopedia*. Organização: Andrea L. Stanton. SAGE Publications, Inc. California, 2012.

_____. *Palestinian Refugees: Different Generations, but One Identity. The Forced Migration and Refugee Unit . The Ibrahim Abu-Lughod Institute of International Studies Birzeit University . Birzeit, Palestine, 2013*

_____. Suspicion and the Economy of Trust among Palestinian Refugees in Lebanonn: *Cambridge Anthropology* 32(2), Autumn, Cambridge Anthropology. 2014.

_____. Por uma Antropologia Assimétrica da Palestinidade, Em: Entre o Velho e Novo Mundo: A Diáspora Palestina Desde o Oriente Médio à América Latina. Leonardo Schiocchet (Org). 1ª edição. Chiado Print, Lisboa, Portugal, Julho, 2015.

_____. Uma Nação Sem Estado: A Palestina dos Palestinos in Limonic, Flávio & Martinho, Francisco. A Experiência Nacional, pp. 353-84. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2017.

Schwarzman, Sheila. Israel: Nova história e cinema pós-sionista. Em: Significação: Revista de Cultura Audiovisual, v.40, n.40, 2013.

Stephan, C. A Burocratização da Segurança Internacional: a prolongada assistência humanitária da UNRWA aos refugiados da Palestina no Oriente Médio. *CONJUNTURA GLOBAL*, v. 7, p. 276-296, 2018.

_____. A UNRWA e a Assistência Humanitária Prolongada aos Refugiados Palestinos: uma análise do papel da agência no conflito árabe-israelense. Dissertação de Mestrado, UFPR, 2014.

_____. O Ciberativismo pelos Direitos Humanos em Israel/Palestina. *MUNDORAMA*, v. 11, p. 1-7, 2018.

_____. Processo 'Parcialmente Imparcial': os Estados Unidos como Mediadores das Negociações de Paz entre Israel/Palestina. *Conjuntura Global*, v. 3, p. 184-193, 2014.

_____. UNRWA: O Compromisso da Sociedade Internacional com os Refugiados Palestinos. *Conjuntura Global*, v. 1, p. 41-44, 2013.

Teles, Barbara Caramuru. “La tierra Palestina es más cara que el oro”: narrativas palestinas em disputa. Dissertação de Mestrado. UFPR, Curitiba, 2017.

_____. Da Palestina ao Chile: sobre deslocamentos e mobilidades e a construção de categorias de alteridade. Em: Adi, Ashjan Sadique; Sahd, Fábio Bacila. (Orgs.) Oriente Médio e Palestina pesquisados a partir do Brasil: reflexões acadêmicas, marginais e críticas. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

_____. “La resistencia palestina es mujer y está furiosa”. Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, entre 30 de outubro e 6 de setembro de 2020.

Zucchi, Luciano Kneip. Implementação do Estado de Israel e a Gênese dos Conflitos Israelo / Árabes. Tese de Doutorado. UNESP. Marília, 2020.

O colonialismo como marco interpretativo basilar do *apartheid* israelense: revisitando e ressignificando a questão

The colonialism as a fundamental interpretative framework of Israeli apartheid: revisited and re-signifying the question

El colonialismo como marco interpretativo fundamental del apartheid israelí: revisando y ressignificando la cuestión

Fábio Bacila Sald¹

Bárbara Caramuru Teles²

Resumo: A ocupação e colonização da Palestina têm sido hegemonicamente retratadas como um “conflito”, pressupondo paridades inexistentes. A assimetria na relação de forças é reflexo da disparidade de poder entre um povo e um Estado colonial, que mantém os palestinos sob um regime de *apartheid*. Neste trabalho revisitamos referencial das ciências humanas e do direito internacional para considerar a relevância do colonialismo como marco teórico basilar à compreensão da situação vigente na Palestina/Israel, superando a fragmentação imposta pelo poder hegemônico como estratégia de dominação. Paralelamente, na interpretação das políticas coloniais e segregacionistas, acionamos outras categorias, encaminhando a discussão para a necessária constituição de uma contra narrativa, capaz de ressignificar as análises.

Palavras-chave: colonialismo, *apartheid*, Palestina

Abstract: The occupation and colonization of Palestine has been hegemonically portrayed as a "conflict," assuming non-existent parities. The asymmetry in the relation of forces is a reflection of the disparity of power between a people and a colonial state, which maintains Palestinians under an apartheid regime. In this work, we revisit references from the human sciences and international law to consider the relevance of colonialism as a basic theoretical framework for understanding the current situation in Palestine/Israel, overcoming the fragmentation imposed by hegemonic power as a strategy of domination. In parallel, in the interpretation of colonial and segregationist policies, we activate other categories, directing the discussion towards the necessary constitution of a counter-narrative, capable of re-signifying the analysis.

Keywords: colonialism, apartheid, Palestine

Resumen: La ocupación y colonización de Palestina se ha presentado hegemónicamente como un "conflicto", asumiendo paridades inexistentes. La asimetría en la relación de fuerzas es un reflejo de la disparidad de poder entre un pueblo y un Estado colonial, que mantiene a los palestinos bajo un régimen de *apartheid*. En este trabajo, retomamos referencias de las ciencias humanas y del derecho internacional para considerar la relevancia del colonialismo como marco teórico básico para entender

¹ Professor no Departamento de Ciências Humanas e Licenciatura da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutor pelo programa interdisciplinar "Humanidades, direitos e outras legitimidades", da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá (2012). Especialista em história pela Faculdade Bagozzi (2009). Graduado em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Maranhão, Brasil.

² Doutoranda em Antropologia Social do programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em Antropologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em História Afro-brasileira e Indígena pela Uninter. Graduada em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Florianópolis, Brasil.

la situación actual en Palestina/Israel, superando la fragmentación impuesta por el poder hegemónico como estrategia de dominación. Paralelamente, en la interpretación de las políticas coloniales y segregacionistas, activamos otras categorías, orientando la discusión hacia la necesaria constitución de una contranarrativa, capaz de resignificar las análisis.

Palabras clave: colonialismo, *apartheid*, palestina

Introdução

Há décadas, frequentemente, temas relacionados à Questão Palestina (QP) figuram nas seções internacionais de distintos periódicos espalhados pelo globo. Geralmente, são narrativas factuais, episódicas, carregadas de jargões, que reproduzem um imaginário orientalista na representação dos surtos cíclicos de violência. Isso é assim, em partes, pela reivindicação, desde os primeiros sionistas até os primeiros-ministros israelenses na contemporaneidade, de uma pertença cultural ocidental, que é reforçada pela origem europeia de muitos israelenses de fé judaica e pela própria participação do país em órgãos europeus como se, de fato, fosse parte do Velho Continente. Isso inclui, mas vai muito além das eliminatórias para a Copa do Mundo de futebol e da Liga dos Campeões, perpassando a própria formação e as preferências estéticas, privilegiando-se o padrão europeu nos concursos locais de beleza³.

Em contrapartida, a representação da alteridade palestina se dá a partir de adjetivos como “fundamentalista”, “terrorista”, “retrógrado”, que atualiza os estigmas reservados aos “orientais” ou “não ocidentais”, desde os primórdios do colonialismo, como pertencentes à barbárie, perante a qual cabe uma missão civilizadora. Não é fortuito que a própria empresa sionista tenha sido legitimada desse modo por diferentes pioneiros, como Theodor Herzl (1947)⁴ e sua máxima “constituir a ponta de lança da civilização em meio à barbárie” e de modo ainda mais sincero por sionistas como Zeev Jabotinsky, que acusava seus pares de serem hipócritas ao tentar ocultar a natureza estritamente colonial e violenta do sionismo, que só poderia se consumir com o insistente uso da força contra os nativos, erigindo-se uma muralha de ferro intransponível para quebrar seu ímpeto de resistência e os levar a aceitar a natureza irreversível de sua desapropriação^{5 6 7}.

São esses fios conectados que auxiliam a compreender porque, hoje, muitos “eurocéticos”, neopopulistas ou neofascistas defendem, fervorosamente, as políticas etnocráticas de Israel perante

³ Yitzhak Laor, *Las falacias del sionismo progressista* (Barcelona: Edicions Bellaterra, 2012).

⁴ Theodor Herzl, *O Estado judeu* (São Paulo: Organização sionista unificada do Brasil, 1947)

⁵ Nur Masalha, *Imperial Israel and the Palestinians: the politics of expansion* (London: Pluto Press, 2000)

⁶ Ilan Pappé, *The ethnic cleansing of Palestine* (Oxford: Oneworld Publications, 2008)

⁷ Avi Shlaim, *A muralha de ferro: Israel e o mundo árabe* (Rio de Janeiro: Fissus, 2004)

os palestinos como modelo para o tratamento a ser dispensado aos refugiados e imigrantes que, a seus olhos, “infestam” a Europa ou civilização, como pragas a serem combatidas, representando os israelenses como aliados na luta contra o Islã⁸. Parte da extrema-direita, outrora antissemita, flerta com Israel e o sionismo, confirmando, embora por outros motivos e sob outros termos, a predição de Herzl⁹ (1947) de que os “antissemitas” poderiam ser um aliado potencial da causa colonial e nacional sionista. As consequências dessa lógica para a população “nativa” palestina, ou as práticas coloniais exercidas contra ela, ficam bem ilustradas em diversas resoluções aprovadas pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (AG), com base em relatorias específicas criadas para monitorar a situação dos direitos humanos nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO), a exemplo da resolução 3525, de 15 de dezembro de 1975¹⁰. Citando-a:

A Assembleia Geral [...]

5. Condena, em particular, as seguintes políticas e práticas israelenses:

- (a) A anexação de partes dos territórios ocupados;
 - (b) O estabelecimento de assentamentos israelenses ali e a transferência de uma população estrangeira para eles;
 - (c) A destruição e demolição de casas árabes;
 - (d) O confisco e expropriação de propriedade árabe nos territórios ocupados e todas as outras transações para a aquisição de terras envolvendo as autoridades, instituições ou nacionais israelenses, por um lado, e os habitantes ou instituições dos territórios ocupados por outro;
 - (e) A evacuação, deportação, expulsão, deslocamento e transferência de habitantes árabes dos territórios ocupados e a negação de seu direito de retorno;
 - (f) Prisões em massa, detenção administrativa e maus-tratos à população árabe;
 - (g) A pilhagem de bens arqueológicos e culturais;
 - (h) A interferência nas liberdades e práticas religiosas, bem como nos direitos e costumes das famílias;
 - (i) A exploração ilegal da riqueza natural, recursos e população dos territórios ocupados;
6. Declara que essas políticas e práticas de Israel constituem graves violações da Carta das Nações Unidas, em particular, dos princípios de soberania e integridade territorial e dos princípios e disposições do direito internacional relativos à ocupação e constituem também um impedimento ao estabelecimento de uma paz justa e duradoura;
7. Reafirma que todas as medidas tomadas por Israel para alterar o caráter físico, composição demográfica, estrutura institucional ou status dos territórios ocupados, ou qualquer parte deles, são nulas e sem efeito [...]
9. Exige que Israel desista imediatamente da anexação e colonização dos territórios árabes ocupados, bem como de todas as políticas e práticas mencionadas no parágrafo 5 acima.¹¹

⁸ Cas Mudde, *The far right today* (Cambridge: Polity Press, 2019)

⁹ Theodor Herzl, *O Estado judeu* (São Paulo: Organização sionista unificada do Brasil, 1947)

¹⁰ United Nations General Assembly. “Resolution 3525 (XXX)”, December 15, 1975. Report of the Special Committee to investigate Israeli practices affecting the human rights of the population of the Occupied Territories. Resolução datada de 15 dez. 1975. Disponível em: <<http://unispal.un.org/unispal.nsf/a06f2943c226015c85256c40005d359c/111ce247e0c321f6852560de004fdb48?OpenDocument>>. (Acesso em 10 ago. 2021).

¹¹ United Nations General Assembly. “Resolution 3525 (XXX)”, December 15, 1975. Report of the Special Committee to investigate Israeli practices affecting the human rights of the population of the Occupied Territories. Resolução datada de 15 dez. 1975. Disponível em: <http://unispal.un.org/unispal.nsf/a06f2943c226015c85256c40005d359c/111ce247e0c321f6852560de004fdb48?OpenDocument>>. (Acesso em 10 ago. 2021).

Se esse quadro foi pincelado de modo grosseiro, entendemos que os contornos mais gerais esboçados são suficientes para expressar as formas existentes e permitir o vislumbre do conteúdo ou estado da arte. Mas, faz-se necessário ir além e dar um tratamento mais adequado, atendo-nos a uma melhor representação do todo e a um ou outro detalhe, quando possível. Já são muitos os críticos que apontam para o colonialismo como o pano de fundo mais geral dessa obra. Dos primeiros colonos judeus vindos da Europa, ainda no final do século XIX, até aqueles que se reivindicam como seus “herdeiros diretos” e continuadores, os colonos na Cisjordânia, a lógica colonial é a mesma¹². Inclusive, ela é inerente ao reconhecimento das colônias nos TPO como “valor nacional” pela Lei Básica de Israel, aprovada, em 2018, que também definiu o direito exclusivo dos judeus à autodeterminação no território, privilegiando o caráter étnico do Estado em detrimento de sua faceta supostamente democrática.^{13 14}

Quanto ao colonialismo como pano de fundo da QP, as considerações mais gerais de Frantz Fanon e Aimé Césaire sobre o fenômeno seguem muito influentes, perpassando a bibliografia especializada. Conforme o teórico martinicano, “o colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado bruto e só pode inclinar-se diante de uma violência ainda maior”¹⁵. Seguindo o raciocínio, Fanon afirma que “no mundo colonial ... o indígena é um ser encurralado, o *apartheid* é apenas uma modalidade de compartimentação do mundo colonial”¹⁶. Precedendo Fanon, Aimé Césaire, em seu Discurso sobre o colonialismo, destacou como a colonização leva à barbárie, à própria “negação da civilização”.¹⁷

“A colonização, repito, desumaniza até o homem mais civilizado; que a ação colonial fundada no desprezo pelo homem nativo e justificada por esse desprezo, inevitavelmente, tende a modificar a pessoa que o empreende; que o colonizador, ao acostumar-se a ver o outro como animal, ao treinar-se para tratá-lo como animal, tende objetivamente, para tirar o peso da consciência, a se transformar, ele próprio, em animal.”¹⁸

¹² Idith Zertal and Akiva Eldar. *Lords of the land: The war over Israel’s settlements in the Occupied Territories, 1967-2007*. (New York: Nation Books, 2007)

¹³ Tamara Nassar, Israel passes law entrenching apartheid. *The Electronic Intifada*, 19 jul. 2018. Disponível em: <<https://electronicintifada.net/blogs/tamara-nassar/israel-passes-law-entrenching-apartheid>>

¹⁴ Raoul Wootlif. Final text of Jewish nation-state law, approved by the Knesset early on July 19. *The Times of Israel*, 18 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.timesofisrael.com/final-text-of-jewish-nation-state-bill-set-to-become-law/>>.

¹⁵ Frantz Fanon, *Os condenados da Terra* (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, [1961]1968), 46

¹⁶ *Ibid.*, 39

¹⁷ Aimé Césaire, *Discurso sobre o colonialismo* (São Paulo: Veneta, [1955] 2020), 21

¹⁸ Aimé Césaire, *Discurso sobre o colonialismo* (São Paulo: Veneta, [1955] 2020), 23

Na relação entre o colonizador e o colonizado só há “pressão”, “polícia”, imposição cultural”, “necrotério”¹⁹. Dessa forma, a colonização atua no processo de “coisificação” dos seres humanos, afetando “milhões de homens nos quais foram inteligentemente inculcados o medo, o complexo de inferioridade, o ajoelhar-se, o tremor, o servilismo”²⁰. Tanto Cesáire quanto Fanon desenvolvem suas análises considerando o impacto da colonização sobre o corpo e a mente do colonizado, cobrindo desde sua desumanização até a dominação física e exploração econômica ou expropriação. Destituir das pessoas a condição humana, por sua vez, justifica princípios como “terra sem povo”. A similitude entre as realidades coloniais descritas e a realidade palestina torna-se evidente:

Na perspectiva colonialista, deve haver sempre, na terra ocupada, um mínimo de terror. Policiais, administradores racistas e prevaricadores, colonos abomináveis em torpeza e prazer perverso tecem sobre o conjunto do país colonizado uma rede muito cerrada na qual o autóctone se sente literalmente imobilizado. Ora, apesar do terror, apesar das intimidações intermináveis, episodicamente acontece a irrupção do ímpeto libertador.²¹

Conectando essas reflexões gerais com a QP em particular, Edward Said (2012) considera o imperialismo a teoria e o colonialismo a prática de, na percepção hegemônica, “transformar os territórios vagos e sem utilidade do mundo em versões úteis da sociedade metropolitana europeia”²², transformando em “produtividade, ordem, riqueza tributável, potencialmente desenvolvida”²³ tudo que “sugere desperdício, desordem, recursos não contados”²⁴, livrando-se ou confinando em reservas restritas os “nativos”, que são invisibilizados e negados e/ou estigmatizados como bárbaros, improdutivos, sem laços reais com a terra e óbices ao progresso²⁵. “Assim, a Europa foi reproduzida no exterior, sua ‘multiplicação no espaço’ foi planejada e administrada com sucesso”²⁶, legitimando-se as piores formas de sujeição e expropriação dos “nativos” a partir de um repertório que “decretava a aventura colonial normal, justificada, boa”²⁷. Na Palestina, convergiram para isso tanto o colonialismo britânico quanto o sionista²⁸.

Na produção das ciências humanas especializada na QP, esse referencial pós-colonial ou decolonial tornou-se lugar comum, sendo “A Questão Palestina”, de Said, e “Os palestinos em Israel:

¹⁹ Ibid., 24

²⁰ Ibid., 24-25

²¹ Frantz Fanon, *Escritos Políticos*, (São Paulo: Boitempo, [1958] 2021)

²² Edward W. Said, *A questão da Palestina* (São Paulo: Ed. UNESP, 2012), 88-89

²³ Ibid., 88

²⁴ Ibid

²⁵ Ibid

²⁶ Ibid, 89

²⁷ Ibid

²⁸ Ibid

um estudo em colonialismo interno”, de Elia Zureik, dois dentre os marcos fundantes dessa interpretação, ambos publicados no final dos anos 1970. Vale destacar que o próprio Said é um dos principais teóricos desse campo e suas teorizações sobre o colonialismo são inseparáveis daquelas mais específicas sobre a QP e de sua própria biografia. Inclusive, ele tem textos nas quais aborda, especificamente, as dimensões mais subjetivas de sua produção, iluminando a QP a partir de sua própria trajetória de vida. De modo semelhante, Zureik também traz em suas teorizações a marca de sua própria vivência como membro da minoria palestina com cidadania israelense, local a partir do qual também teoriza o colonialismo e as formas de controle e vigilância de um modo mais abrangente. Define o colonialismo como um “sistema de controle” e busca compreender “as minúcias de controle e vigilância que o estado exerce sobre o bem estar físico, socioeconômico e psicológico dos palestinos, sob o guarda-chuva do sionismo”.²⁹

Assim como nas ciências humanas, também no campo do direito internacional a já antiga definição de colonialismo vem sendo cada vez mais considerada em relatórios e em outras produções relativas à QP. Vale notar que, a ONU não adotou uma perspectiva anticolonial logo de início, a partir de sua fundação, mas somente, e não sem dissidências e enfrentamentos internos, quando da descolonização e ingresso nela de muitos países recém-emancipados do jugo colonial, que inverteram a correlação de forças na AG, em prol dos “não alinhados”, sendo o anticolonialismo e antirracismo, justamente, fatores cimentadores desse bloco³⁰. Assim que, em 14 de dezembro de 1960, a instituição aprovou a Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Colonizados³¹ - resolução 1514 (XV) -, em 1965, a Convenção Internacional sobre a Erradicação de Todas as Formas de Discriminação (CIEDR)³² e, em 1970 e 1973³³, respectivamente, as resoluções 2649 e 3070, reconhecendo o direito dos povos que têm sua autodeterminação negada a buscarem a efetivar por todos os meios, mencionando, explicitamente, o caso sul-africano e palestino e a segunda aludindo, inclu-

²⁹ Elia Zureik, *Israel's colonial project in Palestine: Brutal Pursuit* (London: Routledge, 2016), 2

³⁰ José Albuquerque e Silva, *As Nações Unidas e a luta internacional contra o racismo*. 2ª edição. (Brasília: santos, Fundação Alexandre de Gusmão, 2011)

³¹ United Nations. General Assembly. “Resolution 1514 (XV)”, December 14, 1960. Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/Independence.aspx>>. (Acesso em 11 ago. 2021).

³² United Nations General Assembly. International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination. “Resolution 2106 (XX)”, December 21, 1965. Disponível em: <https://ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CERD.aspx> (Acessado: Out 14, 2021)

³³ United Nations General Assembly. **International Convention on the Suppression and Punishment of the Crime of Apartheid. November 30, 1973.** [https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Vol- ume%201015/volume-1015-I-14861-English.pdf](https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Vol-ume%201015/volume-1015-I-14861-English.pdf). (Acessado: Out 14, 2021)

sive, à legitimidade da luta armada. O primeiro dos instrumentos referidos é o fundamento dos demais, pois inaugura a postura anticolonial adotada pela ONU doravante. Em linhas gerais, o colonialismo é caracterizado (e repudiado) como uma política de fragmentação dos povos e territórios colonizados e exploração de seus recursos, que acaba por negar seu direito à autodeterminação, implicando em distintas formas de discriminação e segregação.

Na sequência, aprofundaremos as reflexões acerca do colonialismo como chave interpretativa da QP, operando uma revisão bibliográfica mais cuidadosa e pensando em outras categorias relacionadas a ele, que auxiliam na compreensão da situação no território médio-oriental. Inicialmente, trataremos algumas reflexões complementares sobre a Palestina à luz do colonialismo e consideraremos os desdobramentos do “colonialismo de povoamento” para os locais (o que Said intitulou como “o sionismo do ponto de vista de suas vítimas”³⁴), relacionando também com outras categorias da filosofia política contemporânea e tipificações do direito internacional, como o *apartheid*. Então, concluiremos fundamentando teoricamente uma necessária escrita ou interpretação a contrapelo da QP, como fator imprescindível na garantia de um compromisso ético-político-científico crítico e solidário.

A historiografia da ocupação da Palestina à luz do colonialismo e de categorias relacionadas

Apropriando-se das reflexões de Fanon, Said (2012) vincula a QP ao orientalismo e ao colonialismo, demonstrando a filiação eurocêntrica do sionismo e a reprodução por ele (em diferentes tempos e espaços) da visão de mundo “civilizatória” racista e das práticas coloniais, submetendo os “nativos” a formas de “negações muito rigorosas”, seguidas de “obstrução, diminuição, silenciamento, confinamento”³⁵. Inclusive, essa dimensão comum conecta a QP com as demais experiências coloniais opressivas das alteridades não europeias, aproximando dela outras lutas libertárias, não somente de povos indígenas, mas também causas distintas, o que pode ser verificado no tremular da bandeira palestina em diferentes atos e manifestações contemporâneas, como em passeatas contra a violência policial, por direitos indígenas, contra o racismo, pelo direito à terra, dentre outros. Citando Said, “há uma dimensão mais ampla interárabe e internacional (sem mencionar a interpalestina) da Palestina como grito de guerra [...] a ‘Palestina’ desencadeou uma série de outras questões. Essa palavra se tornou um símbolo da luta contra a injustiça social”³⁶, difundindo-se, desde os anos 1970,

³⁴ Edward W. Said, *A questão da Palestina* (São Paulo: Ed. UNESP, 2012), 63

³⁵ *Ibid.*, 22

³⁶ *Ibid.*, 144

a expressão “somos todos palestinos”³⁷. Esta que, mais recentemente, inspirou uma série de charges do cartunista brasileiro Carlos Latuff sendo a colonialidade o pano de fundo, com o tema da libertação aprofundado por Said em sua consagrada obra “Cultura e imperialismo”³⁸.

Fazendo um balanço do uso dessa chave teórica na bibliografia especializada, Zureik³⁹ aponta que, se, inicialmente, a recepção de sua própria obra em Israel foi conturbada, pois considerada enviesada (ou “mera ‘perspectiva palestina’”) por partir do paradigma colonial, em uma década a situação mudou, com tal enfoque não sendo só melhor aceito como se difundindo, inclusive a partir da presença colonial israelense nos TPO. Muito influenciado pelas categorias foucaultianas, para Zureik⁴⁰ o colonialismo tem três preocupações fundacionais, assentadas em práticas e discursos racistas: território, violência e controle populacional. Enquadrar o sionismo no contexto do “colonialismo de povoamento” (“*settler colonialism*”⁴¹) revelaria as estratégias e objetivos por trás das regras de governo regionais, que têm incluído violência, leis estatais repressivas e formas racializadas de vigilância⁴².

O racismo teria papel central não só no colonialismo como na biopolítica, com a desapropriação e transferência populacional dos indígenas expressando a implementação da agenda estatal, justificada a partir do “interesse nacional”. A versão sionista se caracterizaria pela intensificação do “colonialismo de povoamento”,⁴³ ao invés de seu abandono após a fundação do país, e pela recusa intransigente da assimilação dos nativos, expressando de modo mais evidente a lógica colonial da

³⁷ Ibid

³⁸ Edward Said, *Cultura e Imperialismo* (São Paulo: Companhia de Bolso, 2011)

³⁹ Elia Zureik, *Israel's colonial project in Palestine: Brutal Pursuit* (London: Routledge, 2016), XV

⁴⁰ Ibid., III; 1-2

⁴¹ “Colonialismo de povoamento, o conceito central fundamentando esse livro, está intrinsecamente associado à expropriação das populações indígenas por meio da violência, leis e práticas estatais repressivas e formas racializadas de monitoramento (atualmente referidas como perfilamento racial), cada um dos quais se tornou uma ferramenta essencial de governança hoje; tais leis e práticas estendem-se de meios informais a meios formais de monitoramento e controle tecnologicamente sofisticados. Elia Zureik (2016: 3) O relatório de Tilley (2009: 45) sobre o caso do apartheid israelense, encomendado pelo Conselho Sul-Africano de Pesquisa em Ciências Humanas, apresenta uma síntese instrumental de *settler colonialism*, que teria sido extensivamente debatido pelo movimento antiapartheid na África do Sul, sob o rótulo de “colonialismo de um tipo especial”, podendo a própria experiência colonial sul-africana e palestina ilustrar as especificidades dessa manifestação de colonialismo em relação a suas demais expressões. Primeiramente, os colonos se indigenizam no território que conquistaram e sobre o qual alegam ter a propriedade legal legítima, reivindicando para si o direito à autodeterminação nele. “Segundo, o movimento de independência dos colonos, geralmente, assume o manto de luta de descolonização, uma medida que, concomitantemente, nega a legitimidade de qualquer reivindicação anticolonial do povo que deslocaram. Onde isso é bem-sucedido, as colônias de povoamento são reconhecidas como Estados independentes e suas origens coloniais são expurgadas do direito e discurso internacional”. Uma terceira característica diferenciando o “colonialismo de povoamento” é um padrão de fomentar a colonização civil além das fronteiras como reflexo da busca por terras e recursos e tentativa militar de resolver a insegurança comum nas fronteiras coloniais. É um avanço gradativo, que vai eliminando a presença indígena.

⁴² Elia Zureik, *Israel's colonial project in Palestine: Brutal Pursuit* (London: Routledge, 2016) p.3

⁴³ Ibid.

eliminação, pois desde seus primórdios o objetivo é a substituição populacional na Palestina, desnacionalizando os primeiros e desapropriando suas terras para acomodar os colonos judeus enquanto pretende manter uma fachada democrática.

Criticando a omissão da dimensão colonial por Foucault, Zureik (2016) aprofunda esse paradigma, relacionando-o com categorias da filosofia política que, inclusive, são fundamentadas nas reflexões do filósofo francês, como biopolítica e necropolítica. Considerando a relação entre colonialismo e biopolítica no controle das populações e gestão dos territórios, Zureik⁴⁴ mobiliza também os conceitos de racismo e vigilância como ferramenta basilar de governança (“em suas formas materiais, corporais e discursivas”). O território é central “no exercício da vigilância e controle nos Estados coloniais”, cujas práticas se orientam pela garantia da segurança nacional, para o que emprega (ou suspende) a lei colonial, da qual uma marca registrada é, justamente, o estado de exceção. Zureik se fundamenta também em Agamben (1942)⁴⁵, para quem as experiências coloniais constituem a origem do *campo* (como paradigma de gestão populacional na modernidade, local no qual a exceção legal é tornada permanente e a vida reduzida à condição de *homo sacer*, ou seja, tornada desprotegida ou vulnerável, portanto, impunemente retirada).^{46 47} Muito próximo da compreensão proposta por Zureik e compartilhando de seus referenciais, Mbembe apresenta os entrelaçamentos de colonialismo, sionismo, políticas de extermínio, *apartheid* e limpeza étnica na Palestina. Mbembe (2018)⁴⁸ parte da noção de “biopolítica” de Foucault, que se refere à gestão da vida, quando o poder regulamentador atua em sua preservação, “fazendo viver e deixando morrer”⁴⁹. Também retoma o racismo, como parte da formação do Estado moderno. Todavia, enfoca nas políticas de morte, ou seja, nas vidas que seriam deixadas pra morrer. Assim, chega ao “necropoder” como faculdade e capacidade do soberano precipitar a morte, sendo a soberania a capacidade de discernir quem importa e quem é “descartável”⁵⁰. Para Mbembe, a Palestina representa o melhor exemplo atual de necropolítica, com Gaza⁵¹ apresentando as três características do “necropoder”: 1- “fragmentação territorial”, 2- “acesso proibido a determinadas zonas” (proibição de livre circulação) e 3- “expansão dos assentamentos”. O

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ Giorgio Agamben, Estado de Exceção (São Paulo: Boitempo [1942] 2004

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ Elia Zureik, Israel's colonial project in Palestine: Brutal Pursuit (London: Routledge, 2016), 5

⁴⁸ Achille Mbembe, Necropolítica (São Paulo: n-1 edições, 2018)

⁴⁹ Michel Foucault, História da Sexualidade I: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. (Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988), 128

⁵⁰ Achille Mbembe, Necropolítica (São Paulo: n-1 edições, 2018) p.41

⁵¹ Embora o autor cite Gaza e na sequência mencione a expansão dos assentamentos, cabe salientar que estes foram desmantelados, em 2005, e Israel considerou não mais ter responsabilidade alguma perante o território, contrariando entendimento comum de órgãos internacionais de que segue sob ocupação, conforme o direito humanitário internacional

objetivo nessa situação seria o de “impossibilita qualquer movimento e implementar a segregação à moda do Estado de *apartheid*”⁵². Nesse contexto, o cotidiano é militarizado e a vida passa a ocupar um segundo plano⁵³. A necropolítica, portanto, resume-se à forma de gestão da vida com base na política sistemática de precipitação da morte, vigorando o estado de exceção, com a suspensão dos direitos e pleno exercício do poder⁵⁴. Evocando Agamben, situamos o caso palestino nas situações nas quais os instrumentos do regime de exceção são incorporados ao cotidiano, a exceção passa a ser a regra e as pessoas são privadas dos seus direitos, como à vida e à propriedade^{55 56}.

Boaventura de Sousa Santos (2010)⁵⁷ é outro teórico que menciona a QP na articulação do colonialismo com formas de gestão, desapropriação, violência e exclusão das populações situadas do “lado de lá” da linha abissal, separando a “civilização da barbárie”, residindo em territórios onde não vigora a lei e proteção legal, mas violações impunes praticadas contra o corpo do outro e suas propriedades. Também se referenciando em Foucault e Agamben, outros teóricos pensaram a QP a partir de conceitos como biopolítica, *campo* e *homo sacer*, relacionados à condição colonial^{58 59}, caso do historiador israelense Neve Gordon (2008)⁶⁰. Este periodiza a ocupação de Cisjordânia e Gaza a partir dos dispositivos de controle empregados por Israel e hegemônicos em cada subperíodo (disciplinar, biopolítico e soberano). Divide-a em dois grandes períodos ou paradigmas: o primeiro, notadamente disciplinar e biopolítico (chamado de “política de vida”), orientou-se pelo referencial da “colonização positiva”, voltada a tornar a ocupação invisível e aceita pelos palestinos, com base na garantia de melhorias socioeconômicas pontuais apresentadas como benesses do colonizador, desde que fossem suprimidas quaisquer manifestações e reivindicações políticas⁶¹. A Primeira Intifada marca a crise desse modelo, engendrando a gradativa formação e consolidação de seu sucessor, que é a “política de morte ou segregação”, fundada no exercício e discrição do poder soberano de matar ou deixar

⁵² Achille Mbembe, *Necropolítica* (São Paulo: n-1 edições, 2018) p. 43

⁵³ *Ibid.*, 48

⁵⁴ *Ibid.*

⁵⁵ *Ibid.*

⁵⁶ Giorgio Agamben, *Estado de Exceção* (São Paulo: Boitempo [1942] 2004

⁵⁷ Boaventura de Souza Santos, *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. (São Paulo: Cortez, 2010)

⁵⁸ Castor B. Ruiz, *As estratégias do (bio) poder na inclusão/excludente da vida humana*. In: *Revista Ethica*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 11-39, 2007. p. 29. Disponível em: <<http://www.revistaethica.com.br/v14n2Artigo1.pdf>>. Acesso em 23 mai. 2021.

⁵⁹ Slavoj Žižek, *Bem-vindo ao deserto do real!: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas* (São Paulo: Boitempo editorial, 2003)

⁶⁰ Neve Gordon, *Israel's occupation* (Los Angeles: University of California Press, Ltd., 2008)

⁶¹ *Ibid.*

viver, prevalecendo a suspensão do estado de direito ou das proteções legais. Para Gordon, os distintos dispositivos de controle sobre os palestinos vigoraram nos subperíodos da ocupação, durante os quais um ou outro foram empregados de modo dominante, mas não exclusivo. É ao mesmo tempo irônico e sugestivo como, tanto em 1948 quanto em 2021 (e possivelmente também em outros momentos), assim como palestinos e uma resolução da Organização para a Unidade Africana, até israelenses compararam suas políticas com a dos nazistas, sendo estes o paradigma político-filosófico das reflexões sobre vida, morte e exceção legal na modernidade^{62 63}.

Além do âmbito acadêmico, especialmente das ciências humanas, o colonialismo se tornou uma tipologia do direito internacional, mencionada em distintos instrumentos, cabendo à ONU se empenhar para sua erradicação. Se o marco é a já referida declaração de 1960, alusões a ela figuram no preâmbulo da Convenção Internacional para a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial (CIEDR) e da Convenção Internacional para a Supressão e Punição do Crime de *Apartheid* (CISPCA)⁶⁴, de 1973, que denuncia os vínculos entre esse regime e o colonialismo. Citando a primeira, “as Nações Unidas têm condenado o colonialismo e todas as práticas de segregação e discriminação a ele associadas, em qualquer forma e onde quer que existam”, com a Declaração de 1960 “afirmado e proclamado solenemente a necessidade de leva-las a um fim rápido e incondicional”⁶⁵. A CISPCA (1973)⁶⁶ também cita o documento, mais especificamente, a seguinte passagem de seu preâmbulo: a Assembleia Geral da ONU “declarou que o processo de libertação é irresistível e irreversível e que, no interesse da dignidade humana, progresso e justiça, um fim deve ser colocado ao colonialismo e a todas as práticas de segregação e discriminação a ele associadas”^{67 68}.

⁶² Ali Abunimah and Tamara Nassar, “Today we are Nazis”, says member of Israeli Jewish extremist group. The Eletronic Intifada, 19 may. 2021. Disponível em: <<https://electronicintifada.net/content/today-we-are-nazis-says-member-israeli-jewish-extremist-group/33081?fbclid=IwAR2pTbNVuTm4Tpy1Esw2xQHZPmV7IOrCXuMEb2n85MPM-roT5ni3P2zhSwrg>>.

⁶³ Ronnie Kasrils, Israel and apartheid: When democracy for a minority becomes a special form of colonialism. In: JEENAH, Na’eem. Pretending democracy, living ethnocracy. In: _____ (ed.). Pretending democracy: Israel, an ethnocratic state. (Johannesburg: AMEC, 2012.), 39

⁶⁴ United Nations General Assembly. **International Convention on the Suppression and Punishment of the Crime of Apartheid. November 30, 1973.** <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%201015/volume-1015-I-14861-English.pdf> (Acesso Ago 11, 2021).

⁶⁵ United Nations, General Assembly. International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination. Resolution 2106 (XX), December 21, 1965. Disponível em: <https://ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CERD.aspx>. (Acesso Ago 11, 2021).

⁶⁶ United Nations General Assembly. **International Convention on the Suppression and Punishment of the Crime of Apartheid. November 30, 1973.** <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%201015/volume-1015-I-14861-English.pdf> (Acesso Ago 11, 2021).

⁶⁷ Ibid.

⁶⁸ Ibid

Outros valores reivindicados na Declaração de 1960, e negados pelo colonialismo que, portanto, deve ser suprimido, são o “direito inalienável à liberdade absoluta, ao exercício de sua soberania e à integridade de seu território nacional”⁶⁹, juntamente com a autodeterminação e o desenvolvimento econômico, social e cultural. Nesse sentido, a “subjugação, dominação e exploração” de um povo são caracterizadas como negações de direitos humanos e da Carta da ONU, ameaçando a paz e segurança internacionais, estando interdidas quaisquer ações armadas, medidas repressivas ou tentativas de romper a unidade nacional e integridade territorial dos “povos dependentes”, para os quais todos os poderes sobre seus territórios devem ser transferidos⁷⁰.

Considerando a situação prevalecente a partir das tipificações de *apartheid* e colonialismo do direito internacional, um relatório coordenado por Virginia Tilly⁷¹ aponta que, enquanto a primeira está definida em convenção específica e pelo Estatuto de Roma, não há uma definição decisiva e única para a segunda. Mas, os termos da declaração de 1960 indicariam que, uma situação é passível ser assim classificada “quando os atos de um Estado têm como resultado cumulativo anexar ou reter ilegalmente de outro modo o controle sobre o território e objetiva negar de modo permanente a sua população nativa o exercício do direito à autodeterminação”⁷². Ademais, outros pontos, ilegais em si, quando tomados em conjunto, evidenciarão o caráter colonial das práticas israelenses nos TPO: violação da integridade territorial e da soberania local sobre os recursos naturais, vinculação de sua economia à da potência ocupante (inibindo sua autonomia) e privação da capacidade de sua população se autogovernar (“substituindo seus mecanismos legais e políticos”), expressar-se livremente e praticar e desenvolver sua cultura (“dominação cultural, que ameaça a identidade do povo de um território ocupado e, então, sua capacidade de expressar seu direito à autodeterminação”). Em outras palavras, o colonialismo viola o direito dos “indígenas” a existirem – demográfica e territorialmente – como um povo, desenvolverem-se nas diferentes dimensões e manterem a integridade de seu território e cultura e a soberania permanente sobre seus recursos. Considerada em sua totalidade, a implementação de uma política colonial por Israel não tem sido pontual, mas sistemática e abrangente, de modo que sua presença nos TPO violou os limites legais e extrapolou a própria categoria de “ocupação

⁶⁹ United Nations. General Assembly. Resolution 1514 (XV), December 14, 1960. Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/Independence.aspx>>. (Acesso Ago 11, 2021).

⁷⁰ Ibid.

⁷¹ Virginia Tilly, (ed). Occupation, Colonialism, Apartheid? A re-assessment of Israel’s practices in the occupied Palestinian territories under international law. (Cape Town: Middle East Project of the Democracy and Governance Programme & Human Sciences Research Council of South Africa, 2009), 15-16, 119-120

⁷² United Nations. General Assembly. “Resolution 1514 (XV)”, December 14, 1960. Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/Independence.aspx>>. Acesso em 11 ago. 2021.

temporária” prevista pelo Direito Humanitário Internacional, não sendo mero ocupante, mas colonizador, atualizando essa dimensão fundante do sionismo. Isso fica visível no expediente comum de desconsiderar realidades pré-existentes (inclusive, a própria população “indígena”), criar ou redefinir fronteiras e usar a lei como aparato de controle central, codificando o domínio sobre o território.

Tal reflexão remete àquelas feitas por Nur Masalha (2000; 2008)^{73 74} e ao capítulo escrito por Ilan Pappé (2015)⁷⁵ no livro comparativo com o *apartheid* sul-africano que ele próprio organizou, no qual problematiza se o sionismo pode ser definido como movimento colonial. Constata que forma um tipo específico dentro da família do “colonialismo de povoamento”, caracterizado também por apresentar elementos nacionalistas (sendo tal definição do movimento ainda muito criticada por acadêmicos dos EUA e Israel, embora tenha se difundido com uma historiografia alternativa, dos anos 1980 em diante, destacando-se autores como Baruch Kimmerling, Gershon Shafir e Gabi Piterberg).

Como já mencionado, para além de interpretações acadêmicas fundadas nas ciências humanas ou no direito internacional, a natureza colonial do sionismo e o paralelo de suas práticas com outras de natureza semelhante foram percebidas e acusadas também em esferas político-diplomáticas, como no âmbito da Organização para a Unidade Africana⁷⁶, com o tema ganhando projeção global e ocupando sessões e deliberações da AG-ONU devido à atuação enfática de ex-colônias, organizadas em torno do bloco dos não alinhados. A OUA, literalmente, considerou a QP uma “Questão Africana” e de “luta heroica contra o sionismo e o racismo”⁷⁷. A posição da entidade foi, gradativamente, endurecendo a partir da ocupação e colonização dos territórios palestinos e árabes por Israel, de 1967 em diante. O país foi incluído no conjunto formado por regimes “colonialistas e racistas”, como as colônias portuguesas, Rodésia, África do Sul e sua ocupação da Namíbia. Suas ações, cujo objetivo seria a “judaização” do espaço, são descritas com base nos termos da Declaração de 1960, como “expansão agressiva” e “anexação”, que negam os direitos nacionais, liberdade, soberania e integridade territorial dos palestinos, ameaçando a paz e segurança regional e global, não tendo “precedentes nos anais

⁷³ Nur Masalha. *Imperial Israel and the Palestinians: the politics of expansion*. (London: Pluto Press, 2000)

⁷⁴ Nur Masalha, *Expulsión de los palestinos. El concepto de “transferencia” en el pensamiento político sionista, 1882-1948* (Buenos Aires: Editorial Canaán, 2008)

⁷⁵ Ilan Pappé, *The Many Faces of European Colonialism: The Templers, the Basel Mission and the Zionist Movement*. In: _____ (ed.). *Israel and South Africa. The Many Faces of Apartheid*. (London: Zed Books, 2015)

⁷⁶ Organização para a Unidade Africana (OUA) AFRICANUNITYORGANIZATION. Resolutions of the Assembly of the Heads of States and Governments. Disponível em: <http://webmail.africa-union.org/OAU%20Decision/OAU%20Assembly%20of%20Heads%20of%20State%20and%20Govt%20Decision%20_E.html>. Acesso em 13 mar. 2013. AFRICANUNITYORGANIZATION. Resolutions of the Council of Ministers. Disponível em: <http://webmail.africa-union.org/OAU%20Decision/OAU%20Council%20Decision%20_E_files/OAU%20Council%20Decision%20Word%20_E.htm>. (Acesso Mar 13, 2013)

⁷⁷ Ibid.

da história, mesmo nos mais brutais regimes colonialistas”⁷⁸. A ofensiva anticolonial conjunta extrapolou os limites da OUA, culminando na aprovação pela AG-ONU de resoluções condenatórias, como a 3151 G (XXVIII), de 1973, denunciando a “aliança maldita” entre o “sionismo e imperialismo israelense” e os regimes coloniais e de *apartheid* no sul da África, e na 3379 (1975), considerando o sionismo uma forma de racismo. Inclusive, nos anos 1970, dezenas de Estados africanos romperam relações diplomáticas com Israel e Organização para a Libertação da Palestina foi convidada pela OUA a planejar uma estratégia conjunta com seu comitê de libertação, visando a restauração dos direitos nacionais usurpados pelo “colonialismo racista sionista”⁷⁹.

Colonialismo, *apartheid* e suas derivações

Como visto, desde os escritos pioneiros de Said e Zureik, dentre outros, vários acadêmicos e acadêmicas fundamentaram suas interpretações da QP no paradigma colonial e em suas derivações. De fato, esse caminho já foi percorrido por várias pessoas, seja no âmbito das ciências humanas, partindo da categoria de “*settler colonialism*”, seja no do direito internacional, utilizando a tipificação relacionada de *apartheid* (originada, mas emancipada da experiência sul-africana ao ser definida como crime contra a humanidade). Assim como Said, Masalha (2008) e Pappé (2008; 2015), o sul-africano Ronnie Kasrils⁸⁰ também resgata citações dos pioneiros sionistas e de primeiros-ministros de Israel para demonstrar “direto da boca do cavalo” a “agenda colonial israelense” ou “a verdadeira natureza e objetivos coloniais de seu projeto”⁸¹. Recorre à definição do *apartheid* como “colonialismo de tipo especial”, feita pelo Partido Comunista da África do Sul, para mostrar sua pertinência também na compreensão e classificação da situação na Palestina/Israel⁸². Em ambos os territórios, a independência da metrópole britânica não significou a emancipação de todos, mas somente da minoria “branca”, que deteve o poder em suas mãos e utilizou o aparato estatal para discriminar, oprimir e desapropriar os “nativos”, que foram fragmentados, confinados e segregados em espaços coloniais carentes e restritos (em oposição aos centros avançados dos colonizadores, combinando-se na mesma

⁷⁸ Ibid.

⁷⁹ Fábio B. Sahd, “O pan-africanismo e o pan-arabismo. A organização para a unidade africana e a QP (1967-1975)”, *História Revista*, 20(3), 2016, p. 138–156. <https://doi.org/10.5216/hr.v20i3.25338>.

⁸⁰ Ronnie Kasrils, Israel and apartheid: When democracy for a minority becomes a special form of colonialism. In: JEENAH, Na’em. Pretending democracy, living ethnocracy. In: _____(ed.). Pretending democracy: Israel, an ethnocratic state. (Johannesburg: AMEC, 2012) 2012, p. 286-287

⁸¹ Ibid.

⁸² Ibid.

fronteira nacional “as piores características do colonialismo e do imperialismo”). “As populações indígenas foram sujeitadas à extrema opressão nacional, pobreza e exploração, falta de todos os direitos democráticos e dominação política”⁸³, com sua resistência suprimida pelo Estado colonial, por meio da “força bruta e terror”. Desse modo, o “fator colonial” é colocado como essencial para compreender a QP e apontar caminhos para a resolução dessa “luta de libertação nacional dos palestinos indígenas desenraizados por um projeto de colonialismo de povoamento, cuja comunidade veio a adquirir uma identidade nacional dentro do mesmo território e reivindicar direitos democráticos exclusivamente para si”⁸⁴. Tal como foi na África do Sul, “é a agenda colonial e racista dos colonos a causa fundamental do conflito”, ou seja, ele deriva “da visão de mundo sionista”, sendo “tudo isso demasiado familiar, ecoando quase perfeitamente a visão dos colonos sul-africanos e dos expoentes do *apartheid*”, o que também ocorreu em outros locais das Américas, Ásia, África e Oceania, onde se articularam racismo, segregação e extermínio de nativos⁸⁵.

Seguindo linha comparativa assemelhada, o israelense radicado na África do Sul, Ran Greenstein (2020), classifica a experiência médio-oriental como “*apartheid* de tipo especial”. Inclusive, já em meados dos anos 1990, produziu uma obra de fôlego comparando as trajetórias da “colonização de povoamento”⁸⁶ na África do Sul e na Palestina/Israel, seguida de estudos, a partir dos anos 2010, centrados no uso comparativo da categoria de *apartheid*. Essa abordagem se banalizou no novo milênio, como atesta, dentre outros, a publicação de três obras com esse teor^{87 88 89}, além de relatorias

⁸³ Ibid.

⁸⁴ Ibid., p. 287

⁸⁵ Ibid.

⁸⁶ Considerando a utilidade ou não do conceito de “*settler colonialism*”, Greenstein (2016) destaca a difusão de seu uso como novo campo de estudos no novo milênio, sendo sua utilidade óbvia como “termo político e descritivo” guarda-chuva, que abrange distintas experiências muito heterogêneas entre si. Contudo, justamente por essa enorme abrangência, não é uma categoria tão útil para análises históricas e teóricas de situações específicas, por ser limitada ou mesmo marginalizar singularidades e distorcer os objetos. Ou seja, seu problema como conceito histórico é que “seu ponto mais forte é, também seu ponto mais fraco: é aplicável a muitas situações, que exibem uma grande diversidade de condições” demográficas, históricas e de relações entre indígenas e colonos antes e após as independências. Ou seja, as sociedades caracterizadas como formadas a partir de processos de “colonialismo de povoamento” não partilham de uma “dinâmica histórica única, tampouco exibem tendência de se mover em direções similares”, reduzindo a uma unidade frágil uma realidade empírica muito variada. Em linhas gerais, na definição do conceito, alude ao governo colonial combinado com a imigração em larga escala de colonos europeus desejosos de “fazer uma nova casa para si em territórios ultramarinos”, gerando formas resilientes de dominação a serviço de seus interesses, contrapostas pela resistência dos povos indígenas. Desse modo, caracterizam-se pela vigência de conflito político, inclusive como elemento de identificação e coesão dos colonos, mas também de solidariedade entre quem sofre opressões similares (povos indígenas, escravizados e outros marginalizados), como contrapartida do processo. Ran Greenstein, *Settler Colonialism: A Useful Category of Historical Analysis?* (Johannesburg, June, 2016), p. 1-2.

⁸⁷ Jon Soske and Sean Jacobs, *Apartheid Israel. The politics of an analogy*. (Chicago: Haymarket Books, 2015)

⁸⁸ Na'eem Jeenah, *Pretending democracy, living ethnocracy*. In: _____ (ed.). *Pretending democracy: Israel, an ethnocratic state*. (Johannesburg: AMEC, 2012)

⁸⁹ Ilan Pappé, *The Many Faces of European Colonialism: The Templers, the Basel Mission and the Zionist Movement*. In: _____ (ed.). *Israel and South Africa. The Many Faces of Apartheid*. (London: Zed Books, 2015)

de direitos humanos, produzidas dentro do sistema da ONU e por várias ONGs locais e internacionais, como a relatoria especial de John Dugard (2007)⁹⁰ e Richard Falk (2014)⁹¹ para o Conselho de Direitos Humanos da ONU e, dentre tantos outros, os relatórios da al-Haq (2012)⁹², B'Tselem (2021)⁹³ e Human Rights Watch (2021)⁹⁴. Uma das obras coletivas tem como eixo a classificação de Israel como etnocracia que, conforme Oren Yiftachel (2006; 2012)⁹⁵ ⁹⁶, tem como uma de suas forças históricas, justamente, o colonialismo, engendrando um processo de “*apartheid* gradativo” por ter como cerne a apropriação étnica dos aparelhos estatais por um dos grupos, que disputam o território, avançando assim sua presença em detrimento do outro. É o caso da Palestina/Israel, onde a judaização territorial constituiria a espinha dorsal do conflito, gerando resistências. Conforme, dentre outros, Leila Farsakh⁹⁷, se as comparações entre Israel e África do Sul já eram feitas com alguma frequência, “ganham vigor particular desde a deflagração da Segunda Intifada”, com muitos considerando “Israel como um Estado de *apartheid*”⁹⁸, tendo em vista suas políticas de colonização, dominação, confinamento e opressão/repressão do povo palestino. Seria, justamente, a “fundação colonial de ambos os Estados” o que tornou “atrativas” as comparações dessas experiências de segregação, centradas na expropriação fundiária dos “nativos”, em sua exclusão e discriminação e no controle territorial exclusivo por colonos originados da Europa. Farsakh enfatiza a centralidade da noção de “desenvolvimento separado” e a criação de “reservas nativas” em ambos os regimes. “Embora Israel nunca tenha intencionado se tornar um Estado de *apartheid* do mesmo modo como a África do Sul oficialmente

⁹⁰ John Dugard, Report of the Special Rapporteur on the Situation of Human Rights in the Palestinian Territories Occupied since 1967, John Dugard. United Nations: Human Rights Council, Un website (January 29, 2007). <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G07/105/44/pdf/G0710544.pdf?OpenElement>.

⁹¹ Richard Falk, United Nations. Human Rights Council. Human Rights Situation in Palestine and other Occupied Arab Territories. Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967, Richard Falk. UN, January 13, 2014. Disponível em: <http://blog.unwatch.org/wp-content/uploads/A-HRC-25-67_en-Falkfinalreport_Feb2014.pdf>. (Acesso Jan 19, 2014).

⁹² al-Haq et al., Joint Parallel Report to the UN Committee on the Elimination of Racial Discrimination. Ramallah: January, 2012. https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CEDR/Shared%20Documents/ISR/INT_CEDR_NGO_ISR_80_9184_E.pdf.

⁹³ B'Tselem, A Jewish Supremacy Regime From the River Jordan to the Mediterranean Sea: This Is Apartheid. B'Tselem, January 12, 2021. Disponível em: <https://www.btselem.org/publications/fulltext/202101_this_is_apartheid>. (Acesso Jan 19, 2014).

⁹⁴ Human Rights Watch. A Threshold Crossed: Israeli Authorities and the Crimes of Apartheid and Persecution. 2021. HRW web site, april 27, 2021. Disponível em: <https://www.hrw.org/sites/default/files/media_2021/04/israel_palestine0421_web_0.pdf> (Acesso Jan 19, 2014).

⁹⁵ Oren Yiftachel, Ethnocracy. Land and identity politics in Israel/Palestine. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.

⁹⁶ Oren Yiftachel, Between colonialism and ethnocracy: ‘creeping apartheid’. In: _____ (ed.). Pretending democracy: Israel, an ethnocratic state. (Johannesburg: AMEC, 2012)

⁹⁷ Leila Farsakh. Apartheid, Israel and Palestinian Statehood. In: PAPPÉ, Ilan. (org.). *Israel and South Africa. The Many Faces of Apartheid*. (London: Zed Books, 2015):148-171

⁹⁸ *Ibid.*, p. 148

foi, estabeleceu uma realidade de *apartheid* de fato e, especificamente, de bantustão na Cisjordânia e Gaza”, erigindo (sobretudo a partir da “autonomia” garantida pelos Acordos de Oslo) estruturas políticas similares às sul-africanas em sua tentativa comum de “resolução da questão indígena”, de modo a manter a supremacia dos colonos⁹⁹.

A relatoria fundada no direito internacional, que relaciona *apartheid*, discriminação racial e colonialismo, foi central na difusão desse debate sobre o regime segregacionista israelense, inclusive no âmbito das ciências humanas. Relatando para o Conselho de Direitos Humanos da ONU as violações praticadas por Israel nos TPO, em 2007, John Dugard¹⁰⁰ foi pioneiro por, dentro do sistema da ONU, apontar, dentre outras coisas, que “elementos da ocupação israelense constituem formas de colonialismo e *apartheid*”, a exemplo das políticas para “judaizar Jerusalém”, da “difusão de terror entre a população civil” de Gaza, da fragmentação da Cisjordânia em “cantões ou bantustões” e de outras ações correspondentes à classificação de “atos desumanos”, que constituem o crime de *apartheid*, com seu propósito de manter a opressão sistemática e dominação de um grupo racial sobre o outro¹⁰¹.

Com o objetivo declarado de averiguar a hipótese levantada por Dugard, a pedido do South Africa Human Sciences Research Council, Virginia Tilley coordenou um inquérito sobre as práticas israelenses nos TPO, resultando na publicação de um relatório bem fundamentado e abrangente sobre a violação da interdição de se praticar colonialismo e *apartheid*. Após Tilley, vários outros documentos relacionados foram publicados, como o veredito do Tribunal Russell (2011)¹⁰² e relatórios individuais ou conjuntos de várias ONGs, alguns dos quais remetidos ao guardião da CIEDR como relatoria paralela àquela “autoindulgente” enviada por Israel, negando práticas de discriminação e segregação, que além das ONGs também são criticada nas observações conclusivas do próprio guardião.

Assim como na bibliografia, no direito internacional *apartheid* e colonialismo também estão relacionados entre si e com outras categorias, como a de transferência forçada ou limpeza étnica. Desde as primeiras resoluções aprovadas na AG-ONU, com base na atuação do comitê especial criado

⁹⁹ Ibid., p. 150

¹⁰⁰ John Dugard, Report of the Special Rapporteur on the Situation of Human Rights in the Palestinian Territories Occupied since 1967, John Dugard. United Nations: Human Rights Council, Un website (January 29, 2007). <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G07/105/44/pdf/G0710544.pdf?OpenElement>.

¹⁰¹ John Dugard, Report of the Special Rapporteur on the Situation of Human Rights in the Palestinian Territories Occupied since 1967, John Dugard. United Nations: Human Rights Council, Un website (January 29, 2007). <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G07/105/44/pdf/G0710544.pdf?OpenElement>. p. 6; 14-16

¹⁰² Russell Tribunal On Palestine. Russell Tribunal on Palestine verdict. January, 2012: p. 1-11, Disponível em: <www.russelltribunalonpalestine.com>.

por seu Conselho de Direitos Humanos, a transferência forçada é denunciada juntamente com a colonização dos TPO. Os deslocamentos populacionais implicados são mencionados nos mais diversos relatórios e na bibliografia que menciona a “judaização” territorial. Duas obras paradigmáticas nesse debate são a de Nur Masalha (2008)¹⁰³, apontando para a antiguidade do conceito e projeto de transferência dos palestinos para fora do território, e a “Limpeza étnica da Palestina”, de Pappé (2008)¹⁰⁴, que aborda o mesmo objeto e aponta para a continuidade das discussões em torno dessa “solução”. Inclusive, distintos relatórios enviados ao guardião da CIEDR também mencionam o tema, seja ao abordar a situação dos beduínos no Negev (cuja presença e propriedades não são reconhecidas, logo sofrem com processos de demolição e outras formas de pressão para aceitarem seu realocamento em centros populacionais espacialmente limitados, liberando suas terras para colonização judaica), seja ao falar de projeto semelhante de judaização da Galiléia ou dos TPO. É o caso da relatoria paralela do Israeli Committee Against House Demolitions (ICAHD, 2012)¹⁰⁵ e da ONG Badil (2012)¹⁰⁶, que interpretam as violações de direitos promovidas por Israel de modo sistemático, a partir das tipificações de transferência populacional e de *apartheid*, apresentadas de modo interrelacionado. Ou seja, as políticas e práticas de limpeza étnica constituiriam um pilar do regime de segregação. “Uma política coercitiva ou conjunto de políticas (frequentemente, também chamado de ‘limpeza étnica’), apresentando dois elementos no regime israelense: deportação ou transferência forçada de árabes palestinos e implantação de colonos judeus”, estando o governo implicado ativa e passivamente, pois ao mesmo tempo adota medidas para inviabilizar a permanência dos primeiros e para garantir o influxo populacional dos segundos¹⁰⁷. Eis o enquadramento que também o ICAHD¹⁰⁸ faz para interpretar a sistematicidade e continuidade das demolições de propriedades palestinas em ambos os lados da Linha Verde, que teriam motivação “puramente política, e racialmente informada: ou conduzir os palestinos para fora do país todos juntos ou confinar os quatro milhões residentes nos TPO em enclaves pequenos, superpovoados, empobrecidos e desconectados”¹⁰⁹. Considerando tanto a limpeza étnica

¹⁰³ Nur Masalha, *Expulsión de los palestinos. El concepto de “transferencia” en el pensamiento político sionista, 1882-1948* (Buenos Aires: Editorial Canaán, 2008)

¹⁰⁴ Ilan Pappé, *The ethnic cleansing of Palestine*. (Oxford: Oneworld Publications, 2008)

¹⁰⁵ Israeli Committee Against House Demolitions. *Israel Occupied Palestinian Territory parallel report to the UN Committee on the Elimination of Racial Discrimination (CEDR)*. Jerusalem, 2012. https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CEDR/Shared%20Documents/ISR/INT_CEDR_NGO_ISR_80_9181_E.pdf.

¹⁰⁶ BADIL, *Submission to the Committee on the Elimination of Racial Discrimination For the Convening of the Committee on its 80th Session from 13 February -9 March 2012*. Bethlehem, 2012. https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CEDR/Shared%20Documents/ISR/INT_CEDR_NGO_ISR_80_9183_E.pdf.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 8-9

¹⁰⁸ Israeli Committee Against House Demolitions. *Israel Occupied Palestinian Territory parallel report to the UN Committee on the Elimination of Racial Discrimination (CEDR)*. Jerusalem, 2012. https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CEDR/Shared%20Documents/ISR/INT_CEDR_NGO_ISR_80_9181_E.pdf, 3

¹⁰⁹ *Ibid.*

de 1948 e as demolições subsequentes em Israel e nos TPO como as políticas coordenadas de desapropriação palestina acompanhadas de colonização judaica, “o quadro que emerge é um de discriminação racial institucionalizada e pronunciado deslocamento étnico”, configurando uma continuidade. “A política israelense em relação aos palestinos é chamada de ‘*apartheid*’ ou seu equivalente em hebraico: *hafrada*, ‘separação’ ou *apartheid*, que por sua vez é parte integrante da política declarada de “judaizar” todo o país”. Trata-se de “separação e dominação, acompanhadas por deslocamento étnico sistemático e deliberado afetando palestinos em todas as partes do país, tudo isso é parte de um processo amplo, permanente e sistemático de judaização, mais precisamente denominado como *apartheid*”¹¹⁰.

Como relator especial, Richard Falk¹¹¹ também salientou essas conexões, tanto ao fundamentar a pertinência da tipificação de *apartheid* para o caso em questão quanto ao afirmar que “manter, indefinidamente, uma ocupação opressiva contendo muitos elementos punitivos, também parece voltado a encorajar os residentes a sair da Palestina, o que é consistente com os aparentes objetivos anexionistas, colonialistas e de limpeza étnica de Israel”. As conexões entre *apartheid* e transferência forçada de população (ou limpeza étnica) figuram na própria definição do primeiro feita pela CISPCA e pelo Estatuto de Roma. Na bibliografia, vale reiterar a adequação do conceito de etnocracia para iluminar esse imbricamento^{112 113} e também o conceito sociológico ou tipo ideal de *apartheid* criado por Anthony Löwstedt (2014) que, como crime racial, é relacionado ao colonialismo e ao genocídio (ocupando uma posição intermediária), trazendo elementos de limpeza étnica, como nas ações de despovoamento/repovoamento territorial¹¹⁴.

Considerando a especificidade do “*apartheid* de tipo especial” israelense, Greenstein (2020) afirma que sua compreensão depende da articulação das diferentes dimensões ou subcategorias de palestinos, sendo a limpeza étnica, de 1948, central para a reversão populacional e controle fundiá-

¹¹⁰ Ibid, p. 8

¹¹¹ Richard Falk, United Nations. Human Rights Council. “Human Rights Situation in Palestine and other Occupied Arab Territories. Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967, Richard Falk”. UN, January 13, 2014. Disponível em: <http://blog.unwatch.org/wp-content/uploads/A-HRC-25-67_en-Falkfinalreport_Feb2014.pdf>. (Acesso Jan19, 2014) p. 3-4

¹¹² Oren Yiftachel, Between colonialism and ethnocracy: ‘creeping apartheid’. In: _____ (ed.). Pretending democracy: Israel, an ethnocratic state. (Johannesburg: AMEC, 2012)

¹¹³ Ibid.

¹¹⁴ Anthony Löwstedt, Apartheid: Ancient, Past and Present. (Wien: Gesellschaft für Phänomenologie und kritische Anthropologie, 2014).

rio/territorial judaico no Estado recém-fundado, continuando a judaização a ser o objetivo hegemônico e eixo explicativo das políticas israelenses^{115 116}. Cook (2015) vê no retorno das discussões acerca de uma nova “transferência” dos palestinos sinal do fracasso da política de segregação adotada¹¹⁷.

À guisa de conclusão, ou uma subversão teórico-interpretativa necessária e libertária

“(…) Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão estiradas. O anjo da História tem de parecer assim, Ele tem seu rosto voltado para o passado Onde uma cadeia de eventos parece distante de nós, ele enxerga uma única catástrofe, que sem cessar amontoa escombros sobre escombros e os arremessa a seus pés. Ele bem que gostaria de demorar-se, de despertar os mortos e juntar os destroços. Mas do paraíso sopra uma tempestade que se emaranhou em suas asas e é tão forte que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, para o qual dá as costas, enquanto o amontoado de escombros diante dele cresce até o céu. O que nós chamamos de progresso é essa tempestade”
Walter Benjamin Tese IX¹¹⁸

É preciso escovar a história a contrapelo, como sugeriu Walter Benjamin (1940)¹¹⁹. O progresso reivindicado está atrelado à colonização e à barbárie, com os discursos nele fundados mobilizados para justificar violações de direitos humanos das mais variadas dimensões, tanto na Palestina quanto em outros lugares e tempos. Por seu caráter ideológico alienante da realidade, a narrativa sionista necessita de contraponto, de uma contra narrativa que desconstrua seus mitos fundantes e orientalistas (como a negação original dos palestinos ou sua suposta intransigência e propensão a provocar a morte e desprezar a vida), não raro veiculados por mídias de enorme abrangência. Inclusive, tal tarefa é urgente, dando combate à mais nova tentativa de censurar vozes e entendimentos críticos, no caso, classificar como antisemitas críticas ao Estado de Israel, justamente em um momento no qual já há enorme acúmulo evidencial de que se trata de mais um caso de *apartheid*. Essa tentativa contemporânea de negação e silenciamento atualiza as práticas, discursos e estratégias coloniais¹²⁰.

¹¹⁵ Ran Greenstein, Israel, Palestine and Apartheid, *Insight Turkey* 22, n° 1 (2020): 73-92. <https://www.insightturkey.com/articles/israel-palestine-and-apartheid>.

¹¹⁶ Ran Greenstein, Settler Colonialism: A Useful Category of Historical Analysis?. Johannesburg, June, 2016. Disponível em: http://www.jadaliyya.com/pages/index/24603/settler-colonialism_a-useful-category-of-historica. (Acesso Mai 10, 2021).

¹¹⁷ Jonathan Cook, ‘Visible Equality’ as Confidence Trick. In: PAPPÉ, Ilan. (ed.). Israel and South Africa. The Many Faces of Apartheid. (London: Zed Books, 2015)

¹¹⁸ Walter Benjamin, *Teses sobre o conceito de História* Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. In Walter Benjamin - Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. (São Paulo: Brasiliense, [1940]1987): 222-232.

¹¹⁹ Ibid.

¹²⁰ Judith Butler, *Vida precária Os poderes do luto e da violência* (Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019)

Se a narrativa hegemônica veicula a imagem de Israel como uma democracia, um estado de direito, devemos dar um passo atrás e analisar criticamente tal asserção como “técnica de propaganda”, por se tratar de uma etnocracia. Como sugere Noam Chomsky¹²¹, devemos, primeiramente, recordar da “propaganda de Estado” e “fabricação do consenso”. Dois fenômenos que atuam para sustentar uma democracia em que uma pequena parcela da população, uma minoria qualificada, atua sobre a grande massa, nas palavras do autor, o “rebanho assustado”. “Distrair”, “domar o rebanho” equivale à “fabricação do consenso”, ou seja, o controle da população pelos meios midiáticos, acadêmicos, etc.¹²² Desta forma, uma contra narrativa faz-se necessária em frentes distintas. Esse texto possibilita-nos fundamentar no âmbito acadêmico a ruptura desta narrativa oficial, através do exposto e da revisão bibliográfica apresentada.

Na esteira proposta por Chomsky e tantos outros, cabe desconstruir as noções de terror e terrorismo veiculadas nas narrativas hegemônicas que, deliberadamente, reservam tais classificações para a alteridade oprimida, omitindo o terrorismo de Estado israelense e de outros países aliados, reduzindo a noção de terrorismo a uma arma de guerra ideológica, para fins de legitimar o que seria ilegítimável de outro modo, como a colonização e a barbárie a ela vinculada¹²³. Dá-se, assim, combate a deturpações narrativas, como a inversão de causalidades e a apresentação de ofensivas e atos violadores como legítima defesa¹²⁴. É o caso da narrativa oficial israelense, com suas “guerras de defesa”, que na prática constituem crimes de guerra, violações das leis internacionais e dos direitos humanos do povo palestino, condenadas por ampla gama de instituições. Tal como os EUA, Israel vem atuando nessa frente, manipulando noções como “guerra justa”, “guerra ao terrorismo” e “legítima defesa”. Consideremos isso como continuidade da lógica colonial de desumanização e negação do colonizado^{125 126}, não sendo a vida do “terrorista” entendida como passível de luto. Ao transformar palestinos em terroristas, justifica-se a necropolítica quando, à luz do direito internacional, a ilegalidade está na manutenção de um regime de *apartheid* e em qualquer ato voltado para tal, sendo a resistência a ele legítima.

¹²¹ Noam Chomsky, *Controle da mídia os espetaculares feitos da propaganda* (Rio de Janeiro: Graphia, 2003), 19

¹²² *Ibid.*, 11-17

¹²³ Noam Chomsky, *Controle da mídia os espetaculares feitos da propaganda* (Rio de Janeiro: Graphia, 2003)

¹²⁴ *Ibid.*, 31

¹²⁵ Frantz Fanon, *Os condenados da terra* (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, [1961]1968)

¹²⁶ Aimé Césaire, *Discurso sobre o colonialismo* (São Paulo: Veneta, [1955] 2020)

Como já visto, a necropolítica¹²⁷, a implementação e manutenção do estado de exceção¹²⁸ são formas de destituir o direito à vida. Há que se dizer, os palestinos e palestinianas têm sido privados do direito de viver dignamente há décadas e, mais recentemente, até mesmo do direito de viver em guetos, com suas vidas retiradas impunemente. No momento em que a vida passa à “condição precária”¹²⁹ ela é definida, endossada e mantida (ou retirável) pela vontade do colonizador, pela potência ocupante. A “condição precária”, como sugere Judith Butler “designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas, de forma diferenciada, às violações, violência e morte”¹³⁰. Apesar de toda a violência e do terror da colonização, e de como ela opera sobre os corpos colonizados¹³¹, configurando uma situação de abrangente subjugação infligida por distintos mecanismos de controle dos aparatos coloniais, esses corpos se rebelam. Lembremos de Foucault:

[...] não existe, com respeito ao poder, *um* lugar da grande recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. Mas isso não quer dizer que sejam apenas subproduto das mesmas, sua marca em negativo, formando por oposição à dominação essencial, um reverso inteiramente passivo, fadado à infinita derrota. As resistências não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos; mas não é por isso que sejam ilusão, ou promessa necessariamente desrespeitada. Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irreduzível”¹³²

Diante do exposto, o papel do intelectual, como sugere Said ([1993] 2005) “reside no esforço em derrubar os estereótipos e as categorias redutoras que tanto limitam o pensamento humano e a comunicação.” Devemos “perturbar o *status quo*”¹³³. Portanto, cabe a nós, a partir das considerações acima feitas repensar a situação da Palestina a partir de um viés anticolonial e contra hegemônico, lembrando que a libertação do colonizado implica também na libertação do colonizador, desmante-

¹²⁷ Achille Mbembe, *Necropolítica* (São Paulo: n-1 edições, 2018)

¹²⁸ Giorgio Agamben, *Estado de Exceção* (São Paulo: Boitempo [1942] 2004)

¹²⁹ Judith Butler, *Vida precária Os poderes do luto e da violência* (Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019)

¹³⁰ Judith Butler, *Quadros de Guerra quando a vida é passível de luto?* (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2019), 45

¹³¹ Frantz Fanon, *Pele negra máscara branca*. São Paulo: Ubu Editora, 2020

¹³² Michel Foucault, *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. (Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988), 91-92

¹³³ Edward W. Said, tradução Milton Hatoum, *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993* (São Paulo: Companhia das Letras, 2005)

lando a estrutura de desumanização recíproca e violência multidimensional, cuja origem está no próprio ato inicial da colonização, que funda as noções interdependentes e assimétricas de colonizador e nativo.

Referências Bibliográficas

Agamben, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo [1942], 2004

Abunimah, Ali and Tamara Nassar, “Today we are Nazis”, says member of Israeli Jewish extremist group. The Electronic Intifada, 19 may. 2021. Disponível em: <<https://electronicintifada.net/content/today-we-are-nazis-says-member-israeli-jewish-extremist-group/33081?fbclid=IwAR2pTbN-VuTm4Tpy1Esw2xQHZPmV7IOrcXuMEb2n85MPMroT5ni3P2zhSwrg>>

al-Haq et al., Joint Parallel Report to the UN Committee on the Elimination of Racial Discrimination. Ramallah: January, 2012. https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CEDR/Shared%20Documents/ISR/INT_CEDR_NGO_ISR_80_9184_E.pdf.

Albuquerque e Silva, José. *As Nações Unidas e a luta internacional contra o racismo*. 2ª edição. Brasília: Santos, Fundação Alexandre de Gusmão, 2011

BADIL, Submission to the Committee on the Elimination of Racial Discrimination For the Convening of the Committee on its 80th Session from 13 February -9 March 2012. Bethlehem, 2012. https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CEDR/Shared%20Documents/ISR/INT_CEDR_NGO_ISR_80_9183_E.pdf

B’Tselem, A Jewish Supremacy Regime From the River Jordan to the Mediterranean Sea: This Is Apartheid. B’Tselem, January 12, 2021. Disponível em: <https://www.btselem.org/publications/full-text/202101_this_is_apartheid>. (Acesso Jan 19, 2014).

Butler, Judith. *Vida precária Os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019

Butler, Judith. *Quadros de Guerra quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2019

Castor B. Ruiz, “As estratégias do (bio) poder na inclusão/excludente da vida humana”. In: *Revista Ethica*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 11-39, 2007. p. 29. Disponível em: <<http://www.revistaethica.com.br/v14n2Artigo1.pdf>>. Acesso em 23 mai. 2021.

Césaire, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, [1955] 2020

Chomsky, Noam. *Controle da mídia os espetaculares feitos da propaganda*. Rio de Janeiro: Graphia, 2003

Cook Jonathan, ‘Visible Equality’ as Confidence Trick. In: PAPPÉ, Ilan. (ed.). *Israel and South Africa. The Many Faces of Apartheid*. London: Zed Books, 2015

Council, Un website (January 29, 2007). <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UN-DOC/GEN/G07/105/44/pdf/G0710544.pdf?OpenElement>.

Dugard, John. Report of the Special Rapporteur on the Situation of Human Rights in the Palestinian Territories Occupied since 1967, John Dugard. United Nations: Human Rights

Fanon, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, [1961]1968

Fanon, Frantz. *Pele negra máscara branca*. São Paulo: Ubu Editora, 2020

Fanon, Frantz. *Escritos Políticos*. São Paulo: Boitempo, [1958] 2021

Falk, Richard. United Nations. Human Rights Council. Human Rights Situation in Palestine and other Occupied Arab Territories. Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967, Richard Falk. UN, January 13, 2014. Disponível em: <http://blog.unwatch.org/wp-content/uploads/A-HRC-25-67_en-Falkfinalreport_Feb2014.pdf>. (Acesso Jan 19, 2014).

Farsakh, Leila. "Apartheid, Israel and Palestinian Statehood." In: Pappé, Ilan. (org.). *Israel and South Africa. The Many Faces of Apartheid*. (London: Zed Books, 2015), 148-171

Foucault, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988

Gordon, Neve. *Israel's occupation*. Los Angeles: University of California Press, Ltd., 2008

Greenstein, Ran. "Settler Colonialism: A Useful Category of Historical Analysis?." Johannesburg, June, 2016. Disponível em: [http://www.jadaliyya.com/pages/index/24603/settler-colonialism_a-useful-category-of-historica](http://www.jadaliyya.com/pages/index/24603/settler-colonialism-a-useful-category-of-historica). (Acesso Mai 10, 2021).

Greenstein, Ran. "Israel, Palestine and Apartheid", *Insight Turkey* 22, nº 1 (2020): 73-92. <https://www.insightturkey.com/articles/israel-palestine-and-apartheid>.

Herzl, Theodor. *O Estado judeu*. São Paulo: Organização sionista unificada do Brasil, 1947

Human Rights Watch. A Threshold Crossed: Israeli Authorities and the Crimes of Apartheid and Persecution. 2021. HRW web site, april 27, 2021. Disponível em: <https://www.hrw.org/sites/default/files/media_2021/04/israel_palestine0421_web_0.pdf> (Acesso Jan 19, 2014).

Idith Zertal and Akiva Eldar. *Lords of the land: The war over Israel's settlements in the Occupied Territories, 1967-2007*. New York: Nation Books, 2007

Israeli Committee Against House Demolitions. Israel Occupied Palestinian Territory parallel report to the UN Committee on the Elimination of Racial Discrimination (CEDR). Jerusalem, 2012. https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CEDR/Shared%20Documents/ISR/INT_CEDR_NGO_ISR_80_9181_E.pdf

Jeenah, Na'eem. "Pretending democracy, living ethnocracy". In: _____ (ed.). *Pretending democracy: Israel, an ethnocratic state*. Johannesburg: AMEC, 2012

Kasrils, Ronnie. "Israel and apartheid: When democracy for a minority becomes a special form of colonialism." In: JEENAH, Na'eem. *Pretending democracy, living ethnocracy*. In: _____ (ed.). *Pretending democracy: Israel, an ethnocratic state*. Johannesburg: AMEC, 2012.

_____. Birds of a Feather: Israel and Apartheid South Africa – Colonialism of a Special Type. In: Pappé, Ilan (ed.). *Israel and South Africa. The Many Faces of Apartheid*. London: Zed Books, 2015.

Laor, Yitzhak. *Las falacias del sionismo progressista*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2012.

Löwstedt, Anthony. *Apartheid: Ancient, Past and Present*. Wien: Gesellschaft für Phänomenologie und kritische Anthropologie, 2014.

Masalha, Nur. *Imperial Israel and the Palestinians: the politics of expansion*. London: Pluto Press, 2000

Masalha, Nur. *Expulsión de los palestinos. El concepto de "transferencia" en el pensamiento político sionista, 1882-1948*. Buenos Aires: Editorial Canaán, 2008

Mbembe, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018

Mudde, Cas. *The far right today*. Cambridge: Polity Press, 2019

Nassar, Tamara. *Israel passes law entrenching apartheid*. The Eletronic Intifada, 19 jul. 2018. Disponível em: <<https://electronicintifada.net/blogs/tamara-nassar/israel-passes-law-entrenching-apartheid>>

Na'eem Jeenah, "Pretending democracy, living ethnocracy". In: _____ (ed.). *Pretending democracy: Israel, an ethnocratic state*. Johannesburg: AMEC, 2012

Organização para a Unidade Africana (OUA) AFRICANUNITYORGANIZATION. Resolution of the Assembly of the Heads of States and Governments. Disponível em: <http://webmail.africaunion.org/OAU%20Decision/OAU%20Assembly%20of%20Heads%20of%20State%20and%20Govt%20Decision%20_E.html>. Acesso em 13 mar. 2013. AFRICANUNITYORGANIZATION. Resolutions of the Council of Ministers. Disponível em: <http://webmail.africaunion.org/OAU%20Decision/OAU%20Council%20Decision%20_E_files/OAU%20Council%20Decision%20Word%20_E.htm>. (Acess Mar 13, 2013)

Pappé, Ilan. *The ethnic cleansing of Palestine*. Oxford: Oneworld Publications, 2008

Pappé, Ilan. "The Many Faces of European Colonialism: The Templers, the Basel Mission and the Zionist Movement". In: ____ (ed.). *Israel and South Africa. The Many Faces of Apartheid*. London: Zed Books, 2015

_____. (ed.). *Israel and South Africa. The Many Faces of Apartheid*. London: Zed Books, 2015.

Russell, Tribunal. “On Palestine. Russell Tribunal on Palestine verdict”. January, 2012: p. 1-11, Disponível em: <www.russelltribunalonpalestine.com>.

Ruiz, Castor B. “As estratégias do (bio) poder na inclusão/excludente da vida humana”. *Revista Ethica*. Rio de Janeiro, 14, 2 (2007):11-39. Disponível em: <<http://www.revistaethica.com.br/v14n2Artigo1.pdf>>. Acesso em 23 mai. 2021.

Souza Santos, Boaventura de. “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”. In: Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. (São Paulo: Cortez, 2010)

Said, Edward W. *A questão da Palestina*. São Paulo: Ed. UNESP, 2012

Said, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011

Said, Edward W. tradução Milton Hatoum. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo : Companhia das Letras, 2005

Sahd, Fábio B. “O pan-africanismo e o pan-arabismo. A organização para a unidade africana e a QP (1967-1975)”, *História Revista*, 20, 3 (2016):138–156. <https://doi.org/10.5216/hr.v20i3.25338>.

Shlaim , Avi. *A muralha de ferro: Israel e o mundo árabe*. Rio de Janeiro: Fissus, 2004

Soske, Jon and Sean Jacobs, *Apartheid Israel. The politics of an analogy*. Chicago: Haymarket Books, 2015

Tylley, Virginia. (ed). *Occupation, Colonialism, Apartheid? A re-assessment of Israel’s practices in the occupied Palestinian territories under international law*. (Cape Town: Middle East Project of the Democracy and Governance Programme & Human Sciences Research Council of South Africa, 2009), 15-16, 119-120

United Nations. General Assembly. “Resolution 1514 (XV)”, December 14, 1960. Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/Independence.aspx>>. (Acesso em 11 ago. 2021).

United Nations General Assembly. International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination. “Resolution 2106 (XX)”, December 21, 1965. Disponível em: <https://ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CERD.aspx> (Acessado: Out 14, 2021)

United Nations General Assembly. **International Convention on the Suppression and Punishment of the Crime of Apartheid. November 30, 1973.** <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%201015/volume-1015-I-14861-English.pdf>. (Acessado: Out 14, 2021)

United Nations General Assembly. “Resolution 3525 (XXX)”, December 15, 1975. Report of the Special Committee to investigate Israeli practices affecting the human rights of the population of the

Occupied Territories. Resolução datada de 15 dez. 1975. Disponível em: <<http://unispal.un.org/unispal.nsf/a06f2943c226015c85256c40005d359c/111ce247e0c321f6852560de004fdb48?OpenDocument>>. (Acesso em 10 ago. 2021).

Walter Benjamin, *Teses sobre o conceito de História* Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. In Walter Benjamin - Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. (São Paulo: Brasiliense, [1940]1987) 222-232.

Woolf, Raoul. Final text of Jewish nation-state law, approved by the Knesset early on July 19. The Times of Israel, 18 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.timesofisrael.com/final-text-of-jewish-nation-state-bill-set-to-become-law/>>.

Yiftachel, Oren. *Ethnocracy. Land and identity politics in Israel/Palestine*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.

Yiftachel, Oren. "Between colonialism and ethnocracy: 'creeping apartheid'". In: _____ (ed.). *Pretending democracy: Israel, an ethnocratic state*. Johannesburg: AMEC, 2012

Yitzhak Laor, *Las falacias del sionismo progressista*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2012.

Zizek, Slavoj. *Bem-vindo ao deserto do real!: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas*. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

Zureik, Elia. *Israel's colonial project in Palestine: Brutal Pursuit*. London: Routledge, 2016

O sal na nossa face
The salt on our face
La sale en nuestra cara

Maria Clara Dias¹

Resumo: Neste artigo, procurei defender, a partir de um paradigma moral universalista, a parcialidade e/ou a existência de obrigações especiais para com os nossos conacionais e o direito à autodeterminação nacional. Para tal, analiso o modo como a questão da identidade nacional é abordado no cerne da polémica entre universalistas e particularistas. Adotando uma perspectiva moral mais abrangente, a saber, a Perspectiva dos Funcionamentos, procuro justificar a existência de obrigações especiais para com nossos conacionais e defender o direito à autodeterminação nacional. Reconheço a demanda por autodeterminação nacional como o anseio legítimo de uma comunidade de encontrar a sua própria forma de representação política: um Estado que reflita seus valores e/o ideais, capaz de representá-los no pleito internacional. Desta forma procurei respaldar o que acredito ser uma demanda comum a muitos Palestinos.

Palavras chave: Perspectiva dos Funcionamentos, direito à autodeterminação nacional, Estado Nacional, Palestina.

Abstract: In this article, I tried to defend, from a universalist moral paradigm, the partiality and/or the existence of special obligations towards our conationals and the right to national self-determination. To this end, I analyze how the issue of national identity is approached at the heart of the controversy between universalists and particularists. Adopting a broader moral perspective, namely, the Functionings Approach, I seek to justify the existence of special obligations towards our conationals and defend the right to national self-determination. I recognize the demand for national self-determination as the legitimate demand of a community to find its own form of political representation: a State that reflects its values and/or ideals, capable of representing them in the international arena. In this way, I tried to support what I believe is a common demand for many Palestinians.

Keywords: Functionings Approach, right to national self-determination, National State, Palestine

Resumen: En este artículo traté de defender, desde un paradigma moral universalista, la parcialidad y / o la existencia de obligaciones especiales hacia nuestros nacionales y el derecho a la autodeterminación nacional. Para ello, analizo cómo se aborda el tema de la identidad nacional en el centro de la polémica entre universalistas y particularistas. Adoptando una perspectiva moral más amplia, a saber, la Perspectiva de los Funcionamientos, busco justificar la existencia de obligaciones especiales hacia nuestros nacionales y defender el derecho a la autodeterminación nacional. Reconozco la reivindicación de la autodeterminación nacional como el legítimo anhelo de una comunidad de encontrar su propia forma de representación política: un Estado que refleje sus valores y / o ideales, capaz de representarlos en la arena internacional. De esta manera, traté de apoyar lo que creo que es una demanda común de muchos palestinos.

Palabras clave: Perspectiva de los Funcionamientos, derecho a la autodeterminación nacional, Estado Nacional, Palestine

¹ Professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde integra como membro efetivo o Programa de pós-graduação em Filosofia e o programa interinstitucional e interdisciplinar de pós-graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva.

Há 20 anos realizei um estágio pós-doutoral na Law School da Universidade de Connecicut, sobre o tema do direito à autodeterminação nacional. Desde meu doutorado, concluído em 1993, defendo os direitos básicos como demandas morais que devem ser expandidas a todos os integrantes da comunidade moral. Como comunidade moral entendo o espaço que abarca todos os concernidos por um conceito de moralidade que se quer o mais inclusivo possível, extrapolando, portanto, o conjunto daqueles que podemos reconhecer como agentes morais. Com os anos, a partir da elaboração da Perspectiva dos Funcionamentos (PdF), consegui precisar melhor a metáfora da comunidade moral e a tão proclamada pretensão à universalidade da moralidade. Pretensão esta que parecia conflitar com o reconhecimento dos Estados Nacionais e com uma justificativa moral para o reconhecimento da parcialidade frente a nossos conacionais.

Adepta de uma perspectiva moral não-particularista, entendia que discutir a relação entre uma identidade nacional e uma identidade moral com pretensões universalistas era uma urgência e, talvez, a única forma de apontar uma saída moral para conflitos que envolviam o reconhecimento sócio-político de indivíduos enquanto integrantes de grupos identitários específicos.

Procurei, então, distinguir duas questões no debate acerca do nacionalismo: a da legitimidade da parcialidade frente ao grupo dos conacionais e a do direito à autodeterminação nacional. Compreendi a demanda por autodeterminação nacional como o anseio, manifesto por certas comunidades culturais, de encontrar a sua própria forma de representação política. Desta forma, defendi o nacionalismo como a identificação com uma forma particular de organização política.

A narrativa destes outros, sem terra e sem voz, calava fundo em mim. A luta em defesa de um Estado próprio de Bascos, Irlandeses, Catalães, Palestinos e Porto-Riquenses, entre outros, determinou muitas de minhas escolhas literárias, cinematográficas, os lugares que queria conhecer e o grupo de pessoas com quem gostaria de dialogar. Já na época, traçava um paralelo com os outros sem terra, sem voz, que há centenas de anos habitavam meu próprio país. Defendia que todos deveríamos ter o direito a pertencer a uma organização política com a qual estivéssemos identificados, por conseguinte, uma comunidade capaz de espelhar nosso ideal de sociedade e os valores por nós compartilhados. Que muitos indivíduos, ao redor do mundo, ou no meu país, não pudessem desfrutar deste direito, sempre me pareceu uma violência moral profunda.

Em 2002, Lula foi eleito presidente do Brasil. Eu e milhões de brasileiros acreditávamos que o Brasil, enfim, daria voz a todos que aqui viviam. Vinte anos depois, o rumo da nossa história fez com que minhas esperanças se dissipassem. Descobri um país fragmentado, onde o principal vilão já não pode ser apontado como a concentração de poder nas mãos de uma elite colonial incompetente,

mas abarca toda uma estrutura de relações contaminada pela naturalização de preconceitos raciais, machistas, classistas e transhomofóbicos. Tantos anos depois, o Brasil nunca esteve tão longe de ser o país com o qual gostaria de me identificar. Nunca estive tão só. Não sem direito a voz, pois afinal, satisfaço todos os requisitos de um potencial integrante de uma situação de fala ideal, pelo menos na visão dos colonizadores. Porém, muda, pela total sensação de não pertencimento. A nação brasileira que eu acreditava existir e que supunha poder emergir, quando finalmente a correlação de forças políticas fosse alterada, e a estrutura da sociedade brasileira se tornasse mais próxima daquilo que supunha ser o povo brasileiro, tornou-se um *alien* sem face, dotado de um poder infinito de exclusão e violência.

De lá para cá, a Irlanda e o País Basco silenciaram. Porto Rico vive a perspectiva de independência cada dia mais afastada, em grande parte, pela dependência socioeconômica minuciosamente fortalecida por décadas. Catalunha avançou no número de adeptos à separação, mas, sobretudo, como reação à violenta repressão imposta aos independentistas. Os Palestinos continuam perdendo espaço e em constante conflito com o Estado de Israel.

Há 20 anos, acreditava que o mais urgente para o povo palestino era o reconhecimento do Estado da Palestina, ou seja, era o reconhecimento de seu direito à autodeterminação nacional. Os palestinos precisavam poder fazer parte de um Estado com cujas leis e valores estivessem identificados. Hoje, saltam aos olhos o número de reféns de Estados Nacionais. Aquilo que me parecia a melhor solução para o povo palestino é colocado em xeque por intelectuais das novas gerações. Seria ainda a criação do Estado da Palestina a melhor solução? Evidentemente não possuo as qualificações necessárias para julgar. A resposta só pode ser dada pelo próprio povo palestino. Gostaria, no entanto, de refletir sobre o argumento outrora proposto, que, como já disse, atravessava indivíduos e grupos de terras distintas, sem terra e sem voz.

I. Nacionalismo: entre particularistas e universalistas

Em trabalhos anteriores², procurei centralizar o debate sobre a identidade nacional no âmbito da discussão moral, mas especificamente, no âmbito da disputa entre particularistas e universalistas. Elegi como principal interlocutor David Miller.

² Maria Clara Dias, *Ensaio sobre a Moralidade*. (Rio de Janeiro: Editora Pirilampo, 2016).

Em seu livro *On Nationality*³, Miller defende que apenas uma perspectiva moral particularista pode acomodar de forma razoável argumentos a favor do nacionalismo. Para fundamentar tal tese, Miller caracteriza a perspectiva universalista, a perspectiva particularista e seus respectivos argumentos a favor do nacionalismo.

A perspectiva moral universalista é apresentada como aquela que visa o indivíduo tomando como base características e capacidades gerais dos seres humanos.⁴ A perspectiva particularista segue na direção oposta. Ela compreende o indivíduo como parte de um complexo de relações sociais, deste modo, os princípios fundamentais devem estar diretamente vinculados a tais relações.⁵ A principal distinção entre perspectivas particularista e universalista estaria, assim, na metapsicologia do agente moral atribuída a cada uma das perspectivas. Segundo o autor, universalistas partiriam de uma concepção implausível do agente moral, como suporte desencarnado de responsabilidades e deveres.⁶ Adotariam, por assim dizer, um conceito abstrato e metafísico de pessoa ou agente racional, tornando o pertencimento a um grupo social ou comunidade irrelevante na tomada de decisões do agente moral.⁷ Desta forma, universalistas só poderiam justificar obrigações especiais para com os conacionais por recurso a uma interpretação voluntarista de tais vínculos – na qual os agente morais consentiriam no estabelecimento de direitos e deveres especiais – ou por apelo a um convencionalismo, de caráter meramente pragmático, ou seja, gerado com o intuito de agilizar e otimizar a ajuda e a satisfação das necessidades de seres humanos, mas sem qualquer suporte moral. Ambas as alternativas seriam, portanto, formas distorcidas de se compreender o pertencimento a uma nação e sua relevância ética.⁸

A tese de Miller é, então, a de que apenas sob o pano de fundo de uma outra compreensão do agente moral é possível resgatar a relevância da identidade nacional. Com isso, estou totalmente de acordo. A questão relevante seria saber, em primeiro lugar, se uma concepção universalista estaria efetivamente comprometida com a metapsicologia a ela imputada por Miller e, em segundo lugar, até que ponto a metapsicologia assumida por Miller seria a mais adequada para dar conta da nossa auto compreensão enquanto agentes morais. De acordo com o autor, apenas uma perspectiva moral particularista – que concebe os vínculos comunitários não meramente como objeto de escolhas individu-

³ David Miller, *On Nationality*, (Oxford: Oxford University Press, 1997).

⁴ *Ibid.*, 50.

⁵ *Ver, ibid.*, 50.

⁶ *Ver, ibid.*, 57.

⁷ *Ver, ibid.*, 57.

⁸ *Ibid.*, 59-60.

ais, mas como parte constitutiva do próprio agente moral – seria capaz de reconhecer o papel estruturante dos laços que unem indivíduos de uma mesma nação: porque nos identificamos com uma comunidade local, passamos a reconhecer obrigações para com os membros desta comunidade.⁹

Procurei então mostrar que esta compreensão do agente moral desterritorializado, atemporal, cujos desejos foram esvaziados de todo e qualquer conteúdo, nunca passou de uma caricatura metodologicamente útil para a implementação de certos valores bastante gerais, como o respeito a todos os seres humanos e a imparcialidade, bastante caros aos defensores da moral universalista. Seria, contudo, leviano imputar a universalistas morais uma compreensão tão limitada do modo como construímos nossas próprias identidades. Nas palavras de outrora:

Universalistas ou particularistas, há certas premissas que devemos poder assumir de antemão. A primeira é a de que seres humanos necessitam estabelecer vínculos comunitários, pertencer a grupos e ser reconhecidos pelos mesmos. Não importa o tamanho dos grupos ou a intensidade dos vínculos, qualquer exceção neste caso apenas confirma a regra. A segunda é que ao estabelecermos tais vínculos nos sentimos muitas vezes justificados ao adotar uma atitude parcial frente aqueles com os quais estabelecemos relações especiais. Quem pretender dedicar aos amigos a mesma atenção dedicada a estranhos, provavelmente perderá os amigos. A mãe que supuser ser razoável se interessar pelo bem-estar de seus filhos na mesma medida em que se interessa pelo bem-estar da humanidade será certamente taxada de fria, indiferente e, mesmo, irresponsável. Nossos sentimentos e nossa disponibilidade são naturalmente finitos. Seria implausível negar que nossas relações para os outros indivíduos, sejam elas voluntárias ou não, determinam não apenas nossas atitudes, mas também o que passamos a compreender como sendo o certo ou o errado. O mais razoável seria, sim, admitir que há esferas distintas de obrigações e que a moralidade perpassa, com interpretações diferenciadas, estas diversas esferas. Seria absurdo, e por demais limitado, pensar que teóricos universalistas defensores dos direitos humanos não concederiam obrigações e responsabilidades especiais de uma mãe para com seus filhos, ou que particularistas não possam reconhecer níveis de carência inadmissíveis para todo e qualquer ser humano.¹⁰

Trabalhei assim com uma compreensão caridosa das perspectivas universalistas, mais tarde melhor desenvolvida a partir da Perspectiva dos Funcionamentos, a qual voltarei adiante.

Mas, seria a metapsicologia do agente moral proposta por Miller suficiente para justificar o nacionalismo? Para examinar este aspecto, introduzi no debate a alternativa multiculturalista.

⁹ *Ibid.*, 65.

¹⁰ Maria Clara Dias. *Justiça Social e Direitos Humanos*, no artigo "Nacionalismo: Parcialidade justificada e direito à autodeterminação nacional". (Rio de Janeiro: Editora Pirilampo, 2015) 73.

Multiculturalistas são, como Miller, críticos da aparente neutralidade e imparcialidade com a qual se revestem certos princípios universalistas na esfera política. Denunciam a estratégia de imposição de padrões hegemônicos sob a rubrica da universalidade. Contudo, denunciam, também, o próprio nacionalismo como estratégia de imposição da supremacia de um grupo sobre os demais habitantes de um território. Diferenças de gênero, raça e orientações sexuais entre outras, seriam obliteradas pela imposição de uma identidade artificial, construída com base na ideologia de um grupo social dominante. Ao final deste artigo, pretendo retomar a solução multiculturalista ou da criação de um Estado multicultural – pensada como alternativa à criação do Estado da Palestina – e discuti-la a luz de uma avaliação do modo como são representados, nos fóruns internacionais, os diversos grupos culturais.

Miller rebate a proposição multiculturalista, acusando-a de repousar sobre um falso contraste entre uma suposta identidade autêntica de grupos e uma identidade artificial, nacional. Para o autor, todas as formas de identidade seriam construções sociais, tornando a distinção entre identidades autênticas e artificiais, sem sentido.¹¹ Aqui, sou mais uma vez obrigada a concordar com Miller. A formação de uma identidade, como o próprio termo já diz, é sempre uma construção. Não faz, portanto, sentido apelarmos a atributos como artificialidade ou naturalidade de sua constituição.

A identidade nacional, evidentemente, não precisa ser vista como algo que oblitera e exclui o reconhecimento de outras formas de identificação. O relevante aqui, no entanto, é que nesta disputa entre formas de identificação não há como provar que um tipo de identificação é mais essencial do que outro. A metapsicologia em questão apenas acentua a necessidade do pertencimento a certos grupos e a necessidade de reconhecimento por parte dos mesmos.¹²

Afastada a disputa entre Miller e os multiculturalistas, procurei então responder ao que seria a metapsicologia mais adequada à nossa autocompreensão, através da introdução do conceito de “identidade complexa”¹³. De acordo com tal concepção, seríamos melhor compreendidos como um feixe de identidades diversas, às quais atribuímos pesos distintos, em contextos reais, no decorrer de nossa existência. A noção de uma identidade complexa é capaz de congrega os diversos aspectos que nos ligam a outros indivíduos, entre eles os vínculos culturais e políticos que nos associam aos nossos conacionais. Contudo, caberá a cada indivíduo, a partir de suas próprias vivências, reconhecer o peso real dos vínculos identitário estabelecidos e suas respectivas demandas. Com isso, pretendia

¹¹ David Miller, *On Nationality*, (Oxford: Oxford University Press, 1997), 133.

¹² Maria Clara Dias, “Nacionalismo: parcialidade justificada e direito à autodeterminação nacional”, em Maria Clara Dias, *Justiça Social e Direitos Humanos*, (Rio de Janeiro: Editora Pirlampo, 2015), 76.

¹³ A noção de identidade complexa é analisada por Jeff McMahan em “The Limits of National Partiality”, em: R. McKim e J. McMahan, *The Morality of Nationalism*, (Oxford: Oxford University Press, 1997), 121.

apontar para a impossibilidade de fixarmos a identidade nacional como “a mais constitutiva” de quem somos, garantindo, assim, seu privilégio moral.

Mas se não podemos justificar, a priori, uma superioridade da identidade nacional sobre outras formas de identificação, tampouco podemos supor, a priori, que o reconhecimento da uma identidade nacional oblitera ou exclui o reconhecimento de outras identidades. Não há, também, até aqui, nada que torne a defesa de uma identidade nacional incompatível com uma perspectiva moral com pretensões universalistas.

A questão relevante seria, então, identificar se há uma forma, no cerne do paradigma moral universalista, de justificar (1) a parcialidade e/ou a existência de obrigações especiais para com os nossos conacionais e (2) o direito à autodeterminação nacional ou ao reconhecimento de uma identidade nacional. Abstraindo agora do debate com Miller, pretendo revisar os argumentos outrora fornecidos, à luz das contribuições trazidas pela formulação da Perspectiva dos Funcionamentos.

II. Parcialidade justificada e obrigações especiais

Como relatei acima, há premissas que não podem ser recusadas por universalistas e/ou particularistas. Entre elas está o reconhecimento de que seres humanos estabelecem vínculos e deles extraem obrigações específicas. Desta forma, poderíamos justificar *prima facie* a existência de obrigações especiais: tais obrigações são inerentes ao estabelecimento de certos vínculos entre indivíduos. Recusar a existência de obrigações especiais seria recusar o nosso *modus vivendi*.

Procurei, então, mostrar que nossos vínculos com indivíduos de um mesmo Estado-Nação podem nos tornar, em certa medida, mais responsáveis por eles. Para ficar mais claro o quero dizer, darei como exemplo a fome que assola indivíduos de todas as partes do mundo. Sob o ponto de uma moral que se quer universalista, a fome de qualquer indivíduo importa e precisa ser combatida. Contudo, a fome no Brasil gera em mim uma responsabilidade moral adicional, pois, sob o ponto de vista político, faço parte dos que elegem governantes e indiretamente contribuem para formulação, ou não, de políticas públicas adequadas. Cursei e trabalho em uma Universidade pública, onde deveria contribuir para a formação de cidadãos mais comprometidos com a justiça social e o preenchimento das demandas emergenciais de todos os que habitam este país, brasileiros ou não. Se estamos vivendo hoje numa situação de total aniquilação de certos direitos básicos de alguns segmentos da sociedade, tenho consciência de que também falhei. Sinto vergonha e culpa desta sociedade da qual, efetivamente, sou parte.

Para além de tais obrigações especiais que possuo por viver aqui, há também um aspecto pragmático que não pode ser negligenciado e que, se não gera diretamente uma obrigação moral, pertence ao âmbito das condições que visam orientar ações morais mais eficazes e condizentes com as demandas reais dos indivíduos. O fato de pertencer a este país talvez faça com que possa compreender melhor as demandas de meus conacionais e de vislumbrar soluções mais adequadas. A fome de todos importa igualmente, mas, justamente por isso, precisamos buscar otimizar nossas ações e acessar os dispositivos mais adequados para enfrentá-la. A escuta e compreensão do outro é fundamental para o sucesso de qualquer ação. Começar a exercitar isso com os que estão mais próximos de nós é um bom começo. Neste sentido, poderia ainda argumentar que um compromisso moral para com nossos conacionais é parte integrante da formação de uma consciência moral expandida, dita universal.

Antes de passar ao argumento em favor do direito à autodeterminação nacional, gostaria de introduzir minhas tentativas mais recentes de dar sentido ao aspecto pretensamente universal que perpassa o discurso moral.

III. A Perspectiva do Funcionamentos

Tentar redefinir a pretensão de universalidade como uma característica distintiva do âmbito da moralidade foi uma tarefa que me conduziu a elaboração da Perspectiva dos Funcionamentos. Sempre entendi a caracterização supostamente universal dos agentes morais, como seres livres e racionais, como uma grande falácia. A universalidade não poderia estar atrelada a características de uma espécie ou grupo de indivíduos, sem, ao mesmo tempo, negar sua própria pretensão. Dito isso, acho importante frisar que a universalidade que pretendo defender não dizer respeito às características do agente moral, mas a uma pretensão discursiva de incluir todo e qualquer indivíduo, independente de suas características específicas.

Para resgatar esta pretensão e ampliar ao máximo o âmbito do nosso discurso moral era importante distinguir agentes e concernidos morais e caracterizar de forma minimalista, genérica e o mais ampla possível o universo dos concernidos. A partir da Perspectiva dos Funcionamentos, defini os concernidos morais como indivíduos caracterizados como sistemas funcionais. Desta forma, pretendi incorporar como foco de nossa consideração moral não apenas seres humanos, mas animais não-humanos e outras formas de vida, o meio-ambiente e objetos inanimados, alguns entendidos como sistemas acoplados ao nosso próprio sistema funcional. Dentro desta perspectiva não haveria

hierarquia entre os concernidos, mas apenas entre os tipos de funcionamentos: funcionamento básicos e demais funcionamentos. A moralidade deveria zelar pelos funcionamentos identificados como básicos para cada indivíduo. Tais funcionamentos se distinguiriam dos demais por serem parte constitutiva da integridade funcional do sistema/indivíduo em questão. Ressaltei, ainda, que a identificação de um funcionamento como básico é algo não fixo, podendo variar entre os diversos indivíduos e, também, durante a existência de um mesmo indivíduo.

Desta forma, a Perspectiva dos Funcionamentos (i) rompe com perspectivas morais de base contractualista, apoiadas numa concepção que funde agentes e concernidos, com base no paradigma dos seres humanos como seres racionais, livres e capazes de endossar uma situação contractual fictícia; ultrapassa os limites de concepções (ii) baseadas na vulnerabilidade dos concernidos ao prazer e a dor e (iii) de concepções focadas na vida ou biocêntricas. Sob o ponto de vista teórico, a PdF rompe, também, com uma concepção rígida de natureza humana e dos limites daquele que identificamos como sendo cada um de nós.

Ao adotar a PdF, abandonamos modelos interpretativos formais e idealizados. Sob o ponto de vista prático, passamos a nos comprometer com uma investigação cuidadosa acerca do que para cada indivíduo e/ou grupo constitui um funcionamento básico, devendo, portanto, ser garantido por todos aqueles que assumem para si uma identidade moral.

IV. O direito à autodeterminação nacional

Passando agora ao direito à autodeterminação nacional, gostaria de reconstruir o argumento outrora proposto, à luz da perspectiva dos funcionamentos.

Em primeiro lugar, defendi as regras morais e políticas como a expressão de procedimentos que visam nosso florescimento e/ou realização. Neste sentido, elas estariam a serviço dos fins por nós almejados e dos valores por nós compartilhados. Em seguida, partindo da investigação do comportamento e das ações de seres humanos, assumi que certas pessoas se identificam com comunidades culturais e políticas e que o pertencimento a tais grupos é fundamental para a sua realização pessoal. O não-reconhecimento da identidade individual, por parte de outros membros do grupo, ou, o não-reconhecimento público do grupo, como uma unidade cultural e política, impede que certos indivíduos venham a constituir uma identidade satisfatória e a se realizar enquanto pessoa. Por conseguinte, se quisermos manter a pretensão moral de promover as condições necessárias para que todos possam

realizar seus funcionamentos básicos, o direito a autodeterminação nacional torna-se uma mera consequência da constatação empírica de que, para alguns indivíduos, o pertencimento a uma organização política é um de seus funcionamentos básicos e, por conseguinte, condição de possibilidade de manutenção de sua integridade pessoal e de sua realização.

V. Estado Nacional ou Multicultural?

Apresentados os argumentos que justificam a parcialidade frente aos conacionais e o direito à autodeterminação nacional, que conclusões poderíamos tirar acerca da melhor forma de promover o florescimento individual ou coletivo? Haveria, a partir de tudo que foi dito, elementos suficientes para apostarmos na criação de Estados Nacionais, na promoção de Estados Multiculturais ou na superação de uma macroestrutura política por outras formas de organização social, sem Estado?

Procurei defender a tese de que a formação de nossa identidade inclui a identificação com distintos aspectos e, por conseguinte, com grupos diversos, o que faz de nossa identidade uma “identidade complexa”. No nosso dia-a-dia, elegemos, reiteramos ou rejeitamos certos traços de nossa personalidade e estabelecemos estratégias de ação para nossa realização pessoal. Assumimos como princípios morais aquelas estratégias que, por razões que podemos compartilhar com os demais, privilegiamos e que, por estas mesmas razões, supomos que também venham a ser eleitas por todos. Esmaecido o contraste entre as esferas da vida pública e privada, buscamos criar condições para o florescimento de nossos valores e, com ele, para nossa realização. É neste contexto que devemos reconhecer a demanda de certos grupos por uma forma de representação política capaz de expressar os valores com os quais estejam identificados.

Até agora, apenas destaquei o que seria um funcionamento básicos de indivíduos e/ou grupo sociais. A princípio, tal demanda poderia ser satisfeita no cerne de um Estado Multicultural, de um Estado Nacional ou de outras formas de organização não-estatais. Qual seria, então, a melhor alternativa? Defendi outrora e mantenho hoje a convicção de que a melhor alternativa dependerá sempre dos grupos em questão, das demandas a serem supridas e do estado de coisas em que se encontra a comunidade mundial. Não seria muito razoável apresentar uma alternativa que devesse valer igualmente para Quebequenses, Catalães, Palestinos ou Porto-Riquenhos. O que sim pode ser reconhecido igualmente é o anseio de encontrar sua própria forma de expressão política, forma essa com a qual os membros de cada comunidade possam se identificar plenamente. O ponto inquestionável é que a luta e o sal das lágrimas que correm em nossas faces tornam urgentes soluções morais compartilhadas.

Uma forma de expressão política é mais do que a garantia da manutenção de certos aspectos de uma cultura. Ela é o único meio de fazer com que os indivíduos se comprometam e se sintam responsáveis pelas resoluções e pelo florescimento da sociedade em que vivem. E o que é dito neste sentido para os que buscam a consolidação de um Estado próprio, pode ser agora igualmente prescrito para os diversos Estados Nacionais existentes, com cujo perfil poucos de seus cidadãos podem ser dizer realmente identificados. Reitero ser este o caso não apenas do Brasil, mas de muitos países do sul global que até hoje vivem sob os efeitos de um processo de colonização depredatório.

A estrutura política de uma nação deve poder expressar os valores mais fundamentais de uma comunidade. Ela espelha a forma de representação dos diversos segmentos da sociedade e a distribuição de direitos no cerne da estrutura básica da sociedade. Ela estabelece os mecanismos legítimos de justiça reparadora, incluindo os relativos à usurpação do poder por parte de seus representantes políticos. Ela determina o perfil de cada nação, a forma como será reconhecida e sua relação com as demais nações. Uma comunidade sem representação política, ou com uma representação política que não espelha seus próprios valores, está alijada do diálogo internacional, composto por um fórum de Estados Nacionais. A preservação de seus valores ou a implementação de seus fins mais fundamentais dependerá da atitude benevolente, paternalista ou humanitária de outros Estados.

Neste sentido, formas anárquicas de organização do social, microestruturas de poder descentralizadas que suprimissem a macroestrutura estatal, embora possam nos parecer a forma mais coerente de fazer valer uma concepção não autoritária, menos individualista e mais comunal de bem-viver, no plano político internacional poderiam levar à invisibilização de tais grupos.

Os Estados Multiculturais evidentemente podem e se fazem representar no fórum internacional, mas, para isso, partem de um endosso coletivo de certos valores e princípios. O melhor exemplo do um Estado Multicultural talvez seja o Canadá, onde os distintos grupos que o integram estão igualmente identificados como canadenses, ainda que paralelamente se identifiquem também de outra forma, como, por exemplo, quebequenses.

Mas o que dizer dos Estados Nacionais? Embora esta nos pareça a forma mais adequada de representação no fórum internacional, certamente está longe de ser imune a críticas. Como mencionei no início deste artigo, hoje milhões de indivíduos vivem como reféns de Estados Nacionais.

David Copp, em seu artigo “*Democracy and Communal Self-Determination*”¹⁴, chama atenção para o caráter antidemocrático e anti-igualitário que o direito a autodeterminação pode em alguns

¹⁴ D. Copp, “Democracy and Communal Self-Determination”, em: R. McKim e J. McMahan, *The Morality of Nationalism*, (Oxford: Oxford University Press, 1997).

casos assumir. Coop parte da caracterização do direito à autodeterminação fornecida por Margalit e Raz: “*if an encompassing group forms a substancial majority in a territory, then it is the group that has the right of self-determination... Its members are entitled to decide whether a state shall be formed in the territory*”¹⁵. E conclui: “*Margalit and Raz’s position therefore runs contrary to democratic and egalitarian considerations*”¹⁶.

De acordo com Coop, reconhecer o direito à autodeterminação apenas para os grupos que constituem uma maioria em um território é negar aos demais grupos o igual direito de se fazer representar politicamente, excluí-los do processo de deliberação e, por conseguinte, não apenas desrespeitá-los, como desrespeitar o próprio procedimento democrático. O reconhecimento do direito à autodeterminação nacional em sociedades plurais e multiculturais teria com consequência o fortalecimento dos mecanismos de exclusão de grupos minoritários e o desfalecimento de seu perfil pluralista, com o qual muitos de seus integrantes podem estar identificados. Ao invés de reclamar o direito à autodeterminação de determinados grupos, seria então razoável indagar pelo direito de uma sociedade permanecer culturalmente pluralista.¹⁷ Neste sentido, Coop conclui:

*(...) a society has the right of self-determination only if either it constitutes a state or there is a stable and widespread desire among its members that it constitute a state. I will say that only “political” societies have a right of self-determination*¹⁸

Como podemos perceber, a conclusão de Coop não exclui o direito à autodeterminação nacional, mas estabelece bem mais condições para que este seja cumprido. Ela está, portanto, perfeitamente em sintonia com a tese de que o direito à autodeterminação deve ser pensado em termos da representação política de uma sociedade e que seu reconhecimento deve levar em conta suas particularidades históricas e culturais. Sob o ponto de vista da atribuição igualitária do direito à autodeterminação, é fundamental que todos sejam igualmente contemplados, ou seja, que todos possam participar do pleito de decisões políticas onde o futuro de sua sociedade será decidido.

A formação de uma identidade em sociedades multiculturais pode incluir aspectos bastante diversos, tais como a identificação com uma cultura específica e com uma forma de organização política pluralista. Indivíduos assim constituídos devem poder reclamar para sua sociedade uma

¹⁵ Ibid., 285. O artigo a que Coop se refere é “Nacional Self-Determination”, *The Journal of Philosophy*, Vol. 87, No. 9 (Set. , 1990), 439-461. Não entrarei no mérito da adequação da interpretação de Raz e Margalit oferecida por Coop. Meu objetivo será apenas analisar a crítica realizada por Coop.

¹⁶ Ibid., 285.

¹⁷ Ver, *ibid.*, 287.

¹⁸ Ibid., 293.

forma de organização capaz de compatibilizar estes diversos aspectos de sua identidade. Neste sentido, eles devem poder, também, dar seu veto à constituição de um Estado Nacional e defender a manutenção de um Estado Multicultural. Tais considerações, contudo, reforçam o direito a autodeterminação nacional, pois apenas mediante o reconhecimento deste direito, seria possível abrir mão do mesmo, em nome de outra forma de organização política.

Henry Shue, em seu artigo em *“Eroding Sovereignty”*¹⁹, também nos apresenta críticas aos Estados Nacionais e, mais especificamente, ao reconhecimento do direito à autodeterminação nacional. Aqui o nacionalismo é pensado sob o foco da defesa dos interesses nacionais e do direito à não-intervenção externa nos limites territoriais: *“According to conceptions of sovereignty, a state may, and ought to, promote the interests of its own nationals exclusively. May it also promote the interest of its nationals without restraint?”*²⁰

A questão de Shue parece estar diretamente relacionada à possibilidade de compatibilizarmos nacionalismo, enquanto a defesa de interesses particulares, e direitos humanos, enquanto o comprometimento com os interesses comuns a toda humanidade. Ao defendermos o direito à autodeterminação de uma nação, estaríamos negligenciando aspectos de sua política interna que pode ter repercussões nocivas para outros indivíduos ou, mesmo, para a humanidade como um todo. Como o autor salienta, o atual estado de coisas da humanidade faz com que muitas questões não possam ser pensadas apenas nos limites das fronteiras nacionais. Além de uma profunda relação de interdependência entre os diversos estados, há questões que concernem a todos e cujas soluções envolvem decisões coletivas. Um exemplo típico são questões relativas à preservação do meio ambiente. Aqui um consenso internacional é não apenas desejável, como também a única forma de garantirmos soluções satisfatórias para alcançarmos um fim comum. Neste sentido, Shue conclui: *“the colossal global damage that can be done by “domestic” economic policy is a compelling reason why state sovereignty ought to be limited in this area”*.²¹

Sob o ponto de vista moral aqui assumido, não há como discordar de Shue. O nacionalismo, entendido como a defesa dos interesses nacionais, deve ter seus limites demarcados pelo não comprometimento de interesses básicos mais gerais. Em outras palavras, a defesa de interesses particulares não pode comprometer o reconhecimento de direitos ou funcionamentos básicos dos demais indivíduos. Contudo, esta é uma exigência que podemos contemplar ao reconhecer que a autonomia

¹⁹ Henry Shue, *“Eroding Sovereignty”* em: R. McKim e J. McMahan, *The Morality of Nationalism*, (Oxford: Oxford University Press, 1997).

²⁰ *Ibid.*, 342.

²¹ *Ibid.*, 346.

nacional deve ser analisada, em cada caso, levando-se em consideração o estado de coisas da totalidade do mundo no qual vivemos.

Se, como Shue, reconhecemos a existência de interesses mais gerais, então devemos reconhecer igualmente a necessidade de um fórum mais amplo de discussão. Neste caso, o direito a autodeterminação deve ser compreendido como o direito aos mecanismos de legítima participação no fórum internacional, e não como um direito a suprimi-lo em prol dos interesses nacionais. A autonomia de cada Estado não é um assunto doméstico, mas sim algo que diz respeito diretamente à relação entre os diversos Estados assim constituídos. Ou seja, o direito à autonomia nacional, entendido como direito à autodeterminação, diz respeito à inclusão de cada Estado no fórum de discussão internacional. Constituir-se como um Estado é uma forma de garantir uma representação própria, ou seja, de expor interesses e defender valores comuns aos indivíduos de uma certa cultura. Este aspecto positivo da autodeterminação nacional não ameaça o fórum de discussão internacional, mas busca, não apenas ampliá-lo, como também torná-lo uma expressão mais autêntica das diversas formas de vida que habitam o nosso planeta.

VI. Conclusões

Procurei mostrar que o direito à autodeterminação nacional pode ser compreendido como uma expressão legítima do anseio, inerente a cada comunidade, de representar seus próprios interesses e seus próprios valores no fórum internacional. É desta forma que talvez possamos reunir o que parece ser uma demanda comum a muitos palestinos.

Num mundo onde a lógica dos Estados Nacionais determina a participação do fórum de discussão internacional, a não organização sob a forma de um Estado Nacional corre o risco de deixar os integrantes de uma comunidade sem voz e veto mediante a macroestrutura de poder.

A formação de um Estado Multicultural, por sua vez, parece depender de um núcleo de valores e compromissos fortemente compartilhados. Este talvez seja o caso do Canadá, onde uma identidade canadense comunga com uma identidade quebequense. Não parece poder ser o caso em um Estado como Israel, onde a relação de forças é extremamente desproporcional e o núcleo de compartilhamento de valores e princípios, praticamente, inexistente. Israel abriga comunidades não apenas com culturas, línguas e religiões distintas, mas sim que convivem há décadas atravessadas pela violência e hostilidade mútua.

Cabe a cada comunidade eleger seu próprio meio de se fazer representar publicamente e promover o florescimento de seus integrantes. Cabe a todos nós, comprometidos com uma perspectiva moral de respeito aos funcionamentos básicos de todos os indivíduos, apoiar suas escolhas, não apenas com palavras, mas com as ações necessárias. Precisamos somar nossas vozes a do povo palestino até o dia em que, não somente as suas, mas todas as fronteiras desapareçam.

Referências:

Copp, David. “Democracy and Communal Self-Determination”, em: R. McKim e J. McMahan. *The Morality of Nationalism*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

Dias, Maria Clara. *Justiça Social e Direitos Humano*. Rio de Janeiro: Editora Pirilampo, 2015. 65-90.

_____. *Sobre nós: expandindo as fronteiras da moralidade*. Rio de Janeiro: Editora Pirilampo, 2016.

Dias, Maria Clara (Org.). *A perspectiva dos funcionamentos: por uma abordagem moral mais inclusiva*. Rio de Janeiro: Editora Pirilampo, 2015.

_____. *Bioética: fundamentos teóricos e aplicações*. Curitiba: Appris, 2017.

_____. *A Perspectiva dos Funcionamentos: fundamentos teóricos e aplicações*. Rio de Janeiro: APEKU, 2019.

Miller, David. *On Nationality*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

Shue, Henry. “Eroding Sovereignty” em: R. McKim e J. McMahan, *The Morality of Nationalism*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

Corpos femininos ocupados e a dupla resistência ao colonialismo e ao patriarcado

Occupied female bodies and the double resistance to colonialism and patriarchy

Cuerpos femeninos ocupados y la doble resistencia al colonialismo y al patriarcado

Ashjan Sadique Adi¹

Soraya Misleh²

Muna Muhammad Odeh³

Resumo:

A luta do povo palestino pela libertação nacional está articulada em um processo histórico, socioeconômico e eminentemente político dentro do qual o Movimento das Mulheres Palestinas tem evoluído nos últimos 100 anos, trazendo à tona as tensões e contradições do sistema patriarcal e seu papel em atrasar a construção de uma agenda feminista anticolonial. Os movimentos de mulheres palestinas avançaram em uma série de demandas socioculturais e políticas, incluindo autonomia econômica, direitos de herança, violência de gênero denotando altos níveis de iniciativa e resiliência. Referências explicativas sobre a condição das mulheres palestinas, sempre retratadas com a ocupação militar israelense como pano de fundo onde se discute a conclusão da libertação nacional e, por outro, a urgência de enfrentar as expressões de desigualdade de gênero cuja manifestação mais persistente se encontra na violência contra as mulheres nos domínios público e privado.

Palavras-chave: Movimento de Mulheres Palestinas, Luta anti Colonial, Ocupação Israelense, Violência de gênero, Resistência e Resiliência na Palestina.

Abstract:

The struggle of the Palestinian people for national liberation is articulated in a historical, socio-economic and eminently political process within which the Palestinian Women's Movement has evolved over the last 100 years, bringing to light the tensions and contradictions of the patriarchal system and its role in delaying the construction of a feminist anti-colonial agenda. The Palestinian women's movements have advanced a range of socio-cultural and political demands including economic autonomy, inheritance rights gender violence denotating high levels of initiative and resilience. Explanatory references about the condition of Palestinian women, always portrayed with the Israeli military occupation as a background where the conclusion of national liberation is in

¹ Graduada em Psicologia e mestra em Educação pela UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), doutoranda em Psicologia Social pela USP (Universidade de São Paulo), membra do GRACIAS (Grupo de Antropologia em Contextos Árabes e Islâmicos) e diretora da FEPAL (Federação Árabe-Palestina do Brasil).

² Jornalista palestino-brasileira, mestre e doutoranda em Estudos Árabes pela Universidade de São Paulo, autora do livro "Al Nakba – Um estudo sobre a catástrofe palestina". (São Paulo: Editora Sundermann, 2017) e de diversos artigos sobre o tema.

³ Palestina, bióloga e Professora Associada de Saúde Coletiva na Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília - UNB.



dispute, and on the other, the urgency of facing expressions of inequity of gender whose most persistent manifestation is found in violence against women in the public and private domains.

Key Words: Palestinian Women's Movement, Anti-Colonial Struggle, Israeli Occupation, Gender Violence, Resistance and Resilience in Palestine.

Resumen: La lucha del pueblo palestino por la liberación nacional se articula en un proceso histórico, socioeconómico y eminentemente político dentro del cual el Movimiento de Mujeres Palestinas ha evolucionado durante los últimos 100 años, sacando a la luz las tensiones y contradicciones del sistema patriarcal y su papel. en retrasar la construcción de una agenda feminista anticolonial. Los movimientos de mujeres palestinas han presentado una serie de demandas socioculturales y políticas que incluyen autonomía económica, derechos de herencia, violencia de género que denotan altos niveles de iniciativa y resiliencia. Referencias explicativas sobre la condición de la mujer palestina, retratada siempre con la ocupación militar israelí como trasfondo donde se disputa la conclusión de la liberación nacional, y por otro, la urgencia de enfrentar expresiones de inequidad de género cuya manifestación más persistente se encuentra en violencia contra la mujer en el ámbito público y privado.

Palabras Clave: Movimiento de Mujeres Palestinas, Lucha Anticolonial, Ocupación Israelí, Violencia de Género, Resistencia y Resiliencia en Palestina.

Mais de 100 anos de colonização e resistência das mulheres palestinas

Embora a Nakba, catástrofe com a autoproclamação do Estado de Israel em 15 de maio de 1948 mediante limpeza étnica planejada⁴, seja geralmente identificada a partir desse momento, ela teve início muito tempo antes. E continua até os dias atuais. Historiadores palestinos têm apontado que já são mais de 100 anos de uma das maiores injustiças da era contemporânea.⁵ Os marcos históricos desse processo são acompanhados da resistência palestina e, assim, do protagonismo feminino.

O primeiro deles se dá ao surgimento do sionismo político moderno, em fins do século XIX, cujo fundador é o jornalista judeu, nascido na Hungria, Theodor Herzl (1860-1904). Em 1896, ele publica “O Estado judeu” em que vincula a chamada “questão judaica” não à religião ou a aspecto social, mas a um problema nacional.⁶ Ou seja, deveriam constituir seu próprio Estado para se livrarem do “antissemitismo” na Europa do Leste e Central. No ano seguinte, ocorre o I Congresso Sionista na Basileia, Suíça, com a participação de 200 delegados. A Palestina é então escolhida como o local para essa colonização:

⁴ Soraya Misleh. *Al Nakba – Um estudo sobre a catástrofe palestina* (São Paulo: Editora Sundermann, 2017), 19-20.

⁵ Rashid Khalidi. *The Hundred Years' War on Palestine: A History of Settler Colonial Conquest and Resistance* (New York: Metropolitan Books, 2020).

⁶ Soraya Misleh. *Al Nakba – Um estudo sobre a catástrofe palestina* (São Paulo: Editora Sundermann, 2017), 22-27.

Esse nome por si só seria um toque de reunir poderosamente empolgante para o nosso povo (...) Para a Europa, constituíriamos aí um pedaço de fortaleza contra a Ásia, seríamos a sentinela avançada da civilização contra a barbárie. Ficaríamos como Estado neutro, em relações constantes com toda a Europa, que deveria garantir nossa existência.⁷

O conteúdo orientalista – de um “Oriente” atrasado e bárbaro inventado ante um “Ocidente” racional e civilizado⁸, em que o “Estado de Israel” se identifica com este último – serve ao projeto colonial. É preciso desumanizar o “outro”. A Palestina à época contava não mais que 6% de judeus. Assim, desde seus primórdios, o sionismo político moderno tinha ciência de que seria preciso o que denominavam “transferência populacional”, como fica evidenciado nos diários de suas lideranças à época – um eufemismo para limpeza étnica, de modo a mudar a demografia e então constituir um “Estado judeu”.⁹

As mulheres são as primeiras a se darem conta dessa ameaça. Já em fins do século XIX, quando se iniciam as ondas de imigração sionista à Palestina para a “conquista da terra e do trabalho”, elas revelam o protagonismo que acompanhará a história, ao se levantarem contra a colonização.¹⁰

Mas é no segundo marco desse processo que sua atuação ganha proeminência. Este se dá ao final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e em meio à iminente derrota do Império Turco-Otomano após quase 400 anos de dominação do Oriente Médio e Norte da África. Como “espólios” de guerra, os aliados europeus, já em 1916, haviam dividido a região em áreas de influência. A Grã-Bretanha ficaria com o mandato sobre a Palestina e em 2 de novembro de 1917, emite a chamada “Declaração Balfour”, na qual afirma ser favorável à constituição de um lar nacional judeu em terras palestinas.

Até então, em nível organizacional, as mulheres estavam mais concentradas em associações e sociedades de ajuda humanitária, preocupadas em especial em garantir educação para meninas e mulheres. Após a Declaração Balfour, emergem movimentos nacionalistas e, em aliança, organizações de mulheres que vão sedimentar o caminho ao feminismo anticolonial – que considera inseparável a luta pela emancipação das mulheres e pela libertação nacional.

⁷ Theodor Herzl. *O Estado judeu*. Tradução David José Pérez. (Rio de Janeiro: Garamond, 1998), 66.

⁸ Edward Said. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução Rosaura Eichenberg (São Paulo: Companhia das Letras, 2007), 29-31.

⁹ Nur Masalha. *O conceito de “transferência” no pensamento político sionista – 1882-1948*. Tradução Leo Misleh e Teresa Bosco Ferreira (São Paulo: Editora Sundermann/Monitor do Oriente, 2021), 17-19.

¹⁰ Dima Samaroo. “The Political Participation of Palestinian Women in Official and Non-Official Organizations in Limited Horizon”, Kings’ College London, Department of War Studies, International Centre for the Study of Radicalisation, 2018, 10. Disponível em: https://icsr.info/wp-content/uploads/2018/12/KPMED-Paper_The-Political-Participation-of-Palestinian-Women-in-Official-and-Non-Official-Organizations-in-Limited-Horizon-1.pdf. Acesso em: 25 de outubro de 2021.

Os anos 1920 são marcados por sua emergência nas mais distintas cidades palestinas. Em agosto de 1929 acontece a revolta de al-Buraq, após provocação sionista que desafiava o controle muçulmano sobre o que é hoje denominado Muro Ocidental em Jerusalém. Aos protestos, somam-se mulheres, que ao final são nove das cerca de 120 vítimas fatais palestinas. Segundo escreve uma das participantes Matiel Mogannam, que está entre as pioneiras do movimento, esse acontecimento representa a ruptura da “passividade feminina” – baseada na tradição. Por “força das circunstâncias”, elas são empurradas à ação.¹¹

Assim, em 26 de outubro de 1929, ocorre o I Congresso de Mulheres Árabes em Jerusalém, com a presença de 200 delegadas, cristãs e muçulmanas de várias cidades palestinas e aldeias maiores. A maioria integrava a elite e era, contudo, esposa de notáveis ou lideranças do movimento nacionalista. Não obstante, a historiadora Ellen Fleischmann considera equivocado dizer que sua organização funcionava como mero apêndice, embora houvesse “certo grau de cooperação”.¹²

O Congresso elege o Comitê Executivo de Mulheres Árabes, com 14 integrantes, e aprova resoluções como as que exigiam o fim da imigração colonial sionista e o fim da Declaração Balfour. Ao fim do evento, as participantes saem em carreata que reuniu 120 veículos, com paradas em frente à sede do mandato britânico e consulados estrangeiros. Esse é a pedra basilar ao surgimento de diversas organizações e comitês populares de mulheres nas áreas urbanas.¹³

O terceiro marco é a revolução de 1936-1939 na Palestina. A colonização sionista se intensifica, sob o guarda-chuva do mandato britânico. Como consequências, expulsão de camponeses de suas terras, desemprego, carestia, fome e pobreza. Detonador ainda é o assassinado do revolucionário sírio Izz el-Dim ao-Qassam, em combate contra os sionistas na Palestina, no mês de novembro de 1935.¹⁴

Essa situação é o caldo para a revolução contra o mandato britânico e a colonização sionista que se inicia com greve geral palestina em abril de 1936 e empurra o Alto Comissariado Árabe a chamar o levante.¹⁵ É o momento em que camponeses e trabalhadores entram no movimento, incluindo mulheres. Estas atuavam em diversas frentes: cuidavam dos feridos, alertavam para a chegada dos sionistas e britânicos, garantiam suprimentos e alimentação aos combatentes e também

¹¹ Matiel Mogannam, *The Arab Women and The Palestine Problem* (London: Herbert Joseph Ltd, 1937, digitalizado pela Birzeit University Library), 67.

¹² Ellen Fleischmann. “The Emergence of the Palestinian Women’s Movement, 1929-39”, *Journal of Palestine Studies*, April 2000, 20-21. Disponível em: <http://www.palestine-studies.org/ps/fulltext/40801>. Acesso em: 25 de outubro de 2021.

¹³ *Ibidem*, 19.

¹⁴ Ghassan Kanafani. A revolta de 1936-1939 na Palestina. Tradução Guilherme Rodrigues e Fabio Bosco (São Paulo: Editora Sundermann, 2015), 67-70.

¹⁵ *Ibidem*.

atuavam nas linhas de batalha, em brigadas femininas ou mistas comandadas por mulheres.¹⁶ A revolução é derrotada ao final: são mais de 5 mil mortos e 14 mil feridos.¹⁷ Os palestinos se encontravam absolutamente vulneráveis, enquanto as paramilícias sionistas eram fortemente armadas pela Europa.

A derrota, assim, pavimentou o caminho para a pedra fundamental da Nakba, em 1948, o quarto marco histórico da limpeza étnica planejada. O sinal verde foi dado pela recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), cuja Assembleia Geral recomendou em 29 de novembro de 1947 a partilha da Palestina em um estado judeu e um árabe, com Jerusalém sob administração internacional.¹⁸ Em fevereiro do mesmo ano, as irmãs Nariman e Moheeba Koorshed, que eram educadoras, fundam a brigada armada feminina Al Zahrat al Uqhuwan (Flores do crisântemo), precedendo outras que viriam a travar luta desesperada na tentativa de impedir a catástrofe.¹⁹

Ao final, os sionistas ocuparam 78% da Palestina histórica, avançando inclusive para o que recomendava a Assembleia Geral da ONU – 55% para o estado judeu e 45% para o árabe. Oitocentos mil palestinos foram expulsos violentamente e o estupro foi utilizado como arma para o despovoamento de 2/3 da sociedade, que teve cerca de 500 de suas aldeias destruídas. A Palestina foi radicalmente transformada.²⁰

Internamente, a educadora Hind al-Husseini (1916-1994) constituiu um orfanato para abrigar das crianças que perderam suas famílias, iniciativa que teve início quando avistou 55 delas cujos pais foram vítimas do genocídio na pequena aldeia de Deir Yassin, em Jerusalém, no dia 9 de abril de 1948. Em seis meses seu orfanato contava cerca de 2 mil.²¹

No refúgio, as mulheres iniciaram organizações de ajuda humanitária e algumas poucas foram proeminentes no emergente movimento de libertação nacional a partir dos anos 1960, que culminou na criação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em maio de 1964. No ano seguinte, surge, atrelada a esta, a União Geral das Mulheres Palestinas.

¹⁶ Faiha Abdulhadi. *The Political Role of Palestinian Woman in the 1930s*. Translated from the Arabic Language by Nitham Sais (Ramallah: The Palestinian Women's Research & Documentation Center, 2015), 32.

¹⁷ Ghassan Kanafani. *A revolta de 1936-1939 na Palestina*. Tradução Guilherme Rodrigues e Fabio Bosco (São Paulo: Editora Sundermann, 2015), 100.

¹⁸ Ver Resolução 181, de 29 de novembro de 1947, da Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: <https://unispal.un.org/dpa/dpr/unispal.nsf/0/7f0af2bd897689b785256c330061d253>. Acesso em: 25 de outubro de 2021.

¹⁹ Mervat Sadiq. "The Palestinian "Chysantemun"... A secret feminist organization before the Nakba", *Al Jazeera*, 15 de maio de 2021 (*tradução nossa*). Disponível em árabe: <https://bit.ly/3hOn0ks>. Acesso em: 25 de outubro de 2021.

²⁰ Soraya Misleh. *Al Nakba – Um estudo sobre a catástrofe palestina* (São Paulo: Editora Sundermann: 2017), 64-54.

²¹ Hind al-Husseini - Personal Info. Disponível no portal Visit Palestine: <http://visitpalestine.ps/palestinian-personalities/hind-al-husseini/>. Acesso em: 25 de outubro de 2021.

Dois anos depois, entre 5 e 10 de junho de 1967, o quinto marco da Nakba, desta vez sob a denominação Naksa (revés): a ocupação militar sionista das terras palestinas remanescentes em 1967, ou seja, Jerusalém Oriental, Gaza e Cisjordânia. Ao final da década e início dos anos 1970, o protagonismo feminino alcança outro patamar, inclusive com participação em ações diretas, como sequestros de aviões. Entre as mulheres que se envolveram nessas iniciativas, Leila Khaled (1944-), Therese Halasa (1954-2020) e Rima Tannous (1952-). Estas últimas participaram do sequestro em 9 de maio de 1972 do avião belga Sabena (voo 571), na rota para Tel-Aviv, visando a troca dos passageiros por 315 prisioneiros políticos palestinos. Foram detidas na ação, torturadas e condenadas à pena perpétua. No entanto, foram libertadas respectivamente em 1979 e 1983 em troca de prisioneiros. No cárcere, atuavam na educação de meninas e mulheres, bem como buscavam manter vivo o espírito coletivo de resistência.²²

Segundo Misleh (2020)²³, o mais recente movimento feminista de mulheres palestinas o Tal'at, criado em 2019, organizou uma ação mundial (nos territórios palestinos ocupados em 1948 e 1967, no exílio, nos países árabes e na Europa) articulada em protesto ao feminicídio praticado na sociedade palestina ocupada conclamando um feminismo anticolonial como condição para a libertação do povo palestino:

Sem poderem se encontrar em sua própria terra, diante do apartheid israelense, extrapolaram as fronteiras coloniais, a partir do chamado: “Palestina livre, mulheres livres” e “Não há honra no assassinato.” A ação, articulada pelo recém-criado movimento feminista palestino Tal'at, se deu a partir de agosto de 2019, em protesto pelo assassinato da jovem Israa Ghayeb por familiares. Aos 21 anos de idade, ela é uma das dezenas de vítimas de feminicídio em sua terra ocupada por Israel no ano – os números variam de 18 a 34, a depender das fontes pesquisadas.²⁴

Aqui vale ressaltar os argumentos de duas jovens, integrantes do movimento Tal'at - Hala Marshood e Riya Alsanah; em artigo de sua autoria publicado em fevereiro último no site da associação Europe Solidaire Sans Frontières, citadas pela Misleh (2020) onde se debruçam sobre o enfrentamento de estereótipos coloniais relativos a mulheres palestinas e árabes de um modo geral:

Desafiando os estereótipos racistas e orientalistas, as mulheres do Oriente Médio e da região do Norte da África estão na vanguarda da luta pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Enquanto escrevemos, as mulheres estão ocupando praças e marchando pelas ruas do Iraque devastado pela guerra, determinadas a desempenhar um papel ativo na definição de seu futuro. No Líbano, as mulheres não saíram das ruas, quebrando bancos, agitando pelos direitos dos refugiados sírios e palestinos e nos dando educação em tempo

²² PLO Unified Information, Foreign Information Department. *Palestinian Political Prisoners: Struggle Behind Iron Bars*, Beirute, 1979, 71-81.

²³ Soraya Misleh, “Palestina livre, mulheres livres”.

²⁴ *Ibid.*

real do feminismo revolucionário na prática. Feministas em todo o mundo estão incorporando e articulando movimento que vê a opressão sistemática e estruturalmente enraizada no capitalismo, cruzando-se com raça, sexualidade, colonialismo e ambientalismo. Em suma, um feminismo que vai além das demandas baseadas no gênero individual, instando-nos a lutar por um mundo mais justo e equitativo para todos. Tal'at faz parte dessa tradição feminista revolucionária.²⁵

A Nakba continua, e as jovens que hoje são vanguarda na resistência seguem a se inspirar nas muitas mulheres invisibilizadas na história que as antecederam. Este é seu legado. Seus traumas silenciados e suas vozes abafadas ecoam nos gestos de uma nova geração que se recusa a ser apagada do mapa.

Um olhar psicológico sobre a violação de corpos femininos palestinos

A perspectiva teórica que fundamenta este item do artigo trata-se da Psicologia Social. Esta tem como foco os efeitos das desigualdades estruturais e do contexto sócio-político-econômico vigente na psique e na subjetividade individual e coletiva, refletindo e promovendo mudanças políticas, prevenção e ação social que desafiem o status quo, expondo suas contradições e fortalecendo grupos historicamente marginalizados.

Versaremos, aqui, a respeito da violência colonial e patriarcal contra as mulheres palestinas e suas consequências psicológicas, assim como, seus mecanismos de resistência e de resiliência contra esses processos nos espaços privados, já que nos espaços públicos isso já foi apresentado anteriormente. Nosso objetivo, portanto, é trazer um apanhado de estudos voltados a esta temática, focando em alguns de seus resultados.

Consoante Hammad e Tribe (2020), há uma escassez de pesquisas em nível internacional que investigam o impacto psicológico da violência estrutural, da opressão econômica, do bloqueio militar, do controle de recursos, da pobreza, da restrição de liberdade e de oportunidades de subsistência decorrentes da violência política contra mulheres no contexto da Palestina ou como também são denominados, nos Territórios Palestinos Ocupados – TPO's. No âmbito nacional, igualmente. E ademais, observamos poucos estudos a respeito da violência de gênero contra mulheres palestinas, a respeito de suas organizações sociais e movimentos políticos contra esse fenômeno, assim como um olhar da Psicologia sobre o mesmo. Consideramos que se a história da Palestina é uma história silenciada, a história das mulheres palestinas é ainda mais. Em razão disso, decidimos escrever sobre

²⁵ Ibid.

este último tema, considerando a relevância social e científica deste para o espaço acadêmico brasileiro.²⁶

As mulheres palestinas, assim como as mulheres de diferentes regiões do mundo e seu regime capitalista-patriarcal, estão sujeitas a diversas violências de gênero, sejam físicas, psicológicas, sexuais, seja pelo patriarcado, seja pelo colonialismo, seja no âmbito privado, seja no âmbito público, seja por soldados, seja por companheiros e por próprios familiares, seja contra seus corpos, suas casas, seus filhos, suas terras.

No contexto de colonização, a lógica da violência colonial (especificamente sexual) se fundamenta na ideologia de que os corpos nativos são inerentemente violáveis e, por extensão, as terras nativas também.²⁷ O que nos permite inferir que o objetivo do projeto sionista de dominação e colonização de terras palestinas é inseparável do projeto de dominação e colonização dos corpos palestinos, em especial, dos corpos das mulheres, por sua fertilidade e capacidade reprodutiva.

A partir da constatação de um sofrimento psicológico e social contínuo aliado a um dos mais baixos índices de qualidade de vida do mundo²⁸, causado pela ocupação militar israelense, e a conjuntura de conflito prolongado, que impacta negativamente a capacidade do indivíduo de suprir necessidades básicas e cruciais como água potável, eletricidade, educação, saúde e emprego, problematizamos a insuficiência epistemológica da individualização, da medicalização e a despolitização da angústia palestina, e a necessidade de ir além dos modelos convencionais de definição e de nosologia de transtornos psíquicos que, por serem descontextualizados e buscarem uma padronização supostamente universal, nem sempre são capazes de atender às especificidades dos adoecimentos psíquicos numa conjuntura de apartheid, colonialismo e genocídio, a exemplo do transtorno de stress pós-traumático e sua inadequação num contexto de traumas recorrentes e permanentes.²⁹

Nesta perspectiva psicossociológica, consideramos que a compreensão e promoção da saúde mental e do bem-estar psíquico não podem estar apartadas da compreensão e superação dos problemas presentes no contexto social e político mais amplo, relativos ao acesso à liberdade, à segurança, à justiça, aos direitos humanos, na linha do que sustentam psicólogos como Kagan et al.

²⁶ Jeyda Hammad and Rachel Tribe, "Social suffering and the psychological impact of structural violence and economic oppression in an ongoing conflict setting."

²⁷ Andrea Smith, "Not an indian tradition: the sexual colonization of native peoples".

²⁸ Mataria et al., "The quality of life of Palestinians living in chronic conflict"

²⁹ Giacaman et al., "Quality of life"

(2011)³⁰ e Martín-Baró (1994)³¹. Ademais, concordamos com as diretrizes do Comitê Permanente Interagências (2007), para as quais a promoção dos direitos humanos anda de mãos dadas com a promoção da saúde mental.

Corpos femininos palestinos: historicamente sob dupla ocupação

Shahd Wadi (2009), descendente de palestinos e pesquisadora de Estudos Feministas pela Universidade de Coimbra, argumenta que Israel procura utilizar os corpos femininos para controlar o povo palestino como um todo, atrelando opressões de gênero para fins políticos mais amplos. Ou seja, ocupa-se a terra no sentido nacional e macropolítico e “ocupa-se” a mulher no sentido pessoal, micropolítico, ocupações que se articulam e se reforçam. É neste sentido que segue contundente a afirmação de que a Palestina só será libertada com a libertação de suas mulheres, estas lutas seguem juntas.³²

E conforme a autora, a função reprodutiva da mulher palestina é central no conflito, fazendo parte da luta nacional. Algumas mulheres vão dizer: “Temos um ventre militar e damos luz a combatentes”. Existe assim, um orgulho em participar da resistência, mas ao mesmo tempo um sentimento de resignação por participar desta luta de modo restrito ao âmbito biológico, enquanto um útero militar e aceitando este quase exclusivo papel, que é outra forma de objetificação desse corpo feminino num contexto de resistência.

Ademais, na narrativa israelense, a relação entre os dois lados desse contexto de ocupação é representada por uma relação homem/mulher, sendo a Palestina, a mulher e Israel, o homem. Noutras palavras, o colonizador é o patriarca, a Palestina, a noiva rebelde e a resistência de seu povo, o dote.³³ O que podemos metaforizar como uma “união” forçada e indesejada pela mulher, sem seu consentimento, uma relação permeada por abusos; uma relação de estupro, como historicamente ocorreu com mulheres indígenas e negras no Brasil e o colonizador branco-europeu.

De todo modo, a fetichização da fertilidade tornou as mulheres palestinas alvos da retórica nacionalista que politiza significativamente sua reprodução. Para os sionistas, as mulheres palestinas sempre foram, e continuam sendo, os principais corpos alvejados pela limpeza étnica; a principal peça de sua máquina genocida.³⁴

³⁰ Kagan et al., “Critical community psychology”.

³¹ Martín-Baró, “Writings for a liberation psychology”.

³² Shahd Wadi, “Feminismos”.

³³ Ibid.

³⁴ Shalhoub-Kevorkian et al., “Sexual violence”

Segundo as autoras supracitadas, estudos apontam que o estado sionista mobiliza a violência contra os corpos e a sexualidade das mulheres palestinas, através do abuso sexual militarizado, para fortalecer as estruturas patriarcais, o que por consequência, contribui para a expulsão dos palestinos de suas terras. Sendo assim, o estado israelense e as forças militares exploram a ameaça de violência sexual contra as mulheres palestinas e as culturais concepções patriarcais de sexualidade e “honra” para “recrutar palestinos como colaboradores” durante os períodos de levantes e impedir tentativas de resistência organizada, tornando, portanto, o estupro uma arma de guerra.

Os impactos psíquicos da violência doméstica

Apresentado brevemente este contexto, traremos agora alguns apontamentos sobre as consequências psíquicas da violência. Iniciaremos com a violência doméstica.

Conforme Thabet, Abu Tawahina e El Sarraj (2007), mulheres palestinas que sofrem abusos físicos e psicológicos, tendem a apresentar como principais consequências psicológicas sobre sua saúde mental sintomas de ansiedade, depressão e TEPT - Transtorno de Stress Pós-Traumático, sendo que os dois primeiros atingem os níveis moderado a grave. Tais resultados revelam uma proeminente necessidade de mais projetos de atendimento psicoterapêutico voltado para este público, assim como a inclusão de programas que visem desenvolver e aprimorar as estratégias de enfrentamento destas circunstâncias por parte das mulheres.

Mulheres que foram vítimas de violência física, além de vivenciar a curto, médio e longo prazo os efeitos das lesões, são mais propensas a sofrer uma variedade de problemas de saúde, incluindo abuso de drogas, transtornos alimentares e distúrbios sexuais, ginecológicos e gastrointestinais. (Fleming, Mullen, Sibthorpe, & Bammer, 1999).

A respeito dos tipos de violência doméstica, os resultados mostraram que os tipos de agressão mais comuns nas mulheres palestinas foram insultos, xingamentos e gritos. A maioria dos casos de violência são infligidos por parceiros ou ex-parceiros. Resultados apontam também que a violência doméstica na Palestina é menos incidente do que nos países ocidentais, de um modo geral, o que pode estar relacionado à proteção da família extensa.

Segundo estudo de Thabet, Abu Tawahina e El Sarraj (2007), as mulheres que vivem sozinhas em família nuclear tiveram melhores condições de negociar as situações de violência doméstica do que as que vivem em famílias extensas. Ademais, não foram constatadas diferenças significativas entre o tipo de residência, o nível educacional das mulheres, a renda mensal e a violência infligida.

Isto demonstra que tal fenômeno ultrapassa as questões de classe, reforçando que se trata de um problema estrutural, embora seja preciso reconhecer que em termos de recursos financeiros, mulheres pertencentes a classes mais abastadas tenham condições mais privilegiadas para enfrentar estas situações.³⁵

Os impactos psíquicos da violência colonial

Pesquisas revelam que a despeito das expectativas de gênero projetadas, parece haver pouca diferença entre os impactos psíquicos da violência colonial para mulheres e homens no que concerne a sensações, preocupações e sentimentos, sejam cotidianos e/ou existenciais. Por isso, abordaremos neste item, impactos psíquicos sem distinções de gênero específicas, haja vista afetarem ambos de forma semelhante. (Hammad e Tribe, 2020).³⁶

De acordo com os estudos de Barber et al. (2014)³⁷ e de Hamad e Pavanello (2012)³⁸, ser militarmente ocupado significa ser politicamente controlado, uma situação que gera tensão psicológica, sentimentos de medo, de insegurança contínua, de humilhação (sendo esta última considerada um trauma invisível da guerra)³⁹, de frustração e de desespero; preocupações com a possibilidade de ser preso e de sofrer invasões, bombardeios, tiroteios.

Outros sentimentos comuns constatados são os de violação e perda da dignidade, a exemplo de “não viver como humanos”, de viver uma morte lenta, uma existência insuportável, uma sensação de que a vida está suspensa, em espera, de não ser capaz de continuar, de não poder planejar o futuro e a falta de realização pessoal, sobretudo por cidadãos da Faixa de Gaza, que também relatam sentimentos de viver em uma “grande prisão”⁴⁰, simbolizando sentimentos de punição e aprisionamento,⁴¹ que fazem jus à consideração de que a Faixa de Gaza é “uma prisão a céu aberto” e de que o bloqueio militar é uma ‘punição coletiva’, segundo o Direito Internacional⁴².

Além do mais, tais achados reforçam o crescente reconhecimento de que a insegurança humana, as restrições econômicas, o desemprego e a pobreza crônicas geram mais angústia e ameaça ao bem-estar do que a exposição direta à violência em contextos de guerra ou conflito, sendo que as

³⁵ Thabet, “Effect of Domestic Violence”.

³⁶ Hammad, Jeyda and Rachel Tribe, “Social suffering”.

³⁷ Barber et al., “Politics drives human”.

³⁸ Hamad and Pavanello, “Transforming cash transfers”.

³⁹ Giacaman et al., “Humiliation”.

⁴⁰ A. Thabet and S. Thabet, “Stress, trauma”

⁴¹ A. Bseiso and A. Thabet, “The relationship”, 499.

⁴² Amnesty International, “The state of the world's human rights”, 207.

primeiras acentuam os traumas da segunda.⁴³ Neste sentido, a opressão contínua, sistêmica e estrutural é potencialmente mais psicologicamente prejudicial que incidentes específicos de violência.

Seguindo a linha de argumentação de Bulhan (1985)⁴⁴, a violência não se reduz ao emprego direto da força física; a opressão em ambientes de conflito raramente consiste na atuação isolada da força física, existe, sim, um complexo sistema de opressão social, étnica, econômica, compondo uma violência estrutural, que, por sua vez, é considerada a forma mais letal desta por ser mais difícil de discernir, de identificar, pois se apresenta como uma ordem de vida rotineira.⁴⁵

Evidências de pesquisas recentes também identificaram uma forma existencial única de sofrimento mental entre os palestinos: o sentimento de que o espírito, a moral, a vida e/ou o futuro foram quebrados ou destruídos.⁴⁶

Violência colonial contra mulheres no ambiente doméstico e suas resistências

Um alvo central da violência política contemporânea é a casa, o lar, que está regularmente sujeito a vigilâncias, invasões e repetidas ameaças ou demolições reais.⁴⁷ A violação ou destruição dos ambientes domésticos das mulheres provocam medo, ansiedade, tristeza, humilhação e desamparo, mas também, processos de resistência prática e emocional para proteger seus filhos e garantir a sobrevivência econômica, familiar e cultural.⁴⁸

O argumento do sociólogo e médico, Aaron Antonovsky (1987)⁴⁹, de que o bem-estar em meio a adversidades depende do senso de coerência de uma pessoa, que por sua vez está voltada às múltiplas maneiras que a casa e sua materialidade apoiam as necessidades humanas de constância e previsibilidade.⁵⁰ Por seu turno, Giddens (1990), se referiu ao sentido de compreensão e de confiança no mundo como *segurança ontológica*: “a confiança que a maioria dos seres humanos tem na continuidade de sua identidade e na constância do ambiente social, material e de ação”.⁵¹

⁴³ Barber et al., “Politics drives human”

⁴⁴ Bulhan, *Frantz Fanon and the psychology of oppression*.

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ Brickell, “Geopolitics of home.”

⁴⁸ Cindy A. Sousa, Susan Kemp, and Mona El-Zuhairi. “Dwelling within political”

⁴⁹ Antonovsky, *Unraveling the Mystery of Health*.

⁵⁰ Young, “House and home”

⁵¹ Giddens, *The Consequences of Modernity*, 92.

A confiança presente no dia-a-dia, nas pessoas e no seu ambiente fornece estabilidade e segurança, essencial não só para o bem-estar, mas também para a identidade pessoal e coletiva.⁵² Confirmando a afirmação de Seamon (1979)⁵³ que “a pessoa que está em casa ocupa um espaço sobre o qual ela está no comando”, o controle, portanto, surge como um tema central em uma gama de estudos empíricos que exploram as conexões entre casa, segurança ontológica e saúde.⁵⁴

Além disso, pesquisas com mulheres sobre as experiências domésticas de violência política, muitas vezes, destacam a importância que estas atribuem ao seu papel maternal.⁵⁵ Sendo assim, interrupções nestes ambientes podem ser entendidos como ataques profundos à autonomia das mulheres e ao sentido de maternidade, particularmente porque prejudicam as tarefas do cuidar.⁵⁶

Palestina: espaço-cídio e solastalgia

A violência política na Palestina ameaça noções convencionais de casa como um refúgio seguro e espaço de autonomia. Neste contexto, as fronteiras entre o espaço público e privado são sempre porosas⁵⁷, pois os arranjos políticos penetram os ambientes domésticos diretamente, como em invasões e demolições, e indiretamente, através dos desafios de viver em insegurança espacial crônica.

Por sua vez, destruições de casas palestinas facilitam a expropriação israelense das terras, transferindo a população palestina⁵⁸, um processo que Hanafi (2009)⁵⁹ denominou de *espaço-cídio*, segundo a qual: “No conflito palestino-israelense, o alvo é o *lugar*”, consistindo numa estratégia que ameaça a contiguidade geográfica, a ‘pátria’ coletiva e, por consequência, o bem-estar dos palestinos, cerceados em atividades básicas como ir para casa ou visitar amigos”. Neste sentido, a violência ao lar não afeta apenas o âmbito familiar, significa igualmente ameaças a uma pátria⁶⁰ compartilhada⁶¹.

Na linha das discussões sobre “Habitar em contexto de guerra”⁶², a angústia peculiar de viver em um ambiente que não proporciona bem-estar, segurança e exercício da individualidade foi

⁵² Kearns et al., “Beyond four walls”

⁵³ Seamon, *A Geography of the Life-world*, 80.

⁵⁴ Padgett, “There’s no place like (a) home”

⁵⁵ Ward, “Women of the Lebanese mountains”

⁵⁶ Akesson, “Castle and cage”

⁵⁷ Massey, *Space, Place, and Gender*

⁵⁸ Falah, “War, peace and land”

⁵⁹ Hanafi, “Spacio-cide”, 109.

⁶⁰ Ibid.

⁶¹ Falah, “War, peace and land”

⁶² Brickell, “Geopolitics of home.”

conceituada por Albrecht e seu colegas como *solastalgia*: “a saudade da noção de casa que se sente mesmo estando no próprio ambiente doméstico” (Albrecht, 2012, p. 227), ou a angústia de ser incapaz de obter conforto (para si mesmo) e promover o bem-estar (aos outros) dentro de sua própria casa, de seu próprio ambiente.⁶³

Diante destas considerações, estudos revelam que preocupações em estar constantemente vigiadas foram particularmente significativas entre mulheres que apontaram que mesmo se os soldados israelenses não entram em suas casas, sua vigilância está constantemente presente e a sensação de que alguém está te observando dentro da própria casa é uma constante, além de que sempre existe a possibilidade da vigilância se transformar em violência.⁶⁴

Sob vigilância incessante, a casa deixa de ser um refúgio de privacidade e autonomia, parase tornar um lugar de medo e insegurança. E, segundo as autoras supracitadas, mesmo que as próprias casas não sejam invadidas, as mulheres veem ou ouvem soldados regularmente batendo ou derrubando as portas de seus vizinhos; eventos claramente nocivos à saúde mental, que geram pânico e terror.

Neste processo, há também a destruição de pertences pessoais, que para além de objetos materiais, são repositórios vitais de história, significado e identidade, e sua perda é profundamente sentida⁶⁵, de modo que a destruição violenta de objetos pessoais, que evocam memórias e simbologias afetivas, geram dores profundamente enraizadas com as questões culturais e familiares.

Por seu turno, a situação de hostilidade para com a terra dos palestinos, presente no derramamento de lixo, de água contaminada, de resíduos químicos e agrotóxicos consiste em dupla violência, pois além de ameaçar a fonte principal de subsistência dos palestinos, abala igualmente questões afetivas e de pertencimento à terra, seja enquanto matéria, seja enquanto espaço.⁶⁶

Resistências e resiliências

Estudos relatam que as mulheres palestinas declaram não ter o poder de “proteger” seus filhos e outros membros da família da violência colonial, mas a despeito de toda vulnerabilidade, elas buscam proporcionar todo o conforto possível a seus filhos, parentes e à comunidade mais próxima, tornando a casa um espaço de refúgio e de resistência, como demonstram nestas falas: “Eles querem

⁶³ Glenn Albrecht, “The Age of Solastalgia”

⁶⁴ Cindy A. Sousa, Susan Kemp, and Mona El-Zuhairi. “Dwelling within political”

⁶⁵ Carroll et al., “Flooded homes”

⁶⁶ Cindy A. Sousa, Susan Kemp, and Mona El-Zuhairi. “Dwelling within political”

nos matar de fome, mas nós encontraremos uma maneira de nos alimentarmos.”; “Quanto mais nos desafiam, mais nos tornamos resilientes e fortes a eles”.⁶⁷

Nesta linha de resistência e de resiliência, as mulheres se reapropriam de suas moradias para fins alimentares, econômicos e do cuidar; assim como fazem reivindicações individuais e coletivas de moradia para sua defesa física e simbólica e de sua família. Consoante Scott (1985)⁶⁸, muitos desses "atos diários de resistência" são centrados na comida. Como uma mulher declarou a respeito do uso de sua casa em benefício da comunidade: “Em nossa casa, preparamos diferentes refeições para distribuir.” E nesta outra fala: “Eles vão tentar não deixar você trabalhar, então você tem que encontrar alguma maneira de trabalhar e de conseguir dinheiro e comida.” Outras descreveram como persistiram na coleta de plantas nativas ou na criação de galinhas e ovelhas para alimentar suas famílias.⁶⁹

Outro exemplo é de uma mulher que iniciou um jardim de infância em sua casa para ajudar a sustentar a família quando o marido perdeu o emprego. Enfatizando o cultural, outras mulheres fabricavam e vendiam produtos tradicionais, como o za'atar (mistura de tomilho, gergelim e sumagre - tempero vermelho) que talvez seja a principal especiaria palestina, assim como bordados com desenhos de significado geográfico e histórico.

Outras narrativas trazem a defesa da pátria de forma mais filosófica e emocional, como uma mulher palestina que detalhou seus esforços para dar sentido à experiência vivida para sua filha: “Eu digo a ela que não se preocupe - eu a encorajo e lhe dou esperança. Eu conto a ela: você não fez nada de errado, por que você está com medo? Você não deve ter medo. Você não os ocupou, você não tomou suas terras. Você está em sua própria terra - não se sinta culpada ou com medo”.⁷⁰

Ao proferir tais palavras, essa mãe ensina a filha sobre o orgulho e o direito ao lar, um ato que visa salvaguardar um futuro onde persistirão a família e o povo. A eloquência e defesa do direito de estar em casa configuram, portanto, uma estratégia ao mesmo tempo prática e emocional, individual e coletiva, contrariando os efeitos materiais da ocupação.⁷¹

Neste sentido, as narrativas de luta dentro de casa geralmente invocam a noção de estar lutando não apenas pela própria família, mas também pelo bem-estar coletivo. Aqui, nossas descobertas são consistentes com um tema emergente em outras pesquisas sobre violência na

⁶⁷ Ibid.

⁶⁸ Scott, *Weapons of the Weak*

⁶⁹ Cindy A. Sousa, Susan Kemp, and Mona El-Zuhairi. “Dwelling within political”

⁷⁰ Ibid.

⁷¹ Ibid.

Palestina - *sumud* ou constância: atos diários contínuos de resistência (micro e macro) destinada a proteger a sobrevivência da terra palestina, a identidade, a dignidade e o bem-estar em face da ocupação.⁷²

Seja diretamente, nos confrontos com soldados durante invasões domiciliares, e indiretamente, quando buscam assegurar aos filhos o direito de estar no lugar sem vergonha ou medo, as mulheres usavam a casa para literalmente se manter firme, ecoando a noção de Lefebvre (1991)⁷³ de apropriação - o direito humano de fazer, habitar e determinar um espaço.

Segundo Anderson e Danis, (2006)⁷⁴, apesar de qualquer suposição ou garantia de sucesso, as constantes tentativas dos sujeitos para manter certo poder e controle dentro de um contexto de violência, e a resistência estratégica à oposição aberta e direta, constituem estratégias adaptativas que, em última análise, nutrem e sustentam a resiliência.

Os resultados destes estudos acentuam a importância de políticas destinadas a proteger o direito humano universal a uma casa segura e estável⁷⁵, particularmente, em tempos de guerra e conflito, embora não apenas.

De todo modo, a literatura ainda é muito escassa sobre como a violência política afeta a maternidade⁷⁶, como as mães planejam estratégias para manter a si e a seus filhos seguros⁷⁷, e as implicações desse processo para a saúde mental de tais mães.⁷⁸

Considerações finais

A partir das pesquisas encontradas, fica evidenciado o protagonismo feminino ao longo da história moderna e contemporânea da Palestina. Essa presença, não obstante, como não raro ocorre em outras lutas anticoloniais, tem sido marginalizada ou mesmo invisibilizada ao longo do tempo. Essa omissão encontra suas bases na opressão sexista e, em última análise, contribui com a colonização sionista, no sentido de que mantém concepções e estereótipos orientalistas, colonialistas e eurocêntricos utilizados para a contínua ocupação de terras palestinas, que já perdura 73 anos (1948-2021).

⁷² Giacaman et al., “Quality of life”

⁷³ Lefebvre, *The Production of Space*.

⁷⁴ Anderson and Danis, “Adult daughters”

⁷⁵ Young, “House and home”

⁷⁶ Levendosky, “Mothers’ perceptions of the impact of woman abuse on their parenting”. *Violence Against Women* v. 6, n. 3, (2000)

⁷⁷ Olsen et al., “An ethnography of low-income”

⁷⁸ Berman et al., “A narrative study of refugee women”

Sendo assim, se de um modo geral, ainda existe um significativo desconhecimento e consequentes equívocos em relação à questão Palestina e seu povo, permeados por distorções que atendem a interesses de dominação imperialista, a ausência e silenciamento das mulheres palestinas nas páginas que narram a história de uma das maiores injustiças mundiais da era contemporânea aprofunda esse processo e é fundamental para sua manutenção.

Revelar, mesmo que brevemente, esse protagonismo histórico nos marcos da colonização sionista, como se apresenta na primeira parte deste artigo, é ao mesmo tempo uma busca por jogar luz sobre a questão palestina e atuar na lógica de um conhecimento que se pretende transformador da realidade. Visa, nessa direção, contribuir para que mais estudos e pesquisas sejam feitos sobre as mulheres palestinas, preenchendo esta lacuna acadêmica e historiográfica fundamental.

Esse protagonismo feminino, como se observa em outros processos de colonização ao longo da história humana, tem como característica a consciência de que a emancipação das mulheres é inseparável da libertação nacional. Nesse sentido, as mulheres palestinas não travam uma luta isolada contra a opressão, mas sua resistência alcança a interseccionalidade indispensável rumo à libertação plena. E mais: compreende e evidencia que a opressão sexista serve como instrumento à colonização. Como jovens meninas na vanguarda do movimento feminista palestina atual tem se apresentado, herdeiras de uma longa tradição revolucionária de mulheres de sua terra, seu “feminismo vai além das demandas baseadas no gênero individual, instando-nos a lutar por um mundo mais justo e equitativo para todos e todas.”⁷⁹

Por sua vez, os estudos desenvolvidos a respeito dos impactos psíquicos da violência de gênero contra mulheres palestinas, seja esta colonial e/ou patriarcal, nos oferece um breve panorama deste contexto todavia pouco conhecido e debatido pela academia brasileira tanto no âmbito das ciências humanas, sociais e da saúde de modo geral, quanto no âmbito da ciência psicológica de modo específico. Em razão desta conjuntura de “ausência”, temos como projeto acadêmico futuro trazer a Palestina para a Psicologia brasileira, seja esta social, política e da saúde, haja vista esta problemática carência teórica de tema tão relevante, mas historicamente marginalizado em nosso país, onde estão presentes cerca de 50.000 palestinos e palestinas entre imigrantes, refugiados e descendentes, aqui presentes desde o fim do século XIX.

Conhecer e apreender os sofrimentos e adoecimentos psíquicos em contextos de colonialismo, ocupação e genocídio (também presentes no Brasil com povos originários indígenas e negros) é de fundamental importância para compreendermos as causas sociais e políticas desses processos

⁷⁹ Marshood and Alsanah. “Tal’at:”

psicopatológicos, de modo a buscar as transformações de uma sociedade adoecida pela violência, quando não basta combater esta última de forma individualizada.

Medidas de curto prazo e de nível micro como programas de atendimento psicológico, melhoria da renda, cooperativas etc., até soluções de médio e longo prazo voltadas para o contexto mais amplo de recuo da ocupação sionista, de fim da violência e do terrorismo de estado israelenses, assim como, cumprimento das resoluções da ONU, das Convenções de Genebra e seus protocolos adicionais do Direito Internacional Humanitário (DHI) devem caminhar juntas para que a paz na Palestina seja efetivamente alcançada e para que esta “terra santa” não seja mais lembrada como território de guerra e conflito.

Referências

Abdelaziz M. Thabet, Ahmad Abu Tawahina, Eyad El Sarraj. Effect of Domestic Violence on Palestinian Women Mental Health: Pilot study. (2007), https://www.academia.edu/7141626/Effect_of_Domestic_Violence_on_Palestinian_Women_Mental_Health_Pilot_study

Abdulhadi, Faiha. *The Political Role of Palestinian Woman in the 1930s*. Translated from the Arabic Language by Nitham Sais. Ramallah: The Palestinian Women’s Research & Documentation Center, 2015, 32.

Akesson, B. “Castle and cage: meanings of home for Palestinian children and families”. *Global Soc. Welf.* 1, (2014): 81–95.

Albrecht, G. “The Age of Solastalgia”. *The Conversation*. 7 august 2012. <http://theconversation.com/the-age-of-solastalgia-8337>.

Amnesty International (2018). Amnesty International Report 2017/2018: The state of the world's human rights.

Amnesty International. 2018. *Amnesty International Report 2017/2018: The state of the world's human rights*. Retrieved from <https://www.amnesty.org/download/Documents/POL1067002018ENGLISH.PDF>.

Anderson, K., Danis, F., “Adult daughters of battered women: resistance and resilience in the face of danger.” *Affilia* 21, no. 4, (2006): 419–432.

Antonovsky, A., *Unraveling the Mystery of Health: How People Manage Stress and Stay Well*. Jossey-Bass, San Francisco, 1987.

Barber, B. K., Spellings, C., McNeely, C., Page, P. D., Giacaman, R., Arafat, C., Mallouh, M. A. “Politics drives human functioning, dignity, and quality of life.” *Social Science and Medicine* 122, (2014): 90–102.

- Berman, H., Giron, E.R.I., Marroquin, A.P., “A narrative study of refugee women who have experienced violence in the context of war.” *Can. J. Nurs. Res.* 41, no. 1, (2009): 144–165.
- Brickell, K. Geopolitics of home. *Geogr. Compass* 6, no. 10, (2012): 575–588.
- Bseiso, R. A., and Thabet, A. M. “The relationship between siege stressors, anxiety, and depression among patients with cancer in Gaza Strip.” *Health Science Journal*, 11 no. 2 (2017): 499.
- Bulhan, H. A. *Frantz Fanon and the psychology of oppression*. London, UK: Plenum Press, 1985.
- Carroll, B., Morbey, H., Balogh, R., Araoz, G. “Flooded homes, broken bonds, the meaning of home, psychological processes and their impact on psychological health in a disaster.” *Health Place* 15, no. 2, (2009): 540–547.
- Falah, G.-W. “War, peace and land seizure in Palestine’s border area.” *Third World Q.* 25 no. 5, (2004): 955–975.
- Fleischmann, Ellen. “The Emergence of the Palestinian Women’s Movement, 1929-39”, *Journal of Palestine Studies*, (April 2000): 20-21.
- Fleming, J., Mullen, P., Sibthorpe, B., & Bammer, G. The long-term impact of childhood sexual abuse in Australian women. *Child Abuse & Neglect* 23, (1999): 145-159.
- Giacaman, R., Abu-Rmeileh, N. M. E., Husseini, A., Saab, H., & Boyce, W. . “Humiliation: The invisible trauma of war for Palestinian youth. *Public Health*”, 121, no. 8, (2007a): 563–571.
- Giacaman, R., Mataria, A., Nguyen-Gillham, V., Abu Safieh, R., Stefanini, A., & Chatterji, S. “Quality of life in the Palestinian context: An inquiry in war-like conditions”. *Health Policy*, 81, no. 1, (2007b): 68–84.
- Giddens, A., *The Consequences of Modernity*. Stanford University Press, Stanford, CA 1990.
- Hamad, B. A., & Pavanello, S. *Transforming cash transfers: Beneficiary and community perspectives on the Palestinian national cash transfer programme part 1: The case of the Gaza Strip*. (2012). <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/8180.pdf>
- Hammad, Jeyda and Tribe, Rachel. “Social suffering and the psychological impact of structural violence and economic oppression in an ongoing conflict setting: The Gaza Strip”. *Journal of Community Psychology*. 48 (6) (12 May 2020), <https://doi.org/10.1002/jcop.22367>
- Hanafi, S., “Spacio-cide: colonial politics, invisibility and rezoning in Palestinian territory.” *Contemp. Arab Aff.* 2, no. 1, (2009): 106–121.
- Herzl, Theodor. *O Estado judeu*. Translated by David José Pérez. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.
- Hind al-Husseini – Personal Info. *Visit Palestine*. Accessed 25 October 2021. <http://visitpalestine.ps/palestinian-personalities/hind-al-husseini/>.

- Kagan, C., Burton, M., Duckett, P., Lawthom, R., & Siddiquee, A. *Critical community psychology*. West Sussex, England: Wiley-Blackwell, 2011.
- Kanafani, Ghassan. *A revolta de 1936-1939 na Palestina*. Translated by Guilherme Rodrigues e Fabio Bosco. São Paulo: Editora Sundermann, 2015.
- Kearns, A., Hiscock, R., Ellaway, A., Macintyre, S., “Beyond four walls’. The psychosocial benefits of home: evidence from West Central Scotland.” *Housing Stud.* 15 no. 3, (2000): 387–410.
- Khalidi, Rashid. *The Hundred Years' War on Palestine: A History of Settler Colonial Conquest and Resistance*. New York: Metropolitan Books, 2020.
- Lefebvre, H. *The Production of Space*. Blackwell, Cambridge, MA, 1991.
- Levendosky, A.A. Mothers’ perceptions of the impact of woman abuse on their parenting. *Violence Against Women* 6, no. 3, (2000): 347-271.
- Marshood and Alsanah. “Tal’at: a feminist movement that is redefining liberation and reimagining Palestine.” *Europe Solidaire Sans Frontières*. 25 February 2020. <http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article52242>.
- Martín-Baró, I. *Writings for a liberation psychology*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994.
- Massey, D.B. *Space, Place, and Gender*. University of Minnesota Press, Minneapolis, MN, 1994.
- Mataria, A., Giacaman, R., Stefanini, A., Naidoo, N., Kowal, P., & Chatterji, S. (2009). The quality of life of Palestinians living in chronic conflict: Assessment and determinants. *European Journal Health Economics*, 10(1), 93–101.
- Mervat Sadiq. “The Palestinian “Chysantemun”... A secret feminist organization before the Nakba”, *Al Jazeera*, 15 May 2021.
- Misleh, Soraya. “Al Nakba – Um estudo sobre a catástrofe palestina”. São Paulo: Editora Sundermann, 2017.
- Misleh, Soraya. “Palestina livre, mulheres livres”. *Monitor do Oriente*. <https://www.monitordooriente.com/20200307-palestina-livre-mulheres-livres/>
- Mogannam, Matiel. *The Arab Women and The Palestine Problem*. London: Herbert Joseph Ltd, 1937.
- Olsen, L., Bottorff, J.L., Raina, P., Frankish, C.J., “An ethnography of low-income mothers’ safeguarding efforts.” *J. Saf. Res.* 39, no. 6, (2008): 609–616.

Padgett, D., “There’s no place like (a) home: ontological security among persons with serious mental illness in the United States.” *Soc. Sci. Med.* 64, (2007): 1925–1936.

PLO Unified Information. 1979. Foreign Information Department. *Palestinian Political Prisoners: Struggle Behind Iron Bars*, Beirut, 71-81.

Said, Edward. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Translated by Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Samaroo, Dima. “The Political Participation of Palestinian Women in Official and Non-Official Organizations in Limited Horizon”, Kings’ College London, Department of War Studies, International Centre for the Study of Radicalisation, 2018, 10, <https://icsr.info/wp-content/uploads/2018/12/KPMED-Paper-The-Political-Participation-of-Palestinian-Women-in-Official-and-Non-Official-Organizations-in-Limited-Horizon-1.pdf>.

Scott, J. C. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. Yale University Press, New Haven, 1985.

Seamon, D. *A Geography of the Life-world: Movement, Rest and Encounter*. St. Martin’s Press, London, 1979.

Shalhoub-Kevorkian, Nadera, Ihmoud, Sarah and Dahir-Nashif, Suhad. “Sexual Violence, Women’s Bodies, and Israeli Settler Colonialism.” *Jadaliyya*. 17 November 2014. <https://www.jadaliyya.com/Details/31481/Sexual-Violence,-Women%E2%80%99s-Bodies,-and-Israeli-Settler-Colonialism>.

Smith, Andrea. “Not an indian tradition: the sexual colonization of native peoples”. *Hypatia: Indigenous Women in the Americas*. 18 (2) (2003).

Sousa, Cindy A., Kemp, Susan and El-Zuhairi, Mona. “Dwelling within political violence: Palestinian women’s narratives of home, mental health, and resilience.” *Health & Place* 30 (2014): 205–214.

Thabet, A. A., and Thabet, S. “Stress, trauma, psychological problems, quality of life and resilience of Palestinian families in the Gaza Strip.” *Journal of Clinical Psychiatry*, n° 2, (2015): 1–16.

UN. Resolução 181, de 29 de novembro de 1947, da Assembleia Geral das Nações Unidas, 1947, <https://unispal.un.org/dpa/dpr/unispal.nsf/0/7f0af2bd897689b785256c330061d253>.

Wadi, Shahd. “*Feminismos de corpos ocupados: as mulheres palestianas entre duas resistências*”, PhD diss., University of Coimbra, 2009.

Ward, A. “Women of the Lebanese mountains: a fight for edification.” *Womens Stud. Int. Forum* 32, no. 5, (2009): 388–394.

Young, I. M. “House and home: feminist variations on a theme.” In: *On Female Body Experience: “Throwing Like a Girl” and Other Essays*, Young, I.M. ed.. Oxford University Press, New York, NY, 2005.

Leila Khaled: Da resistência ao corpo

Leila Khaled: De la resistencia al cuerpo
Leila Khaled: From resistance to the body

Shahd Wadi¹

Resumo: Em 1969, a revolucionária palestina Leila Khaled ficou conhecida como a primeira mulher a desviar um avião da sua rota. As opiniões em torno da personalidade complexa desta mulher são muito diversas e contraditórias: algumas consideram-na revolucionária, feminista, símbolo da resistência palestina e a Che Guevara das mulheres. Outras olham-na como nacionalista, anti-feminista, traidora do seu sexo ou até terrorista. Curiosamente, estas opiniões, na sua maioria, formaram-se sobretudo em torno do corpo de Leila Khaled, especialmente através de um retrato tirado pelo fotógrafo Eddie Adams que se tornara icónico, transformando-a num símbolo da resistência palestina e das mulheres revolucionárias. De uma perspetiva feminista, este artigo reflete sobre o corpo-ícone de Leila Khaled e levanta questões sobre as leituras produzidas em torno deste corpo resistente.

Palavras-chave: Leila Khaled, feminismo, corpo, ícone.

Resumen: En 1969, la revolucionaria palestina Leila Khaled se hizo conocida como la primera mujer en desviar un avión de su ruta. Las opiniones en torno a su compleja personalidad son muy diversas y contradictorias: algunos la consideran revolucionaria, feminista, un símbolo de la resistencia palestina y el Che Guevara de las mujeres. Otros la ven como nacionalista, antifeminista, traidora de su sexo o incluso terrorista. Curiosamente, estas opiniones se formaron principalmente alrededor del cuerpo de Leila Khaled, especialmente a través de un retrato tomada por el fotógrafo Eddie Adams que se había vuelto icónico, convirtiéndola en un símbolo de la resistencia palestina y las mujeres revolucionarias. Desde una perspectiva feminista, este artículo reflexiona sobre el cuerpo-ícono de Leila Khaled y plantea preguntas sobre las lecturas producidas en torno a este cuerpo resistente.

Palabras clave: Leila Khaled, feminismo, cuerpo, icono.

Summary: In 1969, Palestinian revolutionary Leila Khaled became known as the first woman to hijack a plane. Opinions around her complex personality are very diverse and contradictory: some consider her revolutionary, feminist, a symbol of Palestinian resistance and the Che Guevara of women. Others look at her as a nationalist, anti-feminist, a traitor to her sex, or even a terrorist. Interestingly, these opinions are mostly formed around Leila Khaled's body, especially through a portrait taken by photographer Eddie Adams that had become iconic. This photo turned her into a symbol of Palestinian resistance and revolutionary women. This article reflects, from a feminist perspective, on Leila Khaled's iconic body, and raises questions around the readings produced around this resisting body.

Keywords: Leila Khaled, feminism, body, icon

¹ Investigadora em Estudos Feministas, Universidade de Coimbra, Portugal.

“Aprendi que uma mulher pode ser uma lutadora, uma combatente pela liberdade, uma ativista política, e pode amar e ser amada.”

“Onde houver ocupação, haverá sempre resistência.”

“Quando voltar à Palestina, dormirei debaixo de uma laranjeira por três dias.”

Leila Khaled



Muro de Separação, Belém-Palestina, foto de Shahd Wadi, 2015

A terrível sensação de sufoco causada pelo Muro da Separação na Palestina fica atenuada por alguns instantes quando se observa um enorme grafite de um corpo de uma mulher sorrindo, com uma *keffieh* palestina.² Esse corpo, que carrega uma arma, resiste ao e no Muro da ocupação israelita, mas também àquilo que impede uma mulher, muito mais sendo palestina, de se tornar um ícone. Esse corpo é o de Leila Khaled.

Em 1969, esta revolucionária desviou um avião da sua rota, sendo assim conhecida como a primeira mulher *hijacker*.³ Independentemente das contradições em torno do seu pensamento, da sua

² Um lenço palestino.

³ Não querendo fazer juízo de valor sobre os atos de Leila Khaled, optei por colocar a palavra *hijacker* em inglês, pela ambiguidade da palavra “sequestradora” em português, que normalmente transmite a ideia de raptar pessoas ou apoderar-se violentamente de algo.

história e da sua vida, Leila Khaled é a mulher palestina que conseguiu tornar-se um ícone, mais do que outras mulheres palestinas envolvidas na resistência. Talvez não seja possível descobrir exatamente o motivo por detrás deste iconismo, contudo, o que é evidente é que o mesmo é problemático. Apesar de ter um corpo conhecido através da famosa fotografia de Eddie Adams,⁴ a história desta mulher foi, estranhamente, pouco ou mal contada.⁵

Como podemos falar de Leila Khaled hoje? Como podemos colocar legendas sob este corpo-ícone? A língua fica atada e envergonhada ao querer falar com admiração sobre um corpo que carrega armas num presente em que a arma está mais ligada, por exemplo, ao terrorismo do Daesh do que à resistência das mulheres curdas. Fica atada porque já não estamos no tempo em que o desvio de aviões era uma ferramenta política importante romantizada, aceite e admirada por muitos.⁶ Fica atada porque dar voz a um ícone significa apagar outras histórias menos conhecidas, mas não menos importantes. Fica atada sobretudo quando se fala de uma personalidade complexa, sobre a qual há opiniões muito diversas e contraditórias. Como irei demonstrar neste artigo, enquanto algumas pessoas olham para Leila Khaled com grande admiração, considerando-a revolucionária, feminista, símbolo da resistência palestina e a Che Guevara das mulheres, outras, pelo contrário, olham-na como nacionalista, anti-feminista, traidora do seu sexo ou até terrorista. E há ainda quem a veja simplesmente como uma refugiada palestina que sonha com o regresso para Palestina, um regresso que apenas aconteceu por alguns momentos, num retorno temporário e quase imaginário do corpo sobrevoando a sua cidade natal Haifa no seu primeiro desvio de avião.⁷

Leila Khaled nasceu em 1944, na Palestina, antes desta ser ocupada e no seu lugar ser instituído Israel, em 1948. A sua família viu-se obrigada ao exílio no Líbano na sequência dos massacres cometidos pelas gangues sionistas. Os esforços árabes no sentido de exigir o direito do regresso dos refugiados palestinos não foram insuficientes para que ela pudesse regressar. Muito pelo contrário, Israel ocupou o resto da Palestina em 1967, e, assim, Leila, que já tinha vencido os constrangimentos da família para se tornar ativista política, sentiu necessidade de reagir.

⁴ Eddie Adams foi um fotógrafo norte-americano que fez a cobertura de várias guerras e ficou conhecido sobretudo pela fotografia que tirou ao General Nguyễn Ngọc Loan a executar um prisioneiro vietcongue em Saigão em 1968. A fotografia de Leila Khaled também ficou conhecida e foi adaptada e reproduzida posteriormente em várias formas artísticas e comerciais no mundo. Um exemplo desta reprodução é o grafite no muro da separação em Belém-Palestina, cuja fotografia (da minha autoria) é colocado no início deste artigo.

⁵ Sarah Irving, *Leila Khaled: Icon of Palestinian Liberation* (London: Pluto Press, 2012), 4.

⁶ Vários revolucionários no mundo (peruanos, argentinos, portugueses, palestinos e outros) realizaram desvios de aviões entre os anos 1930 e 1970 como forma de resistência.

⁷ Irei desenvolver mais adiante os detalhes deste acontecimento e as suas consequências políticas.

Em 1969, Leila Khaled e o seu colega Salim Issawi da “Unidade de Comando Che Guevara” da Frente Popular da Libertação da Palestina (FPLP), desviaram um avião que ia de Roma para Telavive, com o simples objectivo de, como afirma Leila, questionar o mundo sobre quem são os palestinos.⁸ Forçaram o piloto a aterrar na Síria, mas antes obrigaram-no a sobrevoar Haifa, a cidade natal de ambos os *hijackers*. Como Leila havia prometido, não foi utilizada violência física contra ninguém, nenhum dos passageiros ou da tripulação sofreram quaisquer agressões. Ao sair do avião, uma passageira perguntou-lhe quem são os palestinos e, assim, Leila percebeu que alcançara o seu objetivo. A guerrilheira e o seu companheiro de luta foram detidos na Síria, mas apenas durante algumas semanas, sendo depois libertados.

A história chama a atenção da média internacional que começou finalmente a dar cobertura a este problema no mundo árabe. Segundo Leila Khaled, antes do desvio, os refugiados palestinos eram vistos apenas como carentes de ajuda humanitária, ignorando-se por completo o conteúdo político da situação que enfrentavam.⁹ Graças ao facto de o desvio do avião ter sido liderado por uma mulher, o feito atraiu atenção. Porém, pelo facto de ser mulher, o seu ato foi ainda mais condenado e menos aceito, tendo ela sido apelidada de “menina terrorista” e de “beleza mortal”.

Leila Khaled não era única entre as resistentes políticas que abraçavam a luta armada. Muitas mulheres da FPLP já o faziam, como por exemplo Shadia Abu-Ghazaleh, a primeira mulher da resistência palestina a morrer após a guerra de 1967. Em homenagem a esta camarada morta, Leila Khaled escolheu o nome “Shadia Abu-Ghazaleh” para o seu próprio nome de guerra.

Apesar de Leila Khaled ser considerada a primeira mulher *hijacker*, o mais provável é ter sido apenas a primeira mulher a liderar uma operação deste género, havendo mulheres que tinham já participado em atos semelhantes - a *Operação Vagô* contra a ditadura em Portugal, por exemplo, realizada num avião da TAP em 1961, e considerada o primeiro desvio de um avião comercial no mundo, foi realizada por 6 revolucionários portugueses, entre eles uma mulher, Maria Helena Vidal, que, estando grávida, conseguiu levar as armas presas à barriga com uma cinta.¹⁰

O que chamou a atenção do mundo no caso de Leila Khaled, porém, foi, em particular, o seu corpo e a complexidade da leitura do mesmo. Foi a famosa imagem que, entretanto, se tornara icónica,

⁸ A razão pela qual foi escolhido especificamente este avião não é clara. Apesar de Leila Khaled ter anunciado durante o desvio que a razão tinha sido porque Yitzhak Rabin, que cometera crimes contra os palestinos, estava a bordo (na realidade não era verdade), a FPLP sempre negou este facto.

⁹ Sarah Irving, *Ibid.*, 6.

¹⁰ Outras mulheres também participaram em desvios de aviões. A argentina Maria Cristina Verrier, por exemplo, não só participou na Operação Condor, em 1966, mas também foi quem a planejou. Todavia não era a comandante principal da operação, como Leila Khaled.

que transforma Leila num símbolo da resistência palestina e das mulheres revolucionárias. O seu corpo é construído através de um processo e é também reflexo deste mesmo processo complexo. Partindo da discussão sobre o corpo nos Estudos Feministas e a problematização desse mesmo corpo relativamente às próprias identidades, este artigo baseia-se em teorias feministas, como a de Elizabeth Grosz, que considera os corpos códigos sociais que produzem discursos sem necessariamente falar, para tentar responder a perguntas socioculturais e políticas,

explorando as formas pelas quais o corpo é produzido fisicamente, socialmente, sexualmente, pelos discursos e pelas representações; e, pelo seu lado, as formas pelas quais os corpos se reinscrevem e se projetam no meio ambiente sociocultural, de modo que este meio ambiente simultaneamente produz e reflete a figuração e os interesses do corpo.¹¹

A imprensa ocidental comparou a delicadeza da cara de Leila Khaled com a de Audrey Hepburn, um ícone de Hollywood da época. O contraste entre o corpo, sobretudo as mãos, descritas como frágeis, e a arma foi o que desorientou as leituras hegemônicas normalmente presentes na mídia internacional sobre as mulheres palestinas.¹² Trata-se de um corpo considerado, nessas leituras, como “feminino” e que, ao mesmo tempo, não o é. Um corpo magro e pequeno que carrega arma e desvia aviões. O corpo de Leila é subversivo: ultrapassa as fronteiras confinadas ao seu sexo e quebra estereótipos ocidentais orientalistas sobre os corpos das mulheres árabes.

O corpo de Leila também confundiu as leituras de algumas feministas ocidentais. Não é velado nem vitimizado, à espera da ajuda das mulheres brancas para o salvar dos homens árabes, não segue o modelo que se espera de uma mulher árabe. Por isso, uma dessas feministas, Robin Morgin – no seu livro *The Demon Lover: The Roots of Terrorism* (2001) até acusou Leila e as mulheres que participam na luta armada nacional de serem traidoras do seu sexo e imitadoras e seguidoras do sistema patriarcal.¹³ Porém, Morgin serve-se da própria imagem estereotipada de Audrey Hepburn, seguindo a imprensa patriarcal dominante. Pode-se concordar com a ideia de que a tensão entre o nacionalismo e feminismo incorpora o pensamento de Leila Khaled. Especialmente no início da sua vida, ela havia afirmado que enfrentar a ocupação é mais urgente do que enfrentar outras opressões e

¹¹ Elizabeth Grosz. “Bodies-Cities” in *Places through the Bodies*, ed. Heidi J. Nast & Steve Pile, (London: Routledge, 2005), 31.

¹² Katharine Viner publicou um artigo onde argumenta que o anel de Leila Khaled, construído a partir de uma bala, é o centro da sua história e que esta mistura entre beleza e violência é a razão da persistência do seu poder. Informação disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2001/jan/26/israel>

¹³ Morgin, Robin, *The Demon Lover: The Roots of Terrorism*, (New York: Washington Square Press, 2001).

injustiças sociais. Contudo, a hostilidade de Morgan ignora, por completo, o ativismo de Leila nos movimentos feministas e as próprias resistências e críticas que Leila tinha dirigido contra o sexismo dos seus camaradas. Leila insiste que a participação das mulheres na luta nacional fez com que estas sejam mais ouvidas, confirmando, ao mesmo tempo, que não são as armas que colocam as mulheres num patamar igual aos homens. Porém, na minha opinião, foi o corpo e as ações subversivas de Leila que mais resistiram aos modelos hegemônicos, heteronormativos e orientalistas.

O corpo de Leila Khaled parece não se preocupar em manter o olhar dócil de Audrey Hepburn e que se submete a cirurgias plásticas não com o objectivo de cumprir padrões de beleza, mas, antes, por uma causa. Leila submeteu-se a várias operações, modificando o seu corpo para não ser reconhecida, e realizou o seu segundo desvio de avião em 1970, desta vez sem sucesso. O seu “companheiro de luta”, o nicaraguense e norte-americano Patrick Arguello do movimento Sandinista, foi morto pelos agentes de segurança que se encontravam no avião israelita. Leila ficou inconsciente devido a um golpe na cabeça. O avião da EL AL fez uma paragem de emergência em Londres onde Leila foi detida. A polícia ficou surpresa e sem perceber porque é que Leila aceitou ser tratada por um médico judeu. Mas quem conhece Leila hoje, sabe que o seu ativismo sempre passou também por explicar ao mundo a diferença entre o Sionismo, contra qual sempre lutou, e o judaísmo, uma religião com a qual sempre conviveu de forma muito próxima.¹⁴

Leila mal conheceu o camarada nicaraguense que realizou com ela o seu segundo desvio de avião acima referido. Mas a morte dele por uma causa da Palestina e não pela do seu país, poderá ter moldado as ideias da ativista sobre a solidariedade transnacional. Isto é evidente nas palavras dela sobre a morte de Patrick Arguello: “deveria ter sido eu a ser morta, porque era a minha luta e ele estava aqui para nos apoiar”.¹⁵ Leila faz uma distinção clara entre o apoio de todos os direitos dos palestinos, sobretudo o direito do regresso dos refugiados, e a falsa solidariedade com a Palestina que se limita à ajuda humanitária.¹⁶ Leila acredita que a importância do trabalho dos movimentos de solidariedade transnacionais contra a ocupação, incluindo os movimentos israelitas, não se limita a pressionar os governos, mas também a quebrar o sentimento de isolamento e solidão do povo palestino.¹⁷ A solidariedade de Patrick Arguello mostra-nos a possibilidade dos seus

¹⁴ Leila Khaled afirmou esta ideia na palestra que apresentou no Seminário Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino, que teve lugar em Almada, a 29/11/2014, organizado pelo Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e Pela Paz no Médio Oriente, disponível em: https://www.mppm-palestina.org/sites/default/files/ficheiros_anexos/documentos_mppm_no_10_-_seminario_internacional_de_solidariedade_com_o_povo_palestino.pdf

¹⁵ Sarah Irving, *Ibid*, 51. (A tradução é da minha responsabilidade.)

¹⁶ *Ibid*, 132.

¹⁷ *Ibid*, 130.

corpos, dele e de Leila, desobedecerem às fronteiras impostas pelos sistemas de poder e opressão, resistindo aos mapas criados pelo colonialismo para se encontrarem no espaço definido por uma causa. Assim, a solidariedade torna-se em si um ato de contestação e resistência. É uma solidariedade não “para um outro inferior”, mas com o outro, uma solidariedade que não é do Norte para o Sul, mas, utilizando a ideia de Timothy Seidal, que problematiza até as categorias transnacionais e apaga as “fronteiras” entre o Sul Global e o Norte Global.¹⁸

Na mesma época em que Leila realizou seu segundo *hijacking*, outros aviões foram desviados para o campo de Dawson, na Jordânia, também com participação de mulheres. Os passageiros foram mantidos reféns, exigindo-se a libertação de Leila. Um dos desvios de avião foi alegadamente realizado por uma mulher que atuou sozinha, Muna Abid el Sajid. Leila permaneceu apenas 23 dias sob detenção inglesa, antes de ser libertada na sequência de uma troca por passageiros.

Leila vive hoje na Jordânia com a sua família, continua a fazer parte da FPLP e é membro do Conselho Nacional Palestino. Continua, pois, ativa e, como ela diz, continuará sempre até ao seu regresso a Haifa.¹⁹

A história de Leila faz-nos interrogar: que corpo é este? Será que Leila se tornaria um ícone, com a sua imagem produzida em grafitis e t-shirts, se o seu corpo não tivesse sido divulgado através da famosa fotografia? Será que iria ser designada “terrorista” e “traidora do seu gênero” se não tivesse tido o seu corpo exposto publicamente? Será que Leila ia conseguir chamar a atenção para a causa palestina se não tivesse um corpo que corresponde às avaliações hegemônicas da beleza? Como teria sido a sua história se o seu corpo tivesse sido outro?

Os arquivos criados sobre a vida, a voz e o corpo da revolucionária podem oferecer algumas pistas para responder a estas perguntas. Porém, é importante lembrar que a sua voz nunca foi apresentada num “eu” que assume a sua singularidade. A sua história nunca foi escrita apenas por ela. Os livros e documentários sobre a vida de Leila foram produzidos por outras pessoas a partir de entrevistas diretas. São espelhos que refletem a sua voz, mas não deixam de reflectir com ela a voz de quem os produziu.

Um dos estudos sobre Leila é um capítulo da tese de doutoramento de Mejdulene Shomali, *Moving Feminities: Queer Critique and Transnational Arab Culture* (2015)²⁰. Trata especificamente da relação entre o “iconismo” de Leila e a popularidade da sua imagem. A autora nota que a ativista

¹⁸Timothy Seidel. “‘Occupied territory is occupied territory’: James Baldwin, Palestine and the possibilities of transnational solidarity”, in *Third World Quarterly*, 37:9, (2016), 1649.

¹⁹ Sarah Irving, *Ibid.*, 129.

²⁰Mejdulene Shomali; *Moving Feminities: Queer Critique and Transnational Arab Culture*, Tese de doutoramento em filosofia submetida à University of Michigan (2015).

é lembrada sobretudo visualmente, nas ruas, paredes, t-shirts, tatuagens, posters e obras artísticas. A tese argumenta que a popularidade resulta da inter-relação entre a feminilidade e violência, evidente na imagem de um sujeito que recusa os padrões heteronormativos e heteropatriarcais sobre a mulher árabe. A fotografia acentua uma certa “feminilidade”: as sobrancelhas bem desenhadas, o cabelo com franja, o olhar desviado numa pose “feminina” clássica. Estes elementos, considerados “femininos”, misturam-se com o carácter bélico que a presença da arma imprime, evocando uma representação não-normativa da feminilidade. Shomali argumenta que Leila e a sua imagem são potencialmente *queer*,²¹ política e sexualmente.

A primeira publicação sobre a guerrilheira ocorreu quando o FPLP pressionou Leila Khaled a publicar as suas memórias, *My People Shall Live* (1973). Embora o livro esteja na primeira pessoa, não foi escrito por Leila mas por um escritor fantasma, George Hajjar, também ele membro do partido. São poucas as histórias pessoais neste livro, comparadas com os longos parágrafos panfletários e partidários que defendem a pátria com um tom que pode parecer, muitas vezes, nacionalista. Este tom, que aparece neste livro e até em algumas das suas conferências, será talvez um dos pontos mais contraditórios do pensamento da ativista. Um tom que, a meu ver, contradiz com a subversão do seu corpo e das suas ações.

Algumas décadas se passaram até que outra publicação tentasse revelar mais sobre a ativista: *Leila Khaled: Icon of Palestinian Liberation* (2012), da autoria de Sarah Irving.²² Este livro preenche os vazios em relação da história da Leila, salientando também a parte da sua vida como ativista feminista nas organizações de mulheres, sobretudo na União Geral das Mulheres Palestinas, e liga as suas lutas ao longo da vida com o momento histórico-político atual.

A fonte cinematográfica principal sobre a ativista é um documentário com o título *Leila Khaled: Hijacker* (2005), de Lina Makboul. O documentário é útil para questionar: será que podemos consagrar aqui uma pessoa que foi considerada “terrorista”?

O documentário, acima referido reflete a identidade sueco-palestina da sua realizadora, contrapondo a visão de um mundo árabe, que olha Leila como heroína, ao pensamento ocidental, que a acusa de ser terrorista. Ao entrevistar o piloto do avião israelita que Leila tentou desviar, aquele recusa considerar como um ato terrorista o Massacre de Deir Yassin, cometido por gangues sionistas em 1948 e que matou centenas de civis palestinos, mas, pelo contrário, designa de terrorismo o desvio

²¹ Num artigo de pequena dimensão como este é impossível explicar a complexidade do conceito *queer* e as vastas definições e teorizações sobre o mesmo. Contudo, o conceito *queer* é utilizado aqui como referência às categorias sempre em construção e desestabilizadoras das identidades fixas.

²² A mesma autora tem um blog onde reúne as diferentes publicações, informações e links sobre Leila Khaled, disponível em: <https://leilakhaled.wordpress.com/>

de um avião em que nenhum passageiro ficou sequer ferido. O documentário convoca a duplicidade de critérios que levam a considerar Leila e os palestinos que resistem através da luta armada como “terroristas” enquanto os sionistas que mataram centenas de inocentes são considerados “heróis”.

Neste documentário, Leila Khaled recusa a acusação que coloca qualquer sequestro de avião no campo de atos terroristas, sublinhando que Israel descreve qualquer resistência popular como terrorismo. Talvez por isso Leila Khaled vem afirmando a sua posição desfavorável a quaisquer atos de violência contra civis. Apesar da maioria de estados e organismos humanitários internacionais reconhecerem o conceito de “Terrorismo de Estado”, quer Israel quer os EUA, curiosamente, rejeitam este conceito. Por esta razão, Leila Khaled questiona a própria definição de terrorismo na medida em que, para ela, a ocupação é o terrorismo em si mesmo.²³

Será que podemos exigir que a luta para a independência, soberania e liberdade siga um modelo universalista único? A ativista faz-nos repensar as formas de resistência através de uma epistemologia do sul,²⁴ lembrando que os povos têm direito de lutar contra quem os ocupa, fazendo uso de qualquer forma de luta, incluindo a armada, como afirma a declaração das Nações Unidas. Mais importante do que qualquer resolução das Nações Unidas esquecida é o grito não ouvido de um corpo desprezado, nas palavras de Leila: “quando desviamos os aviões, o mundo inteiro pergunta quem somos... mas quando somos torturados nas prisões israelitas, quem é que ouve o nosso grito?”²⁵

Leila Khaled acredita que o momento histórico-político é o que define a maneira de lutar. A revolucionária que se serviu das armas serve-se hoje de uma desobediência cívica parecida com aquela que foi praticada contra o apartheid na África do Sul. Por isso, quando Leila esteve em anos recentes num encontro em Portugal defendeu o Movimento de Boicote, Desinvestimento e Sanções como forma de pressionar Israel no cumprimento da Lei Internacional que vem grosseiramente contrariando.²⁶ Na mesa do almoço desse encontro, Leila escolheu ficar ao lado de uma jovem palestina exilada, partilhar com ela as peras bêbadas de sobremesa,²⁷ sair para o terraço contrariando a orientação dos seguranças designados pelo Estado Português e falar de igual para igual. Naquela voz roca de tantos cigarros, esta jovem, que era eu própria, encontrou o seu ícone imperfeito, como

²³ Lina Makboul. *Leila Khaled: Hijacker* (documentário), Swedish Television, Nederland NPS (2005);

²⁴ Segundo Boaventura de Sousa Santos: “Uma epistemologia do Sul assenta em três orientações: aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul.” *Apud* Santos, Boaventura de Sousa & Meneses, Paula “Introdução” in *Epistemologias do Sul*, (Coimbra: Almedina/CES, 2009).

²⁵ *Ibid.*

²⁶ Leila participou do Seminário Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino, que teve lugar em Almada, a 29/11/2014, organizado pelo Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e Pela Paz no Médio Oriente.

²⁷ Um tipo de sobremesa portuguesa.

não poderia deixar de ser. Leila Khaled poderá ser glorificada por uns e odiada por outros, mas o que me ficou desse encontro foi o poder do seu corpo subversivo que recusa ser confinado a fronteiras sexuais ou territoriais. Um corpo exilado que tudo faz por uma única razão: podermos voltar a casa.

Referências Bibliográficas:

Grosz, Elizabeth. “Bodies-Cities” in *Places through the Bodies*, ed. Heidi J. Nast & Steve Pile, London: Routledge, pp. 31 – 38, 2005.

Irving, Sarah. *Leila Khaled: Icon of Palestinian Liberation*, London: Pluto Press, 2012.

Khaled, Leila & Hajjar, George. *My People Shall Live: The Autobiography of a Revolutionary*, London: Hodder & Stoughton, 1973.

Makboul, Lina (realizadora). *Leila Khaled: Hijacker* (documentário), Swedish Television, Nederland NPS; www.leilakhaled.com, 2005.

Morgin, Robin. *The Demon Lover: The Roots of Terrorism*, New York: Washington Square Press, 2001.

Santos, Boaventura de Sousa & Meneses, Paula. “Introdução” in *Epistemologias do Sul*, Coimbra: Almedina/CES, 2009;

Shomali, Mejdulene. *Moving Feministies: Queer Critique and Transnational Arab Culture*, Tese de doutoramento em filosofia submetida à University of Michigan. 2015.

Seidel, Timothy. “‘Occupied territory is occupied territory’: James Baldwin, Palestine and the possibilities of transnational solidarity”, in *Third World Quarterly*, 37, 9 (2016): 1644-1660.

Viner, Katherine. “I made the ring from a bullet and the pin of a hand grenade” em *The Guardian*, 26-01-2001, disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2001/jan/26/israel> (acesso em 23-08-2021).

Quando há muito a se dizer: os discursos verbais no grafite palestino

When there is much to be said: the verbal discourse in the Palestinian graffiti

Cuando hay mucho que decir: discursos verbales en graffiti palestino

Vitoria Paschoal Baldin¹

Resumo: No início da utilização do grafite na região da Palestina, ao longo da Primeira Intifada, as expressões eram majoritariamente verbais. Entretanto, nas últimas décadas a ênfase tem se deslocado para comunicações visuais, desde grandes murais coloridos até pequenos *stencils* que se utilizam da imagem como seu principal meio comunicativo. O presente trabalho, portanto, objetiva analisar a forma pela qual as atuais expressões de grafite verbal se articulam com o contexto comunicativo mais amplo, bem como a sua associação com as demais expressões de grafite visual. Para tanto, partiu-se da análise do registro destas comunicações, levantados a partir da bibliografia, observando os elementos discursivos que eles mobilizam. Além disso, questões linguísticas e estéticas também foram observadas. A partir disso, argumenta-se que há substancial diferença entre os discursos mobilizados pelas mensagens em árabe e em língua estrangeira, estabelecendo um público idealizado distinto.

Palavras-chave: Grafite; Discurso; Solidariedade internacional; Ativismo;

Abstract: At the beginning of the use of graffiti in the region of Palestine, during the First Intifada, this was a mostly verbal expression. However, in recent decades the emphasis has shifted to visual communications, from large colored murals to small stencils using the image as their main means of communication. The present work, therefore, aims to analyze the way in which the current expressions of verbal graffiti are articulated with the broader communicative context, as well as their association with other expressions of visual graffiti. For that, we started from the analysis of the register of these communications, raised from the bibliography, observing the discursive elements that they mobilize. Furthermore, linguistic and aesthetic issues were also noted. From this, it is argued that there is a substantial difference between the discourses mobilized by messages in Arabic and in a foreign language, establishing a distinct idealized audience.

Keywords: Graffiti; Speech; International solidarity; Activism;

Resumen: Al comienzo del uso del graffiti en la región de Palestina, durante la Primera Intifada, esta era una expresión mayoritariamente verbal. Sin embargo, en las últimas décadas el énfasis se ha desplazado a la comunicación visual, desde grandes murales de colores hasta pequeñas plantillas que utilizan la imagen como su principal medio de comunicación. El presente trabajo, por tanto, tiene como objetivo analizar la forma en que las expresiones actuales del graffiti verbal se articulan con el contexto comunicativo más amplio, así como su asociación con otras expresiones del graffiti visual. Para eso, partimos del análisis del registro de estas comunicaciones, surgido de la bibliografía, observando los elementos discursivos que movilizan. Además, también se señalaron cuestiones lingüísticas y estéticas. A partir de esto, se argumenta que existe una diferencia sustancial entre los discursos movilizadas por los mensajes en árabe y en una lengua extranjera, estableciendo una audiencia idealizada distinta.

Palabras llave: Graffiti; Discurso; Solidaridad internacional; Activismo;

¹ Graduanda em História da Arte pela Universidade Federal de São Paulo. Atualmente, desenvolve, com apoio financeiro PIBIC-CNPq, pesquisa sobre grafite palestino e suas interlocuções.

Introdução

Os grafites, de maneira geral, possuem uma relação direta com as dinâmicas presentes no espaço de seu suporte, em que esses locais também incorporam significados e conferem status simbólico a tais expressões². Para Gitahy³, o grafite se apropria do espaço urbano de modo a discutir, recriar e imprimir a interferência humana na arquitetura da metrópole, democratizando e desburocratizando a arte, aproximando-a do homem e produzindo em espaço aberto sua galeria urbana. Assim, o espaço público é um meio especialmente eficaz para criar visibilidade enquanto questiona e negocia as dinâmicas de poder que se desenrolam naquele local.

Nesse sentido, desde o início da Primeira Intifada palestina, o grafite se tornou característica marcante na visualidade dos Territórios Palestinos Ocupados (TPO), utilizado como resposta às crescentes violências enfrentadas por essa população. No final da década de 1980, iniciou-se um movimento de resistência não-violenta inspirado por Gandhi e Martin Luther King, assumindo que métodos pacíficos ajudariam a neutralizar o poder do Estado israelense⁴. Em tal panorama, “armados de paus e pedras, jovens palestinos atacaram soldados israelenses, que reagem à bala”⁵. Esse movimento, nomeado de Intifada (insurreição, levante) se prolonga até 1990⁶, se tornando um importante marco, em simultâneo, para a consciência nacional Palestina⁷ e para o desenvolvimento do grafite na região⁸.

Assim, após os Acordos de Oslo foi disseminada a instrução de que os grafites e murais produzidos ao longo da intifada deveriam ser apagados, sob a justificativa de que a paz deveria começar em um ambiente limpo⁹. Contudo, com a crescente descrença em tal processo, ainda na década de 1990, uma série de grafites estampavam nas cidades e bairros críticas às autoridades internas. Apesar disso, é apenas com a construção do Muro por Israel na Cisjordânia que a cena do grafite palestino ganha sua configuração contemporânea.

² Sarah H Awad e Brady Wagoner, *Street Art of Resistance*. (Cham: Palgrave Macmillan, 2017).

³ Celso Gitahy, *O que é graffiti?* (São Paulo: Brasiliense, 2012).

⁴ Bezen Balamir Coskun, “Power of the Words: Securitisation of the ‘Other’ in the Israeli-Palestinian Conflict”. *QUEST*, v. 4 (2007).

⁵ Keila Grinberg. O mundo árabe e as guerras árabe-israelenses. (In: Daniel Reis Filho. (org.) *O Século XX*. Vol. III. O tempo das dúvidas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000), 120.

⁶ Mehran Kamrava, *The Modern Middle East – A Political History Since the First World War*. (Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 2013).

⁷ Ilan Pappé. *Historia de la Palestina moderna: un territorio, dos pueblos*. (Madri: AKAL, 2007).

⁸ Julie Peteet, “The Writing on the Walls: The Graffiti of the Intifada”. *Cultural Anthropology*, v. 11, n. 2 (1996).

⁹ Bill Rolston, “Messages of allegiance and defiance: the murals of Gaza”. *Race & Class*, v.55, n. 4 (2014).

Como consequência da Segunda Intifada palestina, sob a justificativa de proteger os israelenses dos ataques palestinos, o governo de Israel passou a adotar uma política unilateral relativa à construção de uma grande barreira física, sem considerar os recentes Acordos de Oslo, entre as comunidades¹⁰.

Segundo o relatório, lançado em 2005, do Escritório de Coordenação das Questões Humanitárias da ONU nos Territórios Ocupados¹¹ diversos palestinos se encontram em situação econômica difícil, tendo em vista que, em decorrência da barreira, deixaram de ter acesso a suas terras para cultivá-las, fazer a colheita ou alimentar o gado. Além disso, eles também foram isolados das escolas, universidades, hospitais e redes locais de assistência social. Comunidades foram fragmentadas e diversos locais são sufocados pelas dificuldades de circulação. Assim, o Muro produziu uma série de efeitos negativos na situação socioeconômica da Cisjordânia e também produziu grandes alterações no cenário sociocultural, reforçando os imaginários de separação. Assim,

o Muro trata da separação das famílias de suas comunidades, escolas, locais de culto, de suas clínicas, hospitais e instalações especializadas. Torna o acesso a eles, por meio de postos de controle militares, difícil, demorado e humilhante. Torna os palestinos, por assim dizer, refugiados em seu próprio país¹².

É nesse sentido que a construção se tornou um dos principais suportes para o grafite produzido nos TPO. Ao longo do presente estudo, portanto, o Muro ocupou uma posição central, em que as relações e disputas de poder que se desenrolam nesse espaço estão diretamente associadas à natureza desses grafites. Os grafites produzidos atualmente nos Territórios Palestinos Ocupados são, majoritariamente, produzidos em linguagem visual. As mensagens visuais são potentes para se comunicar com públicos diversos de forma mais rápida e simples. Isto é, ainda que dependa de maior engajamento do produtor e o desprendimento, normalmente, de mais material para produzir figuras, elas possibilitam que o espectador as compreenda apenas com um relance de olhar. Apesar disso, algumas vezes, as mensagens verbais são as únicas capazes de comunicar ao leitor mensagens específicas. Por conta disso, também são observadas mensagens totalmente ou majoritariamente verbais. Em alguns casos, elas aparecem associadas a desenhos e figuras, enfatizando algum grupo — como o caso das

¹⁰ René Backmann, *Um muro na Palestina*. (Rio de Janeiro: Record, 2012)

¹¹ René Backmann, op. cit.

¹² William Parry. *Against the Wall: The Art of Resistance in Palestine*. (Illinois: Lawrence Hill Books, 2011), 11-12. Tradução nossa.

tags de partidos políticos —, especificando um panorama ou oferecendo um encaminhamento analítico ao espectador. Dessa forma, diferentes realidades materiais e objetivos influenciam na forma pela qual sujeitos diversos se utilizam do espaço público para disseminar suas mensagens.

Assim, o presente trabalho analisa os grafites verbais produzidos nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO) nas últimas duas décadas (2000-2020), com o objetivo de interpretar, descrever e comparar as comunicações registradas. Utilizaremos o raciocínio dedutivo como procedimento metodológico. Nesse artigo, portanto, centraremos nossas atenções às comunicações das quais a escrita é parte essencial para a significação e conexão do espectador para com aquele grafite. A análise desses objetos parte da descrição dos mesmos, comparados com o panorama espaço-temporal do qual estão associados. Para o processo descritivo, utilizamos das proposições de Kress¹³ a respeito da multimodalidade, tendo em vista que muitos grafites são compostos pela associação entre texto e imagem. Elementos pautados nas lógicas de sequência, para o texto, e simultaneidade, com a imagem, serão analisados a partir dessa perspectiva. Além disso, o local de colocação da imagem também carrega significado, assim como sua associação com outros elementos naquele espaço¹⁴.

Os resultados obtidos foram organizados em quatro eixos: os três primeiros em que a ênfase da comunicação está no público transnacional e o último que está centrado na utilização do árabe, endereçado para a comunidade local. Esses eixos foram organizados em três perspectivas: (1) o público idealizado; (2) o idioma utilizado; e (3) o tema central. Assim, cabe ressaltar que o árabe foi mobilizado majoritariamente para a produção de *tags* ou de temas caros ao público nacional. Nesse sentido, os grafites em que a escrita árabe aparece diretamente conectada ao desenho parecem ser pensados para se comunicar para um público interno ou, ao menos, falante de árabe. Já as comunicações verbais em outros idiomas operam para um espectador mais geral, indefinido e internacional — principalmente, aquelas que se utilizam do inglês. Em alguns casos, ainda, foi possível identificar a utilização do árabe e do inglês nas mesmas comunicações, demonstrando a consciência de um público simultaneamente local e internacional.

Nesse sentido, inicialmente, discutiremos os grafites verbais que criam associações entre movimentos de luta anticolonialista e a causa palestina, em um repertório diretamente associado com as origens do grafite ao longo da Intifada. Na sequência, nos voltamos para os grafites que refletem sobre a atuação de outros agentes estatais para com a causa palestina. Então, discutiremos os grafites

¹³ Gunther R. Kress, *Literacy in the new media age*. (Psychology Press, 2003).

¹⁴ Ricardo Campos, *Por que pintamos a cidade? Uma abordagem etnográfica do Graffiti Urbano*. (São Paulo: Fim de século, 2010).

que demandam agência individual na construção de uma rede de apoio internacional em prol da causa palestina. E, finalmente, abordaremos as comunicações que possuem foco no público interno.

Lutas como ponto de referência transcultural

Os grafites produzidos sobre o Muro da Cisjordânia são, em grande parte, compostos pela associação de figuras e textos produzidos em inglês, espanhol, francês e outros idiomas internacionais. Olberg¹⁵ identificou que cerca de 90% dos grafites verbais produzidos na barreira utilizavam o inglês. Tal fato, possui relação direta com o grande fluxo turístico nessas regiões, em decorrência de questões religiosas ou políticas¹⁶. A utilização denota que o público pretendido dessas comunicações é transnacional e, em simultâneo, enfatiza a grande multiplicidade relativa à identidade de seus produtores.



Figura 1: “Não esqueça do amor”, Muro, Cisjordânia¹⁷

¹⁵ Steven T. Olberg. *Political graffiti on the west bank wall in Israel / Palestine*. (New York: The Edwin Mellen Press, 2013)

¹⁶ Hugh Lovatt. *The Aesthetics of Space: West Bank Graffiti and Global Artists*. (Dissertação do Mestrado em Artes. Culture and Society of the Near and Middle, East School of Oriental and African Studies, University of London, Londres, 2010).

¹⁷ William Parry. *op.cit*, 53.



Figura 2: “Esperança Palestina”, Muro, Cisjordânia, registrado em 2013¹⁸.

Nesse sentido, a utilização desses idiomas está associada a mensagens sobre ocupação e solidariedade internacional, com incentivos às posturas relativas à paz, esperança e amor. Como a figura 1 exemplifica, podemos ler em inglês próximo ao desenho de um rosto com expressão de sofrimento: “mesmo que todos não possam esquecer o ódio dele por esse maldito Muro, nós não podemos esquecer que o amor quebra-o”. A composição, junção da imagem e do texto, foi feita nas cores nacionais palestinas. Pode-se entender, portanto, que o “*his hate*”, ódio dele, faz referência ao povo palestino. Dessa forma, enfatiza-se a necessidade de apesar de reconhecer o sofrimento afligido ao povo palestino pela construção do Muro e o ódio proveniente disso e, em simultâneo, estimular e manter sentimentos positivos como forma de lutar contra a construção. Nesse sentido, o próprio Muro é um tema para grande parte dos grafites, muitas vezes personificado como um monstro¹⁹.

De maneira análoga, na figura 2 podemos encontrar uma grande composição enfatizando a necessidade de esperança para os palestinos. Isto é, com a construção do Muro, como apontamos, representou a perda de acesso à recursos básicos, como água e hospitais.²⁰ Assim, em alguns casos, as mensagens são mais diretas e mobilizam aspectos específicos da ocupação, como a demanda por

¹⁸ Sylvia H. Dahdal. *The Rhetorics of Political Graffiti on A Divisive Wall*. (Tese, Doutorado em Filosofia, Arizona State University, Arizona, 2017), 103.

¹⁹ Steven T. Olberg, op. cit.

²⁰ René Backmann, op. cit.

água (Figura 3). Por conta disso, a construção da barreira representou uma morte simbólica da esperança para o futuro²¹. Nesse sentido, uma série de grafites passam a dialogar diretamente com repertórios de esperança e busca por justiça, associado, também, ao conceito do *sumud* (firmeza)²² presente no ativismo palestino de maneira geral.

Ainda nesse sentido, outros movimentos de libertação popular são uma importante fonte de inspiração para o ativismo palestino, por conta disso, diversas vezes podemos encontrar citações relativas a essas mobilizações sendo estampadas sob a arquitetura urbana, especialmente na Cisjordânia. Nas figuras 4²³ e 6 encontramos grafites que mobilizam citações retiradas do discurso *I have a dream* (193) de Martin Luther King que opera a partir da idealização de um futuro livre de segregação, brutalidade policial e pobreza, que será alcançada a partir de um protesto criativo e livre de violência. Nesse sentido, podemos observar como essa fala possui paralelos com a realidade enfrentada atualmente na região e, dessa maneira, passa a ser rearticulado a partir do panorama palestino.



Figura 3: “Ligue a água”, Cisjordânia, registrado em 2010²⁴

²¹ Steven T. Olberg, op. cit.

²² Alexandra Rijke e Toine van Teeffelen, “To Exist Is To Resist: Sumud, Heroism, and the Everyday”. *Jerusalem Quarterly*, V. 59, N. 87 (2014).

²³ A figura 4 mobiliza um trecho do discurso de King baseado em Amós 5:24 na bíblia hebraica.

²⁴ Sylvia H. Dahdal, op. cit, 95.



Figura 4: “Até que a justiça flua como água e a retidão como um poderoso riacho”, Muro, Cisjordânia, registrado em 2013²⁵.

Outras citações de King também foram mobilizadas na produção de grafites, por exemplo, na figura 7. Esses grafites criam associações diretas ao Movimento pelos Direitos Civis podem ser observadas, especialmente ao mobilizarem citações que “pertencem a Martin Luther King Jr., lembrando aos telespectadores que a injustiça, o racismo e a violência ainda existem”²⁶. De maneira semelhante, o texto *Yes We Can* proclamado por Obama também aparece sob as paredes nas cores palestinas (Figura 5). Abaixo da citação, ‘09 enfatiza a data de produção desse grafite: 2009, ano da posse de Obama à presidência dos Estados Unidos da América com uma grande esperança, não concretizada, de uma agenda que oferecesse paz aos palestinos. Nesse sentido, como Terry²⁷ explica, após discursar na Universidade do Cairo no início de seu mandato, Barack Obama ofereceu esperanças à população da região que os Estados Unidos da América poderiam atuar como um mediador neutro para a estruturação da paz entre palestinos e israelenses. Logo no início de seu mandato, Obama chamou Mahmud Abbas, o primeiro-ministro israelense Ehud Olmert, presidente egípcio Hosni Mubarak e o rei Abdullah da Jordânia para assumir seu compromisso com o processo de paz. Em tal panorama, o grafite, ao mobilizar o pronunciamento, comunica sobre esperança e união, observada no diálogo entre agentes internos e externos. Além disso, tais comunicações enfatizam que as ideias de liberdade, justiça, paz, dignidade humana, segurança e igualdade são valores compartilhados entre os palestinos e o público transnacional mais amplo.

²⁵ Ibid., 91.

²⁶ Sylvia H. Dahdal, op.cit, 90. Tradução nossa.

²⁷ Janice J. Terry, "Unrequited Hope: Obama and Palestine." *Arab Studies Quarterly* 39.3 (2017).



Figura 5: “Sim, nós podemos”, Muro, Cisjordânia, registrado em 2010²⁸.

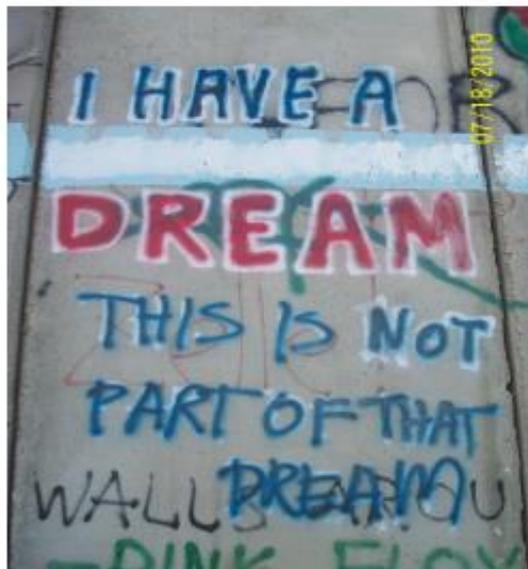


Figura 6: “Eu tenho um sonho”, Muro, Cisjordânia, registrado em 2010²⁹.

²⁸ Ibid., 66.

²⁹ Ibid., 66.



Figura 7: “Essa mentira não pode viver MLK”, Muro, Cisjordânia, registrado em 2013.³⁰

As citações também partem de falas de outros sujeitos de destaque em movimentos sociais, políticos e culturais pacíficos. As figuras 8 e 9 exemplificam isso. A primeira se utiliza de uma frase de Nelson Mandela sobre liberdade para enfatizar o caráter predatório das negociações entre a OLP e Israel, tendo em vista o pouco poder de barganha da autoridade palestina nesse processo. Isto é, como Demant³¹ aponta, em 1991 ocorreram as primeiras negociações entre Israel e os Estados árabes, sinalizando o início do processo de reconhecimento mútuo entre os israelenses e a OLP. Além disso, tais negociações representaram um “ponto de encontro entre o desejo israelense de chegar em um compromisso territorial e a vontade da OLP de começar as negociações de paz”³². Apesar disso, tais negociações, contudo, impeliu a liderança palestina, com pouco poder de barganha, a aceitar qualquer coisa que Israel lhe oferecesse³³. Nesse sentido, pouco tempo após os Acordos, a OLP sofreu como uma forte de descrença entre a população, especialmente, por conta da limitação de suas ações práticas nos TPO. Assim, Pappé³⁴ argumenta que, mesmo nas negociações posteriores, Israel demonstrou sua evidente superioridade, consolidando sua posição como único capaz de impor sua vontade. Já o *stencil* faz menção a música *Imagine* de John Lennon, uma importante canção sobre paz e igualdade. Dessa forma, podemos observar que os autores desses grafites partem de um repertório internacional sobre lutas, movimentos sociais de igualdade e paz para produzir diversas comunicações. Especialmente, estabelecendo paralelos e diálogos entre a causa palestina com tais panoramas, em perspectiva didática e persuasiva.

³⁰ Ibid., 90.

³¹ Peter Demant, Identidades israelenses e palestinas: questões ideológicas. (In: DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo (org.). *Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global*. São Paulo: UNESP, 2001).

³² Ilan Pappé, op. cit., 333. Tradução nossa.

³³ Peter Demant, op. cit.

³⁴ Ilan Pappé, op. cit.



Figura 8: “Apenas homens livres podem negociar”, Cisjordânia, registrado em 2010³⁵.



Figura 9: “Imagine”, Cisjordânia, registrado em 2013³⁶.

Ainda nesse sentido, algumas citações fazem parte de um repertório de provérbios populares em outros países. Na figura 10 podemos ler um ditado muito popular nos países anglófonos que, apesar da indicação de autoria de Franklin, não possui um autor bem definido, fazendo parte de um repertório popular sobre mobilizações, denotando a importância de levantar-se por aquilo que se acredita. Acima da citação, ainda, podemos ler em espanhol uma frase de exaltação às lutas. De maneira

³⁵ Ibid., 67.

³⁶ Ibid., 67.

semelhante ao que foi observado na mobilização de signos transnacionais, essas comunicações apelam para um público internacional através da utilização de repertórios mais amplos e de difusão global.



Figura 10: “Aqueles que não se erguerem por algo cairão por nada”, Cisjordânia³⁷.

Apesar disso, podemos observar que a análise e compreensão dessas comunicações demanda certos repertórios que não necessariamente são partilhados por todos os espectadores. A indicação do autor pode auxiliar nesse processo, mas não torna a compreensão imediatamente mais acessível. Nos grafites em que a citação aparece completa o leitor precisa apenas dominar o inglês para compreendê-la. Naqueles que fazem apenas menção parcial (Figura 5) a ideia central da citação não está evidenciada e demanda do espectador conhecimentos prévios ou dedicação para buscar o significado. Muitas dessas comunicações são feitas por artistas internacionais que aplicam na arquitetura palestina mensagens que conectam panoramas e processos históricos àquilo que observam no cotidiano palestino. Outras, ainda, são feitas por palestinos que vivem nesses locais e enxergam nessas citações paralelos com sua experiência. A comunicação é simultaneamente endereçada ao interno e externo, oferece e demanda apoio, conecta a luta palestina com um contexto mais amplo de mobilizações incentivando o prosseguimento delas e solicita legitimidade.

³⁷ William Parry, op. cit, 121.

Memória: os discursos sobre passado e legado

O inglês também é utilizado para tecer críticas a Israel e seus aliados, especialmente aos Estados Unidos da América. Como a figura 11 evidencia, em muitos casos, as críticas são diretamente endereçadas ao país e fazem referência ao passado enfrentado pelos judeus. Essa relação entre oprimido e opressor, traçando um paralelo entre o pretérito e o futuro, vivido e protagonizado por essa população, é tema de muitas comunicações. Em outros casos, Israel é questionado sobre legado e memória, instigando a reflexão sobre as marcas negativas que serão deixadas na história por conta do conflito com os palestinos (Figura 12). Alguns grafites, ainda, utilizam-se de léxicos tabus, como palavrões, para demonstrar a grande insatisfação com a autoridade israelense (Figuras 14 e 15) ou ainda fazem comparações explícitas para com o Terceiro Reich (Figura 15).



Figura 11: “Israel — você se tornou o mal que lamentou?”, Muro, Cisjordânia³⁸.



Figura 12: “Israel é assim que você quer ser lembrado?”, Muro, Cisjordânia³⁹.

³⁸ Ibid., 121.

³⁹ Sylvia H. Dahdal, op.cit, 98.



Figura 13: “O oprimido se tornou opressor”, Muro, Cisjordânia, registrado em 2010⁴⁰

Como Olberg⁴¹ argumenta, o Holocausto é um termo altamente emocional e comparar o muro construído na Cisjordânia com esse evento gerou opiniões fortes. Algumas pessoas descreveram para o autor que essa comparação era “uma analogia desumanizante e sentiram que essas discussões não permitiam uma resolução porque, para muitos israelenses, o Holocausto era uma parte vívida de sua história familiar”⁴². Apesar disso, comunicações dessa natureza seguem sendo produzidas e registradas, principalmente no Muro da Cisjordânia, enfatizando a permanência desse discurso e imaginário nas discussões contemporâneas.

⁴⁰ Ibid., 79.

⁴¹ Steven T. Olberg. op. cit.

⁴² Ibid., 153. Tradução nossa.



Figura 14: Léxico tabu, Muro, Cisjordânia⁴³.



Figura 15: “Nazi Sion”, Muro, Cisjordânia.

Os grafites endereçados ao governo norte-americano fazem menção direta ao apoio financeiro e diplomático oferecido pelo país a Israel. Na figura 16 podemos observar a bandeira estadunidense pintada ao lado de uma comunicação sobre o dinheiro — tanto aquele investido pelo país de forma a auxiliar o processo de opressão, como também aquele negado aos palestinos que hoje encontram-se

⁴³ Sylvania H. Dahdal, op.cit., 108.

em grande estado de recessão. Assim, esses grafites “direcionam a atenção para o apoio dos EUA a Israel e resume o ódio que os locais e pró-palestinos sentem em relação os EUA”⁴⁴.



Figura 16: “América, eu quero meu \$ de volta”, Muro, Cisjordânia⁴⁵

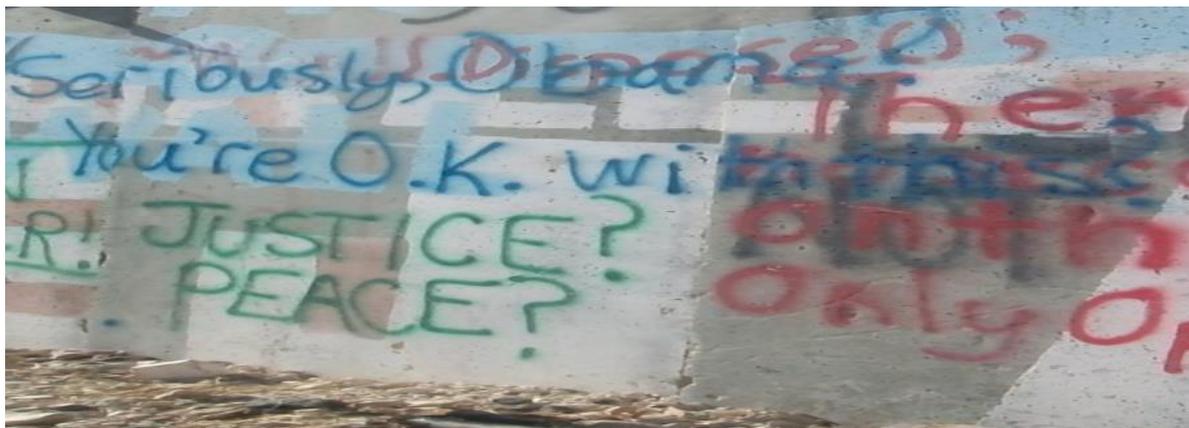


Figura 17: “Sério Obama, você está O.K. com isso?”, Cisjordânia, registrado em 2010⁴⁶.

⁴⁴ Ibid., 75. Tradução nossa.

⁴⁵ William Parry, op. cit, 62.

⁴⁶ Sylvia H. Dahdal, op.cit, 96.

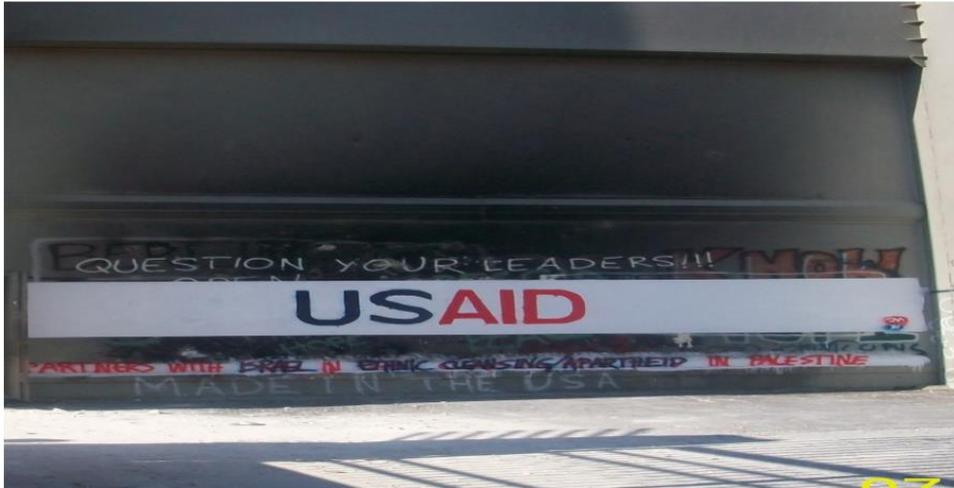


Figura 18: “USAID”, Cisjordânia, registrado em 2010⁴⁷.

Outro grafite volta a fazer menção ao presidente americano do período (Figura 17), mas, distintivamente da anterior, essa mobilização não é feita baseada em sentimentos esperançosos de paz e união. Assim, apenas um ano depois da posse de Obama, a comunicação questiona a permissividade deste em relação ao panorama, contrariando as confianças nele depositadas anteriormente. Tal fato decorre do fato de que:

parece que mesmo durante seu primeiro mandato, Obama concluiu que era amplamente fútil gastar capital político na implementação de uma solução significativa de dois estados — que provavelmente não teria sucesso — e direcionou suas energias para programas domésticos que teve mais chance de sucesso⁴⁸.

Em outros casos, a relação entre os Estados Unidos e Israel aparece de uma forma mais implícita. Como na figura 18, em que se faz um jogo de palavras entre USA e *aid* (ajuda), enfatizando o apoio norte-americano ao sistema israelense. Acima também podemos ler: “pergunte aos seus líderes”. E, também, abaixo: “parceiros com Israel na limpeza étnica/*apartheid* na Palestina”. Nesse sentido, é estabelecida uma relação íntima entre a opressão palestina originária das relações com Israel e o governo americano. Instiga-se, assim, que os cidadãos de países parceiros do regime israelense cobrem seus líderes por posturas políticas que demandem a mudança do cenário atual.

As relações estabelecidas entre os agentes internacionais e o panorama palestino atual enfatizam que, como Kamrava⁴⁹ argumenta, o passado e o presente estão em constante diálogo. Para o autor, diversos processos iniciados na década de 1910 produzem efeitos na vida cotidiana de diversos

⁴⁷ Ibid., 76.

⁴⁸ Janice J. Terry, op. cit., 898. Tradução nossa.

⁴⁹ Mehran Kamrava, op. cit.

sujeitos na região ainda na contemporaneidade, em que o legado do domínio europeu ainda afeta as políticas internas e externas. Assim, tais associações carregam grande carga negativa e crítica, fortemente permeada pelas experiências históricas dessa população, em que a atuação norte-americana é, diversas vezes, encarada como continuidade das violências iniciadas com o controle britânico.

Solidariedade internacional

Idiomas estrangeiros também são vastamente utilizados para demonstrar apoio à causa palestina. Tal configuração está intimamente articulada com regiões mais turísticas, como Belém e Rámalá, em decorrência do grande fluxo de turistas — provavelmente, os principais produtores desses grafites. Além do inglês, o espanhol também é um idioma bastante utilizado nos grafites observados ao longo dessa pesquisa. Algumas vezes, ele é encontrado associado a murais elaborados ou no mesmo suporte de mensagens em outros idiomas. Majoritariamente, ele é utilizado em mensagens produzidas rapidamente com *spray*, exaltando a luta palestina, oferecendo apoio e comparando sua opressão ao observado em outros locais. A figura 19 exemplifica isso, a violência sofrida pelos palestinos é associada a opressão de argentinos, ao lado de uma *tag* (JCP). O francês e o alemão também foram encontrados em alguns grafites, especialmente, sob o Muro, como, por exemplo: “*paix pour la Palestine*”, paz para a Palestina e “*ICH BIN BETHLEHEM*”, eu sou Belém em alemão. Em ambas as intervenções, os escritos aparecem desarticulados com os desenhos próximos a eles.



Figura 19: “As balas que matam os palestinos reprimem os argentinos JCP”, Cisjordânia⁵⁰.



Figura 20: Grafite pedindo a libertação da terra palestina em japonês, Muro, Cisjordânia⁵¹.

De maneira semelhante, outros idiomas também foram utilizados para oferecer apoio internacional à causa nacional e as pautas relativas a isso, como a figura 20 exemplifica, em que o japonês

⁵⁰ Inspiringcity, “The Graffiti of the West Bank Barrier in Bethlehem”. Inspiringcity. <<https://inspiring-city.com/2019/01/19/the-graffiti-of-the-west-bank-barrier-in-bethlehem/>>, (Acesso em 29 de setembro de 2020).

⁵¹ Sylvania H. Dahdal, op.cit, 101.

foi utilizado para pedir liberdade à palestina. Nesse sentido, esses repertórios evidenciam a tentativa de expressar a solidariedade de outras nações para com a Palestina, ainda que o espectador não seja, necessariamente, os palestinos. A utilização de outros idiomas aparenta ser um movimento em direção ao público internacional. Isto é, enquanto anunciam posturas solidárias à causa palestina em seu idioma nacional, ao registrarem e compartilharem essas mobilizações, estabelecem seus concidadãos como interlocutor e demandam deles uma tomada de posição em sincronia ao grafite.

As comunicações para o público interno

O árabe é utilizado em muitas expressões de grafite caligráfico, como a produção Belal Khaled exemplifica. Apesar disso, a língua também é mobilizada de formas mais simples e rápidas. Em alguns casos, o árabe aparece associado a composições visuais e oferece a elas encaminhamento analítico. Em outras comunicações a mensagem verbal é o elemento central, enquanto a figura funciona como uma espécie de acompanhamento ou ilustração. Um mural feito em Abu Dis (Figura 21) exemplifica esse processo. Nele podemos observar a cena de uma bola de futebol entrando em gol. No centro da bola (inserção), temos uma caveira com um chapéu e a sigla de um clube — E.C.F.C. Acima podemos ler: “liberdade através do futebol”. Nesse sentido, o aspecto central da comunicação, feita em um local próximo a um campo de futebol, está no incentivo à prática do esporte como uma ferramenta de libertação. A figura auxilia no destaque à comunicação e ilustra o tema do grafite, além de possibilitar a inclusão de uma autoria, possivelmente, relacionada ao clube mencionado na bola.



Figura 21: Grafite sobre o futebol como uma ferramenta de liberdade, Muro, Abu Dis, Cisjordânia⁵².



Figura 22: Poema ao lado do mapa palestino, Muro, Abu Dis, Cisjordânia⁵³.

⁵² William Parry, op. cit, 153.

⁵³ Ibid., 159.

De maneira semelhante, na mesma região um poema foi escrito no Muro ao lado de um mapa palestino (Figura 22). Na poesia, podemos ler: “Quantas facadas ela sofreu de você/ que fez seu coração ferido sangrar?/ Tem alguém para enxugar as lágrimas dela/ ou parar seu sangramento?”⁵⁴. Ao lado, um mapa das fronteiras palestinas pré-1948 tem duas espadas enfiadas, no centro dele há o domo da rocha. Há um evidente diálogo entre a composição e o poema, ambos operam a partir dos mesmos repertórios em uma comunicação nacionalista. O Domo da Rocha tem sido sistematicamente utilizado como um signo relativo ao nacionalismo e o ativismo palestino, em que sua importância decorre da associação entre a construção e o acesso, físico e visual, a ela que passou a ser negada aos palestinos pelo governo israelense. Além disso, a mobilização das fronteiras palestinas pré-1948 também são um elemento visual nacionalista importante para o grafite contemporâneo, tendo em vista que, como Kamrava⁵⁵ aponta, as fronteiras nacionais como um elemento contestado por ambos os lados, uma das principais causas para o prosseguimento conflito. Apesar disso, uma leitura independente entre eles também possibilitaria um processo de significação satisfatório. Nesse sentido, a imagem parece operar como ilustração para o poema, semelhante ao que ocorre em livros infantis, por exemplo.



Figura 23: Grafite com balão de fala, Muro, Abu Dis, Cisjordânia⁵⁶.

⁵⁴ Ibid., 159. Tradução nossa.

⁵⁵ Mehran Kamrava, op. cit.

⁵⁶ Ibid., 158.

Em alguns casos, também, os textos verbais são utilizados para preencher balões de fala. Na figura 23, diferente do que ocorre com trabalhos analisados anteriormente, o sujeito não possui grande elaboração visual, mas a ênfase está totalmente centrada no texto escrito no centro do balão. Os únicos detalhes são uma bata e um *kaffiyeh* na cabeça do personagem. Podemos ler: “o Muro está em sua cabeça”⁵⁷. Dessa maneira, o grafite, apesar de utilizar o árabe, parece endereçar-se para o público israelense.



Figura 24: Endereço eletrônico sob o Muro, Cisjordânia⁵⁸

Outros grafites são utilizados para fazer publicidade. Nessa perspectiva, a comunicação visual é utilizada pela rapidez de produção e a grande facilidade de acesso por parte do espectador. Para citar um exemplo, na figura 24 encontramos, em inglês, o anúncio de táxi em Belém. Algumas vezes ainda, essas publicidades não oferecem um serviço específico, mas citam *sites* e *blogs* que documentam a experiências nesses locais (Figura 24). Sua aplicação sob o Muro garante à publicidade grande visibilidade para o público, especialmente o estrangeiro. Na construção, esse tipo de anúncio é comum e ocupa os mesmos espaços de outras expressões grafitadas. Esse tipo de movimento também pode ser encarado como uma ação de resistência, tendo em vista que:

⁵⁷ Ibid., 158. Tradução nossa.

⁵⁸ William Parry, op. cit, 153.

a economia de Belém tradicionalmente dependia do turismo. Diante do Muro, os hotéis e as ruas de Belém agitavam-se durante os feriados cristãos e outras épocas de pico de turismo. Os mercados de Belém, e especialmente aqueles que cercam a Igreja da Natividade e a Gruta do Leite, estavam cheios de artefatos cristãos, especialmente aqueles itens esculpidos em madeira de oliveira de origem local, com valor simbólico para muitos cristãos. Após a construção do Muro, o turismo em Belém foi prejudicado, assim como os mercados que vendiam esses produtos⁵⁹.

Assim, ele se configura como uma tentativa de manter a estrutura econômica e preservar os meios de subsistência populacional suprimidos pela ocupação. Como Larkin⁶⁰ apontou, muitos palestinos acreditam que pintar sobre o Muro suas publicidades comerciais permite que eles resistam melhor aos efeitos da própria construção, bem como da ocupação em uma perspectiva mais ampla. Dessa maneira, o carácter de resistência das comunicações estabelecidas através do grafite palestino contemporâneo extrapola as mensagens de carácter mais evidentemente político, mas também são compostas por diversas ações de ativismo cotidiano que se utilizam da arte de rua para estruturar novas formas de permanência e sobrevivência.

Considerações finais

Dessa maneira, podemos observar que o árabe é especialmente utilizado de maneira associada à elementos e discursos caros à comunidade palestina local — como o direito ao retorno, o ativismo e narrativas sobre a palestinidade. Por conta disso, ele aparece associado a diversos signos nacionais como a bandeira nacional e o Domo da Rocha. Assim, “o controle ritualizado do espaço e do tempo também se tornou um mecanismo de manutenção da identidade nacionalista e do processo discursivo que sustentava essa identidade”⁶¹.

Já os idiomas estrangeiros operam discursos com temas mais amplos e de relevância humanitária, diversas vezes, estabelecendo paralelos transnacionais. Essas comunicações estão especialmente centradas na transmissão de solidariedade para a causa palestina. O público idealizado dessas comunicações é transnacional. Lovatt⁶² argumenta que a existência de tais redes transnacionais centradas na prática e no consumo de grafite encorajam a participação e a troca entre diferentes circuitos

⁵⁹ Ashley Toenjes. *The wall speaks: Graffiti and transnational networks in Palestine*. (Tese, Mestrado em Artes, Illinois State University, Illinois, 2014), 44. Tradução nossa.

⁶⁰ Craig Larkin, “Jerusalem's separation wall and global message board: graffiti, murals, and the art of sumud”. *The Arab Studies Journal*, v. 22, n. 1, Special Issue: Cultures Of Resistance (2014)

⁶¹ Steven T. Olberg. op. cit., 25-26. Tradução nossa.

⁶² Hugh Lovatt. op. cit.

socioculturais, permitindo que novas formas de engajamento -comunicativo seja estruturado em torno de pautas comuns.

As mensagens verbais, especialmente as em idiomas europeus, são encontradas majoritariamente próximas de postos de controle de grandes cidades, onde há grande circulação (inter)nacional⁶³. Grande parte dela está, em algum nível, associada a categorias e temas também presentes nas comunicações visuais e a utilização do idioma também está articulado com temas e abordagens específicas em relação ao conflito. Nesse sentido, podemos sintetizar que as palavras são utilizadas para oferecer às mensagens visuais um encaminhamento analítico ou adicionar-lhe novas camadas de significação, realizar a publicidade e propaganda, fazer referência a processos relativos à luta e o ativismo e demonstrar e demandar apoio internacional.

Assim, especialmente ao utilizar idiomas estrangeiros, como o inglês, o discurso tende a ter maior ênfase no ativismo pacífico, ainda que seja possível encontrar mensagens mais incisivas (como na figura 14), estas figuram a minoria das comunicações registradas. Essa postura decorre, em simultâneo, de duas questões: (1) seu comunicador é estrangeiro, tendo sua atenção especialmente voltada para a violação de direitos humanos, e comunica seu apoio à causa palestina através do inglês ou (2) seu produtor é local, mas endereça sua mensagem a um público estrangeiro e, portanto, utilizar tom mais moderado é uma estratégia que auxilia a conquista de apoio. Já a utilização do árabe é mais proeminente nos bairros e regiões menos turísticas, em que o foco central da mensagem é a própria experiência palestina e as formas pelas quais esses sujeitos podem coletivamente lidar com as diferentes violências experienciadas no cotidiano. Em ambas as frentes comunicativas, o grafite é uma expressão da vida e da experiência coletiva que atravessa o território palestino, em que o morador local, o turista ou o apoiador que entra em contato com tais mensagens através das redes sociais podem refletir sobre esse espaço, especialmente, centrado nas possibilidades de agência coletiva para a estruturação do futuro.

Referências bibliográficas

Awad, Sarah H.; Wagoner, Brady (org.). *Street Art of Resistance*. Cham: Palgrave Macmillan, 2017.
Backmann, René. *Um muro na Palestina*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

Campos, Ricardo. *Por que pintamos a cidade? Uma abordagem etnográfica do Graffiti Urbano*. São Paulo: Fim de século, 2010.

⁶³ Steven T. Olberg. op. cit.

Coskun, Bezen Balamir. "Power of the Words: Securitisation of the 'Other' in the Israeli-Palestinian Conflict". *QUEST*, v. 4 (2007): 1–9.

Gitahy, Celso. *O que é graffiti?* São Paulo: Brasiliense, 2012.

Grinberg, Keila. O mundo árabe e as guerras árabe-israelenses. In: REIS FILHO, Daniel A. (org.) *O Século XX*. Vol. III. O tempo das dúvidas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000: 97–131.

Inspiringcity, "The Graffiti of the West Bank Barrier in Bethlehem". *Inspiringcity*. <<https://inspiring-city.com/2019/01/19/the-graffiti-of-the-west-bank-barrier-in-bethlehem/>>, (Acesso em 29 de setembro de 2020).

Kamrava, Mehran. *The Modern Middle East – A Political History Since the First World War*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 2013.

Kress, Gunther R. *Literacy in the new media age*. Psychology Press, 2003.

Larkin, Craig. "Jerusalem's separation wall and global message board: graffiti, murals, and the art of sumud". *The Arab Studies Journal*, v. 22, n. 1, Special Issue: Cultures Of Resistance (2014), 134–169.

Lovatt, Hugh. *The Aesthetics of Space: West Bank Graffiti and Global Artists*. Dissertação (Mestrado em Artes). Culture and Society of the Near and Middle, East School of Oriental and African Studies, University of London, Londres, 2010.

Olberg, Steven T. *Political graffiti on the west bank wall in Israel / Palestine*. New York: The Edwin Mellen Press, 2013.

Pappé, Ilan. *Historia de la Palestina moderna: un territorio, dos pueblos*. Madri: AKAL, 2007.

Parry, William. *Against the Wall: The Art of Resistance in Palestine*. Illinois: Lawrence Hill Books, 2011.

Peteet, Julie. "The Writing on the Walls: The Graffiti of the Intifada". *Cultural Anthropology*, v. 11, n. 2 (1996): 139–159.

Rijke, Alexandra; Teeffelen, Toine van; "To Exist Is To Resist: Sumud, Heroism, and the Everyday". *Jerusalem Quarterly*, v.59, n.87 (2014).

Rolston, Bill. "Messages of allegiance and defiance: the murals of Gaza". *Race & Class*, v.55, n. 4 (2014): 40–64.

Terry, Janice J. "Unrequited Hope: Obama and Palestine." *Arab Studies Quarterly* 39.3 (2017): 896–909.

Toenjes, Ashley. *The wall speaks: Graffiti and transnational networks in Palestine*. Tese, Mestrado em Artes, Illinois State University, Illinois, 2014.

“No futuro, eles se alimentaram da mais sofisticada porcelana”: Narrativa, história e ficção científica palestina

“In the future, they ate from the finest porcelain”: Narrative, History and Palestine Science Fiction

“En el futuro, ellos comieron en vajilla de porcelana fina”: Narrativa, Historia y Ciencia Ficción palestina

Mariane Soares Gennari ¹

Resumo: A partir de uma análise do filme palestino de ficção científica “No futuro, eles se alimentaram da mais sofisticada porcelana” (2015), dirigido por Larissa Sansour e Søren Lind, o artigo discute a importância da narrativa para a elaboração do trauma coletivo que segue ainda presente na vida dos palestinos, a *Nakba*: catástrofe que gerou um ponto de inflexão na história dessa população. Ao flexibilizar os limites dos tempos históricos, o filme permite radicalizar os seus sentidos. A presença palestina no território se desloca no tempo, por meio da ficção científica para, assim, voltar a ser notada. A realidade encontra o absurdo para ser apreendida.

Palavras-chave: Palestina, Cinema, Ficção Científica, Narrativa, História.

Abstract: Based on an analysis of the Palestinian Sci-Fi film “In the future, they ate from the finest porcelain” (2015), directed by Larissa Sansour and Søren Lind, the article discusses the importance of narrative in the elaboration's process of the collective trauma still present in the life of Palestinian people: the Nakba, a catastrophe that generated a turning point in the history of its population. By making the limits of historical times more flexible, the film allows for the radicalization of its senses. To be noticed, the Palestinian presence in the territory is displaced in time by the Sci-Fi. Therefore, the reality is seized when finds the absurdity.

Keywords: Palestine, Cinema, Science Fiction, Narrative, History.

Resumen: Basado en un análisis de la película de ciencia ficción palestina "En el futuro, ellos comieron en vajilla de porcelana fina" (2015), dirigida por Larissa Sansour y Søren Lind, el artículo analiza la importancia de la narrativa para la elaboración del trauma colectivo que sigue aún presente en la vida de los palestinos, la *Nakba*: una catástrofe que generó un punto de inflexión en la historia de esta población. Al flexibilizar los límites de los tiempos históricos, la película permite radicalizar sus sentidos. La presencia palestina en su territorio es desplazada en el tiempo por la ciencia ficción para ser percatada nuevamente. La realidad encuentra lo absurdo para hacerse notar.

Palabras Clave: Palestina, Cinema, Ciencia Ficción, Narrativa, Historia

¹ Autora é graduada (2011) em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), mestra (2016) em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). É professora de história na rede municipal de educação de São Paulo e integrante do Centro Internacional de Estudos Árabes e Islâmicos da Universidade Federal de Sergipe.

Introdução

Em 2017, o Centro Liverpool de Arte Contemporânea Bluecoat divulgou uma entrevista com a artista e cineasta palestina Larissa Sansour em que ela dizia saber que a “ficção científica não é a primeira coisa que você pensa quando você pensa sobre o conflito Israel/Palestina”². O gênero, em geral, está associado às produções ocidentais cujo alto investimento gera maior circulação e consumo ao redor do mundo. Então, o que pensamos primeiro ao ouvir ou ler sobre “Palestina/Israel”? As imagens, em geral, compõem um espectro narrativo relativamente consolidado pelos grandes meios de comunicação, que, por vezes, acompanham termos como “guerra”, “negociações de paz”, “diálogo”, “violência” e “impasse”. Nesse sentido, a existência de uma refinada produção artística contemporânea denominada “palestina” pode gerar algum nível de espanto e curiosidade, em especial, quando se pensa em ficção científica.

Sansour investiu em diversos documentários dentre as suas primeiras produções cinematográficas. Ela, porém, percebeu que quanto mais trabalhava com eles, mais as pessoas não acreditavam no que ela estava dizendo, porque “o que está acontecendo em Israel e na Palestina é tão surreal que as pessoas começaram a pensar que eu estava sendo tendenciosa porque eu venho de um lado da narrativa”³. Assim, ela revelou que seria mais honesto consigo mesma, trabalhar de uma forma, também, surreal⁴. Hamid Dabashi, um dos expoentes na preservação e disseminação do cinema palestino, propôs uma reflexão: “O que acontece quando a realidade se torna tão fictícia para ser ficcionalizada, tão irreal para acomodar qualquer metáfora?”⁵. E, então, do que precisamente trata a ficção científica produzida por esse cinema?

A Nakba como ponto de inflexão

Para discutir narrativa e analisar qualquer produção estética contemporânea da Palestina, é preciso referir-se aos impactos de uma tragédia histórica compartilhada. Em maio de 2021 completou 73 anos que os palestinos passaram pelo evento mais traumático de sua história: a *Nakba* (palavra árabe que, em tradução, significa “catástrofe”). Para situar essa realidade histórica, vale destrinchar os vários sentidos que a *Nakba* possui para a população palestina, pois não se trata apenas de um fato

2 Bluecoat Liverpool. “An interview with Larissa Sansour: In the Future, They Ate from the Finest Porcelain”. Youtube. 14 jun. 2017, <https://www.youtube.com/watch?v=QMV5VzViUuI>>.

3 Ibid.

4 Ibid..

5 Hamid Dabashi, ed., *Dreams of a Nation: on Palestinian cinema*. (London & New York: Verso, 2006), 11.

inscrito pontualmente no tempo histórico, mas possui diferentes e entrelaçados sentidos que permanecem, ainda hoje, presentes na vida de cada pessoa palestina: sejam dos que vivem em campos de refugiados, sejam dos que deixaram o território ao longo das últimas sete décadas, sejam dos que permaneceram dentro do território israelense e são tratados por Israel como cidadãos de segunda classe ou, ainda, daqueles que vivem nos Territórios Ocupados e estão submetidos à ocupação militar israelense na Faixa de Gaza e Cisjordânia. Esses sentidos estarão, de formas imaginativas e variadas, presentes em toda a produção estética palestina e serão comentados a seguir.

Correndo o risco de reduzir as interpretações históricas sobre a *Nakba*, mas priorizando oferecer algum panorâma contextual no espaço de um artigo, interessa observar que a catástrofe palestina é reconhecida como tal a partir do estabelecimento do Estado de Israel no território da Palestina, que até o início do século XX pertencia ao Império Turco-Otomano e entre 1920 e 1948 esteve sob administração britânica por meio de um Mandato, como parte de seus interesses imperiais. Com forte pressão e ardiloso planejamento do Movimento Sionista na Europa desde o fim do século XIX⁶ e com apoio dos britânicos, fundou-se um Estado-nação para os judeus na Palestina em maio de 1948. A existência de uma população árabe no território constituiu um obstáculo na empreitada colonial do Movimento Sionista, mas não impediu que uma guerra acontecesse⁷. Pelo contrário, a articulação e planejamento de milícias sionistas para conquistar o território e expulsar a comunidade árabe nativa foi fundamental para definir as fronteiras que constituiriam o recém criado Estado de Israel⁸. Posteriormente, tais milícias converteram-se no exército israelense e hoje tem papel estratégico no contínuo processo de colonização da região (que, por estar em curso ainda nos dias atuais, ficou conhecido pelo termo – em inglês – *ongoing Nakba*). Diversos historiadores palestinos e israelenses se debruçaram sobre as diversas narrativas e análises em torno da fundação do Estado israelense e seus impactos para a população palestina. Dentre os que constituem leitura fundamental para a escrita deste artigo estão: Rashid Khalidi, Nur Masalha, Ilan Pappé e Shlomo Sand. Há todo um debate historiográfico e de revisão dos fatos históricos desse momento especial de 1948, que marca a independência nacional do povo judeu e a desterritorialização e expulsão dos palestinos, levantando uma disputa completamente desarmônica de narrativas a partir de então.

Serão destacados a seguir alguns dos diversos sentidos do impacto da *Nakba* para a população palestina. A questão identitária é, talvez, a mais facilmente percebida. Cerca de 750.000 palestinos se

⁶ Nur Masalha, *Expulsion of the Palestinians: The Concept of "Transfer" in Zionist Political Thought, 1882-1948* (Washington: Institute for Palestine Studies, 2009).

⁷ Ilan Pappé, *The Ethnic Cleansing of Palestine* (Oxford: Oneword Publications Limited, 2006).

⁸ *Ibid.*

tornaram refugiados em 1948, 160.000 permaneceram deslocados dentro do território⁹, após expulsão de suas vilas. Não é parte do objetivo deste artigo detalhar as nuances das diversas identidades palestinas, vale apenas mencionar que, justamente por se encontrarem em espaços geográficos distintos, o caráter fragmentário constitui o próprio ser palestino e essa característica encontra na *Nakba* sua explicação, o que lhe confere um dos sentidos da continuidade do trauma¹⁰, que será retomado mais adiante. Elementos nacionais também ganharam importante peso na construção identitária dos palestinos, que não estão relacionados apenas à experiência compartilhada da *Nakba*, pois já eram esboçados antes do evento catastrófico, mas é inegável seu papel central na formação de uma consciência nacional. Autores como Edward Said (2012) e Rashid Khalidi (2010) são referências para entender essas nuances da identidade, suas imbricações, bem como suas dificuldades e contradições.

Outro aspecto sensível da *Nakba* que permanece presente no cotidiano dos palestinos é a experiência do exílio, a sensação recorrente de não pertencimento. Qualquer local onde estejam, os palestinos deparam-se com um estranhamento típico de indivíduos e comunidades desterradas, apartados de qualquer coisa que se aproxime da noção de lar. A *Ongoing Nakba*, ademais, reforça a condição do exílio como algo presente em todas as gerações de palestinos. Dois pontos particulares do exílio palestino merecem ser considerados: não há concretamente um lugar de retorno, centenas de vilas foram destruídas ou bombardeadas, muitas delas transformaram-se hoje em assentamentos de colonos israelenses ou foram definidas por Israel como áreas estratégicas e de segurança, assim, o retorno é desejado para um lugar específico do passado ou de um futuro imaginado, nenhum deles existentes no tempo presente. O outro ponto peculiar do exílio palestino, observado por Edward Said, é que os palestinos são exilados por outros exilados (os judeus), o que os faz “reviver o processo de desenraizamento nas mãos de exilados”¹¹.

Há ainda, uma dimensão muito específica e importante da *Nakba* que é sua capacidade de reorientar o tempo e o espaço na vida palestina. Isso porque, a experiência do trauma carrega consigo uma vida interrompida, como se a existência a partir da catástrofe sofresse uma ruptura, direcionando seu curso a um estado de suspensão temporal. Nesse ponto, vale recorrer a uma passagem da dissertação de mestrado de Nina Galvão, cuja pesquisa sobre as relações entre memória e política na Palestina é bastante valiosa e que toca de forma minuciosa nessa (des)continuidade sintomática da *Nakba*: Ela afirma: “nunca se trata de lidar com um passado que já foi; o passado é, no presente, todo

9 Nur. Masalha, *The Palestine Nakba: Decolonising history, narrating the subaltern, reclaiming memory* (London & New York: Zed Books, 2012).

10 Ibid.

11 Edward Said, “Reflexões sobre o exílio”, in *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*, ed. Edward Said (São Paulo: Companhia das Letras, 2003), 51.

o tempo reiterado”¹². Essa reiteração, então, além de prolongar a catástrofe para o presente e manter o trauma permanente em toda a comunidade, geração após geração, também afeta a narrativa histórica, já que, fala sobre um tempo cujo curso segue intermitente.

Já o espaço também ganha novas dinâmicas e sentidos a partir da *Nakba*. Primeiro porque, como mencionado antes, o lugar familiar reconhecido enquanto lar deixou de existir, depois porque a nova configuração territorial alterou as possibilidades de deslocamento. Não há nenhuma garantia no ir e vir dos palestinos. Toda perspectiva de movimento espacial dentro e fora da Palestina carrega inúmeros obstáculos, materiais e simbólicos. Toda sorte de angústias acompanham as tentativas de locomoção: ansiedade em aeroportos, constantes esperas em postos de controle (*checkpoints*), incapacidade de planejar tarefas simples do cotidiano quando se precisa cruzar qualquer fronteira, paciência para lidar com as arbitrariedades dos agentes de segurança que autorizam as travessias são alguns exemplos significativos. Tais obstáculos, aliás, são menos sentidos pelos estrangeiros que conseguem permissão para circular pelo território com muito mais facilidade e frequência do que a população palestina.

Um outro ponto fundamental da experiência contínua da *Nakba* refere-se às dimensões da memória provocadas por essa catástrofe compartilhada. São diversas camadas apreendidas desse *passado-presente* que configuram as memórias individuais e coletivas dos palestinos. Tais memórias foram sendo tecidas carregando símbolos e narrativas que compõem o espectro da relação histórica entre palestinos e israelenses. Seu vínculo intrínseco com a política – cuidadosamente investigado por Nina Galvão no trabalho já citado – adquire uma perspectiva ímpar sobre o sentido da *Nakba* para a população palestina, em que seus usos ou apagamentos têm sido explorados de diferentes maneiras pelos agentes envolvidos, ora para reconhecer a catástrofe segundo reivindicação palestina, e portanto, validar suas narrativas, ora para escamoteá-la conforme o empreendimento sionista e, assim, consolidar a sua versão oficial da história, o que, enfim, emprega um peso político central para a memória nesse campo de disputa de narrativas.

Em resumo, toda a existência palestina, a partir disso, está delineada por esse ponto de inflexão, que, repetidamente, reconfigura as noções de tempo, espaço e identidades. A *Nakba*, portanto, possui uma dimensão polissêmica e, por isso, é sempre imprescindível recorrer a ela quando olhamos para a Palestina, especialmente porque, também o trauma é revivido toda vez que se tenta negar sua

12 Nina Fernandes Cunha Galvão. *Lábios para assoviar: memória, política e a questão palestina* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019), 24, grifo no original.

existência, conforme empenhou-se em demonstrar o historiador Nur Masalha ao se referir à “continuidade do trauma”¹³.

Cinema e trauma palestino

O cinema palestino tem uma vasta e histórica produção que o identifica enquanto um cinema particularmente nacional, mas não limitado a uma definição geográfica. Foi somente após os anos 1960 que esse cinema ganhou uma dimensão política dentro do percurso narrativo ligado a sua nação fragmentada, segundo o pesquisador Geraldo Adriano Godoy de Campos que se debruçou sobre o tema em sua tese de doutorado¹⁴. Essa data marca o que Campos chamou de “momento revolucionário do cinema palestino”, justamente porque é a partir daí que se poderia falar de um campo político da produção estética. Campos ainda afirmou, nesse sentido, que “o cinema revolucionário palestino produziu visualmente a possibilidade de que a utopia se abrigasse na catástrofe”¹⁵, veremos adiante como a ficção científica de Larissa Sansour e Søren Lind amplia esse campo do possível ao reelaborar e deslocar as noções de tempo e espaço.

Segundo Helga Tawil-Souri, o contexto de surgimento desse cinema vem de um “resultado do apagamento da Palestina e do aniquilamento de um ‘espaço de convivência’ dos palestinos”¹⁶. E, como exposto anteriormente, esse cinema tematiza, dentre tantas coisas, as consequências do impacto da *Nakba* na vida palestina, em resumo: a perda do lar, a fragmentação da identidade, o sentimento da falta e do não pertencimento, as contradições dos deslocamentos, o tempo intermitente e as dimensões da memória. Cabe destacar que Campos apontou também o caráter de circularidade no que ele chama de “Cinema da Desposseção”, em uma referência a Edward Said¹⁷, o que enfatiza um cinema que não pode ser inscrito em um tempo e espaço linearmente demarcado. Os temas abordados, enfim, definem a existência palestina, que, como já comentado, carrega a presença de um trauma coletivo não superado, mas ramificado nos níveis mais introspectivos do indivíduo.

13 Masalha, *The Palestine Nakba*, 251-7.

14 Geraldo Adriano Godoy de Campos. “Por uma filosofia da espera e da permanência: o tempo no cinema de Elia Suleiman e Kamal Aljafari” (Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019), 36.

15 Idem

16 Helga Tawil-Souri, “Cinema as the Space to Transgress Palestine’s Territorial Trap”, *Middle East Journal of Culture and Communication*, 7 (Leiden: Brill, 2014): 177.

17 Campos, “Por uma filosofia da espera,” 23.

Daí, o papel central da narrativa, pois um dos caminhos para lidar com o trauma – seja coletivo ou individual – é encontrado nas tentativas de narrá-lo. Pensando nisso, é revelante salientar a reflexão trazida por Márcio Seligmann-Silva. Ele escreveu sobre a importância de narrar o trauma e mostrou que “a imaginação é chamada como arma que deve vir em auxílio do simbólico para enfrentar o buraco negro do real do trauma. O trauma encontra na imaginação um meio para a sua narração”¹⁸. Seria simples supor que a persistência do drama palestino paralisaria qualquer tentativa sensível de relatar e expressar a experiência vivida – o que de fato parece ter ocorrido na primeira década pós-Nakba¹⁹ –, mas espaços imaginativos foram sendo construídos para lidar com ela.

É imediato lembrar de Walter Benjamin quando pensamos no papel das narrativas. O filósofo e ensaísta alemão lamentou que a capacidade de narrar tenha perdido valor no mundo em que vivia²⁰, onde a experiência parecia perder lugar para a informação nas formas comunicativas. Assim, insistir em formas de narrar a experiência do trauma parece revelar um esforço de resistência, um caminho para marcar a própria existência. Nesse ponto, Campos ainda lembrou da abertura para o fazer político presente nessa necessidade de narrar: “Elaborar a perda, a partir das ruínas imagéticas, implica para a nova geração de artistas palestinos um reencontro com a possibilidade de narrar sua história e abrir um espaço para a política”²¹. O próprio Benjamin, ao refletir sobre o percurso de história, identificou seu caráter construtivo a partir do tempo presente e de um campo de possibilidades revolucionárias que se abre a partir de um momento específico²².

Os estudos de trauma surgiram, no ambiente acadêmico e científico, como uma necessidade de pesquisadores de distintas áreas – em especial a Psicanálise e a História – em concentrar análises sobre os impactos psicológicos gerados por traumas coletivos, como lembrou o historiador palestino Nur Masalha. Com isso, o campo poderia levantar possibilidades de elaboração e acolhimento do sofrimento compartilhado. Masalha ainda lembrou que a emergência por essa área de investigação veio após o crescimento dos estudos sobre o Holocausto²³. No entanto, o autor ponderou sobre os limites ocidentais de tais estudos e afirmou que o trauma palestino é ainda pouco citado nesse campo,

18 Márcio Seligmann-Silva, “Narrar o trauma: A questão dos testemunhos de catástrofes históricas”, *Psicol. Clin.*, 20, 1 (2008): 70.

19 No campo literário, por exemplo, é possível observar um período de certa inércia da atuação política nos primeiros dez anos após a *Nakba* que, praticamente, imobilizou as produções estéticas palestinas com o impacto inicial desse evento traumático. Para essa ideia de “inércia” ver: Autora, 2017.

20 Walter Benjamin, “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” in *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (São Paulo: Brasiliense, 1994), 197-221.

21 Campos, “Por uma filosofia da espera,” 62.

22 Walter Benjamin, “Sobre o Conceito de História” in *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (São Paulo: Brasiliense, 1994),

23 Masalha, *The Palestine Nakba*, 11.

alertando que “a *Nakba*, como um trauma contínuo, ocupa um lugar central na psique palestina”²⁴. É, então, diante da efemeridade presente nas formas comunicativas modernas que o campo estético oferece possibilidades imaginativas perduráveis para a narrativa palestina, como uma possibilidade de elaborar o trauma coletivo. Narrar o trauma permite, assim, não apenas reconhecer o evento catastrófico como parte da história, mas encontrar possibilidades de pertencimento e existência no mundo²⁵, daí seu lugar político, também, mencionado por Campos.

Considerando todos os pontos e leituras até aqui mencionados, partimos para a proposta central deste artigo que é fazer uma análise do poético filme de ficção científica dirigido por Larissa Sansour e Søren Lind. Produzido em 2015, tem como título, “No futuro, eles se alimentaram da mais sofisticada porcelana”²⁶. Nele, é possível identificar perspectivas para lidar com o trauma de uma narrativa histórica suprimida, imaginando um horizonte distópico – mas não exatamente pessimista, como muitas vezes é comum ao conceito de distopias – para a Palestina. O filme, então, coloca em diálogo, justamente, a História e a Psicanálise – além de outros importantes elementos da arqueologia, memória e política – para falar sobre a relação intrínseca entre narrativa e existência no mundo.

Com o objetivo de analisar alguns elementos importantes do filme, foi necessário fazer uma descrição do seu enredo, correndo o risco de reduzir apreensões diversas da obra artística. “No futuro...” apresenta um grupo de resistência que desembarca de suas naves futuristas em uma terra cujo cenário apocalíptico mescla uma paisagem idílica com um moderno horizonte urbanizado. Nesse futuro distópico, o grupo que aterrissa possui uma explícita missão: produzir “*facts on the ground*”, ou seja, plantar “evidências materiais”²⁷ de um passado a ser fabricado naquele território, para que encontrem, **no futuro**, justificativas que fundamentarão a existência de uma civilização singular que vivera ali. Nas ações mediadas pelo grupo, pratos de porcelana são lançados dentro de projéteis despejados por transportes ultratecnológicos que sobrevoam o território. Ao ser colocado no solo, esse material – frágil e refinado – mistura-se à paisagem, pertencendo, quase que naturalmente, a ela. Destacam-se elementos estéticos que simbolizam artefatos de identificação nacional com a Palestina,

24 Ibid., 12

25 Walter Benjamin identifica essas possibilidades como “chances revolucionárias” dadas pelo instante histórico ao refletir sobre a construção de uma sociedade sem classes que não emergiria a partir da espera de um “tempo homogêneo e vazio”, mas sim diante da situação política dada. Ver: Michael Löwy, *Walter Benjamin: aviso de incêndio: Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”* (São Paulo: Boitempo, 2005. 2005), 134.

26 Tradução feita pela 11ª Mostra Mundo Árabe de Cinema (2016) do título original “*In The Future, They Ate From the Finest Porcelain*”. Outra tradução foi feita, no ano de 2021, pela 2ª Mostra de Cinema Árabe Feminino, a saber “No futuro, eles comiam da melhor porcelana”. Para maior fluidez de leitura, aqui será citado em forma reduzida como “No futuro...”.

27 Tais evidências materiais poderiam ser descritas como “fontes”, “documentos” ou “registros” históricos e que são facilmente identificados como objetos clássicos para o trabalho de análise de historiadores/as.

como a colagem de fotografias de pessoas que vestem roupas tradicionais árabes e as estampas na porcelana que imitam as *kufiyas* (lenço popularmente conhecido por ter sido usado por Yasser Arafat e por ser símbolo da resistência palestina).

Ao longo dessas e de outras imagens, desenvolve-se um diálogo entre a mulher protagonista que comanda o grupo de resistência e a sua psicanalista. Na revelação de um sonho, há um desejo explícito da analisada: pratos de porcelana são depositados em forma de chuva. Há, porém, um outro cenário, fechado e com fundo preto, que inviabiliza o reconhecimento do local e, também, do tempo. Seria o plano do sonho e a consequente elaboração psicanalítica? Ou seria o espaço difuso do tempo presente? Em algumas tomadas, no centro do ambiente, há uma estrutura branca suspensa, de pedra, ou talvez, de porcelana. Ao que tal estrutura alude? Um caixão? Uma mesa vazia? Um vaso suspenso? Parece que somos convidados a sentir a existência de uma ausência no cenário. O motivo primordial da interação psicanalítica, enfim, é informado: a morte de sua irmã, aos 9 anos de idade.

A fragmentação familiar, a partir da perda da irmã, revela-se como tema central, presente na experiência particular, mas percebido como repetição coletiva. Toda pessoa palestina tem ou conhece alguém que teve uma perda familiar. Há, então, a necessidade de tratar esse trauma, que exige vocalização, surge o desejo de contar a sua história, a sua versão e, enfim, fica evidente a emergência da narrativa. Intenções políticas e subjetividades individuais são apresentadas aos poucos durante a conversa, “após certo ponto, morte não é mais sobre a única vida perdida”²⁸. Narrar permitiria que todas as vidas perdidas pudessem ser elaboradas a fim de garantir a existência de uma história comum e, portanto, de uma existência compartilhada. Nesse ponto, a protagonista revela sua identidade: uma líder terrorista narrativa e seu objetivo é interferir no modo como a História será contada. E, então, ela admite que a arqueologia é um campo de batalha e questiona: “não é a atividade mais radical fundada no trauma?”²⁹.

Facts on the ground, arqueologia e apagamento da história.

Dentre as reflexões resultantes de análises históricas, aquelas que dizem respeito à relatividade do fato histórico é, já há algum tempo, consideravelmente difundida. Questionamentos críticos sobre a veracidade de um acontecimento registrado constituem rotina no trabalho de historiadores e

28 *In the Future They Ate From the Finest Porcelain*, Larissa Sansour e Søren Lind, dir., Ali Roche, prod., Spike Film and Video, 29 min., Color, Formato: Hdv. (Reino Unido, Dinamarca e Palestina, 2015).

29 Ibid.

o passado pode sempre ser reinterpretado, repensado e reescrito. São antigas e recorrentes as tentativas de instrumentalizar o passado conforme os interesses do presente. Justificativas políticas, construções de legitimidade e manutenção de poderes foram e são promovidas por meio de interpretações arbitrárias de registros históricos e, por vezes, pautadas em tradicionalismos e visões conservadoras. Esses procedimentos do uso do passado ganharam destaque e ainda se mantêm fortalecidos com o estabelecimento e conservação dos projetos políticos modernos dos Estados-nação.

Considerando isso, é importante localizar a construção do Estado de Israel como parte do contexto geral da criação dos Estados-nação modernos. Israel necessitou, também, fabricar o seu fundamento. Forjar uma nação em um território já habitado demandou mais do que força militar e apoio político, foi, também, imprescindível criar memórias e relações afetivas com aquele território. Afinal, “naquela região [Oriente Médio], há um século atrás não se cogitava nem no conceito de Estado territorial do tipo padronizado atual, que só veio a tornar-se uma probabilidade séria após a I Guerra Mundial”³⁰, observou Eric Hobsbawm, em 1983, ao escrever sobre a relação intrínseca entre o fenômeno nacional e a “invenção das tradições”.

O Movimento Sionista moderno data do fim do século XIX e é profundamente alicerçado na ideologia nacionalista europeia, mobilizando uma narrativa bíblica com intenções políticas de colonizar a Palestina³¹. Em *A invenção do povo judeu*, o historiador israelense Shlomo Sand estabeleceu aproximações entre a construção nacional judaica e aquela pautada em mitos fundadores das nações europeias:

*À imagem de outras tendências “patrióticas” da Europa do século XIX, que se voltavam para uma fabulosa idade de ouro com o auxílio da qual forjaram para si um passado heroico (a Grécia clássica, a República romana, as tribos teutônicas ou os Gauleses) com o objetivo de provar que elas não haviam nascido ex nihilo, mas existiam havia muito, os primeiros adeptos da ideia de uma nação judaica se voltaram para a luz resplandecente que irradiava do reino mitológico de Davi e cuja força foi preservada durante séculos no coração das muralhas da fé religiosa*³².

A fim de fabricar uma história que fizesse conexão entre o povo judeu e a terra da Palestina foi necessário, além de recriar um passado comum, provar cientificamente que essa narrativa delineava-se em fatos reais. Para isso, era urgente buscar por evidências históricas capazes de confirmar o

30 Eric Hobsbawm, “Introdução: A invenção das tradições.” in *A invenção das tradições*, organizado por Eric Hobsbawm & Terence Ranger. (Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2012), 22.

31 Masalha, *The Palestine Nakba*, 19-23.

32 Shlomo Sand. *A invenção do povo judeu: da Bíblia ao sionismo* (São Paulo: Benvirá, 2011), 88.

projeto político em jogo. A ciência qualificada para garantir tais objetivos ganhou forte impulso³³: a arqueologia passou então a fazer parte dos pilares que dão sustentação à ideologia sionista. A antropóloga Nadia Abu El-Haj desenvolveu uma tese de doutorado sobre o tema e observou que

*O trabalho em andamento da arqueologia [...] foi constitutivo do próprio costume territorial da natividade judaica, do qual uma comunidade colonial surgiu como nacional, original e nativa, e que teria uma reivindicação legítima não apenas para a terra como um todo, mas, mais especificamente, a artefatos antigos particulares que incorporam a história e a herança da nação judaica*³⁴.

Assim, a prática arqueológica tem sido instrumentalizada para reforçar a narrativa sionista que realiza não apenas uma ocupação militar, mas, principalmente, a colonização da Palestina, criando “*facts on the ground*”, ou seja, inventando “provas” materiais que fornecem validade científica para sua linha narrativa. Ao fazer isso, conseqüentemente, promoveu o apagamento de outra versão histórica: dos árabes-palestinos nativos. Nur Masalha atentou para essa relação:

*Durante mais de seis décadas, as políticas fundiárias e demográficas de Israel foram concebidas para promover uma nova memória coletiva e pública, baseada nos mitos fundadores do sionismo: "fazer o deserto florescer", estabelecer assentamentos em "terras pantanosas" e "colinas vazias", "exílio e retorno" a "uma terra sem povo para um povo sem terra", e o "triunfo de poucos contra muitos". Além disso, desde 1948, as tentativas palestinas de constituir uma narrativa coerente do seu passado, muitas vezes, foram ameaçadas e silenciadas pelos lobbies israelenses e pró-sionistas no Ocidente. De fato, até recentemente, a Nakba foi completamente excluída dos discursos ocidentais sobre Israel-Palestina*³⁵.

Nesse ponto, é significativo retomar o trabalho já mencionado de Nina Galvão, em que a autora discute detidamente sobre a íntima relação entre construção nacional da identidade e da memória, para afastar entendimentos essencialistas que, muitas vezes, permeiam os debates sobre narrativa e histórias nacionais. Ela lembra quão importante é considerar a “legitimidade emocional” dessas construções nacionalistas (seja no caso israelense, seja no palestino, ou de qualquer outra “comunidade imaginada”, segundo termos de Benedict Anderson) para não cair no equívoco de considerar

33 Logo no início da década de 1950, o primeiro chefe de governo de Israel, David Ben-Gurion, foi um entusiasta e encorajou as escavações arqueológicas. Ver: Sand, *A invenção do povo judeu*, 122..

34 Nadia Abu El-Haj. *Facts on the ground: Archaeological Practice and Territorial Self-fashioning in Israeli Society*. (Chicago: University of Chicago Press, 2001), 242.

35 Masalha, *The Palestine Nakba*, 149.

que a coerência de tais narrativas esteja alicerçada em bases racionais ou lógicas³⁶. No filme de Samsour e Lind, a porcelana pintada com elementos nacionais palestinos não parece ser elemento escolhido aleatoriamente, sua fragilidade e delicadeza talvez sejam reflexos dessa própria identidade nacional vulnerável.

Ao constatar esse apagamento histórico – que de forma nenhuma é apenas um apagamento físico da terra, mas também o de sua população árabe e seus vestígios culturais – e, na tentativa de serem vistos e ouvidos e fazer elaborações sobre a experiência do trauma, desenvolveu-se uma vasta produção cultural palestina, desde objetos artesanais e poesias tradicionais até uma recente composição de artes plásticas, visuais e literárias, entre as quais, o cinema tem ganhado amplo destaque. Essa produção contemporânea, muitas vezes, reatualiza-se por conta da continuidade do trauma palestino. A *Nakba*, como já comentada, não é um evento inscrito no tempo passado, mas permanece sendo revivida a cada nova incursão militar israelense em territórios ocupados, a cada casa demolida, a cada documento oficial não emitido, toda vez que um palestino espera em uma fila no posto de controle, ou no aeroporto ou em qualquer verificação burocrática do Estado israelense, etc. Não à toa, esses eventos cotidianos se repetem em cenas da produção artística palestina.

Em um estudo sobre a relação entre cinema e a continuidade do trauma palestino, Haim Bresheeth comentou que a luta contra a injustiça do silenciamento narrativo é que abre espaço para a arena cultural³⁷. No mesmo sentido apontou Seligmann-Silva ao reconhecer, por exemplo, a importância da literatura e das artes como espaço de acolhimento de um testemunho do trauma. Assim, à medida que se tenta negar a existência da população palestina, sua necessidade de narrar e evidenciar sua história de múltiplas maneiras é intensificada. A produção audiovisual tem ganhado seu espaço e contribui para garantir um olhar sofisticado nessa disputa pela narrativa histórica.

Cinema palestino e Ficção científica

Não é objetivo aqui determinar uma data para o surgimento de um cinema palestino. Inclusive porque cabe mencionar as considerações feitas por Geraldo Campos, em sua tese de doutorado, ao discutir pertinentemente os conceitos filosóficos – emprestados da reflexão promovida por Edward Said – de “origem” e “começo”, no que diz respeito a esse cinema. Assim, haveria certa impertinência

36 Galvão, *Lábios para assoviar*, 67-8.

37 Haim Bresheeth, “The Continuity of Trauma and Struggle: Recent Cinematic Representations of the Nakba”, in *Nakba: Palestine, 1948, and the claims of memory*, ed. Ahmad H. Sa’di & Lila Abu-Lughod (New York: Columbia University Press, 2007), 179.

em se referenciar um único tempo ou lugar para circunscrever o cinema palestino. Todavia, é com o trauma coletivo da *Nakba*, a partir de 1948, que se identifica uma inflexão para o cinema palestino como já foi mencionado. Edward Said, por exemplo, escreveu no prefácio do livro organizado por Hamid Dabashi, que o “cinema palestino fornece uma alternativa e uma articulação visual, uma encarnação visível da existência palestina a partir de 1948...”³⁸. Tawil-Souri, também comentou que desde 1948, o “cinema torna-se um espaço no qual simultaneamente exprime esse apagamento histórico, tentando encontrar uma base segura, lutar pelo reconhecimento e, às vezes, também libertar a pátria”³⁹.

Isso não significa, absolutamente, que haja uma homogeneidade nessa produção. Na medida em que se manifesta a condição do exílio ou a necessidade de contar e registrar uma história silenciada, distintas configurações estéticas desse cinema são encontradas. Os documentários, em geral, contam histórias pessoais e familiares que, em síntese, revelam um eixo comum, uma história de identidades compartilhadas, a história de uma nação⁴⁰, e isso se dá, sobretudo, através da oralidade como elemento capaz de transmitir a urgência e o imediato⁴¹. Não por acaso, a História Oral ganhou significativa dimensão na produção historiográfica sobre a Palestina⁴². O formato documentário, nesse sentido, foi capaz de intensificar o alcance das vozes que buscavam um espaço de ressonância, um lugar de existência. Reforçando, nesse caso, a importância do testemunho no processo de narrar o trauma, como destacado por Seligmann-Silva.

Assim, parece evidente que o crescimento da produção cinematográfica palestina tenha acompanhado a inevitável imaginação narrativa que uma história sufocada exige. Tanto o tempo quanto o espaço alcançam outras dimensões na representação audiovisual e revelam uma necessidade de ruptura com as categorias rígidas que costumam dar sentido à identidade. Algumas análises, então, partem desse pressuposto e sugerem novas chaves de compreensão da realidade palestina. É o caso do termo “estrutura de sentimento”, que Tawil-Souri empresta de Raymond Williams, para propor que ao “revisitar o cinema ‘nacional’ palestino através da lente de uma estrutura de sentimento, dilacera-se as imutabilidades e fatalidades da delimitação territorial/nacional, permitindo uma compreensão mais elástica e abrangente”⁴³. Outra imagem que confere atenção a essa condição histórica outrora invisível é o sonho, (elemento significativo, também, nos encontros psicanalíticos, mas que, por ora,

38 Edward Said, “Preface” in Dabashi, *Dreams of a Nation*, 3.

39 Tawil-Souri, “Cinema as the Space to Transgress,” 177.

40 Bresheeth, “The Continuity of Trauma and Struggle,” 174.

41 Dabashi, *Dreams of a Nation*, 12.

42 Masalha, *The Palestine Nakba*, 205-28.

43 Tawil-Souri, “Cinema as the Space to Transgress,” 172.

não cabe aprofundamento no espaço deste artigo). Dabashi reconheceu no cinema o protagonismo do sonho como lugar de um desejo iminente:

cinastas palestinos sonham o seu cinema – a evidência visual de se estar-no-mundo – em uma terra proibida que é e não é deles. Esses sonhos, com efeito, sempre fazem fronteiras com pesadelos – esperanças que transgridem em medos, e nas fronteiras dessa im/possibilidade de sonhar e nomear, o cinema palestino é im/possível⁴⁴.

Sobre essa questão do sonho, ainda, um parêntese merece ser feito aqui para comentar o conto “Canção dos pássaros” do escritor Saleem Haddad, ainda não traduzido para o português. O conto é parte de um livro de coletânea de ficção científica palestina intitulado “Palestina + 100: contos de um século depois da Nakba”⁴⁵. No conto, o sonho ganha centralidade ao flexibilizar os limites entre ficção e realidade, em uma estratégica característica das ficções científicas de fazer o leitor ou espectador imaginar um mundo diferente deste, seja em uma realidade paralela, seja em um tempo difuso ou em um lugar indefinido. A sinopse trata das percepções da protagonista Aya, uma garota na puberdade (no início do conto, lemos sobre a experiência da primeira menstruação). As mudanças hormonais e físicas misturam-se com as transformações causadas pelo trauma da perda do irmão mais velho, Ziad, que se suicidou aos 18 anos. Sua mãe está acamada e vive em estado de um quase coma, despertando esporadicamente, o motivo se revela ao longo da narrativa. Aya vive apenas com o seu pai, em Gaza. Mas não é Gaza que o leitor está habituado a ouvir falar nos meios de comunicação de forma banalizada. Na primeira página, conhecemos essa Gaza: “[...] ela andou sobre a água, deixando para trás todos os negócios da praia: a música alta e extravagante que soprava dos alto-falantes do drone no céu, o cheiro de shisha e carne grelhada, as crianças gritando e os corpos seminus subindo e descendo a areia”⁴⁶. Em resumo, a menina começa a ter encontros, em tons de alucinação ou sonho, com o irmão que a convida para descobrir a realidade paralela que, segundo ele, está disfarçada. A Gaza, enfim, é a Gaza que existe da forma dolorida e cruel já tão comumente divulgada e normalizada. Os encontros com o irmão, então, revelam-se como um outro espaço que nos convida a deslocar o olhar para, novamente, focar na realidade palestina, distante do banal e próxima do estranhamento.

44 Dabashi, *Dreams of a Nation*, 9.

45 As traduções foram feitas livremente pela autora deste artigo. Ver: GHALAYINI, Basma Ghalayini, ed., *Palestine + 100: stories from a century after the Nakba* (Manchester: Coma Press, 2019).

46 Ibid, 1.

Voltando, porém, à ideia de pensar outras chaves de compreensão para as relações entre tempo e espaço, é interessante notar que aquilo que define a identidade palestina são relações inseparáveis entre ser e não ser, presença e ausência, passado e presente. Nunca apenas um ou outro. É uma existência que, em certa medida, encontra-se fora do seu lugar⁴⁷ e de seu tempo. O historiador Rashid Khalidi debruçou-se extensivamente no estudo do sentido nacional da identidade palestina e observou que, além de tratar-se de um pertencimento associado a um território e a uma história compartilhada, ser palestino indica clandestinidade, já que tal nacionalidade não é reconhecida na estrutura mundial que define povos e civilizações em categorias nacionais. Assim, o que os une enquanto um povo é, também, o sentimento gerado por potenciais ansiedades e humilhações todas as vezes que cruzam fisicamente uma fronteira oficial⁴⁸, por exemplo. Ao mobilizar esse trauma compartilhado, o cinema então oferece espaços para rearranjar essa inflexão identitária. Tawil-Souri insistiu, nesse caso, em trabalhar com a noção de “negociação de espaços” e analisou alguns filmes que:

comunicam coletivamente que a Palestina é o passado/lugar desaparecido e a realidade contemporânea diminuída nos Territórios [Gaza e Cisjordânia ocupadas] e a experiência pan-territorializada do exílio, e um futuro incerto e mais [...]. Sim, é a negociação desses espaços e as i/mobilidades que engendram, que são partes integrantes da espacialidade palestina⁴⁹.

É por meio dessa negociação que o filme distópico de Sansour e Lind se desenvolve. O filme projeta dois futuros: um observado do ponto de vista do espectador, mas que constitui o tempo presente para as personagens, no qual se desenvolve a ação psicanalítica; e outro que é o futuro imaginado por elas ao longo do enredo, aquele em que se espera a chegada de uma outra civilização, que poderá definir uma nova narrativa a partir da materialidade dos fatos a serem revelados com a descoberta das porcelanas.

Diante de um estranhamento da relação entre passado e presente, o futuro se abre como opção para uma existência possível, ainda que incerta. Vale reforçar que quaisquer projeções de futuro estão, de certa forma, baseados nos interesses do presente e nas negociações que se consegue fazer nele. Imaginar uma sociedade distópica e os comportamentos humanos em um tempo ainda não vivido

47 Edward Said escreveu um livro de memórias intitulado “Fora do Lugar”, onde reflete sobre sua própria condição de exilado, impossibilitado, como muitas outras pessoas, de ser apenas “palestino”. Ver: Edward Said, *Fora do Lugar: memórias*. (São Paulo: Companhia das Letras, 2004).

48 Rashi Khalidi, *Palestinian Identity: the construction of modern national consciousness* (New York: Columbia University Press, 2010), 1-8.

49 Tawil-Souri, “Cinema as the Space to Transgress,” 172, destaques no original.

constitui, também, percepções e desejos do tempo presente. A ficção científica, assim, comunica sobre uma realidade atual mais do que é capaz de fazer qualquer prognóstico. Muitas vezes, inclusive, ela dialoga com aspectos do passado, fazendo referências a contextos históricos específicos.

“No futuro...” remete a essas interlocuções temporais. Quando a protagonista planta evidências no solo para reconfigurar o futuro, ela revela justamente suas preocupações imediatas. Ela está dialogando com a política real de fabricação de provas materiais (“*facts on the ground*”) feita pelo Estado israelense. Se, então, a prática arqueológica é usada como um dos meios de fundamentar uma nação – que, no limite, significa sustentar um projeto colonial, Sansour e Lind partem da mesma técnica para justificar o direito de uma população àquela terra em um futuro desconhecido. Assim, a fantasia nacional israelense é exposta no filme quando as personagens se referem aos mecanismos pretensamente científicos da arqueologia, que são atualmente produzidos para a proteção do caráter colonial desse Estado.

A direção do filme, então, movimenta essas mesmas peças para produzir um jogo de metáforas e referências por meio das imagens. A manipulação dos artefatos colocados em solo é exagerada, mas denuncia a estrutura “surreal” do projeto sionista. Assim, respondendo a pergunta inicial do artigo – do que precisamente trata a ficção científica produzida por esse cinema? –, ela realiza-se por desestruturar as fronteiras entre realidade e ficção, radicalizando os sentidos narrativos, onde o absurdo, antes normalizado, alcança destaque e gera estranhamento e, por consequência, questionamento sobre o que está posto no plano do real.

Em outro filme do gênero, “Estado-Nação”, de 2012, Larissa Sansour sugere uma inversão da espacialidade em um futuro imaginado e a Palestina recebe um contorno vertical: é um edifício, em cujos andares encontra-se os lugares de memória e de existência da vida de sua população árabe. Assim, pega-se o elevador e, em certo andar está a cidade de Belém, em outro o mar morto, em um terceiro, à plantação de oliveiras, etc. Outra vez, tempo (futuro ou realidade paralela) e espaço (edifício) são articulados e acabam por problematizar o presente diante da normalização imposta pelas políticas sionistas no processo de desaparecimento físico e narrativo da Palestina. Enfim, surge o incômodo sobre a banalização da vida palestina sob a colonização.

Em um artigo publicado em 2017 sobre os impactos das animações digitais no ambiente urbano do passado e do futuro, Joel McKim analisou os dois filmes de Sansour e constatou que ela

usa a ficção especulativa como um outro meio para dificultar as narrativas históricas patrocinadas pelo Estado. A animação digital permite à artista se envolver em

*uma investigação indireta e provocativa da atual política regional e, assim, reabrir a questão do futuro da Palestina*⁵⁰.

Essa observação vai ao encontro do desafio retórico apontado por uma das falas da psicanalista no filme: “você está sugerindo que a ficção tem um efeito constitutivo na história e na realidade política”⁵¹. O que a ficção científica palestina recupera, nesse sentido, é a possibilidade não apenas de imaginar um futuro em que a Palestina exista concretamente, mas de propor outras perspectivas de compreensão do tempo e do espaço, denunciando a impossibilidade de sua existência no tempo presente.

Cabe retomar talvez, uma vez mais, Walter Benjamin para reconhecer nessa produção um campo de possibilidades dentro do processo histórico, capaz de criar condições de transformação do presente⁵². Esse diagnóstico incentiva uma construção da história a partir de formas narrativas diversas, que orientam não apenas uma imagem de outra existência em um tempo imaginado (futuro), mas possibilita a recusa ao que está aparentemente determinado como realidade no agora. Afinal, como revelou a protagonista do filme, “em tempo de quietude, nós, mais uma vez, deixamos de existir”. Se a Palestina e os palestinos estão impedidos de viver na realidade do tempo presente, a ficção científica lida com o absurdo para oferecer uma experiência alternativa para isso.

Considerações finais

A ficção científica não é gênero novo na Palestina. Em 1974, um reconhecido escritor literário publicou o livro *A vida secreta de Saeed*⁵³. Nele, Emile Habiby abordou de forma satírica a vida de um palestino, cidadão de Israel, atuando como informante. A menção a uma visita de seres alienígenas que entram em contato com o protagonista, logo no início do enredo, coloca o texto como pioneiro no campo de referências sobre ficção científica palestina. Outras produções estéticas palestinas com foco numa realidade paralela, em um tempo futuro ou com especulação alternativa tem sido feitas nos últimos anos, como o caso da já mencionada coleção de contos organizada por Ghalayini, em que escritores palestinos foram convidados a produzir textos ficcionais imaginando a Palestina cem anos após a *Nakba*.

50 Joel McKim, “Speculative Animation: Digital Projections of Urban Past and Future” in *animation: an interdisciplinary journal*, Vol. 12, 3 (Birkbeck, 2017): 287-305.

51 *In the Future*,.

52 Benjamin, “Sobre o conceito de história,”

53 Emile Habiby, *The Secret Life of Saeed – the pessimist* (Northampton: Interlink Books, 2003).

No cinema, as produções de Larissa Sansour atingiram expressivo reconhecimento no gênero. No Brasil, seus filmes foram exibidos em 2016, destacados como “trilogia Sci-Fi”, durante a 11ª Mostra Mundo Árabe de Cinema, que incluíam, além de “No Futuro...” e “Estado-nação”, a sua primeira produção de ficção científica, “Êxodo no Espaço” (2009), que faz diálogo direto com “2001: Uma Odisseia no Espaço”, de Stanley Kubrick. Mais recentemente, em 2021, seus filmes ganharam destaque na 2ª Mostra de Cinema Árabe Feminino, incluindo a sua mais recente produção, “In Vitro”, de 2019, que trata de uma disputa geracional sobre as formas de se lidar com a memória coletiva palestina entre sobreviventes que preservam suas existências dentro de um *bunker* na cidade de Belém, na Cisjordânia.

“No futuro...” permite, em suma, uma leitura que reconfigura os sentidos do tempo, pois promove construções imaginativas sobre o futuro, analisa a condição de suspensão da vida no presente e propicia uma narrativa a partir do trauma não superado no passado (mas ainda continuado). Dessa forma, a existência palestina pertence a uma “zona espaço-temporal escorregadia”, conforme definiu Tawil-Souri⁵⁴, cujo enredo não possui, segundo Said, uma geografia ou cronologia lineares⁵⁵.

Essa mesma sobreposição de temporalidades é anunciada pelo título do filme. “No futuro, eles se alimentaram da mais sofisticada porcelana”. Na gramática, o vocábulo “futuro” exige uma concordância verbal pertinente. O verbo, no entanto, situa-se no pretérito. Não é possível propor um entendimento cronológico linear para esse título. O olhar subjetivo da arte, no entanto, permite ampliar o entendimento como um jogo: o plano da “objetividade” não é o lugar onde essa narrativa pode ser apreendida. Tal como se dão as condições históricas da realidade palestina, o tempo difuso no título só faz sentido no contato com o estranhamento. O passado, ao menos nesse futuro, estará garantido, posto que fabricado, já que é lá, que eles “*comeram* da mais sofisticada porcelana”, o refinado e frágil material mais pretensamente nacional da Palestina.

Seja como espaço de transgressão (Tawil-Souri), seja como crise mimética transformada (Dabashi), o cinema palestino emerge como existência possível de uma narrativa suprimida. A sua ficção científica desloca o tempo para um futuro aparentemente distinto e distante para, enfim, trazer de volta a percepção sensível do real. No filme de Sansour e Lind, a ficção científica reconfigura as narrativas e as torna maleáveis, portanto, possíveis. O trauma palestino, finalmente, pode ser elaborado e aí, talvez, encontre um lugar de acolhimento.

54 Tawil-Souri, “Cinema as the Space to Transgress,” 174.

55 Said *apud* Tawil-Souri, *ibid.*

Referências audiovisuais

Bluecoat Liverpool. “An interview with Larissa Sansour: In the Future, They Ate from the Finest Porcelain”. Youtube. 14 jun. 2017, <https://www.youtube.com/watch?v=QMV5VzViUuI>>.

In the Future They Ate From the Finest Porcelain, Larissa Sansour e Søren Lind, dir., Ali Roche, prod., Spike Film and Video, 29 min., Color, Formato: Hdv. (Reino Unido, Dinamarca e Palestina, 2015).

Referências bibliográficas

Abu El-Haj, Nadia. *Facts on the ground: Archaeological Practice and Territorial Self-fashioning in Israeli Society*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

Andermahr, Sonya. “Decolonizing Trauma Studies: Trauma and Postcolonialism — Introduction”. *Humanities*. 4, 4 (2015): 500-5

Benjamin, Walter. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov.” in *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, 197-221.

Benjamin, Walter. “Sobre o Conceito de História.” in *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, 222-32.

Bresheeth, Haim. “The Continuity of Trauma and Struggle: Recent Cinematic Representations of the Nakba” in *Nakba: Palestine, 1948, and the claims of memory*, edited by Ahmad H. Sa’di & Lila Abu-Lughod, 161-87. New York: Columbia University Press, 2007.

Campos, Geraldo Adriano Godoy de. *Por uma filosofia da espera e da permanência: o tempo no cinema de Elia Suleiman e Kamal Aljafari*. 386f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Dabashi, Hamid (ed.). *Dreams of a Nation: on Palestinian cinema*. London & New York: Verso, 2006.

Galvão, Nina Fernandes Cunha. *Lábios para assoviar: memória, política e a questão palestina*. 144f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Ghalayni, Basma (ed.). *Palestine + 100: stories from a century after the Nakba*. Manchester: Coma Press, 2019.

Habiby, Emile. *The Secret Life of Saeed – the pessoptimist*. Northampton: Interlink Books, 2003.

- Hobsbawm, Eric. “Introdução: A invenção das tradições.” in *A invenção das tradições*, organizado por Eric Hobsbawm & Terence Ranger, 9-23. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2012.
- Khalidi, Rashid. *Palestinian Identity: the construction of modern national consciousness*. New York: Columbia University Press, 2010.
- Löwy, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio - Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- Masalha, Nur. *Expulsion of the Palestinians: The Concept of “Transfer” in Zionist Political Thought, 1882-1948*. Washington: Institute for Palestine Studies, 2009.
- Masalha, Nur. *The Palestine Nakba: Decolonising history, narrating the subaltern, reclaiming memory*. London & New York: Zed Books, 2012.
- McKim, Joel. “Speculative Animation: Digital Projections of Urban Past and Future”. *animation: an interdisciplinary journal*, 12, 3 (2017): 287-305. <https://doi.org/10.1177/1746847717729581>
- Pappe, Ilan. *The Ethnic Cleansing of Palestine*. Oxford: Oneword Publications Limited, 2006.
- Said, Edward. “Reflexões sobre o exílio.” in: *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- Said, Edward. *Fora do Lugar: memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- Said, Edward. *A questão da Palestina*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.
- Sand, Shlomo. *A invenção do povo judeu: da Bíblia ao sionismo*. São Paulo: Benvirá, 2011.
- Seligman-Silva, Márcio. “Narrar o trauma: A questão dos testemunhos de catástrofes históricas”. *Psicol. clin.*, 20, 1 (2008): 65-82, <https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000100005>
- Tawil-Souri, Helga. “Cinema as the Space to Transgress Palestine’s Territorial Trap”. *Middle East Journal of Culture and Communication*, 7 (2014):169-89.

Uma narrativa anti-orientalista: os quadrinhos contra-hegemônicos de

Joe Sacco

An Anti-Orientalist Narrative: Joe Sacco's Counter-Hegemonic Comics
Una narrativa anti-orientalista: los cómics contrahegemónicos de Joe Sacco

Débora Pinese Frias¹

Resumo: A reportagem em quadrinhos *Palestina* (2011) é um relevante trabalho de aproximação a questão palestina representada em suas páginas. Configurou também uma importante quebra com as produções culturais e jornalísticas estadunidenses da década de 1990, temporalidade de sua elaboração e publicação. Seu autor, Joe Sacco, um nome reconhecido pelas suas histórias em quadrinhos e pela junção dessa linguagem com os métodos clássicos do jornalismo, conseguiu neste trabalho se opor ao orientalismo hegemônico da opinião pública estadunidense. O presente artigo, portanto, se propõe a refletir sobre a obra como uma narrativa contra-hegemônica, que permite uma análise do contexto palestino a partir do conceito de limpeza étnica, de Ilan Pappé. Essa interpretação provém de resultados parciais da monografia defendida por mim ao início do ano de 2021.

Palavras-chave: Palestina; Reportagem em quadrinhos; Contra-hegemonia; Limpeza Étnica

Abstract: The graphic novel *Palestine* (2011) is a relevant work on an approach to the Palestinian issue, represented in its pages. It also configured on an important break with the cultural and journalistic productions in the United States of America in the 1990s, the temporality of its elaboration and publication. Its author, Joe Sacco, a name recognized for his graphic novels and for the combination of this language with the classic methods of journalism, managed in this work to oppose the hegemonic Orientalism of public opinion in the US. The present article, therefore, proposes to reflect the work as a counter-hegemonic narrative, that allows an analysis of the Palestinian context from the concept of ethnic cleansing, by Ilan Pappé. This interpretation comes from partial results of the monographic work defended by me at the beginning of the year 2021.

Key Words: Palestine; Graphic novel; Counter-hegemony; Ethnic Cleansing.

Resumen: El cómic *Palestina* (2011) es una obra relevante para abordar la cuestión palestina representada en sus páginas. También representó una ruptura importante con las producciones culturales y periodísticas estadounidenses de los años noventa, la temporalidad de su elaboración y publicación. Su autor, Joe Sacco, nombre reconocido por sus cómics y por la combinación de este lenguaje con los métodos clásicos del periodismo, logró en este trabajo oponerse al orientalismo hegemónico de la opinión pública estadounidense. Este artículo, por tanto, propone reflexionar sobre el trabajo como una narrativa contrahegemónica, que permite un análisis del contexto palestino desde el concepto de limpieza étnica, de Ilan Pappé. Esta interpretación proviene de resultados parciales de la monografía que defendí a principios del año 2021.

¹ Atualmente Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (PPGH/UNIFESP) e licenciada em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus Guarulhos. Membro do Laboratório de Estudos Orientais e Asiáticos (LEOA/UNIFESP) e da comissão organizadora e idealizadora da I Jornada Afroasiática de História (UNIFESP).



Palabras Clave: Palestina; Cômics; Contrahegemonía; Limpeza étnica.

Introdução

As histórias em quadrinhos configuram uma linguagem que combina recursos visuais e verbais para realizar a comunicação da narrativa pretendida por seus autores. Foram, e ainda podem ser, uma importante forma de construção e disseminação de histórias voltadas sobretudo, ao público infantil. No entanto, a partir dos anos 1960, os movimentos sociais candentes de contracultura e as novas compreensões sobre as possibilidades que este tipo de linguagem proporciona, impactaram no cenário dessas produções culturais, trazendo mudanças tanto em âmbito narrativo, como na variedade dos públicos-alvo a serem atingidos.

De acordo com Antônio Aristides Corrêa Dutra (2003),

Com os anos 1960 e 70 da contracultura, dos hippies e do pop, os quadrinhos foram virados de pernas para o ar. Alguns autores radicalizaram o caráter fantasioso das histórias em quadrinhos, com uma ficção científica absolutamente lisérgica enquanto outros preferiram subvertê-la com uma espécie de choque de realidade².

Nesse momento, portanto, as narrativas em quadrinhos inauguraram um novo nicho, com produções que subverteram os padrões anteriores esperados em histórias voltadas às crianças, que buscavam necessariamente um caráter ficcional e lúdico. Além disso, as décadas posteriores, de 1970 e 1980, foram marcadas por uma complexificação dos enredos, apresentando também temáticas mais sensíveis, o que levou a um novo grupo de consumidores mais maduros. As biografias também se apresentaram como tramas para as HQs, sobretudo a partir dos anos de 1980, em que os autores e autoras desfrutavam de uma maior liberdade criativa para suas histórias³.

Herdeiro desses movimentos iniciados na segunda metade do século XX e que impactaram nas produções de histórias em quadrinhos a partir de então, o quadrinista Joe Sacco pode aproveitar dessas mudanças no campo para pavimentar seu próprio caminho com suas inovações. Nascido em 1960 na Ilha de Malta, se mudou junto à sua família com destino à Austrália e no início de sua adolescência, aos 12 anos, emigrou para os Estados Unidos. Em 1981, se formou em jornalismo pela Universidade de Oregon, no entanto, parafraseando o próprio autor,

² Antônio Aristides Corrêa Dutra. “Quadrinhos de não-ficção”. In: INTERCOM– Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2003, Belo Horizonte (MG), (não paginado).

³ Ana Paula Silva Oliveira; Mateus Yuri Passos. “Joe Sacco: jornalismo literário em quadrinhos”. (VI ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, Campinas, 2006) p. 2-3.

por não conseguir se satisfazer com trabalhos jornalísticos, após a sua graduação se dedicou aos quadrinhos, os quais considerou a “paixão de sua vida”⁴.

A fonte utilizada como base para o presente artigo é a história em quadrinhos *Palestina*, escrita por Joe Sacco e publicada no país pela Conrad Editora do Brasil, no ano de 2011. O seu conteúdo foi organizado em uma edição especial de 328 páginas e tradução de Cris Siqueira. O volume é dividido em nove capítulos, além de contar com um prefácio do crítico literário palestino Edward W. Said; um prefácio exclusivo da edição brasileira escrito pelo jornalista José Arbex Jr.; e um prefácio do autor da obra. Este material complementar apresenta relevantes informações sobre Joe Sacco, em especial, naquele escrito pelo próprio jornalista maltês, pois disponibiliza aos leitores, trechos de suas primeiras anotações sobre a Palestina, que serviram de conteúdo basilar para a posterior escrita e criação de seus quadrinhos.

Originalmente, a história que analisamos foi publicada entre os anos de 1993 e 1995, nos Estados Unidos da América, pela editora underground *Fantagraphics Books*. Os nove capítulos pertencentes na edição especial da Conrad Editora do Brasil são frutos da junção dos nove volumes originais, veiculados de modo fragmentado ao longo desses dois anos⁵. As primeiras traduções para o português brasileiro foram publicadas também pela Conrad Editora do Brasil, e inicialmente foram divididas em dois volumes: *Palestina: Uma Nação Ocupada* (2000) e *Palestina: Na Faixa de Gaza* (2003); contando com 5 e 4 capítulos em cada uma respectivamente.

Ao abordá-la como fonte histórica, vale ressaltar aqui uma característica peculiar da obra, que é um traço marcante nas produções de Joe Sacco: o gênero reportagem em quadrinhos. À primeira impressão, uma categoria que pode aparentar paradoxal, em *Palestina* aparece como um exemplo de narrativa que junta aspectos específicos de um trabalho jornalístico, porém, o faz nos moldes da linguagem de história em quadrinhos.

A possibilidade de junção de duas formas narrativas que em um primeiro momento podem parecer distantes, foi possível porque o autor fez uso da metodologia apreendida em sua formação em jornalismo, enquanto não abriu mão de suas liberdades e criatividade para representar as informações coletadas. O trabalho elaborado por Joe Sacco contou com uma recolha de conteúdo a partir de entrevistas e depoimentos; fontes visuais; trabalho de campo etc.. Todo esse compilado de informações foi possível devido à viagem de dois meses do jornalista para

⁴Joe Sacco. “Algumas reflexões sobre Palestina”. In: _____. *Palestina*. Tradução de Cris Siqueira. (Edição Especial. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2011) p. XVII.

⁵ As capas dos nove volumes originais podem ser conferidas no prefácio de Joe Sacco presente na Edição Especial da Conrad Editora do Brasil. In: SACCO, Joe. *Palestina*. Tradução de Cris Siqueira. (Edição Especial. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2011), p. XXXVIII – XXXIX.

os territórios ocupados da Palestina, entre os anos de 1991 e 1992. O resultado que buscava, portanto, era de uma narrativa baseada em fatos reais.

Sua motivação para tal trabalho decorreu de um despertar pessoal para se contrapor frente ao discurso consolidado no jornalismo estadunidense sobre a ocupação israelense em terras palestinas. Isso se deu sobretudo após o ataque de Israel a Beirute, a consequente invasão do Líbano e os ataques aos campos de refugiados de Sabra e Shatila no início da década de 1980⁶. Após estes eventos, Sacco relatou em seu prefácio que:

Além do nebuloso dever de compadecer-me com o sofrimento de um povo distante, a situação me incomodava em outros dois níveis: como americano pagador de impostos, cujo dinheiro - meu dinheiro - estava sendo empregado para perpetuar uma ocupação, e como graduado em jornalismo pela Universidade do Oregon, pois estava abismado com a fraca - terrível seria mais adequado - cobertura que os jornalistas norte-americanos estavam dando à questão⁷.

Lidando com a tarefa ambiciosa de trazer uma nova perspectiva ao público estadunidense, sobre um conflito pelo qual a maioria dos grandes veículos midiáticos já tinham se posicionado em defesa ao Estado de Israel - em maior ou menor grau de explicitude -, Joe Sacco fez a sua viagem à Palestina. Por conseguinte, em seu trabalho de pesquisa jornalística *in loco* entre os anos de 1991 e 1992, pôde reunir relatos, anotações, fotografias e esboços que produziu em sua viagem para a Palestina durante dois meses. O jornalista considerou que seu trabalho se baseou, em grande parte, em “entrevistas formais, em clássico estilo jornalístico”, a partir do diálogo com os entrevistados e entrevistadas, questionando-os sobre suas experiências e anotando as informações a ele concedidas em um caderno⁸.

Os recursos imagéticos também tiveram importância nesse trabalho de recolha e confecção de materiais pelos quais Joe Sacco baseou o seu posterior trabalho. Em relação às fotografias, o autor alega terem sido apenas “poucas dezenas de fotos” tiradas por ele, em combinação com a busca por trabalhos foto-jornalísticos, ou livros já publicados, que puderam servir como referências visuais auxiliares. Suas anotações também tiveram um papel importante na construção imagética da história em quadrinhos, devido ao detalhamento em palavras das experiências que testemunhou⁹. Um terceiro artifício utilizado, foram esboços feitos pelos entrevistados a fim de ilustrar o local ao qual se referiam, como na entrevista de Joe Sacco com ex-detentos de *Al-Ansar*, que esboçaram o complexo prisional a fim que o autor pudesse inserir acontecimentos relatados sobre o local em seus quadrinhos¹⁰.

⁶Joe Sacco. *op cit.* 2011. p. XVI.

⁷ *Ibidem.*

⁸ *Idem*, p. XVIII.

⁹ *Idem*, p. XXIX.

¹⁰ *Idem*, p. XXX.

Após esse panorama sobre os métodos jornalísticos de recolha de informações empregados pelo autor, se faz necessário entender o que possibilitou a escolha particular da representação do contexto palestino por meio da linguagem quadrinística. Como já pontuado, os quadrinhos são predominantemente compostos por elementos visuais e na grande maioria das vezes, retratavam narrativas ficcionais e comerciais. No entanto, seria errôneo considerar que as histórias em quadrinhos estão apartadas da materialidade. Pelo contrário, são produtos histórico-culturais, inseridos em seus contextos de produção e que carregam mensagens, ideologias e valores, de forma subliminar ou explícita.

De acordo com Patrícia Rangel (2014), as histórias em quadrinhos podem ser um importante veículo de disseminação e afirmação de valores específicos de uma sociedade, principalmente quando voltadas ao público infanto-juvenil. Isso porque, de uma forma pedagógica e disciplinadora, pode apresentar aos leitores quais padrões, normas e convenções devem ser assimilados e propagados. A autora aponta, que as personagens “Tintim, Mickey, Tio Patinhas, Superman e tantos outros são por excelência arquétipos da supremacia europeia e do sucesso capitalista.”¹¹. Essas personagens, portanto, mais do que serem criadas para o entretenimento infanto-juvenil, foram utilizadas para a consolidação de um discurso de valorização das sociedades ocidentais e seus modelos econômicos e políticos.

O interesse em estudar *Palestina*, de Joe Sacco, portanto, está na contraposição do autor em relação a esse tipo de representação. A investigação sobre as particularidades, o posicionamento do autor a partir da sua obra, e a compreensão do contexto de sua produção, pode nos trazer resultados para a relevância dos discursos contra-hegemônicos e anti-orientalistas nas temáticas sobre a Palestina. Nos próximos tópicos objetivou-se explorar como o autor concretizou a sua produção, tendo como ponto de partida os questionamentos referentes a cobertura jornalística estadunidense e a realidade do povo palestino sob ocupação israelense.

Palestina e a quebra com o orientalismo dos EUA

Para iniciar a análise da reportagem em quadrinhos, há a necessidade de atestar a importância das produções culturais como fontes da pesquisa acadêmica. Dessa forma, recupero o trabalho de Maria Elisa Cevalco, *As dez lições sobre estudos culturais* (2003), em que a autora

¹¹P. Rangel. “Desenhando o conflito Israel-Palestina: narrativas e representações em HQs”. *Malala*, n. 3, 2014. p. 100.

atribui aos autores Raymond Williams, Edward Palmer Thompson e Richard Hoggart, a centralidade na fundação acadêmica dessa área de estudos, durante a década de 1950¹². Em decorrência dessas abordagens, apresenta-se a relevância de uma produção historiográfica que parta da inter-relação entre fenômenos culturais e socioeconômicos, para assim compreender o contexto estudado e contribuir a favor das devidas mudanças sociais.

Segundo Cesvasco (2003),

A diferença fundamental que a contribuição de Williams traz ao debate é a *percepção materialista de cultura*: os bens culturais são resultado de meios também eles materiais de produção [...], que concretizam relações sociais complexas envolvendo instituições, convenções e formas¹³.

No caso estudado neste artigo, portanto, a reportagem em quadrinhos *Palestina* deve ser entendida a partir de uma percepção materialista de cultura. Tendo isso em vista, devemos analisar a obra em relação ao contexto de sua produção, pensando em duas chaves. A primeira, a partir das produções de histórias anteriores e contemporâneas a de Joe Sacco, que podem ter o influenciado em suas escolhas narrativas e estéticas, como visto na Introdução. A segunda, em relação a como o autor decidiu por quebrar com um hegemonismo discursivo e ideológico presente no jornalismo estadunidense na década de 1990 e, em resposta, apresentar uma defesa aos palestinos¹⁴.

Com o objetivo de se conceituar hegemonia, para então atribuímos adequadamente o caráter contra-hegemônico na obra de Joe Sacco, os estudos de Antonio Gramsci sobre o conceito são fundamentais. Hegemonia, para Gramsci, decorre da concepção da existência de um ponto de contato entre sociedade civil e sociedade política, as quais lutam pelo monopólio dos órgãos de opinião pública, com o objetivo de que apenas uma dessas forças tenha a possibilidade de modelar a opinião nacional. Esse domínio da opinião pública, portanto, busca a desagregação das discordâncias, de forma a apagá-las e assim intentar a sua homogeneização¹⁵.

O monopólio da opinião pública dos Estados Unidos está intrinsecamente ligado com concepções e estereótipos construídos a partir das categorias de Oriente e Ocidente. Sobre esses dois conceitos, como apresentado por Edward W. Said (2016),

Tanto quanto o próprio Ocidente, o Oriente é uma ideia que tem uma história e uma tradição de pensamento, um imaginário e um vocabulário que lhe deram realidade e

¹² M. E. Cesvasco. Dez lições sobre estudos culturais. (1.ed. São Paulo: Boitempo, 2003) p. 12-13.

¹³ Idem, p. 23.

¹⁴ Em seu prefácio, Joe Sacco atribui sua “reeducação” sobre a questão palestina “aos livros *Blaming the Victims*, organizado por Christopher Hitchens e Edward Said, *The Question of Palestine*, também de Said, e *The Fateful Triangle*, de Noam Chomsky.” In: SACCO, Joe. *op cit.*, 2011. p. XVII.

¹⁵ Antonio Gramsci. Cadernos do cárcere: volume 3: Maquiavel, notas sobre o estado e a política. (3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3) p. 265.

presença no e para o Ocidente. As duas entidades geográficas, portanto, sustentam e, em certa medida, refletem uma à outra¹⁶.

A construção do Oriente pelo Ocidente, portanto, implica na criação da própria identidade ocidental a partir da ideia relacional de alteridade e diferença com aquele que identifica como extremo oposto. Devemos compreender também que estas categorias não são concepções feitas de forma idônea e sem motivações políticas, econômicas e sociais. Said apresenta em *Orientalismo* (2016) justamente como a partir do projeto de dominação francesa sobre o Egito, empreendido por Napoleão Bonaparte ao final do século XVIII, uma série de encontros ocidentais com o Oriente se sucederam. Nesses encontros, os conhecimentos produzidos pelo campo intelectual orientalista foram essenciais, como forma de respaldar as intenções imperialistas das diferentes potências ocidentais, conforme o respectivo momento histórico¹⁷.

Isso porque, apesar da existência de um conjunto de ideias e saberes que consolida o discurso orientalista ser uma constante nos impérios ocidentais, cada contexto contou com adaptações às suas narrativas a partir de suas intenções políticas e econômicas. A particularidade que interessa a este trabalho corresponde a constatação de que esse tipo de discurso foi construído e estabelecido nos Estados Unidos a partir de meados do século XX. Este contexto estava relacionado com o momento em que o país se firmou como uma potência e consequentemente, deu início às relações de força e poder dos Estados Unidos frente ao Oriente Médio. Ademais, os desdobramentos nas relações com Israel e nos conflitos árabe-israelenses também impactaram as representações orientalistas e a defesa de um ideal liberal ocidental.

Outra obra de Edward Said, pode auxiliar na compreensão de como a imprensa estadunidense representava a questão palestina durante a década de 1990: *A Questão da Palestina* (2012). Neste livro, Said considerou que a hegemonia dessa imprensa se construiu a partir de um consenso entre a visão liberal ocidental estadunidense e a visão sionista-israelense. Israel é um Estado aliado dos Estados Unidos e, de acordo com o autor, a forma como os sionistas vislumbravam a Palestina se assemelhava ao olhar do imperialista europeu do século XIX. Questão essa que remete, inclusive, a origem do movimento sionista com Theodor Herzl¹⁸.

Portanto, o conflito entre israelenses e palestinos passou a ser considerado como ‘extensão’, ‘perpetuação’ e ‘intensificação’ do conflito entre Ocidente e Oriente, devido ao alinhamento de Israel com as políticas e ideologias ocidentais e estadunidenses. Assim, os discursos

¹⁶ Edward W. Said. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução Rosaura Eichenberg. (São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2016) p. 31.

¹⁷ Idem, p. 123-124; p. 275.

¹⁸ Edward W. Said. *A questão da Palestina*. Tradução: Sonia Midori. (São Paulo: Editora UNESP, 2012) p. 10-15.

estigmatizantes construídos sobre povos árabes e no caso específico, o palestino, buscaram pela personificação de um inimigo a partir de estereótipos que construíram uma visão de alteridade sobre esse ‘outro’¹⁹. Consequentemente, a aliança Estados Unidos e Israel foi colocada a partir de uma autoafirmação como sociedades representantes dos valores democráticos do liberalismo ocidental²⁰.

Em vista disso e retomando o conceito gramsciano de hegemonia, Raymond Williams em *Cultura e Materialismo* (2011), relaciona a hegemonia à ideia de totalidade, de forma que a sua consolidação é possível por meio da busca por uma totalidade, que tem uma intenção por trás, e pode moldar a opinião pública.

A intenção, a noção de intenção, recupera a questão-chave, ou melhor, a ênfase central. Pois embora seja verdade que qualquer sociedade é um todo complexo de tais práticas, também é verdade que toda sociedade tem uma organização e uma estrutura específicas, e que os princípios dessa organização e estrutura podem ser vistos como diretamente relacionados a certas intenções sociais, pelas quais definimos a sociedade, intenções que, em toda a nossa experiência, têm sido regidas por uma classe particular²¹.

Essa intenção, no caso da aliança entre Israel e Estados Unidos, está relacionada com um *ethos* de missão civilizatória imperialista ocidental, que é colonialista e racista²². A visão construída de um povo inimigo e estigmatizado não é por acaso, mas sim para fins materiais, de dominação territorial, econômica e política. Com isso, a ideia fabricada de um povo palestino terrorista e agressivo, que necessita de uma nação nos moldes ocidentais para controlar e disciplinar, serve como pretexto para a colonização de suas terras²³.

Uma terceira obra de Edward W. Said nos auxilia a aprofundar os debates sobre o jornalismo estadunidense e suas intenções narrativas. Em *Covering Islam* (1997), o autor reflete sobre as representações na mídia sobre o “outro” e o que concebia como Islã. As categorias ‘árabe’, ‘muçulmano’, ‘palestino’ eram constantemente tidas como sinônimos pelos veículos de comunicação, sem considerar que na prática, uma classificação não exclui a outra, mas também não são consequências uma da outra, pois refere-se a: uma etnicidade, uma religiosidade e uma identidade nacional, respectivamente. Portanto, a problemática apresentada pelo crítico

¹⁹ Edward W. Said. *op cit*, 2012. p. 22; 33; 43-44; 83; 92-94.

²⁰ Ressalta-se aqui que essa representação de nações ocidentais democráticas é profundamente ideológica, e essa ideia desconsidera o colonialismo e imperialismo imposto nos países do Sul Global, bem como os problemas de desigualdade social e opressão, intrínsecas ao sistema capitalista.

²¹ Raymond Williams. *Cultura e materialismo*. Tradução: André Glaser. (São Paulo: Editora Unesp, 2011) p. 50.

²² Edward W Said. *op cit.*, 2012. p. 22.

²³ Acrescenta-se aqui o mito amplamente difundido do Estado de Israel como “única democracia do Oriente Médio”. Este seria mais um exemplo da ideia de extensão do conflito entre Ocidente e Oriente, em que o primeiro estaria representado por Israel, uma democracia liberal que atenderia aos moldes ocidentais.

literário palestino é de que o Islã e em decorrência, os árabes e palestinos, eram sistematicamente representados nos veículos de mídia dos Estados Unidos, como um mal a ser combatido da mesma forma que consideravam imprescindível o combate ao comunismo durante a Guerra Fria²⁴.

O imaginário em volta da ideia de que palestinos invariavelmente deveriam ser encaixados em rótulos como o de terroristas, tinha como finalidade ofuscar as políticas dos Estados Unidos e de Israel nos territórios palestinos. Segundo Said (1997):

Desafiando a lei internacional e dúzias de resoluções das Nações Unidas, Israel anexou Jerusalém Oriental e as Colinas de Golã, ocupou o sul do Líbano desde 1982, teve uma política de tratar (e caracterizar) os palestinos como sub-humanos - na realidade, uma raça à parte - e exerceu seu poder sobre a política dos Estados Unidos no Oriente Médio, na qual os interesses de quatro milhões de israelenses ofuscaram totalmente os interesses de duzentos milhões de árabes muçulmanos²⁵.

Portanto, o consenso, apontado por Said, entre a visão liberal ocidental e a visão sionista-israelense foi motor para a representação sistemática e orientalista do palestino, a partir da percepção de que o confronto entre os dois povos semíticos - árabes e judeus - se insere na conformidade do sionismo com o discurso orientalista ocidental. Desta forma, a legitimação do discurso sionista pelas potências ocidentais, relega ao árabe, o caminho do sujeito a ser apenas representado, a partir de paradigmas estigmatizantes²⁶.

Compreender todo esse cenário possibilita apresentar a reportagem em quadrinhos de autoria de Joe Sacco como uma produção cultural estadunidense que quebra com o orientalismo da sociedade em que se insere e, portanto, se coloca em posição contra-hegemônica. Ao elaborar sua narrativa, o jornalista maltês buscou se aproximar ao máximo da história palestina, por meio da coleta de relatos e documentos, leituras sobre a questão e o conhecimento *in loco* do território e de sua população. Na contramão das grandes mídias estadunidenses as quais estava acostumado a ter contato, buscou sair do discurso amplamente difundido e a partir de um estudo dedicado, possibilitou uma obra que questionasse o *establishment* e a *intelligentsia* estadunidense. E esse é o motivo da relevância de *Palestina* (2011).

²⁴ Edward W. Said. *Covering Islam: How the media and the experts determine how we see the rest of the world*. (New York: Random House, 1997). Não paginado.

²⁵ No original: “Defying international law and dozens of United Nations Resolutions, Israel has annexed East Jerusalem and the Golan Heights, has occupied South Lebanon since 1982, has had a policy of treating (and characterizing) Palestinians as sub-human — in effect a race apart — and has wielded its power over United States Middle Eastern policy whereby the interests of four million Israelis totally overshadow the interests of two hundred million Arab Muslims.” SAID, Edward W. *op cit.*, 1997. Não paginado (tradução nossa).

²⁶ Edward W. Said, *op cit.*, 2016. p. 410.

O conceito de limpeza étnica para a análise dos quadrinhos de Joe Sacco

O historiador israelense Ilan Pappé em sua obra *A Limpeza étnica da Palestina* (2016), faz um balanço sobre as diferentes definições atribuídas ao termo ‘limpeza étnica’ por meios enciclopédicos e acadêmicos, a fim de traçar uma síntese que defina o conceito. Segundo o autor, o processo estudado consta em:

um esforço para deixar homogêneo um país de etnias mistas, expulsando e transformando em refugiados um determinado grupo de pessoas, enquanto se destroem os lares dos quais elas foram exotadas. Pode muito bem haver um plano mestre, mas a maioria das tropas engajadas na limpeza étnica não precisa de ordens diretas: sabe de antemão o que é esperado delas. Os massacres acompanham as operações, mas, quando acontecem, não são parte de um plano genocida, mas sim uma tática crucial para acelerar a fuga da população marcada para a expulsão. Mais tarde, os expulsos são apagados da história oficial e popular do país e extirpados da memória coletiva²⁷.

Segundo Pappé, o processo conhecido pelos palestinos como *Al Nakba*, a catástrofe palestina iniciada em 1948, configurou os momentos iniciais da limpeza étnica caracterizada pela citação acima. Da mesma forma, esses mesmos acontecimentos possuíram diferentes narrativas consolidadas pelo outro grupo étnico inserido neste contexto. Para o Estado de Israel, o ano de 1948 foi marcado pela Guerra de Independência israelense.

O autor se considera integrante de um grupo de novos historiadores israelenses que propõem uma outra abordagem frente à história oficial israelense. Essa nova abordagem, no caso de Ilan Pappé, configura em uma negação da narrativa construída pelo Estado de Israel sobre a sua fundação, discordando da existência de uma vitoriosa Guerra de Independência. Além disso, o autor reconhece o discurso da *Al Nakba* palestina como um dos momentos iniciais desse processo que estuda, mas propõe ir além, pensando em uma continuidade das ações praticadas pelo Estado de Israel desde o ano de 1948. Portanto, *A limpeza étnica da Palestina* (2016),

Em um primeiro momento, é uma negação da narrativa oficial israelense que buscou uma narrativa heróica, de orgulho nacional, para o que posteriormente foi chamado de a Primeira Guerra Árabe-Israelense e sua decorrente ocupação territorial da Palestina. No entanto, o autor, apesar de não negar os conflitos ocorridos no ano de 1948 com a invasão de aldeias e expulsão dos nativos - que configura a *Al Nakba* -, procurou construir uma narrativa que compreendesse esses eventos como iniciais de um processo mais longo, ao qual abarcou outras temporalidades e esferas da vivência entre os dois povos: a limpeza étnica²⁸.

²⁷Ilan Pappé. *A Limpeza Étnica da Palestina*. Tradução: Luiz Gustavo Soares. (São Paulo: Editora Sundermann, 2016) p. 23.

²⁸Débora Pinese Frias. *DESENHANDO A OCUPAÇÃO ISRAELENSE: traços de denúncia de uma limpeza étnica em Palestina*, de Joe Sacco (1948-1992). Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em História) - Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2021.p. 36.

De forma a inserirmos o processo em termos materiais, conforme Pappé, o início do processo de limpeza étnica se deu através das invasões militares às aldeias palestinas, pelas organizações paramilitares, como Irgun e a Gangue Stern. Essas invasões iniciaram-se durante o ano de 1948, a partir dos planos de invasão estudados pelo historiador israelense: Plano A, Plano B, Plano C (Gimel), Plano D (Dalet)²⁹. No entanto, dois outros fatores também contribuíram a este cenário, que foram: a intensa imigração de judeus provindos de países europeus e as decorrentes compras de terras palestinas através do Fundo Nacional Judeu (FNJ), que buscava uma “redenção da terra” e uma colonização com aspirações sionistas.

O momento inicial do processo de limpeza étnica é representado por Joe Sacco através do relato de um senhor palestino, que no ano de 1948 morava junto à sua mulher e pai em um vilarejo que foi atacado pelas forças sionistas (Figura 1). Segundo ele, seu pai foi preso junto a outros que ficaram no vilarejo e não conseguiram fugir, enquanto ele e sua esposa, que estava grávida, andaram por quatro dias a pé com risco de serem bombardeados pelos israelenses e sem ajuda do exército egípcio que ali estava. Posteriormente, durante a entrevista, o senhor afirmou que onde se localizava a aldeia em que morou, em sua atualidade já não era mais possível de identificar qualquer indício de sua existência em algum momento passado. Essa passagem, além de mostrar o apagamento material de qualquer resquício de uma prévia ocupação, que não a israelense, evidencia a negação aos palestinos do direito de retorno permanente às terras das quais foram obrigados a fugir no passado³⁰.

²⁹ Ilan Pappé. *A Limpeza Étnica da Palestina*. Tradução: Luiz Gustavo Soares. (São Paulo: Editora Sundermann, 2016) p. 14.

³⁰ O ‘direito de retorno’ à Israel é assegurado a todo e qualquer judeu, independente de sua nacionalidade, devido a pretensão sionista de construção de um Estado étnica e exclusivamente judaico, enquanto para os palestinos, esse direito é negado desde o início da ocupação sionista.



Figura 1 – Relato de senhor palestino expulso de suas terras no ano de 1948. In: SACCO, Joe. *op cit.* 2011, p. 15.

Posterior aos eventos de 1948, com a invasão, expulsão e desapropriação de terras palestinas, em concomitância à consolidação de um Estado étnico-nacional israelense, houve a continuidade das ações políticas e militares de expulsão, segregação e apagamento da população palestina de seus próprios territórios, como forma cotidiana e sistemática de opressão. Tendo isso em vista, objetiva-se aqui apresentar como a obra de Joe Sacco pode nos proporcionar informações para compreender o processo de limpeza étnica através da linguagem particular da reportagem em quadrinhos.

Isso porque o processo de limpeza étnica buscou afetar diversos aspectos da vida palestina, segundo Pappé: homogeneizar a população étnica do local, através da expulsão e destruição dos lares daqueles que se refugiam; massacres e violências aplicados como forma de expulsão e o posterior apagamento da história daqueles que foram expulsos. Uma das formas de violência aplicada ao povo palestino se relaciona ao ataque à manutenção de suas vidas, a partir da destruição de oliveiras palestinas. Esse tipo de cultivo é responsável por grande parte do sustento de muitas famílias palestinas e, portanto, o corte dessas árvores pelo poder ocupante é um modo de agressão à sua sobrevivência, que é aplicado de forma sistemática pelo Estado de Israel³¹.

Em notícia publicada pela revista *Veja*, em 14 de novembro de 2011, o Ministério da Economia palestino alegou que “desde que começou a ocupação em 1967, Israel destruiu mais de 800 mil oliveiras, o que implica uma perda anual de US\$ 55 milhões.”³². Essa denúncia é significativa por apresentar-nos como os meios de subsistência dos palestinos são frequentemente atacados sob ocupação, principalmente após os eventos de 1967, no que ficou conhecido como Terceira Guerra Árabe-Israelense, em que Israel anexou os territórios da Faixa de Gaza, Cisjordânia e Colinas de Golã, ignorando as divisões territoriais estabelecidas pela ONU e intensificando seu poder colonial.

O assunto das oliveiras é abordado por Joe Sacco em *Palestina* (2011), durante o subcapítulo Oceano. “Oceano”, pois a família entrevistada pelo jornalista, que aparece representada durante essa passagem é apenas “uma gota no oceano” de famílias palestinas que tiveram seus cultivos destruídos. A metáfora é utilizada como forma de afirmar que essa é uma prática sistemática da ocupação, de modo a inserir o evento em um contexto mais amplo. De acordo com o autor: “Os israelenses cortaram 120 mil outras árvores nos primeiros quatro anos da

³¹ Algumas denúncias em notícias e relatórios da Coordenação de Assuntos Humanitários da Organização das Nações Unidas (ONU), ver: B'TSELEM. Israel demolishes agricultural structure and dirt road and cuts down approx. 100 olive trees in northern Jordan Valley. 16 de ago de 2021. Disponível em: <https://www.btselem.org/facing_expulsion_blog?nid=213166>. 26 de out de 2021.

PRESSE, F. Colonos israelenses arrancam mais de 100 oliveiras de palestinos na Cisjordânia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/10/colonos-israelenses-arrancam-mais-de-100-oliveiras-de-palestinos-na-cisjordania.html>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

Protection of Civilians Report | 19 January - 1 February 2021. Disponível em: <<https://www.ochaopt.org/poc/19-january-1-february-2021>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

The olive harvest and settler violence: the case of Al Mughayyir village | October 2013. Disponível em: <<https://www.ochaopt.org/content/olive-harvest-and-settler-violence-case-al-mughayyir-village-october-2013>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

³² A. Cádernes. Israel transforma colheita da azeitona palestina em sofrimento.

Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/israel-transforma-colheita-da-azeitona-palestina-em-sofrimento/>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

Intifada.... por “razões de segurança”, como nesses casos... ou para construir a rede de estradas que liga os assentamentos judeus a Israel. ”³³.

O primeiro relato da família entrevistada, foi de uma mulher que relatou o evento duas semanas após o seu acontecimento. Conforme seu testemunho, as forças israelenses impuseram um toque de recolher durante a madrugada, após uma confusão à noite entre dois palestinos e um colono judeu. À tarde do dia seguinte, foram cortadas oliveiras dos seus vizinhos e árvores da rua. No outro dia, os soldados voltaram e cortaram as oliveiras da entrevistada. Ao todo, segundo o relato, setenta oliveiras, de treze famílias foram cortadas nesse vilarejo³⁴.

O segundo relato dessa família foi dado pelo pai da mulher, sobre um acontecimento de dois anos antes. De acordo com o senhor palestino, soldados israelenses mandaram que ele instalasse por sua conta, uma cerca em volta de seu terreno, devido a um ataque de pedras ou coquetel molotov, que teriam sido atiradas de seu campo. Essa exigência, se não fosse cumprida, acarretaria na punição em que o senhor teria suas oliveiras cortadas. Sem condições de cumprir com a imposição, o entrevistado relatou que não conseguiu instalar a cerca e foi obrigado a derrubar suas próprias árvores e acabar ele próprio com os seus meios de subsistência, como forma de castigo³⁵, conforme a Figura 2. Ademais, as oliveiras palestinas por ser uma árvore milenar, podem ser consideradas símbolos da resistência palestina às adversidades, e o ataque a elas, pode configurar também um ataque à resistência desse povo em níveis simbólicos.

³³ Joe Sacco. *op cit.* 2011, p. 62.

³⁴ *Idem*, p. 60.

³⁵ Joe Sacco, *op cit.*, 2011, p. 61-62.



Figura 2 – Senhor palestino relembra de quando foi obrigado a destruir suas próprias oliveiras. In: SACCO, Joe. *op cit.*, 2011. p. 62.

Outro momento em que podemos reconhecer uma observação de Joe Sacco sobre os locais visitados que dialoga com o conceito de limpeza étnica aqui apresentado, acontece ao final da sua narrativa. Após toda a sua estadia e entrevistas feitas na Palestina, Joe Sacco visita brevemente a cidade de Tel Aviv junto a duas personagens israelenses que o jornalista conheceu e entrevistou naquele momento. Nessa passagem, Sacco identifica semelhanças com cidades dos Estados Unidos e Europa na paisagem israelense, colocando que a cidade parece “familiar aos meus ouvidos e olhos ocidentais”³⁶, conforme consta na Figura 3. A naturalização de uma paisagem dita ocidental em territórios do Oriente Médio é significativa quando refletimos sobre

³⁶ Joe Sacco. *op cit.*, 2011. P. 261.

os processos de ocupação israelense e de limpeza étnica, iniciados em grande parte por uma imigração europeia.

Além disso, termina essa passagem apontando que Naomi e Paula possuem um modo de vida e preocupações cotidianas que lhe parecem muito familiares. Isso porque o cotidiano de ocupação não é percebido e sentido da mesma forma em cidades israelenses e palestinas. Enquanto palestinos são expulsos de suas terras, têm seus direitos cerceados, suas condições de vida atacadas, são presos e torturados, em territórios como Tel Aviv a militarização do cotidiano não se faz perceptível, parecendo assim, como qualquer outra cidade aos moldes ocidentais.

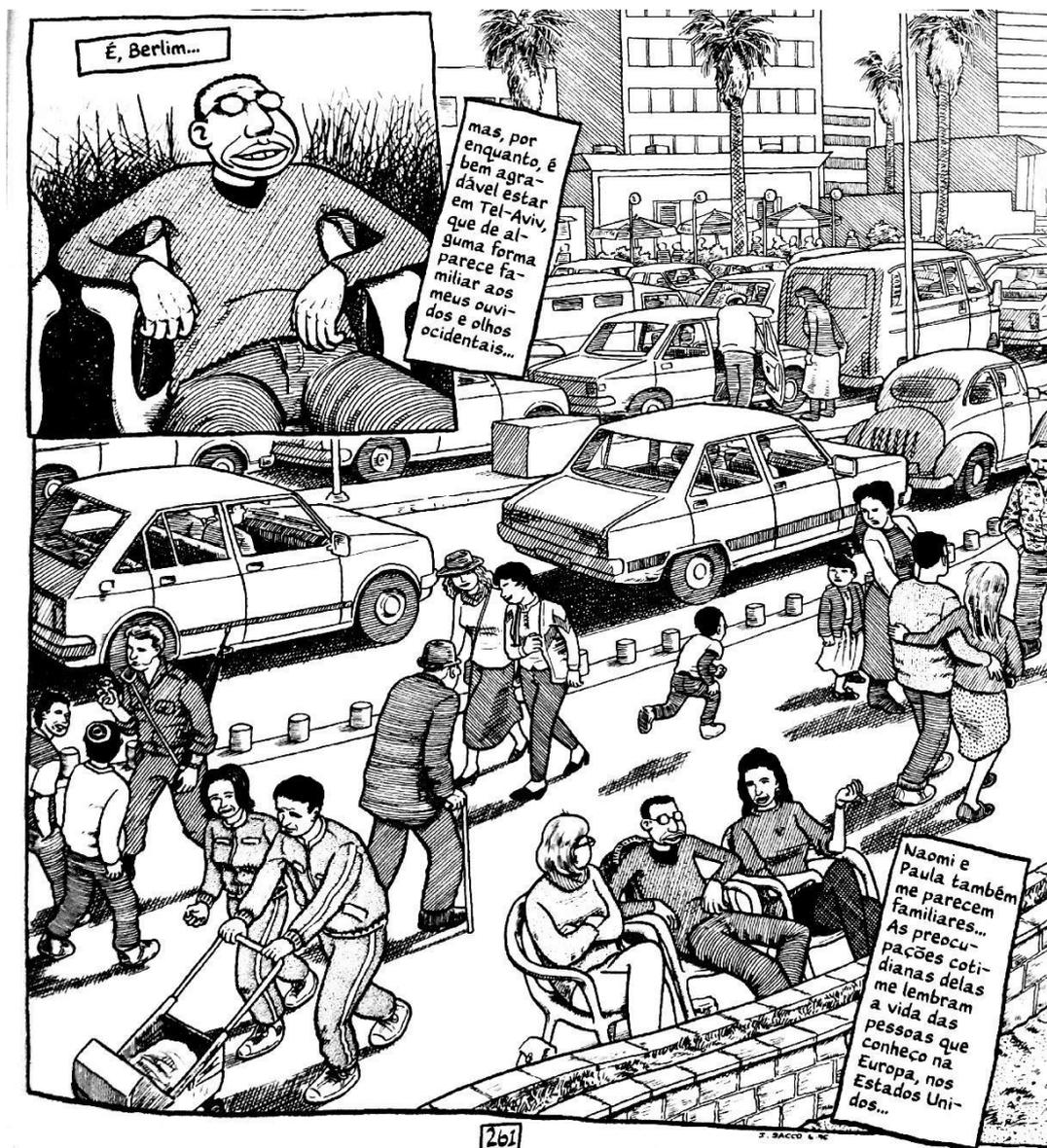


Figura 3 – Visita de Joe Sacco a Tel Aviv. In: SACCO, Joe, *op cit.*, 2011, p. 261.

Ressalta-se aqui a necessidade de uma importante problematização ao abordar essa passagem: devemos evitar essencializar a questão. A ideia trazida por Joe Sacco quando apresenta uma paisagem e problemas cotidianos que se assemelham aos ocidentais é relevante para compreendermos a diferença da realidade imposta nas sociedades que sofrem a ocupação e na que impõe a ocupação. Não estamos falando de um embate de forças políticas e militares equânimes, mas sim de uma ocupação colonial e, portanto, a opressão cotidiana vivenciada pelos palestinos, de fato se contrapõe às aparências de Tel Aviv como uma cidade que atende aos moldes ocidentais. No entanto, é fundamental ter em nosso horizonte que não devemos reproduzir a ideia de relegar aos palestinos apenas o papel de vítimas passivas. A resistência palestina perdura desde o ano de 1948 e trabalhos como *Palestina* são necessários para a aproximação com a causa e a decorrente solidariedade.

Conclusão

A reportagem em quadrinhos Palestina proporciona uma diversidade de assuntos dos quais fogem às abordagens tradicionais feitas pelos grandes meios de comunicação e pela opinião pública. O autor Joe Sacco, por meio de métodos apreendidos durante sua formação em jornalismo, conseguiu se aproximar de informações que seriam conseguidas em reportagens convencionais, entrevistas etc. No entanto, a sua forma de apresentar esses relatos foi aplicada em um gênero narrativo que proporciona uma maior abertura quanto às histórias e temáticas retratadas.

Isso posto, compreende-se que a obra em questão deve ser lida como uma reportagem em quadrinhos, que busca na materialidade e nos relatos dos entrevistados, suas fontes basilares para a construção narrativa. Ademais, os quadrinhos proporcionam uma abertura criativa ao autor, que pode desembocar em duas consequências: uma maior subjetividade textual e uma maior liberdade nas temáticas a serem abordadas. Se por um lado devemos ter parcimônia ao ler a história e entendê-la como uma representação do seu próprio autor e do resultado de relatos pessoais dos entrevistados, por outro, valorizemos a possibilidade de introdução de temas que até então eram mal representados, ou não representados.

Adicionemos à questão da não objetividade narrativa presente na reportagem em quadrinhos, uma constatação importante: o jornalismo convencional padece de questões semelhantes. A suposta objetividade perseguida e defendida por diversos meios de comunicação, seus representantes e suas empresas, resulta mais em retórica do que prática. Ao adotar uma linguagem

não habitual para *Palestina*, junto a métodos do jornalismo de busca e coleta de informações, Joe Sacco não só deixa de lado a ideia de neutralidade, mas vai além ao conseguir conciliar em seus traços informações sobre o contexto representado e as suas opiniões.

Em vista disso, analisar a reportagem em quadrinhos como um produto cultural de seu próprio tempo e profundamente relacionado com o contexto de sua produção, é essencial para uma interpretação adequada. Primeiro, porque os seus antecessores e contemporâneos traçaram caminhos no mundo dos quadrinhos que expandiram as possibilidades do campo que provavelmente impactaram na produção de Sacco, bem como a formação universitária do autor forneceu a ele cabedal para tal feito. Em segundo, porque as poucas ou más interpretações identificadas pelo autor no cenário jornalístico estadunidense, despertaram a necessidade de uma obra que estivesse na contramão. Em terceiro, porque as possibilidades que Joe Sacco teve de buscar informações *in loco* e por meio de autores que debatiam a causa palestina, fizeram com que ele se aproximasse da questão, de forma a entender mais profundamente e se posicionar publicamente.

Em suma, *Palestina* é uma obra que tem um potencial de conscientização para a causa palestina, justamente porque Sacco se coloca como uma personagem durante a narrativa, de forma a questionar as próprias visões pré-concebidas que tinha antes de se deparar com o contexto palestino. Da mesma forma, pela liberdade temática concedida através da linguagem escolhida, a história em quadrinhos apresentou uma quebra com uma narrativa consolidada, que foi capaz de apresentar uma visão contra-hegemônica e anti-orientalista frente aos países que se inserem na lógica ocidental, principalmente os Estados Unidos.

Referências Bibliográficas

B'tselem. Israel demolishes agricultural structure and dirt road and cuts down approx. 100 olive trees in northern Jordan Valley. 16 de ago de 2021. Disponível em: <https://www.btselem.org/facing_expulsion_blog?nid=213166>. 26 de out de 2021.

Cárdenes, A. Israel transforma colheita da azeitona palestina em sofrimento. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/israel-transforma-colheita-da-azeitona-palestina-em-sofrimento/>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

Cevasco, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

Dutra, Antônio Aristides Corrêa. Quadrinhos de não-ficção. In: INTERCOM– Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2003, Belo Horizonte (MG).

Frias, Débora Pinese. Desenhando a ocupação israelense: traços de denúncia de uma limpeza étnica em Palestina, de Joe Sacco (1948-1992). Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em História) - Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2021.

Gramsci, Antonio. *Cadernos do cárcere: volume 3 : Maquiavel, notas sobre o estado e a política*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Pappé, Ilan. *A Limpeza Étnica da Palestina*. Tradução: Luiz Gustavo Soares. São Paulo: Editora Sundermann, 2016.

Presse, F. Colonos israelenses arrancam mais de 100 oliveiras de palestinos na Cisjordânia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/10/colonos-israelenses-arrancam-mais-de-100-oliveiras-de-palestinos-na-cisjordania.html>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

Protection of Civilians Report | 19 January - 1 February 2021. Disponível em: <<https://www.ochaopt.org/poc/19-january-1-february-2021>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

Rangel, P. “Desenhando o conflito Israel-Palestina: narrativas e representações em HQs.” *Malala*, n. 3, p. 76–106, 2014.

Sacco, Joe. *Palestina*. Tradução de Cris Siqueira. Edição Especial. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2011.

Said, Edward W. *A questão da Palestina*. Tradução: Sonia Midori. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

Said, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

Said, Edward W. *Covering Islam: How the media and the experts determine how we see the rest of the world*. New York: Random House, 1997.

The olive harvest and settler violence: the case of Al Mughayyir village | October 2013. Disponível em: <<https://www.ochaopt.org/content/olive-harvest-and-settler-violence-case-al-mughayyir-village-october-2013>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

Williams, Raymond. *Cultura e materialismo*. Tradução: André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Palestina: memórias e aprendizados de uma viajante

Palestine: memories and learnings of a traveler

Palestina: memorias y aprendizajes de una viajera

Ana Maria Marques¹

Resumo: O artigo parte de uma experiência de viagem com um grupo de brasileiros à Palestina em 2019. O *tour* guiado por palestinos e uma brasileira que lá viveu desvendou histórias pouco e mal conhecidas pelo ocidente, devido às notícias que chegam no Brasil, especialmente. A narrativa segue o percurso da viagem. As memórias, vivências, anotações e leituras posteriores da autora resultaram nesse texto que aborda: os impactos da chegada em Tel-Aviv, a violência da colonização de Israel nos territórios palestinos da Cisjordânia, o questionamento sobre a suposta submissão das mulheres por meio do uso do véu, a riqueza dos sabores e algumas considerações sobre esse local sagrado para cristão, judeus e muçulmanos.

Palavras-chave: Palestina, memórias, violências, alimentação, religião.

Abstract: This article is part of a travel experience with a group of Brazilians to Palestine in 2019. The tour guided by Palestinians and a Brazilian woman who lived there unveiled those little and poorly stories known by the West world especially, due to the news arriving in Brazil. The narrative follows the route of the journey. Memories, experiences, notes and subsequent readings of the author resulted in this text that makes an approach on the impacts of the arrival in Tel-Aviv, the violence of Israeli colonization in the Palestinian territories of Cisjordania, the questioning about the supposed submission of women through the use of the veil, the richness of flavors and some considerations about this sacred place for Christians, Jews and Muslims.

Keywords: Palestine, memories, violence, food, religion.

Resumen: Este artículo parte de una experiencia de viaje con un grupo de brasileiros a Palestina en 2019. El recorrido, guiado por palestinos y una brasilera que vivió allí reveló historias poco y mal conocidas por Occidente debido especialmente a las noticias que llegan al Brasil. La narrativa sigue la ruta del viaje. Memorias, vivencias, anotaciones y lecturas posteriores del autor dieron como resultado este texto que aborda los impactos de la llegada a Tel-Aviv, la violencia de la colonización de Israel en los territorios palestinos de Cisjordania, el cuestionamiento sobre la supuesta sumisión de las mujeres a través del uso del velo, la riqueza de sabores y algunas consideraciones sobre este lugar sagrado para cristianos, judíos y musulmanes.

Palabras clave: Palestina, memorias, violencias, alimentación, religión.

¹ Doutora em História. Professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá/MT/BR.

Durante nove dias de fevereiro de 2019, uma viagem marcou minha vida como um divisor de águas: antes e depois da Palestina. Antes de chegar na Cisjordânia, passamos por Israel, Aeroporto Ben Gurion, Tel-Aviv. O preparo para chegar lá começou bem antes a fim de conseguir fazer a travessia do Atlântico, passar por Paris e chegar à Palestina: *e-mails* sobre o assunto foram apagados, questionários com perguntas e respostas foram ensaiadas, um medo danado por não saber falar inglês, e o cuidado para não postar nada que pudesse levantar suspeita de ser uma anti-sionista. A ideia superficial era entrar nos territórios sagrados, como turista, mas o destino, de fato, escondemos – eu e minha amiga de viagem. No dia seguinte, saindo de Tel-Aviv, cruzamos a fronteira com um táxi de Israel até Jerusalém antiga e de lá pegamos um ônibus para Belém. O destino era o Campo de Refugiados de Aida, onde ficamos pelos oito dias seguintes e de lá partíamos todos os dias para as visitas guiadas pela cidade e outras da Cisjordânia. Os temas que exploro nos subitens desse artigo foram inspirados nessa experiência empírica na qual pude testemunhar, trocar ideias com pessoas palestinas e a guia brasileira que viveu lá. Escrevo, então, sobre as violências da colonização de Israel na Palestina, a quebra de meus próprios preconceitos com relação ao modo de vestir das mulheres e a alimentação tão rica apesar de todas as restrições consequentes do sionismo. Também pude saber um pouco mais sobre esse centro gravitacional religioso para muçulmanos, judeus e cristãos. Dialogo com alguns autores e fiz pesquisas posteriores na *internet* para enriquecer o texto.

Escrevo ora no plural porque éramos um grupo de quatro viajantes e uma guia e porque tudo que fiz foi planejado com minha companheira de viagem. Outros momentos escrevo no singular quando digo de particular sentimento sobre as coisas. Meu grupo era formado por uma colega que nem conseguiu entrar na Palestina, foi deportada ao chegar em Israel – parece que desconfiaram dela por ter vindo da Jordânia e antes ter feito trabalhos voluntários no Egito – países onde vivem muitos palestinos. Os demais colegas todos chegaram em Israel, saindo do Brasil, passando pela Europa: eu e Laís de Paris, Aline da Roma, e Marcelo de Amsterdam.

Colonização de Israel na Palestina

Ao entrar no campo de refugiados de Aida, onde nos hospedamos, passamos pelo portal de entrada representado por uma grande chave, um símbolo, pois, quando os palestinos foram expulsos de suas casas e terras (a partir de 1948 com a criação do Estado de Israel e a intensificação da opressão a partir de 1967), levaram a chave de casa e a esperança de um dia poder voltar.

Perto desse portal encontramos um grande painel do mártir Aboud Shadi. Pela Cisjordânia vários painéis de palestinos que morreram vitimados pelas ações violentas do exército de Israel estão espalhados em territórios palestinos, mas esse nos chamou especial atenção por se tratar de um menino. Ele foi morto em outubro de 2015. Justo quando estávamos a conhecer a história do jovem, passou por nós o pai dele. Um silêncio se fez e depois nosso guia Baha contou de quem se tratava e chamou atenção para o drama ainda maior de quem tem de reviver a tragédia da perda de um filho todos os dias e ressignificá-la. No painel, além da foto do menino, dizia em inglês e em árabe o seguinte: “Meu nome é Aboud Shadi, um refugiado palestino de 13 anos. Estava aqui mesmo, parado com os meus amigos, quando um *sniper* israelita me matou com um tiro. A minha alma vai ficar aqui, a perseguir o assassino e a motivar os meus colegas de turma. Questiono-me se a comunidade internacional trará justiça para as crianças palestinas”.

Cerca de um milhão e meio de palestinos vivem na Cisjordânia, território disputado por Israel e pela Palestina desde 1948. Desses, cerca de 70% dos palestinos vivem como refugiados em seu próprio território. Mais cerca de 7 milhões de palestinos vivem refugiados em outros países, árabes e não árabes.

Parte do que escrevo nesse subitem foi inspirado nas anotações das falas de nossos guias: Fayrouz, da organização *Grassroots Al-Quds*², e Baha, da *to be there*³.

A criação do Estado de Israel resultou de acordos de reparação aos judeus pós-guerra, em 1948. Antes, a Palestina era um território controlado pelo império britânico, desde 1917. Nessa data, a Carta de Balfour à Federação Sionista da Grã-Bretanha estabelecia o que almejavam como um “Lar Judeu” na Palestina, caso conseguissem derrotar definitivamente o império otomano. Com o fim da 1ª Guerra, conseguiram. A carta foi ratificada em 1926 e nos anos seguintes, com o apoio dos Estados Unidos.

Em 1929, os palestinos resistiram – foi a Revolta de *Al Buraq*, como os árabes chamam o muro das lamentações. Aconteceu ali, na cidade antiga de Jerusalém, onde os rabinos consideravam espaço sagrado para judeus, mas que também o era e é para palestinos, onde fica a mesquita de Al-Aqsa, que, depois de Meca e Medina, é o terceiro local mais sagrado para os muçulmanos.

Entre 1936 e 1939, houve a segunda revolta palestina quando muitos líderes foram exilados, presos e mortos. E a tensão foi até 1947 quando da criação da ONU (Organização das Nações Unidas)

² <https://grassrootsonline.org/> Acesso em 04 dez 2021.

³ <http://tobe-there.com/> Acesso em 04 dez 2021.

e do plano de partilha. Veio a *Nakba* – a catástrofe – nos anos de 1947 e 1948⁴. Foi uma resistência contra o “acordo”, uma guerra que expulsou mais de 700 mil palestinos de seus territórios. Uma das estratégias de guerra de Israel era escolher um vilarejo e massacrar quem morava lá com bombardeios, tiros e matança para forçar a expulsão dos palestinos. Então, esses milhares foram, inicialmente, para a Jordânia, Síria, Líbano ou Gaza. Foram 514 vilarejos destruídos. Na narrativa de Israel, era uma nação lutando contra três países. Para Illan Pappé⁵, historiador judeu revisionista⁶, era parte do projeto de limpeza étnica.

Em 1967, houve um acirramento do conflito. Aconteceu a “Guerra dos Seis Dias”, que resultou, entre tanta destruição, na ocupação da parte oriental da Palestina e de Jerusalém. As colônias judaicas se estabeleceram também em território palestino, a exemplo da Hebrom ocupada. Os palestinos que permaneceram em Jerusalém ganharam *status* de “residentes permanentes”. A carteira de permanência, no entanto, precisa ser renovada de tempos em tempos e as pessoas que a possuem precisam prestar juramento a Israel e dizer “Jerusalém é o centro da vida”. Entre as exigências estabelecidas para um “residente permanente” consta o compromisso de não estabelecer conexão com outras cidades – isso implica perder contato com parentes e não poder se casar com pessoas de fora.

Hebrom é um retrato catastrófico do poder colonial de Israel, pois, nesse território, os palestinos são obrigados a conviver com as colônias israelenses estabelecidas em meio a eles. Israel não autoriza que os palestinos residentes da área H2 (controlada pelo exército) tenham carro nem que andem pelas ruas interditadas, obrigando palestinos a darem grandes voltas por caminhos hostis, porque, como dividem passagens com judeus sionistas, estão sujeitos a humilhações, pedradas, quando não são mortos.

Em 1967, Israel implantou o plano “master” de expansão. Então, as colônias que foram se estabelecendo eram de vários tipos. As colônias independentes são espécie de condomínios fechados com toda estrutura e até encanamentos independentes levando água que nunca falta, enquanto nos campos de refugiados o abastecimento é controlado. Não é todo dia que chega água e, quando chega, precisam fazer reserva. Então, uma maneira de reconhecer e diferenciar o que é colônia e o que é um campo de refugiados é observar se no teto tem os reservatórios pretos.

⁴ Sobre esse tema, sugiro o livro de Soraya Misleh. *Al Nakba: um estudo sobre a catástrofe palestina*. São Paulo: Ed. Sundermann, 2017.

⁵ Illan Pappé. *A limpeza étnica da Palestina*. São Paulo: Ed. Saudermann, 2016.

⁶ Estou a considerar revisionista os historiadores que criticam a narrativa romântica e redentora do Estado de Israel, e têm, por meio de suas pesquisas e publicações, denunciado as atrocidades e o genocídio consequente do sionismo, ao arrepio das autoridades governamentais de suas nações de origem.

Existem os bairros-colônias fora da linha verde. E as colônias dentro dos territórios palestinos, como citei o exemplo de Hebrom. Há, ainda, as colônias com “vista sionista” de onde não se vê os palestinos, graças ao muro “da exclusão” e a localização privilegiada; também os transportes são exclusivos para judeus.

Pontos de controle e violência

No sétimo dia pela Palestina, foi dia de visitar a Esplanada das Mesquitas e a cidade antiga de Jerusalém. Roteiro turístico comum aos visitantes da região – religiosos cristãos, judeus e muçulmanos – sonho de todos esses mais praticantes. Todavia, só aos palestinos é imputado o caminho do martírio para se chegar lá, pois só podem ir a Jerusalém com autorização de Israel. Se moram em Jerusalém, precisam ter a carteira de “permanência” (que não é permanente, como já foi dito). Os que conseguem uma autorização temporária para trabalhar ou fazer consulta médica e exames precisam passar pelo *check-point*.

Os *check-points* estão em vários locais estratégicos, passamos por alguns de carro, que é mais tranquilo porque a revista é aleatória. Para turistas, normalmente mandam passar depois de fazer algumas perguntas objetivando a certificação de que somos mesmo turistas. Fazer fotos nesses lugares é arriscado porque as guaritas têm uma visão panorâmica e são cheias de guardas armados.

Bom lembrar a particularidade do serviço militar em Israel: é obrigatório a partir dos 18 anos para homens (por 3 anos) e mulheres (por 2 anos), e existe ainda o recrutamento de voluntários, feito a partir dos 15 anos de idade, dentre os quais a maioria vem dos Estados Unidos, dispostos a morrer e matar por Israel. Então, o que vemos são pessoas muito jovens com um fuzil nas mãos e com um poder imenso que a arma lhes confere. Dentre esse contingente bélico, um sexto das mulheres sofre assédio sexual e cerca da metade da população LGBT também – deve ser mais, porque a maioria não tem coragem de falar ou denunciar⁷.

Os palestinos também podem engrossar as fileiras do exército de Israel. Parece uma contradição, mas, para eles, é uma oportunidade de emprego e de ter algum poder. Todavia, como todos que trabalham para Israel, prestam juramento de lealdade. Um soldado palestino recrutado por Israel não pode nunca ajudar um cidadão palestino – o máximo que ele pode fazer é tentar não fazer nada. Ou seja, se ele conseguir não ferir, não prender ou não matar um compatriota, já estará a fazer algo pela

⁷ Ver <https://www.monitordooriente.com/20210216-acusacoes-de-assedio-sexual-no-exercito-de-israel-aumentam-em-24/> Acesso em 16 fev 2021.

Palestina. Claro que por isso pode ser julgado por omissão, preso, expulso da corporação e perder seus “privilégios”.

Para os palestinos, se colocar contra o Estado de Israel é uma luta, minimamente, desigual. Eles não podem portar armas, principalmente depois de assinado o armistício por meio do “Acordo de Oslo”, em 1993, entre as então autoridades máximas de Israel (Isaac Rabin, primeiro-ministro e o presidente Shimon Peres) e Palestina (Yasser Arafat). Em 1994, como consequência desse acordo, Rabin, Peres e Arafat receberam o Prêmio Nobel da Paz, mas as resistências judaicas, sobretudo ortodoxas, foram intensas e Rabin foi assassinado no ano seguinte. O plano de Oslo consistia em vários pontos que nunca foram cumpridos, só a primeira etapa se efetivou: a retirada israelense da Faixa de Gaza, onde o Hamas – único braço armado das forças palestinas –, pôde expandir seu poder, principalmente desde 2006 quando conseguiu maioria no parlamento fazendo oposição ao Fatah que é o partido do atual representante palestino, Mahmoud Abbas. Mas um representante de um Estado fragilizado, sem exército e sem armas, fica desacreditado pelos seus compatriotas, também pela sua postura figurativa e de alianças pouco confiáveis.

Quando visitamos Ramallah, considerada a Paris Palestina, e o Mausoléu de Arafat, percebemos a pouca importância que a população dá ao seu presidente. Um enorme e super cuidado Mausoléu e na frente uma faixa do governo destruída.

A caminho de Ramallah, ao sair de Jerusalém, fomos abordados no ônibus pela polícia de Israel, que entrou para conferir os documentos de todos. Ali ninguém foi preso nem retirado do ônibus. Um palestino que estava na nossa frente, acompanhado de um parente que morava fora (parecia que eles se reencontravam depois de décadas), conseguiu driblar a fiscalização com um argumento duvidoso, porque poucas vezes vimos complacência aos argumentos palestinos. O palestino abordado disse ter mais de 65 anos e que, por isso, não precisava da autorização, apresentava só a identidade.

A gente presenciou algumas violências de judeus contra palestinos, não só por parte da polícia e dos soldados. Os guias muitas vezes indicam aos turistas que não comprem nos comércios árabes, insuflando o ódio contra supostos “terroristas”.

Existe a violência da ocupação, mas também a que é feita em grande estilo em Jerusalém. Exemplos estão no tipo de arquitetura ocupada, como a casa que fora de um dentista palestino e que reserva ainda no muro a placa indicando seu nome e sua profissão. Ele morava e fazia seu exercício de odontologia, mas sua casa foi tomada pelos israelenses e ocupada. A ocupação obriga a maioria dos palestinos que resistem à vida nos campos de refugiados. Ou seja, são refugiados dentro do seu próprio território.

Tem a violência dos muros, também, que, para Israel, foi construído para criar “áreas de segurança” (para quem?), mas os palestinos chamam de muro da anexação ou da confiscação, porque é mais uma forma de restringir e limitar os palestinos.

Os soldados fazem revistas humilhantes aos palestinos para conferir se não carregam armas ou objetos considerados suspeitos.

Imagina um trabalhador, como vimos, passando pelo corredor do *check-point*⁸ palestino (de Belém para Jerusalém) carregando uma maleta de ferramentas para a construção civil, quão perigoso pode parecer. Foi difícil a travessia por esse corredor, de número 300. Levou mais ou menos uma hora. Mas os trabalhadores podem levar até três horas, pois muitos chegam lá às 4h da madrugada para conseguir chegar em tempo nos seus compromissos em Jerusalém. Ao lado desse corredor, tem outro para pessoas idosas, enfermas ou mulheres com crianças e pessoas com necessidades especiais, mas não raro essas pessoas vão até o fim do corredor gradeado e ficam gritando para que os soldados abram o portão. Mendigando misericórdia de quem parece ter prazer de ver o suplício de gente indefesa, que consideram inimiga. Voltam para passar em meio ao corredor “dos homens” que vão abrindo caminho para esses em piores condições.



Handala é uma representação do menino refugiado palestino criado pelo cartunista palestino Naji al-Ali, entre 1979-80. Esse desenho em grafite esteve presente em vários lugares por onde passamos. O menino palestino é representado de costas. E o artista dizia que quando a Palestina e o menino fossem livres, ele mostraria o rosto, mas isso nunca aconteceu. Em 1987, Naji foi assassinado.

Na Palestina, toda família tem alguém que foi ou está preso pelas autoridades israelenses. Israel aprisionou cerca de 40% da população palestina masculina. Uma coisa que está ao alcance de

⁸ Sobre esse *check-point*, podem também ver: <https://www.youtube.com/watch?v=V3b0NVBsPDQ> A equipe que produziu esse vídeo “Bethlehem checkpoint, 4am” contou com a participação da esposa da nossa guia, a fotojornalista Anne Paq. Ele tem versão de subtítulos em inglês e em francês.

todos nós, contra as atrocidades cometidas por Israel, é apoiar o BDS (Boicote, Desinvestimentos e Sanções). O BDS é um movimento que fomenta a retaliação cultural, acadêmica e econômica com fins de diminuir o poder de Israel, visa também ampliar o apoio internacional a pressionar Israel a respeitar o direito internacional⁹.

Existem judeus, não sionistas, que contestam as ocupações de Israel nos territórios palestinos. Lizzie Doron, no seu último livro publicado em 2017, “Sweet occupation”, é um exemplo. Outra referência é Nurit Peled-Elhanan¹⁰. Nurit Peled é filha de Mattityahu Peled, um general do exército de Israel que foi beneficiado pela ocupação. A família, ao entrar na casa onde os palestinos haviam recém sido expulsos, encontrou até o café quente servido. Esse fato marcou emocionalmente essa família e, posteriormente, teria corroborado para o suicídio da irmã de Peled. Nurit se tornou uma militante pacifista e professora de Literatura Comparada da Universidade Hebraica, além de uma das fundadoras da associação *Bereaved Families for Peace*.

A alimentação

Um quilo de carne para os palestinos custava na ocasião (fevereiro de 2019) cerca de R\$100,00 (cem reais), valor impraticável para eles. Devido às condições limitadas dos campos de refugiados, também não existe espaço para criação de animais, sobretudo de grande porte. Alguns frangos são criados em confinamento – o que só aumentava a aversão do meu grupo de viajantes sobre a procedência dessas carnes. Essas situações que envolvem violências contra animais e humanos me fizeram pensar sobre os processos de expansão do agronegócio no Brasil que resultaram no desmatamento das florestas e do cerrado, provocaram o desequilíbrio de ecossistemas como no Pantanal mato-grossense para criação de gado bovino e grandes monoculturas agrícolas, além de terem atingido diretamente populações indígenas. Enfim, me decidi não mais comer carne vermelha por todas essas implicações políticas envolvidas, sobretudo, considerando o poder destrutivo do agronegócio na região onde moro (centro-oeste).

Antes da Palestina, eu tinha certo preconceito com comida árabe. Dizia não gostar porque julgava ter sempre muita cebola. Gostava de quibe, desde que não fosse recheado de cebola, como uma vez me foi servido em um restaurante árabe de São Paulo. Mas, de fato, eu conhecia muito pouco dessa gastronomia, por isso tantos preconceitos. Quando estivemos em Nablus, ao experimentar o

⁹ Ver mais em: <https://bdsmovement.net/pt>. Acesso em 04 dez. 2021.

¹⁰ Nurit Peled-Elhanan. *Ideologia e Propaganda na Educação: a Palestina nos livros didáticos israelenses*. (São Paulo: Ed.UNIFESP; Boitempo, 2019).

que estava a ser apresentado como uma iguaria local, uma espécie de esfirra de espinafre e cebola, e recusar depois da primeira mordida por causa do sabor marcante da cebola, me denunciaram à anfitriã Fátima, ela me olhou e disse: “perdeu metade da vida”. Então, tenho feito um exercício de recuperar uma parte da vida perdida e me reconciliar com esse ingrediente.

Nossa guia de viagem à Palestina é vegana e faz do veganismo uma política de e pela vida mesmo. Eu a conheci em 2012, por meio do blog dela¹¹ recomendado por minha parceira de viagem, Laís. O blog nos fez viajar pela Palestina sem ainda a conhecer. Comer ou falar de comida alimenta o corpo e a alma de sentidos. E os sentidos são políticos. O motivo pelo qual os palestinos refugiados não comem carne não é tanto por ativismo vegano, é por não ter condições de levar à mesa um alimento que é deveras dispendioso para eles. Afinal, a vida nos campos de refugiados em áreas limitadas e controladas pelo Estado de Israel impede os palestinos de expandir negócios e cultivo agrícola, ainda que para consumo próprio.

Sobre a arte das padarias, é importante destacar o *manakish za'tar* uma massinha de trigo assada com azeite e *za'tar*. Comemos um delicioso preparado pelo padeiro de Nablus – inesquecível. Na entrada da padaria de Nablus, nossa guia Fátima explicou o que significava os dizeres em árabe na porta: "Não tem produto de Israel". Ela falava com o orgulho da resistência. Nos sentimos orgulhosos também. Das lembranças gostosas de Nablus, ficou o grande bolo de rua, o *knafel* que nos fez comer alimento de origem animal pela primeira e única vez durante nossa estada na Palestina, pois é recheado com queijo de cabra. Simples bolo de semolina, regado com calda doce, assado e acompanhado desse queijo salgado produzido pelos palestinos beduínos.

Uma das coisas que não faltava diariamente à nossa mesa palestina era o *hummus*. E a gente repetia com nossa guia: *hummus* é vida. Essa pastinha é 90% grão de bico e o restante é toque de tahine (pasta de gergelim), limão, alho e sal. Normalmente o *hummus* se come com o pão árabe (para nós o que mais se aproxima é o que chamamos de sírio). Na casa de Dragica, outra anfitriã nossa, o *hummus* veio acompanhado de graça na apresentação. Ela ficou o dia inteiro preparando comidas maravilhosas, boa parte dos ingredientes foram colhidos nas hortas cultivadas por ela no pequeno quintal e no terraço da casa – um ato de resistência em território controlado. Tinham pimentões defumados e adocicados, favas, azeitonas, couve-flor empanada (*mchat*), pastinha de berinjela com tahine e muita salsinha – enfim, só carinho e delícias!

O aroma das especiarias ficou como das lembranças mais marcantes da viagem. Tawfic, na sua loja de especiarias, em Belém, nos trouxe azeite feito por ele, vinagre de romã, *za'tar*, e outros

¹¹ <http://www.papacapim.org/> Acesso em 4 dez. 2021.

tantos temperos combinados. Ele contou o segredo do que ouvíamos em todas as lojas que adentrávamos e nos ofereciam café dizendo que ali se fazia o melhor café do mundo. Já estava a pensar que estavam tirando sarro da nossa cara. Até que ele pediu que o ajudante da loja trouxesse da dispensa o saco do café. Ao erguê-lo, estava escrito “Made in Minas Gerais”. Até hoje me emociono com esse episódio. Na verdade, eles queriam dizer todo tempo que o melhor café do mundo é o brasileiro.

De volta ao Brasil, tenho reproduzido muito do que aprendi sobre a saudável cozinha árabe. Nos encontros, acabo por contagiar as pessoas com meus preparos de *hummus*, *mutabal* e sobretudo o *tabule*, que quero fazer todas as pessoas experimentar, sempre reforçando que é palestino, não libanês como se conhece no Brasil. Para ajudar a difundir a culinária palestina, trouxe de lá um livro de receitas que Sandra organizou com Islam¹². A aquisição do livro era também uma forma de reverter recursos para a associação *Noor*¹³ (luz, em árabe), fundada por Islam junto com outras mulheres que têm filhos com deficiências. Um dos pratos que reproduzi algumas vezes é a *maqluba*. O prato é semelhante a um cozido de legumes, arroz e várias especiarias que o deixam saborosíssimo. Nos hábitos deles, serve-se o prato no centro da mesa e todos vão comendo às colheradas direto do prato principal. Outro prato principal que preparamos foi a *mujaddara*. Uma espécie de risoto com lentilha, macarrão fino frito e cebola caramelizada por cima.

Ainda tento me reconciliar com a cebola, mas também aprendi que nem toda comida árabe é acebolada, como pensava antes. Passei a amar a comida árabe-palestina.

O uso do véu

Às vésperas de ir embora da Palestina comprei um véu no mercado de Jerusalém por vinte shekels. Pedi que Islam me ensinasse a usá-lo e ela me deu várias demonstrações de formas e usos, exemplificando em minha cabeça. São várias as maneiras como se pode prender na cabeça, em geral com auxílio de alguns alfinetes, e acrescentar graça ao acessório.

Perguntei a ela se era ofensivo a eles a minha iniciativa de querer aprender como usar o véu, já que eu não sou muçulmana e não estava a fazer nenhuma conversão religiosa. Ela e o marido Ahmad, que presenciava a cena, responderam em uníssono que não, sentiam-se lisonjeados pela minha iniciativa de querer conhecer mais a cultura deles.

¹² O título do livro é “Zaaki”, significa “gostoso” em Árabe. O título completo do livro em Português é: *Zaaki – Receitas palestinas saborosas direto da nossa cozinha no campo de refugiados de Aida*. Em inglês: *Zaaki: tasty palestine recipes from our kitchen in Aida Refugee Camp*. Bethlehem, Palestine. 2015.

¹³ <https://www.youtube.com/watch?v=Q8aKZSTHUhC> . Acesso em 30/09/2021.

Grosso modo, o véu deve cobrir a cabeça e todo o cabelo. Algumas usam uma toquinha por baixo para não aparecer nada (como seria recomendado nesse véu que adquiri por causa da transparência), ou uma tiara que cobre parte da testa. Em geral, as mulheres ficam sem o véu em casa e só a família (filhos e marido) veem os cabelos das mulheres adultas e casadas. Existe um certo charme e ar de mistério em tudo isso. E, claro, pelo tipo de véu que se usa ou como se usa é possível distinguir a casada da solteira ou a condição social. Então, o véu é, também, um sinal de distinção social e de pertencimento.

Muitas moças usam roupas ocidentalizadas, calças (em geral, não coladas), por exemplo, mas não deixam de usar o véu. O vídeo citado na nota 13 mostra várias mulheres (Islam também aparece) e é possível visualizar diversos usos do véu.

Islam, nossa principal anfitriã porque ficamos hospedados na casa dela, tem um filho que nasceu com paralisia cerebral. Ele já é adulto, mas ela encabeçou e criou a associação *Noor*, inicialmente na própria casa, junto com outras mulheres, para se ajudarem mutuamente no tratamento e reabilitação de crianças com deficiências. Se a vida no campo de refugiados é difícil, mais ainda para pessoas com deficiências e para as famílias delas, pois as condições de mobilidade ficam bastante comprometidas. No referido vídeo, Islam diz que respeita os homens, mas quem se ocupa das crianças 24h são as mães. Verdade para a realidade que conhecemos e não muito diferente em outras culturas, mesmo as que se dizem modernas. Islam se casou muito nova, aos dezesseis anos, teve seis filhos, perdeu um irmão, um cunhado e uma cunhada por causa da ocupação e o marido ficou preso, na cadeia israelense, durante vários anos. Hoje ele está em casa, mas, por causa da tortura sofrida na prisão, carrega sequelas físicas que o impedem de exercer sua profissão de eletricitista. Islam teve de reconstruir com o marido a sua casa, que foi atacada e bombardeada pelos soldados de Israel quando os filhos eram pequenos e os dois últimos nem nascidos. Ela resistiu, gritou e implorou para poder salvar seu filho deficiente dos escombros, até que um soldado se apiedou e o trouxe para ela. Islam é uma mulher muito forte. Emociona-me falar dela.

Entre as mulheres da “Casa da Dignidade” (*Beit Al-Karama*), em Nablus, Aya e Fátima foram as que nos acompanharam em visita à cidade. Elas nos deram exemplos de que não há uma regra para as mulheres muçulmanas, não há obrigatoriedade de usar o véu. As que optam por não usar, como Aya e Fayrouz (de Jerusalém), têm de passar pelo incômodo de dar mais explicações do porquê não o usam.

Zleikha, nossa guia de Hebrom, também usa o véu. Divorciada, ela vive com a mãe e, na casa delas, funciona uma escolinha infantil o que as tornam pessoas muito respeitadas e reconhecidas na comunidade também.

Dragica, a bordadeira bósnia que se casou com um palestino, converteu-se ao islamismo. Ela e o então marido se conheceram estudantes na Bósnia, nos anos 90. Na época, as coisas estavam ruins por lá e ela decidiu ir com ele para a Palestina. Logo as coisas pioraram na Palestina e ela ficou 14 anos sem documento palestino – o que a impediu de poder visitar seus pais na Bósnia todo esse tempo (ela é filha única). Dragica criou uma associação de bordadeiras e tudo que vendem reverte para as mulheres da associação. Ela é muito sagaz, aprendeu inglês estudando em casa e vendo programas de TV, além de excelente cozinheira, como mencionei.

Todas as mulheres eram protagonistas. Com véu ou sem, não vi submissão e apagamento nelas. Ao contrário, brilho e força incríveis. Senti-me profundamente tocada por todas, por suas situações específicas de dificuldades e de perdas. Senti-me fortalecida na força delas, na dignidade comovente que elas imprimem nos seus trabalhos e ações.

O véu é uma expressão cultural e religiosa que pode dizer de uma suposta submissão inscrita no Corão imposta só às mulheres, mas é sempre possível dizer não. O véu pode ser uma forma de apagamento também. Uma mulher que usa o véu está, talvez, mais protegida de abusos. Observamos que os homens não tocam nas mulheres se não houver uma relação de permissividade e intimidade previamente estabelecida. O véu pode ainda ser libertador quando imposto pelos pais como uma condição para a filha ir para outra cidade estudar, por exemplo.

São muitas as facetas do uso do véu. Não cabe a nós julgar para não cairmos no erro do orientalismo tão denunciado por Edward Said¹⁴, quando fala que costumamos olhar para o oriente com as lentes ocidentais. O que vi foram muitas mulheres diferentes. O véu as une culturalmente, é uma marca de pertencimento. Com ou sem o véu, o mais importante foram os ensinamentos de força e sororidade.

O cristianismo em meio a cultura judaica e muçulmana

Devo dizer que Jesus nos safou das desculpas para poder entrar na Palestina e driblar a segurança policial de Israel. Afinal, o pretexto era visitar a cidade sagrada. Fui buscar meu apoio no meu catolicismo apreendido (não sou católica praticante, mas foi nessa religião que me criei e segui muitos

¹⁴ Edward Said. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. (São Paulo: Companhia das Letras, 2007).

de seus sacramentos e doutrinas – coisas que marcam um modo de ser e agir sobre as coisas). Íamos conhecer onde Jesus nasceu, o lugar por onde ele pregou, passou, viveu e morreu. Ele viveu ali, com os fariseus, samaritanos – todos semitas – árabes e hebreus, de religiões monoteístas, cuja árvore era a mesma, dos patriarcas Abraão, Isaac e Jacó.

Em Hebrom, está o túmulo dos patriarcas, a Mesquita de Ibrahim (nome muçulmano de Abraão) local sagrado para judeus e muçulmanos. A mesquita está dividida em duas partes – uma para os muçulmanos e outra para os judeus (sinagoga) –, desde o massacre de vinte e nove palestinos ali dentro, na hora do salá¹⁵ por um colono judeu de origem estadunidense, em 25 de fevereiro de 1994. Desde então, os judeus podem visitar o túmulo dos patriarcas somente dez dias por ano. O púlpito foi construído em 1091 para uma mesquita em Ascalon e doado por Saladino em 1191, sobrevivendo aos ataques dos cruzados. Só três desses púlpitos árabes existem ainda no mundo – Zleikha mostrou o monumento ricamente ornado. As mesquitas têm sido alvo de ataques extremistas. Em 15 de março de 2019, na Nova Zelândia, um fascista australiano assassinou cinquenta pessoas na Mesquita de Noor, a grande maioria eram homens.

Os muçulmanos adultos praticantes devem rezar em público cinco vezes por dia, em direção à Meca. Não é necessário que todas as orações sejam na mesquita. Entretanto, durante o Ramadã, sim, as mesquitas são muito frequentadas. A data do Ramadã varia a cada ano, conforme o calendário árabe. Em 2019, foi entre 6 de maio e 4 de junho. Durante o mês sagrado do Islã, os muçulmanos praticam jejum durante o dia até o pôr-do-sol.

Nas mesquitas, homens e mulheres ocupam lugares e posições diferentes. Em geral, elas ficam atrás dos homens ou mesmo não vão, podem orar em casa. Algumas correntes do Islã são menos ou mais rigorosas quanto a presença de mulheres nas mesquitas. Não podem nunca entrar sem cobrir a cabeça.

Pelas ruas da Jerusalém antiga, também passou Jesus pelo seu caminho até a crucificação. Entre os comércios, passamos pelas vias sacras, porque é onde Jesus cumpriu seu suplício.

Ainda na Jerusalém antiga, visitamos o Santo Sepulcro. O sepulcro mesmo é vazio, mas não importa, as pessoas fazem filas para confirmar que Jesus não está mais lá, ou está. O templo do Santo Sepulcro também é dividido entre católicos e a ostentação dos ortodoxos.

¹⁵ O Salá é o momento das orações. Fazem chamadas pelos alto-falantes avisando a hora da reza nas mesquitas. São cinco vezes de oração que os muçulmanos devem realizar diariamente.

Antes do suplício, Jesus esteve a se preparar pelo deserto de pedras de Jericó. E, no “monte das tentações”, se ergueu um mosteiro encravado nas rochas, onde hoje se pode subir de bondinho e comer em refinado restaurante.

Contudo, Jesus nasceu pobre e onde? Na Palestina, terra de São Jorge também, de gente guerreira. Dizem que em uma manjedoura, onde hoje tem uma basílica e, dentro da igreja, um marco do santo nascimento. Belém, então, fica na Palestina, embora Israel coloque seus poderes militares por lá. A Palestina é árabe e deve ser livre.

Considerações

Sabíamos muito pouco antes de viajar à Palestina. Não dimensionávamos o que é viver numa prisão a céu aberto como é um campo de refugiados, onde as pessoas que ali vivem, advindas de seus vilarejos originários, precisam passar por privação de necessidades básicas como liberdade de locomoção e até de abastecimento de água. Sem falar nas restrições alimentares impostas por Israel aos palestinos devido a limitação das áreas chamadas de campos, mas sem terreno próprio para plantação ou criação de animais. Até as centenárias oliveiras são confiscadas, quando não derrubadas ou queimadas, para mostrar quem manda nos territórios ocupados.

Sobre resistência foi a lição que mais aprendemos junto aos palestinos. Cada casa que visitamos, ruas que passamos, portões e grades que também atravessamos vimos os rostos de dignidade desse povo árabe. Talvez esse seja o terror que provocam: a existência digna.

Não é justo que os palestinos sejam expiados pelos crimes cometidos pelos nazistas contra os judeus. Como disse Edward Said: “os palestinos não devem mais ser submetidos a essas provocações, é um ato de cumplicidade e covardia moral de dimensão singular”. E acentua: “Nenhum outro movimento na história teve um oponente tão difícil: um povo reconhecido como vítima clássica da história”¹⁶.

Referências:

Misleh, Soraya. *Al Nakba: um estudo sobre a catástrofe palestina*. São Paulo: Ed. Sundermann, 2017.

¹⁶ Edward Said. *A questão palestina*. São Paulo: EdUNESP, 2012. p. XXXIV.

Pappé, Ilan. *A limpeza étnica da Palestina*. São Paulo: Ed. Sundermann, 2016.

Peled-Elhanan, Nurit. *Ideologia e Propaganda na Educação: a Palestina nos livros didáticos israelenses*. São Paulo: Ed.UNIFESP; Boitempo, 2019.

Said, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Said, E.W. *A questão palestina*. São Paulo: EdUNESP, 2012.

Livre *Free* *Libre*

Camila Rosa¹

Resumo: Em maio de 2021, mais uma ofensiva israelense contra o povo palestino causou destruição e mortes, impactando ainda mais a vida no território ocupado. Os bombardeios em Gaza, onde as condições de vida já são extremamente limitadas devido ao controle total das forças militares, as quais restringem o acesso às necessidades básicas como alimentação e água, precarizou ainda mais a vida dos/das palestinos/nas na região. Sensível à solidariedade internacional em favor do povo palestino, “Livre” ilustra as mulheres palestinas que também protagonizam a luta por justiça e pela Palestina livre, a fim de demonstrar um posicionamento político expresso pela arte e um convite para que pessoas ao redor do mundo conheçam o que acontece entre Israel e Palestina.

Palavras-chave: ilustração; Gaza; Palestina; mulheres.

Abstract: In May 2021, another Israeli offensive against the Palestinian people caused destruction and death, further impacting life in the occupied territory. The bombings in Gaza, where living conditions are already extremely limited due to the total control of the military forces, which restrict access to basic needs such as food and water, made life even more precarious for Palestinians in the region. Sensitive to international solidarity in favor of the Palestinian people, “Free” illustrates Palestinian women who are also protagonists in the struggle for justice and a free Palestine to demonstrate a political position expressed by art. It is also an invitation for people around the world to know what happens between Israel and Palestine.

Keywords: illustration; Gaza; Palestine; women.

Resumen: En mayo de 2021, otra ofensiva israelí contra el pueblo palestino causó destrucción y muerte, lo que afectó aún más la vida en el territorio ocupado. Los bombardeos en Gaza, donde las condiciones de vida son ya extremadamente limitadas debido al control total de las fuerzas militares, que restringen el acceso a productos de primera necesidad como alimentos y agua, precarizan aún más la vida de los palestinos en la región. Sensible a la solidaridad internacional a favor del pueblo palestino, “Livre” ilustra a las mujeres palestinas que también son protagonistas en la lucha por la justicia y por una Palestina libre, con el fin de demostrar una posición política expresada a través del arte y una invitación a los pueblos de todo el mundo. saber lo que está pasando entre Israel y Palestina.

Palabras clave: ilustración; Gaza; Palestina; mujer.

¹ Camila Rosa é ilustradora e artista visual brasileira nascida em Joinville/SC, hoje morando em São Paulo. Começou sua trajetória como artista em 2010 através de um coletivo feminino de street art, e desde então tem trabalhado para clientes ao redor do mundo nas áreas de publicidade, editorial, moda, design gráfico e outros. Seu trabalho apresenta majoritariamente mulheres à partir de uma perspectiva alternativa e busca abordar temas políticos como forma de transformação social. Recentemente, como desdobramento do seu trabalho, também tem pintado murais para projetos comerciais e pessoais. Já fez trabalhos para Apple, Spotify, Adidas, Nike, The Wall Street Journal, The New York Times, Vans entre outros. Saiba mais sobre o seu trabalho em camilarosa.net e [instagram.com/camixvx](https://www.instagram.com/camixvx).



Viver no território ocupado: entrevista com Baha Hilo e Sandra Guimarães

Living under occupied territory: Interview with Baha Hilo and Sandra Guimarães

Viviendo en el territorio ocupado: entrevista con Baha Hilo y Sandra Guimarães

Daniela Rosendo¹
Fabio A. G. Oliveira²

Resumo: Nesta entrevista realizada por Daniela Rosendo e Fabio A. G. Oliveira, no dia 4 de junho de 2021, os/as entrevistados/as Baha Hilo, sociólogo palestino, e Sandra Guimarães, brasileira militante de direitos humanos e animais que viveu e atuou na Palestina, explicam a opressão do povo palestino perpetrada pelo Estado de Israel. Para tanto, relatam como funcionam os sistemas de segregação racial aplicados em diferentes regiões do território, as similaridades entre mecanismos de opressão tanto na Palestina quanto no Brasil, a importância da solidariedade política entre os povos do Brasil e da Palestina e o papel do boicote, além da denúncia às apropriações de Israel das causas LGBTQIA+ e animalistas.

Palavras-chave: colonialismo; ocupação militar israelense; Palestina; opressão; BDS.

Abstract: In this interview conducted by Daniela Rosendo and Fabio A. G. Oliveira, on June 4th, 2021, the interviewees Baha Hilo, a Palestinian sociologist, and Sandra Guimarães, a Brazilian human and animal rights activist who lived and worked in Palestine, explain the oppression of the Palestinian people perpetrated by the State of Israel. To this end, they report how the systems of racial segregation applied in different regions of the territory, the similarities between mechanisms of oppression in both Palestine and Brazil, the importance of political solidarity between the peoples of Brazil and Palestine, and the role of boycott, in addition to denouncing Israel's appropriations of LGBTQIA+ and animalist causes.

Key-Words: colonialism; israeli military occupation; Palestine; oppression; BDS.

Resumen: En esta entrevista realizada por Daniela Rosendo y Fabio AG Oliveira el 4 de junio de 2021, los entrevistados Baha Hilo, sociólogo palestino, y Sandra Guimarães, activista brasileña de derechos humanos y animales que vivió y trabajó en Palestina, explican la opresión del pueblo palestino, perpetrado por el Estado de Israel. Para eso, relatan cómo funcionan los sistemas de segregación racial aplicados en distintas regiones del territorio, las similitudes entre los mecanismos de opresión tanto en Palestina como en Brasil, la importancia de la solidaridad política entre los pueblos de Brasil

¹ Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGFil UFSC). Membro pesquisadora do Laboratório de Ética Ambiental e Animal (LEA) da UFF e co-coordenadora do projeto Making Connections.

² Professor de Filosofia da Educação da Universidade Federal Fluminense. Membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS-UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN-UFF). Coordenador do Laboratório de Ética Ambiental e Animal (LEA) e co-coordenador do projeto Making Connections.

y Palestina y el papel de el boicot, además de denunciar la apropiación por parte de Israel de las causas LGBTQIA+ y animalistas.

Palabras claves: colonialismo; ocupación militar israelí; Palestina; opresión; BDS.

Maio de 2021 foi mais um mês marcado pelos ataques de Israel ao povo palestino, em especial residentes em Gaza, após manifestações contra despejos arbitrários no bairro de Sheik Jarrah, em Jerusalém. Diante da repercussão mundial dos fatos, porém marcada pelas narrativas hegemônicas, convidamos o palestino Baha Hilo e a brasileira Sandra Guimarães para nos concederem uma entrevista e fazerem chegar outras vozes e narrativas contra-hegemônicas. Essa iniciativa desencadeou uma série de outras possibilidades de atuação, quando decidimos, então, reunir essas atividades em torno de um projeto vinculado ao Laboratório de Ética Animal e Ambiental (LEA) da UFF, no qual somos ambos/as pesquisadores/as. Assim surgiu o *Making Connections*, projeto coordenado por nós cujo objetivo é colaborar com a disseminação das vozes palestinas, bem como inserir chaves-conceituais que promovam uma percepção mais apurada e crítica sobre as condições nas quais o Povo Palestino tem sido submetido nas últimas décadas. Para tanto, entendemos que a questão Palestina é caso paradigmático no atual cenário global, tendo em vista a correlação entre as opressões identificada por uma perspectiva de justiça social ecofeminista animalista. Nesse âmbito, surgiu a organização do presente dossiê temático da *Diversitates*, do qual a entrevista agora faz parte. A gravação do encontro online ocorreu no dia 4 de junho, em inglês, via Google Meet. A íntegra da entrevista no idioma original, com legendas em português, será publicada no canal do YouTube do LEA³; aqui se encontra a versão traduzida para o português e brevemente adaptada para uma leitura mais fluida.

³ Acessar: <https://www.youtube.com/c/lea-uff/>

[Daniela Rosendo - DR] Olá a todes, muito obrigada por estarem aqui. Meu nome é Daniela Rosendo, sou brasileira, filósofa e educadora – na verdade, uma educadora em direitos humanos e, também, sou ecofeminista. Estou muito feliz em estar aqui com meus amigos Baha, Sandra e Fabio, e iremos conduzir esta entrevista hoje. Iremos ouvir Baha e Sandra sobre a situação na Palestina, o que significa ser um/a palestino/a em território ocupado, e queremos, com essa entrevista, ouvir as pessoas de lá e que moraram lá. Dessa forma, podemos nos conectar com esta outra narrativa e ouvir o que vem acontecendo na Palestina há décadas. Então, agradeço novamente a todes que estão aqui. Estou muito feliz em encontrá-los. Peço que se apresentem, por favor. Sandra, poderia começar?

[Sandra Guimarães - SG] Então, eu primeiro. Obrigada pelo convite. Estou muito feliz em estar reunida aqui com meus amigos queridos do Brasil e da Palestina. Fazia tempo que não os via, é muito bom estar aqui com vocês. Sou Sandra Guimarães. Sou brasileira, mas tenho morado fora do Brasil por metade da minha vida agora. E tive a sorte de viver na Palestina por muitos anos. Me mudei para lá em 2008. Fui para lá pela primeira vez em 2007 e decidi me mudar para lá em 2008, onde vivi até 2013. Mas então, depois de ir embora, eu retornava todos os anos por três meses. E trabalhei lá no campo de refugiados de Aida, em Belém, no projeto de base de empoderamento de mulheres. E, depois que fui embora, iniciei grupos guiados de brasileiros/as na Palestina. Então, todo ano, eu voltava e era guia de um ou dois grupos em um tour político de solidariedade. E Baha era uma grande parte desse projeto. Ele me ajudou a organizá-lo e também foi guia em muitos lugares. Então isso, bem, o que mais posso dizer? Acho que já disse isso. Ah,

certo. Sim. Então, eu sou uma militante de direitos humanos e animais. Estive ativa na última década fazendo atividades para alcançar, eu espero, liberação humana e animal. Então, Baha...

[Baha Hilo - BH] Obrigado, Sandra, obrigado, Daniela e prazer em conhecê-lo, Fabio. Meu nome é Baha; eu diria que uma das pessoas mais incríveis que conheci durante meu ativismo na Palestina definitivamente foi Sandra, que também é uma chef vegana, tipo, sim, foi mesmo como um dos presentes que o universo me deu. Certamente o agora é Sandra. Meu nome é Baha, nasci na cidade de Belém, em 1980. Tenho 41 anos de idade e, toda a minha vida, vivi sob opressão israelense. O objetivo de hoje é tentar explicar certos elementos, [como é] viver sob aquela administração brutal, e ajudar as pessoas a entender o que está acontecendo. Sim, Sandra mencionou que eu fui guia para muitas pessoas; trabalho como educador principalmente para estrangeiros/as que vêm visitar a Palestina, e os/as ajudo a entender a realidade que nos é imposta de um jeito que é fácil de entender. Claro, a presença na Palestina é essencial. Como a iniciativa na qual eu trabalho –chamasse “To Be There” – o que significa estar na Palestina, porque somente estando na Palestina você será capaz de entender a realidade, quando você a vê, a vive, a cheira, a prova, e você tem a oportunidade de nos conhecer do jeito que somos, em vez de, vamos dizer, sermos apresentados para o mundo através dos olhos de nosso opressor. Então, vamos torcer para que esta entrevista nos ajude, mesmo sendo impossível trazer a Palestina digitalmente, mas faremos o nosso melhor.

[Fabio A G Oliveria - FAGO] Olá, meu nome é Fabio Oliveira. É uma honra estar aqui com vocês hoje. Eu sou professor da Filosofia da Educação na Universidade Federal Fluminense e

eu venho trabalhando com direitos humanos e direitos dos animais há mais de uma década. Tudo o que aprendi sobre a Palestina foram Sandra, Daniela e agora Baha que me ensinaram. Então é uma honra estar aqui com vocês e aprender mais e mais sobre aquilo que vocês estarão respondendo e explicando. Então, muito obrigado.

[DR] Muito obrigada. Eu tive o privilégio de visitar a Palestina com Sandra e Baha em 2015. Então tenho muitas saudades. Vamos fazer as perguntas agora. Fabio, poderia começar?

[FAGO] Sim, Daniela. Obrigado. A primeira pergunta que eu gostaria de fazer ao Baha é: o que significa viver sob território ocupado?

[BH] Bem, a resposta curta é que lhe negam suas liberdades básicas de expressão, de movimento, e tudo sobre todos os aspectos da sua vida é controlado pelo seu opressor. Isso significa todo aspecto, quero dizer, de uma coisa tão simples como beber água a algo que seria mais complicado, como viajar, onde você pode viver, onde você não pode viver, por onde você pode e não pode se movimentar, quanta comida, em alguns pontos, você pode comer porque, em certas partes da Palestina, nosso opressor conta as calorias da comida, quando eles permitem comida em certas partes da Palestina. Então é como viver sob o poder de um opressor que não te dá chances desde o dia em que você nasce até o dia em que você morre, simples assim. Eu tenho 41 anos de idade, e eu nunca tive um dia de liberdade na minha vida. Eu moro 15 minutos ao sul das terras santas de Jerusalém. E simplesmente porque eu nasci em uma família palestina na área ocupada de Belém, me é negado acesso ou liberdade de acesso àquele lugar. Tudo em sua vida requer permis-

são dos israelenses, o que significa que você não tem direito a nenhum tipo de liberdade, mesmo quando eles dizem que vão te dar autorização. Essas autorizações significam que você deve se encaixar em critérios para poder se qualificar para isso. Então, o que significa viver sob ocupação militar ou sob os governos de Israel e Palestina? Significa que você é vigiado todo o tempo, desde o dia em que você nasce [quando] eles começam um arquivo para você na sua certidão de nascimento. E é assim que você será tratado desde o dia em que você nasce até o dia em que você é enterrado.

[DR] Obrigada, Baha. É muito difícil ouvir isso. E, é claro, muito mais difícil viver isso. Como turista lá, eu diria que é muito estranho e difícil ter essa liberdade de ir em território ocupado e sair e ver que você pode fazê-lo. Mas como visitante, como uma estrangeira, como turista, e sendo uma visitante política, nós entendemos o que significa estar lá porque estamos sob estas circunstâncias com vocês. E, por exemplo, durante a estadia no campo de Aida, ficamos sem água por alguns dias. Então podemos sentir o que significa, embora não nos sejam negados esses direitos. Eu gostaria de ir um pouco mais a fundo nessa questão para entender por que é um território ocupado. A mídia convencional geralmente afirma que isso [que] está acontecendo na Palestina hoje é um conflito antigo a respeito de religiões, terrorismo e perseguição unilateral contra judeus. Então eu gostaria que você nos contasse, por que isso não é correto [de ser afirmado]?

[BH] Por que não é correto? Simplesmente porque, se você entende a realidade do jeito que ela é, você fica furioso com o fato de que o governo brasileiro tem relações diplomáticas, ou econômicas, ou militares com um regime tão perverso. Você tem que ficar confuso a respeito disso, e isso é feito pela mídia convencional, por

amigos, apoiadores, beneficiários ou defensores do estado de Israel. Então a confusão, por que há confusão sobre a realidade? Isto é algo que podemos perguntar a respeito de qualquer situação de opressão. Como, por exemplo, se olharmos para um lugar como a África do Sul durante o apartheid, nos anos 1970, o que ouviríamos? Ouviríamos que os europeus bonzinhos vieram para desenvolver a África do Sul, sabe, eles são pessoas bondosas, são legais. Eles querem trazer civilização para o sul da África. Então, você ouve uma narrativa muito positiva, do ponto de vista de quem está em cima. Mas quando as pessoas tiveram a oportunidade de ver e aprender sobre a realidade, do ponto de vista do oprimido, todo mundo enlouqueceu. E começaram a pedir pelo fim do regime, não pelo assassinato de pessoas brancas, mesmo que elas fossem superiores naquele contexto. Mas havia uma demanda para terminar uma situação em que alguns são superiores e outros inferiores, baseado em nascimento. Queria dizer uma coisa sobre a sua visita; [...] quando você veio para visitar a Palestina, você tinha um visto para Israel, certo? O que significa que você tinha exatamente os mesmos direitos que qualquer indivíduo judeu israelense. Quando eu fui ao Brasil com um visto, eu tinha menos direitos que os brasileiros. Eu lembro de quando estávamos no Rio, eu estava dizendo que eu gostaria de visitar a Favela da Maré, e eu ouvi pessoas que apoiavam – “sim, esta é uma parte de nossa vida que você tem que testemunhar” – e outras pessoas que diziam para não irmos. Mas o movimento deles em direção à Favela da Maré foi baseado na escolha deles, não em uma lei que te impede de ir lá. Agora, aqui, o que temos é uma situação em que tudo o que o Estado de Israel impõe é um reflexo da lei que o Estado de Israel faz. Vou dar um exemplo. A confusão a respeito de Israel-Palestina mostra que Israel tem uma geografia e a Palestina tem outra geografia. Certo? Mas Israel e Palestina são dois termos diferentes que usamos para exatamente a mesma geografia [...]. Então, Israel e Palestina, para

muitas pessoas, são vistos ou presumidos como duas geografias separadas quando, na verdade, [...] são dois nomes separados para exatamente a mesma geografia. Você mostra o mapa da Palestina para o embaixador de Israel em Brasília, ele vai dizer “ah, este é um mapa de Israel”. Você mostra o mapa de Israel para um palestino, ele dirá “ah, este é um mapa da Palestina”. Então, a partir desse ponto, se as pessoas presumirem que Israel e Palestina são duas geografias separadas, elas ficarão confusas a respeito de tudo o que vem a seguir. Certo? A geografia da Palestina é completamente controlada pelo governo israelense. Se você é um judeu israelense você vivencia o território ou a região do mesmo jeito que um brasileiro vivencia o Brasil. Mas se você fosse um palestino, nascido em uma família palestina, vivendo sob o regime do Estado de Israel, você teria uma experiência radicalmente diferente. Exatamente assim como se você fosse uma pessoa branca na África do Sul, você vivenciaria a geografia de uma forma radicalmente diferente de um sul-africano negro. Por quê? Porque um é, pela lei, superior, e o outro, inferior. Digamos, temos palestinos vivendo na cidade de Nazaré. Eles são sobreviventes de uma limpeza étnica na Palestina, executada pelos fundadores do Estado de Israel em 1947, 48 e 49. O resultado da limpeza étnica foi o assassinato de quase 15 mil palestinos. E essa é a fundação do Estado de Israel, assassinando 15 mil palestinos, expulsando quase 750 mil de suas casas e propriedades, das cidades e vilas por toda Palestina. Estamos falando de quase 530 lugares. Poucos palestinos sobreviveram, estamos falando de 15% de toda a população palestina na época que sobreviveu, e os fundadores forçaram esses palestinos a viver sob um regime militar israelense. Veio 1966, e os israelenses aboliram o regime militar e o substituíram por um regime civil que mantém a inferioridade dos palestinos, até mesmo eliminando suas identidades – por exemplo, o Estado de Israel não chama os palestinos

de palestinos. Ele os chama de árabes israelenses, a fim de desconectá-los de sua terra natal, como se um palestino vivendo em Nazaré não fosse palestino. Ele é um árabe israelense. Certo. Então ele não pertence a Nazaré, ele pertence a qualquer país que fala árabe, mas, definitivamente, não ao seu jardim, à sua casa, à sua família, ao seu legado. Certo? Este é um grupo de palestinos. Estes palestinos são completamente separados dos palestinos em Jerusalém, eles têm acesso uns aos outros, mas vivem sob um regime completamente diferente do que os palestinos em Jerusalém. Palestinos em Jerusalém, por lei, são chamados de residentes permanentes de Jerusalém. Eles não têm um Estado, não têm nacionalidade, estão lá porque o Estado de Israel permite que eles fiquem lá até serem removidos. E muitos desses palestinos são removidos diariamente. Se você ouve notícias sobre Sheik Jarrah ou sobre o Portão de Damasco, qualquer um, Silwan, qualquer vizinhança palestina... o problema nessas situações, são lugares nos quais o Estado de Israel inventou uma lei que criminaliza a existência destas famílias em seus lares. Então sua própria existência em casa se torna ilegal. E o que o Estado de Israel faz? Expulsa você de casa ou destrói sua casa, como as 17.600 casas que foram destruídas pelo Estado de Israel na cidade de Jerusalém. E uma coisa em comum entre todas essas pessoas é que elas são palestinas. O mesmo Estado que constrói casas para famílias judias em Jerusalém é exatamente o mesmo que destrói a sua casa. E uma vez que eles terminam de destruir a sua casa, eles te dão uma conta. Então você tem que pagar os gastos da destruição da sua casa. E então temos a terceira lei feita pelo Estado de Israel, mas aplicável aos palestinos em Gaza. Dois milhões, 2.2 milhões de pessoas, sabe, todas elas desde que nascem são residentes de um território hostil, o que significa que todos os palestinos que foram assassinados em Gaza, desde 1967 até hoje, incluindo o início [do] mês de maio [...]. To-

das essas pessoas foram assassinadas dentro da lei israelense, nenhum criminoso israelense que matou uma criança palestina, um pai palestino, uma mãe palestina em Gaza, nenhum infringiu a lei, nenhum! Porque está dentro da lei assassinar palestinos se você está usando um uniforme, você não tem que lidar com as consequências de explodir uma família ou explodir um prédio de 56 apartamentos, deixando 56 famílias sem casa, simples assim, isso é seguir a lei israelense. E aí temos um quarto conjunto de leis aplicadas aos palestinos na Cisjordânia ocupada. É um regime militar feito de mais de 1.660 ordens militares. Através dessas ordens militares, o Estado de Israel confiscou 1/3 das propriedades dos residentes da Cisjordânia, que você chamaria de território ocupado. O exército israelense utiliza aquela propriedade por, em média, um dia a cada três meses; o objetivo não é confiscar a propriedade da sua família, porque precisam dela por razões de segurança. Não, são quatro dias por ano, a intenção é impedir que você e sua família tenham acesso à sua propriedade. O Estado de Israel destruiu mais de 40 mil casas de palestinos e ocupou a Cisjordânia no passado, durante seu controle de território. Exatamente o mesmo governo que constrói casas para judeus israelenses, quase 750 mil delas entregues na Cisjordânia ocupada, exatamente o mesmo governo ia por aí destruindo mais de 48 mil casas de palestinos. O mesmo governo que destrói e põe bloqueio nas estradas de entrada e saída das nossas comunidades por todo o território da Cisjordânia – temos mais de 600 pontos onde o exército israelense pode simplesmente colocar um posto de controle para assediar as pessoas, assassinando pessoas nesses postos, impedindo mulheres grávidas de irem ao hospital porque o soldado acha legal impedir que a ambulância passe. Perdemos tantos bebês recém nascidos nestes postos de controle militares. Exatamente o mesmo governo que coloca postos de controle no nosso caminho destrói nossas propriedades

para construir estradas que ligam comunidades ou ocupações exclusivamente judias por toda Cisjordânia, junto com o Estado de Israel. Então, nós temos judeus israelenses que moram a até cinco milhas de onde eu estou e falo com vocês agora. O jeito que eles usam [as estradas] é radicalmente diferente do jeito que eu uso. A vida que eles vivem é radicalmente diferente da vida que me é forçada. E vivemos em uma área a cinco quilômetros quadrados uns dos outros. E mais do que isso, você terá controle sobre recursos hídricos, sobre movimentação, assassinatos que acontecem diariamente, às vezes semanalmente, mas assassinatos de palestinos acontecem, prisão de palestinos. É legalmente permitido para o Estado de Israel prender um palestino de 14 anos e levá-lo a um centro de detenção para adultos, sentenciar um palestino de 14 anos em um tribunal militar israelense. Porque, por lei, um residente palestino da Cisjordânia é tratado como um adulto a partir dos 14 anos, um judeu israelense vivendo na Cisjordânia, ele é um adulto aos 18 anos de idade. Por que é diferente? As pessoas dizem, “ah, é lei militar e lei civil”? Bem, não, se eles quiserem destruir sua identidade, destruir seu futuro, destruir sua mente, eles têm que te amedrontar para que você não infrinja leis militares a partir dessa idade, e Israel diz “não, não temos crianças presas”. E eles estão certos! Estão certos porque um palestino não é mais criança a partir dos 14 anos, ele é um adulto. Então o Estado de Israel tem esses quatro sistemas – sistemas legais separados, impostos sobre o povo palestino que vive no território que chamamos de Palestina e no território que eles chamam de Israel. Temos quatro leis separadas; uma lei para os que nascem em famílias judias [e] quatro leis para os que nascem em famílias palestinas, e nessas quatro leis, o Estado de Israel mantém a dominação de um grupo de pessoas sobre outro, o palestino. Agora, quando o regime que controla qualquer geografia no planeta, quando o regime vigente cria um sistema de dominação de um grupo de pessoas sobre outro por motivo de nascença.

Sabe, por uma razão, é claro, de raça, etnia, língua, cor da pele, o que for, existem categorias diferentes. E em nossa situação é pelo motivo de fé e nacionalidade. Se qualquer regime no planeta cria um sistema de dominação de um grupo sobre outro, quer dizer que este regime está cometendo o crime de apartheid. Sim, o último país que cometeu o crime de apartheid foi a África do Sul, mas não foi o último no mundo. Porque há um regime que mantém a dominação de um grupo de pessoas, judeus israelenses, sobre outro grupo, palestinos. Mas não só de um jeito, [senão] de quatro jeitos diferentes. Muita gente vem da África do Sul nos visitar e eles dizem coisas como “onde você vive é mais complicado, mais brutal e mais perverso do que aquilo ao que nós tivemos que sobreviver”. E o motivo disso é muito óbvio. O Estado de Israel criou um espaço minúsculo de 27 mil quilômetros quadrados, a Palestina é desse tamanho, não é tão grande quanto a África do Sul. Não é como colocar alguns milhares de palestinos no Brasil. É uma área muito pequena que o Estado de Israel controla – controla a região e controla as pessoas aqui. Como eles podem fazer algo mais complicado que a África do Sul e sair impunes? Muito simples. Eles fazem porque o território é pequeno, eles têm controle absoluto das fronteiras, o que quer que seja que entre ou saia. Quando a Sandra veio para cá, quando a Daniela veio para cá, elas tiveram que vir com um visto de Israel, agora como um visto para a Palestina. E se os israelenses soubessem das intenções delas, que elas viriam para visitar uma comunidade palestina, o acesso delas provavelmente seria negado. Quando produtos vêm, para as pessoas, tudo tem que ser aprovado pelo Estado de Israel. O Estado de Israel tem controle absoluto de cada entrada do território, através disso eles podem nos separar uns dos outros, tipo, a cidade de Gaza que está a 40 minutos de carro de mim, e eu nunca tive acesso a Gaza. Lembrem-se, eu tenho 41 anos de idade, sabe, Jerusalém, sem liberdade de acesso, eu tenho que me esgueirar para entrar em Jerusalém. Como isso é

possível? É possível porque eles têm controle absoluto da geografia. Segunda coisa, como eles sabem [quem é o oprimido] no apartheid da África do Sul? Eles sabem por causa da cor da pele. Quando você mora aqui, você sabe que muçulmanos, judeus, drusos, samaritanos, qualquer fé que temos aqui na Palestina, todos nós somos parecidos e diferentes. É um lugar muito, muito diverso em termos de fé, etnia, religião e cor da pele. Então como você pode, como o soldado pode saber quem é palestino, quem ele pode maltratar? É muito fácil. Nós estamos no registro de nascimento deles desde o dia em que nascemos. No dia em que você nasce, o Estado de Israel decide, você vai ser maltratado do jeito que palestinos de Nazaré são maltratados? Você vai ser maltratado do jeito que palestinos em Jerusalém são maltratados? Você vai ser maltratado do jeito que palestinos na Cisjordânia são maltratados, ou do jeito que os palestinos em Gaza? Isso é decidido pelo Estado de Israel no dia em que você nasce. Não é algo decidido com base em seu comportamento. É por isso que a opressão israelense sobre a sua vida não é relevante ou relacionada ao seu comportamento. Você pode ser um palestino que serve o exército israelense, temos alguns desses. E você pode ser um palestino que carrega armas para lutar contra o exército israelense. Temos alguns desses, além de todos entre as duas coisas. Todos são oprimidos, todos são dominados e tidos como inferiores por lei pelos judeus israelenses. Essa é a realidade do jeito que é, não é confuso. Para nós, pelo menos, não é confuso. É muito, muito simples porque nós somos os oprimidos no sistema, mas o jeito que somos oprimidos é traduzido e vendido lá fora. Nós não temos o mesmo tipo de tecnologia de comunicação, orçamento para relações públicas e máquina de propaganda para confundir o mundo. Não temos isso. Sabe quem precisa de propaganda? O opressor. Quem precisa dar uma imagem positiva? O opressor. Quem precisa confundir-lo sobre certo e errado? O opressor. Quem precisa se mostrar como vítima? O opressor!

Sabe? Por que sul-africanos foram as vítimas dos negros? Os aborígenes foram as vítimas do [...] os aborígenes foram os monstros do deserto, sabe, na Austrália, a população aborígene mal se qualificava como humana, lá por 1966, antes de 1966... eles eram considerados animais pela lei, eles enquadravam-se sob as leis da fauna e da flora, e o quê? Algo assim, eu não sei. A lei da flora e a fauna considerava a população nativa da Austrália animais. Agora, quem precisa fazer isso? O opressor. Sabe? Antes de nós, não estávamos oprimindo ninguém, conhecíamos essa igualdade. Acreditamos que todos nascem livres e iguais desde o nascimento. Então, quem é livre e igual? Definitivamente não a gente. Então, não é tão confuso. Enquanto olharmos para Israel e Palestina do ponto de vista do opressor, do superior, do beneficiário, sim, você ficaria confuso com isso. Bem, se olharmos para a Palestina do ponto de vista do oprimido, então não, não há confusão no assunto. Claro que falei bastante.

[FAGO] Muito obrigado, Baha, por essa resposta clara, profunda e importante, especialmente para mim, alguém que nunca esteve na Palestina ainda. E, baseado no que você disse, eu gostaria de perguntar algo para a Sandra, que é uma mulher brasileira que teve a oportunidade de viver na Palestina. E acho que esse é um aspecto muito importante para nossos/as espectadores/as também, que, como eu, não tiveram a chance de visitar a Palestina ainda. Então, gostaria de perguntar a você, Sandra, por que você acha que nós como indivíduos, mas também as instituições e movimentos sociais, organizações no Brasil e outros países devemos nos importar e apoiar a Palestina?

[SG] Então, a resposta é longa e, ao mesmo tempo, muito simples. Nas últimas semanas me perguntaram muito a seguinte questão:

por que brasileiros/as deveriam se importar? E sempre, sempre me surpreende que as pessoas precisem de uma justificativa para demonstrar solidariedade política. Acho que, para mim, nem é preciso dizer que estamos do lado do povo oprimido que resiste. E como Baha acabou de dizer, eles estão resistindo a um sistema brutal que os nega os direitos mais fundamentais, os direitos mais básicos como o direito à vida. E ainda assim, as pessoas precisam ser convencidas de que elas deveriam demonstrar apoio, que elas deveriam ser solidárias, demonstrar solidariedade. E é muito triste porque, sabe, Baha acabou de dizer algo que me tocou em um nível muito profundo, porque muitas pessoas no Brasil, eu acho, podem se identificar com isso. Ele diz que a opressão dos/as palestinos/as não é baseada em seu comportamento. Não existe algo como um palestino bom para os colonizadores. Então quando as pessoas colocam essas culpas nos palestinos, como “você deveriam se comportar melhor para que não sejam bombardeados, para que não sejam mortos”, “se você morreu, deve ter feito algo ruim”, realmente nos leva de volta ao Brasil, e o mesmo discurso que é usado contra pessoas pobres e negras. Sabe, se negros/as são mortos nas favelas, ou em qualquer lugar do Brasil, essa pessoa deve ter feito algo errado. E assim como os palestinos oprimidos, pessoas oprimidas em todos os lugares do mundo têm que provar que eles merecem o direito básico à vida. Apenas viver, não é algo dado a eles, eles têm que provar que merecem. E a situação padrão é que eles fizeram algo errado. E nós realmente temos essa fantasia de que se você se comportar bem, você sabe, então o Estado não irá matá-lo. Se você se comportasse melhor, os colonizadores não tomariam sua casa, o que absolutamente não é verdade. Eu lembrei de algo. Acho que ano passado essa menina, acho que de sete anos, Ágatha, a menina no Rio que foi morta dentro de uma van voltando da festa de aniversário de sua prima. Ela levou tiros nas costas da polícia brasileira. E eu lembro que seu avô deu uma entrevista para a televisão

brasileira dizendo “mas sabe, ela era uma aluna tão boa, tinha notas boas, estava fazendo aulas de balé”. E o que esse homem estava dizendo é que ela se comportava bem. Ela era boa, ela não traficava, não vendia drogas. Ela era apenas... nós fizemos tudo o que vocês nos disseram para fazer para sermos bons cidadãos. E ainda assim, ela foi morta. E é a mesma coisa na Palestina. Então, para voltar para o porquê que as pessoas no Brasil, vamos focar no Brasil, deveriam mostrar solidariedade à causa palestina: é porque nós somos cúmplices disso. O governo brasileiro tem laços militares muito fortes com governos israelenses. As armas matando pessoas nas favelas foram compradas de Israel, e foram testadas nos palestinos. Então quando tanques invadem favelas no Rio, o topo do tanque foi comprado de Israel e testado em palestinos. E a segunda coisa é que Israel é mestre em controlar civis. Então o inimigo é interno, certo? Para Israel, os inimigos são os palestinos. E é a mesma mentalidade que aplicamos no Brasil, quando você declara guerra às drogas. Então em Israel é a guerra contra o terrorismo e no Brasil a guerra às drogas. O inimigo é parte da população. E utilizamos os mesmos métodos de controle da população civil no Brasil. Os mesmos. As mesmas armas, a polícia no Brasil é treinada por militares e Israel, de Israel, eles vão lá e treinam a polícia porque eles são muito bons em controlar civis. E assim podemos fazer a mesma coisa dentro do Brasil. E a terceira coisa é que o controle da população civil na Palestina foi desenvolvido por Israel, e agora eles podem vendê-lo em qualquer lugar. No Brasil, somos um pouco obcecados com segurança privada e essas coisas, a tecnologia que você vê em condomínios, por exemplo, são compradas de Israel. Empresas israelenses [estão] vindo, e após oprimirem os palestinos por décadas e controlar a geografia e a movimentação das pessoas, elas vendem ao Brasil e isso é usado mesmo nos prédios civis, como os condomínios. Eu lembro, dois anos atrás eu estava no Brasil, na minha cidade, Natal, ouvindo rádio. E havia

uma propaganda para uma empresa de segurança que fazia câmeras de segurança, arame farpado, toda essa tecnologia para tornar os lugares seguros. E eu quase caí da minha cadeira, porque a voz na propaganda de rádio disse “tecnologia israelense, tecnologia de guerra”, você pode confiar na gente porque temos tecnologia israelense. Para eles era uma ferramenta de marketing dizer, sabe, é israelense, sabemos que funciona. Então você pode confiar em nós, que nós faremos a segurança de seu condomínio. Eu acho que essas duas coisas, perceber que o governo brasileiro é cúmplice na opressão de palestinos ao comprar armas e usar essa opressão, tecnologia, e então usar contra nosso povo. Acho que se tem um país que deveria ser solidário, deveria demonstrar solidariedade à Palestina, é o Brasil, porque nós entendemos a opressão sob a qual eles vivem. É a mesma sob a qual as pessoas no Brasil também estão. Podemos não mandar US\$ 3.8 bilhões por ano para a indústria militar de Israel como os Estados Unidos fazem. Mas temos um grande papel na perpetuação da opressão do povo palestino.

[DR] Muito obrigada, Sandra. Vocês dois levantaram uma questão bem importante, que é como tudo está conectado. Existe essa mesma lógica de opressão e dominação acontecendo. Quando Baha explica o que acontece lá e Sandra traz o que acontece aqui, podemos dizer que é a mesma coisa. É a mesma lógica de dominação e criação de um inimigo contra o qual temos que lutar. Eu diria, eu acrescentaria que, respondendo por que deveríamos nos importar – é uma questão de justiça. É disso que estamos falando. É uma questão de justiça. E nós, como feministas, estamos sempre dizendo, chamando a atenção para dizer que mulheres são agredidas, e não culpadas da agressão. O agressor é o culpado e aqui é a mesma coisa, como culpar a vítima, culpando o oprimido. É a mesma lógica novamente. São tipos diferentes de opressão, e trazendo isso,

eu gostaria de direcionar outra pergunta ao Baha. Você já falou um pouco a respeito, mas pode acrescentar qualquer outra coisa. Falando sobre opressão, acadêmicos/as já identificaram que opressões têm faces diferentes [...] e funcionam em formas diferentes de subordinação e exploração, por exemplo, e da mesma maneira, como o capitalismo, colonialismo vem mudando o jeito de oprimir. Gostaria de perguntar como você entende e explica essa dinâmica de opressão perpetuada por Israel contra palestinos/as?

[BH] Sim, eu gostaria de seguir os comentários da Sandra, talvez de uma forma bem fácil e simples; solidariedade com o oprimido, dominado, abusado nada mais é que uma questão de decência. Se você é solidário com os sem-teto, não é porque você odeia a empresa ou o sistema que os fez sem-teto, é porque você é uma pessoa decente. É isso, basicamente. É uma questão de decência. Agora, transferindo. Transferindo aquela solidariedade para resistência é uma questão diferente, certo? As pessoas têm a obrigação moral de se posicionar contra opressão onde quer que elas a encontrem, da melhor forma que julguem necessário. Então sim, não é nada além de uma questão de decência. Agora voltando à sua questão. Como expliquei, regimes opressores que são criados pelo mesmo sistema são diferentes, como a Palestina que eu vivencio é muito diferente da Palestina que um palestino em Jerusalém está vivenciando, porque os sistemas de opressão são diferentes. Então, quando estamos falando sobre, digamos, as dinâmicas da opressão, elas têm que ser diferentes. As dinâmicas de aplicar a lei sobre nós em Gaza, sobre nós na Cisjordânia ocupada, ou sobre nós em Jerusalém, ou Nazaré, ou Umm Alfahem ou Al Lodd, as dinâmicas são diferentes. As técnicas são diferentes, mas elas servem exatamente ao mesmo propósito. Agora, o propósito, se você lesse qualquer coisa sobre a

história da Palestina nos últimos 100 anos, você saberia que os fundadores do Estado de Israel queriam uma terra sem pessoas para pessoas sem terra, você sabe, já que isso é algo que vem de tão cedo quanto o início do século XX, mais de 120 anos atrás. Uma terra sem pessoas para pessoas sem terra. Agora a terra tem pessoas! O que fazer com elas? Retirá-las, retirá-las. Sabe? Sessenta e sete por cento de toda a população palestina não vive na propriedade da família, não vive em casa. São pessoas deslocadas, refugiados, deslocadas internamente e assim vai. A segunda coisa em comum entre todos nós como palestinos é que nossa terra ou foi completamente roubada pelos fundadores do Estado de Israel, ou parcialmente, então a diferença entre um palestino morando na cidade de Belém, a cidade antiga bíblica de Belém, e um palestino que mora, digamos, na cidade de Deir Yassin, não muito longe daqui, é que os residentes de Deir Yassin perderam todas as suas propriedades. Os residentes de Belém perderam quase 40% de suas propriedades, então não a terra inteira. Então, ou você perde a terra inteira ou parte dela. Isso é uma coisa comum entre todas as famílias palestinas no mundo hoje. Ter os seus significados roubados pelo governo de Israel, sabe; não é como se o governo israelense tivesse roubado e fugido para a Europa, não, eles apenas te negaram acesso. Então, as coisas nas quais devemos nos focar são os resultados da opressão israelense, mesmo que isso soe complicado, mas os resultados da opressão israelense são o deslocamento de palestinos, a remoção de palestinos, dando a impressão para as pessoas de que Israel tem uma minoria palestina, mesmo com o fato de que existem quase 8 milhões de palestinos vivendo sob controle direto do Estado de Israel. Nós somos a maioria de pessoas que é controlada e dominada pelo Estado de Israel. Mas a impressão de que somos uma minoria é uma impressão que tem a ver comigo, com a máquina de propaganda de Israel. E a dinâmica, eu digo isso o tempo todo – me diga um tipo de opressão, e eu lhe digo como o

Estado de Israel a pratica. Você mencionou exploração; em qualquer cenário colonial, o opressor reduz o oprimido ao nível de dependência dele a fim de sobreviver. Isso aconteceu na África do Sul, aconteceu na escravidão, acontece com mulheres, acontece em quase todo... isso definitivamente aconteceu no Brasil nos últimos 400 anos, quando o oprimido é reduzido ao nível de dependência do opressor para sobreviver. Então, quando falamos sobre exploração, nesta forma, estamos falando sobre as centenas de milhares de palestinos que têm que passar por pontos de controle militar para chegar em uma área israelense de construção na Palestina, ou a uma fazenda israelense na Palestina, ou em uma zona industrial israelense na Palestina, onde eles são pagos menos do que qualquer trabalho médio, sem nenhum direito. Nós tivemos muitos palestinos que foram mortos em obras, da mesma maneira que muitas pessoas negras morriam nas minas. É só outro oprimido que está morto, você sabe, deixe a família enterrá-lo, sem nenhum tipo de direito, nenhum seguro. Talvez os israelenses tratem o palestino que não está sendo explorado de uma maneira que é melhor financeiramente do que o palestino que está trabalhado em uma obra na Cisjordânia, talvez, porque os padrões de vida entre os judeus israelenses são muito mais altos. Estamos falando de uma renda média para palestinos na Cisjordânia de quase 600 dólares. Estamos falando de 2.400 dólares para judeus israelenses em Israel, sabe, então mesmo que o israelense pague a você mil ou 1.500 dólares, ainda é mais baixo. E você custa muito menos a eles do que ter que contratar um judeu israelense. A segunda coisa é que, para exploração, quem nós exploramos? Não exploramos médicos. Não exploramos engenheiros. Não exploramos pessoas em tecnologia. Porque essas são pessoas instruídas. Quem nós exploramos? Explore o pobre, o não-educado, a mão-de-obra desqualificada e você tem isso sendo aperfeiçoado pelo Estado de Israel. Isso é apenas quando se trata de exploração. Diga outra forma de opressão, eu

lhe direi como se aplica. Assassinato foi algo mencionado. Restringir movimentação é algo mencionado. Controle sobre a água, onde um palestino tem acesso a 65 litros de água por pessoa diariamente, o que é quase 45 litros a menos do recomendado por órgãos internacionais como a Organização Mundial de Saúde. E não muito longe da gente você tem israelenses vivendo em comunidades ou colônias exclusivas para judeus, onde eles têm acesso a 350 litros de água por dia, por pessoa. Exatamente o mesmo recurso. Nós sabemos que a água pode ser usada como arma. Sabemos disso porque não estamos muito longe de uma civilização que foi eliminada há cerca de 2 mil anos atrás somente cortando o abastecimento de água. A civilização Nabateia, eles que construíram Petra, que é como um ídolo no planeta. Como os romanos eliminaram aquela civilização? Eles cortaram o fornecimento de água, fizeram isso por quase 60 dias, não por 17 anos, mais de 2 milhões de palestinos vivendo em Gaza. Três por cento da água não está contaminada. Por 17 anos! É um milagre que palestinos em Gaza ainda existam [dadas] as condições que foram criadas pelo Estado de Israel sobre os palestinos em Gaza. Um relatório saiu em 2018 dizendo que Gaza, no ano 2020, não seria adequada para humanos, para a existência humana. Deveria ficar inabitada, seria inabitada até 2020 para seres humanos; este é um relatório que eles publicaram em 2018. Então, quando Israel bombardeou Gaza em 2021, em maio, eles bombardearam um lugar que eles já tinham tornado inabitável para seres humanos. Então eu posso te contar porque Israel tem quatro sistemas separados de opressão, dominação e apartheid sobre os palestinos, esses quatro sistemas criam formas de opressão inimagináveis, mesmo, sabe, vou te contar. Eu desafio as pessoas, às vezes. Eu peço a eles que digam, e eu conto a eles como o Estado de Israel pratica isso. Me traga um exemplo de opressão que você conhece e eu te digo como o Estado de Israel o

aplica, em qual comunidade da Palestina, em que canto da Palestina, e talvez eu não te direi os nomes das vítimas porque, imagine, é impossível lembrar, algo como 150 mil nomes palestinos foram assassinados, é impossível. Nós temos apenas uma estimativa de quantas pessoas foram mortas sob o regime de Israel nos últimos 73 anos. É uma estimativa que fica entre 150 mil e 200 mil pessoas. Vítimas racializadas são uma estimativa, as vítimas brancas nós conhecemos, podemos nomeá-los se quisermos. Mas vá em frente, me dê um exemplo de uma forma de opressão. Eu aprendi muito sobre opressão no Brasil; Daniela e Sandra, vocês me levaram para o Brasil e me apresentaram ao Brasil do mesmo jeito que eu apresentei a Palestina a vocês. Eu tenho visto formas de opressão que não são chocantes, porque é parte do dia a dia em nossa vida aqui. Mas o que me chocou foi que essas práticas estão sendo executadas por um governo contra seus próprios civis, seu próprio povo. Quando eu visitei algumas das comunidades indígenas, vendo sua terra natal, seus solos sagrados estão sendo destruídos em Brasília para construir uma rodovia. Sabe, essa é a história de quase 1200 quilômetros de estradas que o Estado de Israel pavimentou ao nosso redor na terra de palestinos indígenas. Nós precisamos nos comprometer com as favelas. Isso é apenas um aspecto aqui. Quando você me apresenta para o MST, por exemplo, claro, os motivos no Brasil podem ser um pouco diferentes porque é um governo oprimindo seu próprio povo. Sabe, aqui é um governo que quer se livrar das populações indígenas da Palestina. Então, me diga uma opressão, uma forma de opressão, e eu te direi como o Estado de Israel a aplica.

[FAGO] Muito obrigado, Baha. Sua resposta nos ajuda muito, não só para entender como o ativismo deve agir, mas também para nos ajudar, como acadêmicos/as, a pensar em ferramen-

tas analíticas para entender melhor como a opressão está ligada a diferentes maneiras para fazer acontecer na vida cotidiana das pessoas de diferentes povos. Gostaria de me referir a algo que você, Baha, apontou. O direito à terra. E perguntar à Sandra, se eu puder, algo relacionado a isso. Sabemos que é comum a todas as pessoas expostas a essas diferentes formas de dominação e opressão, como Baha falou, que envolvem exploração, marginalização e outros tipos de violência, lutar pelo direito à terra. No Brasil, temos movimentos organizados, como o MST. O Movimento Sem Terra, que vem lutando pela reforma agrária, e pelos direitos à terra, que também incluem o direito à autonomia alimentar e segurança nutricional. Também sabemos que em situações de opressão, essas pessoas têm seus direitos básicos negados. Isso ocorre no Brasil, que voltou ao mapa da fome durante o governo Bolsonaro, e na Palestina, devido aos constantes ataques de Israel. Brasileiros/as e palestinos/as empobrecidos/as sob ataque vivem em uma situação constate de insegurança alimentar e hídrica, e desnutrição crônica. Você poderia falar um pouco sobre a conexão entre esses aspectos e o sistema de opressão, os quatro sistemas de opressão que Baha nos explicou? Obrigada.

[SG] Antes de responder, eu gostaria de dizer algo a respeito do que Baha disse: que pode parecer diferente, Baha, no nosso caso, porque você disse que é o governo que opera esses sistemas opressores contra seu próprio povo. Eles ainda são colonizadores, podem não ser os primeiros. Eles podem ficar lá por um tempo, mas estão apenas levando adiante um plano de colonização. Então, é a mesma história nesse sentido, porque eles continuam o trabalho que colonizadores da Europa começaram, que os primeiros colonizadores começaram há 500 anos. Mas o plano é o mesmo. A mentalidade é a mesma. E, se você perguntar a comunidades indígenas,

elas diriam: “olha, é assim mesmo”. Eu tenho um amigo que viveu por muito tempo na região amazônica e toda a vez que eu contava algo sobre a Palestina a ela, ela me dizia: “mas olha, vá até a região amazônica. A Palestina é aqui também, é a mesma coisa”. Então isso se conecta muito bem com a questão da terra. Então, Baha mencionou brevemente que existe contagem de calorias em Gaza. E eu gostaria de falar um pouco mais sobre isso, porque eu acho que realmente mostra a extensão desse plano de genocídio, tudo... todos os aspectos disso são planejados, nada fica de fora, sabe... existe um plano por trás de tudo. E eu lembro de ainda estar vivendo na Palestina em 2012 quando esse relatório veio, do Ministério da Defesa, na verdade, uma organização israelense encontrou arquivos do Ministério da Defesa dizendo que há pessoas no governo israelense calculando quantas calorias podem entrar em Gaza por pessoa, apenas para que as pessoas não morram de fome – mas também [para que] não sejam saudáveis. Então eles inventaram esse número, 2.279 calorias por pessoa diariamente, e então eles traduzem isso para quantos caminhões de comida poderão entrar em Gaza. É tão cruel que eles foram ainda mais longe e pensaram em como fazer com que essas calorias venham de comida ruim, não lentilha e comida nutritiva, mas comida processada, sabe, açúcar, esse tipo de coisa, para realmente enfraquecer a saúde, para que eles fiquem vivos, não morram de fome, mas pouco a pouco, a saúde deteriore eles acabem morrendo disso. E vemos a mesma coisa, não com essa dimensão, claro, em muitas comunidades empobrecidas no Brasil, onde as pessoas estão morrendo por algo que chamamos, em português, de “nutricídio”, que seria algo como um genocídio pela nutrição, eu chamaria de “nutricide” se fôssemos inventar uma palavra em inglês. Não sei se usam essa palavra. Então, também há um plano de dar comidas de baixo valor nutricional para pessoas pobres, negros, pardos, comunidades indígenas, para que eles não tenham acesso à comida de qualidade.

E pouco a pouco, toda a doença conectada a essa dieta de processados e comida ruim irá levá-los a uma situação de saúde muito ruim. Então volta-se à terra. O que está acontecendo na Palestina, o que vem acontecendo nas últimas décadas é o que está acontecendo no Brasil, no sentido de que agricultores são negados acesso à terra. Então eles não podem cultivar a terra, não podem plantar sua comida, não podem plantar a comida que faz sentido para eles, o jeito tradicional deles de se alimentar, porque Israel está confiscando todos os seus recursos, não só a terra, mas a água, como Baha disse. Então se você for um agricultor palestino, você tem seu acesso à água negado, seu acesso à terra negado, você não pode fazer sua própria comida. Com isso, se torna impossível que os palestinos tenham soberania e mesmo autonomia alimentar neste momento. Por outro lado, vemos cada vez mais comida processada entrando no mercado palestino. Aí você vê a substituição da dieta tradicional palestina, que é a dieta mediterrânea, extremamente saudável, com muitos vegetais, pouca proteína animal, muitas gorduras boas como óleo de oliva, azeitonas, amêndoas, tudo isso, por comida processada. E, novamente, vemos o mesmo. Trabalhei no campo de Aida e podia ver os mesmos problemas ligados a esses hábitos alimentares que estão mudando, que eu vejo em comunidades empobrecidas no Brasil. A propósito, vamos falar um pouco sobre essa merda de *veganwashing*, porque também está conectada a isso. Pessoas viam em Israel um paraíso vegano, o império vegano. Mas o que eles não percebem é que Israel confiscou terras dos palestinos onde estes costumavam plantar comida, e eles puseram granjas de galinhas, porque Israel é o maior consumidor de aves no mundo – se você calcular o número de habitantes e os quilos de aves que eles comem – eles estão negando comida à base de plantas aos palestinos, a dieta tradicional deles, para colocar granjas de galinhas lá, pegar toda a água, sujar a terra, e comer essa

quantidade enorme de animais, e então reivindicar o império vegano, dizer que eles são o paraíso vegano. Vejam só! É... sim. E então o terceiro aspecto disso. A primeira coisa seria negar aos palestinos acesso à terra e à água para que eles não possam plantar comida, e então bombardear o mercado com essas comidas altamente processadas, e os palestinos teriam poucas opções a não ser comprá-las, e aí o terceiro aspecto é que eles não podem... isso é algo que todos os colonizadores fazem... eles se apropriam de tudo o que eles não conseguem destruir, tomam para si. Eles não conseguiram destruir a herança culinária extremamente rica da Palestina. Então agora, é israelense. Agora hummus é israelense. Falafel é israelense. E eu já vi... eu estou na Europa, em Paris, [que] há muitos restaurantes israelenses que, quando você abre o cardápio, é comida palestina que está sendo vendida. Eu vivi em Berlim também, e todos os restaurantes israelenses lá vendiam hummus e falafel, ao ponto de muitas pessoas no mundo acharem que hummus é um prato israelense. Elas esquecem que Israel foi criada em 1948 e pessoas nessa região vêm comendo hummus e falafel há muito mais tempo do que isso. Então, voltando ao Brasil, de novo, a mesma luta, família palestina, agricultura... perdão, agricultura familiar brasileira, uma situação muito difícil, porque você vê pequenas fazendas familiares, onde eles plantam a maioria da comida que comemos no Brasil; 70% da comida que brasileiros comem são plantadas em pequenas fazendas, fazendas familiares, e então isso é substituído por essa enorme monocultura e exploração animal também. É a mesma coisa. Veja, de qualquer forma que você olhe, você consegue traçar paralelos. E eu lembro das muitas vezes que eu guiei grupos, grupos brasileiros lá, e as pessoas diziam “ah, é que nem está acontecendo no Brasil”. Eu vi isso lá, é a mesma coisa. Eu acho que a luta pela terra – e porque ainda estamos lutando contra a colonização no Brasil, a região amazônica ainda está

sendo colonizada, você sabe, a mesma... você tem populações indígenas nativas sofrendo genocídio, sendo completamente deslocadas ou mortas, de um jeito direto ou indireto, para deixar a terra para uma monocultura enorme ou pecuária. Não dá para não traçar paralelos, eu acho.

[DR] Sandra, muito obrigada por trazer [essa questão das] corporações que trabalham com governos e Estados que estão perpetuando a colonização aqui e no resto do mundo. Nós estamos chegando ao fim de nossa conversa aqui, e eu gostaria de pedir a vocês dois agora, Sandra e Baha, que digam algumas palavras sobre como as pessoas ao redor do mundo podem ajudar a Palestina. Baha, você poderia começar?

[BH] Certo, primeiro as damas, então eu começo. Deixe-me dizer algo rapidamente, Sandra. A coisa que eu levei para a Palestina quando voltei do Brasil foi um medo extraordinário. Porque o que eu vi na Palestina e o que vi no Brasil, poderia ser a Palestina em 500 anos. Sabe, eu vi a exploração, vai a fundo na mentalidade a ponto de um bom amigo meu, de Aracaju, ele queria me levar para a quarta cidade mais velha do Brasil. E, você sabe, aqui a quarta mais velha tem cerca de 6 mil anos. Mas ele me levou a uma cidade de 400 anos e eu vi uma cidade portuguesa lá. E está tão arraigado, mesmo para intelectuais, que não questionam essas coisas, que não entendem que vivemos em solo indígena. É como um palestino daqui a 500 anos acreditando estar provavelmente vivendo em um lugar colonizado em vez de estar vivendo em casa. Então, sim, eu vim para casa com esse medo, e muitas pessoas dizem que não, isso não vai acontecer, mas há 400 anos as pessoas no Brasil também não teriam acreditado que isso aconteceria, sabe, e a diferença entre um colonizador e um indígena é que o colonizador sempre

irá ver uma oportunidade para exploração. E é isso que está acontecendo na Palestina, quando você vem à Palestina, agora, ela está muito, muito diferente. Parece, vocês estiveram aqui e sabem que se você aterrissa em Tel Aviv, você está chegando em uma cidade europeia; estamos muito longe da Europa, não tanto quanto o Brasil. Não estamos na Europa. Sabe, europeus vieram aqui e quiseram construir, como o primeiro-ministro do Estado de Israel disse, ele queria construir a Suíça do Oriente Médio. Então ele trouxe sótãos, que não funcionam muito bem para coletar neve, mas funcionam muito bem para coletar poeira. E os pinheiros, que só estão ali para fazer com que pareça a Suíça, mas pinheiros destruíram muito das nossas terras agrícolas, como áreas de pastagem e tal. Eu moro em uma cidade chamada “O Campo do Pastor”, Beit Sahur. Então o pastoreio é uma das profissões mais antigas que temos aqui. Como que 350 milhões de pinheiros foram plantados na superfície da Palestina para cobrir muito da terra, fazendo parecer um lugar europeu, para deixar europeus confortáveis na Palestina. Eles chamam isso de civilização da mesma maneira que exploradores do Brasil chamariam monocultura de uma forma de civilização, mas na verdade é exploração e destruição da terra e do meio ambiente. E eu quero dizer que nacionalistas judeus colocaram o rótulo “Israel” em toda a Palestina. Então, o que comemos, parte da nossa língua; tudo que eles gostam de nossa cultura, eles roubam, colocam outro rótulo e chamam de israelense. Tudo. Como é que uma entidade de 73 anos tem toda essa cultura rica? É roubada. É assim que... é tão simples assim. Quero dizer... sabe, o que eu sei, o que eu vejo em comum entre aqui e Brasil é que vocês são governados por uma pessoa idealista com uma ideologia fascista. E nós somos governados por pessoas que fizeram essa ideologia, a ideologia do Estado, e não é para chocá-los, mas tenho que lembrá-los de que o seu fascista pertence à esquerda liberal no espectro político israelense. Se o Bolsonaro viesse aqui, concorresse nas eleições e ganhasse, ele

seria considerado um político israelense de esquerda, eles têm sangue nas mãos, dos fundadores do Estado de Israel até o último primeiro-ministro, até o próximo primeiro-ministro, que disse que sim, ele matou árabes, ele matou palestinos, e ele não vê problema com isso, sabe, ele se tornou primeiro-ministro do Estado de Israel sobre as caveiras de 15 mil mártires palestinos. Eu duvido não saber a respeito de Bolsonaro gostar de matar pessoas, mas mesmo assim, ele ainda é de esquerda, ele ainda pertence à esquerda no espectro político israelense. O que fazer, eu não gosto que as pessoas achem que a realidade sombria vai durar para sempre. Não, se você vive na Palestina, você vive em uma cultura que vem evoluindo há milhares de anos. E você vive em um lugar que foi regido por 23 grandes civilizações, que governaram essa geografia por mais de 200 anos, digamos. Então nós temos 23 dessas civilizações que subiram ao poder e colapsaram, deixaram a maioria dos opressores sobre elas, deixaram recursos, boas marcas e histórias terríveis. Então para mim, eu sei, opressão e injustiça não são sustentáveis na Palestina, nem um pouco sustentáveis. Dito isso, o único jeito dessa opressão terminar, simplesmente, será por sanções. Não há outra maneira. Eu digo às pessoas no Brasil, e digo isso hoje, se você acordar no Brasil e vir que há um embaixador israelense em seu país, lembre-se que esse é outro dia de opressão do povo palestino. O Estado de Israel pode bancar a opressão do povo palestino simplesmente porque tem relações econômicas, diplomáticas e militares com países ao redor do mundo. É isso. Essas relações têm que terminar se realmente quisermos viver em uma situação em que todos nascemos livres e iguais no território da Palestina.

[SG] Baha, foi tão bom ouvir o chamado para oração. Senti muitas saudades. [...]

[BH] Eu moro ao lado de uma mesquita e de uma igreja, então é muito bom. Dito isso, tenho que dizer também que as pessoas no Brasil acham que todos nós somos muçulmanos, sem saber que somos uma população bem diversa. Sabe, esta é uma barba marxista, eu sou ateu. Bem, esta é uma barba marxista. Porém quando alguém me via, dizia “ah, é só outro palestino”, o que é besteira, mas vocês deviam saber que somos vendidos através das lentes e olhos de nossos opressores e não com base em nossa verdadeira existência.

[SG] Verdade. Para repetir, palestinos são um grupo diverso de pessoas. Existem muçulmanos, cristãos, judeus e também ateus. Todos eles. Eu só acrescentaria duas coisas. Porque aqui temos três pessoas veganas falando, e acho que muitos/as veganos/as vão assistir isso, pois eles/elas são a maior parte da minha audiência, e acho que temos um papel grande a cumprir nesse momento, porque *veganwashing* está sendo usado de um jeito que faz as pessoas ao redor do mundo esquecerem todos os crimes que Israel comete, ou vem cometendo, já há muito tempo, décadas. E eu queria dizer que... não em meu nome. E é triste porque, como uma pessoa vegana, e também lésbica, eu vejo a mesma coisa com a comunidade LGBT. Temos esses dois *washings*, *veganwashing* e *pinkwashing*. E Israel se apresenta como um lugar moderno e progressista, um paraíso para veganos e para LGBTs, “venha, nós temos uma parada LGBT” e “vocês têm parada LGBT na Palestina”? e eles sempre apresentam isso como “olhe como somos modernos e esclarecidos”, “não pode ser verdade que nós estejamos cometendo crimes de guerra e crimes contra a humanidade, porque amamos gays, e amamos veganos”. O que não é verdade, a propósito, como eu disse, é uma ferramenta de marketing. Mas então eu quero pedir, pessoas que são veganas e estão assistindo isso ou irão assistir, que apenas tomem cuidado para não se tornarem uma ferramenta que

irá servir os interesses dos colonizadores. Não se deixem ser usados como armas para purificar crimes israelenses e para ajudar esse regime criminoso a continuar cometendo crimes sem sanções algumas. Então, existe um grupo bem legal. É bem pequeno e novo, chama-se “*Vegans for BDS*”, e um dos meus queridos amigos palestinos, Ahlam, é parte dele. Então temos... eles têm uma conta de Instagram chamada “*Vegans for BDS*”. O mesmo para o *pinkwashing*, existe o “*Pink Watching*”. É um grupo que monitora todas essas coisas, um grupo LGBT que fica de olho em toda a bobagem propagandística que Israel engendra para atrair pessoas LGBT para lá. Então, não deixemos que nos usem para atenuar os crimes e a opressão contra a população palestina. Então, [existe] o boicote do BDS (*Boycott, Divestment, Sanctions*; em português, Boicote, Desinvestimento e Sanções), e claro, a campanha maior do BDS; há um grupo do BDS no Brasil. Você também os encontra no Instagram e Facebook, onde você pode ver que tipo de projetos estão acontecendo, e claro, devemos pressionar nosso governo a cortar os laços militares com esse regime criminoso que chamamos de Israel.

[FAGO] Muito obrigado Baha e Sandra; nós – eu e Daniela – estamos muito honrados de estarmos com vocês aqui hoje. Muito obrigado pelo seu tempo. E para fazer acontecer, estamos fazendo esforços para espalhar essas palavras. Essa entrevista será postada em nosso canal no YouTube, o canal do nosso Laboratório, o “Laboratório de Ética Ambiental e Animal”. Iremos colocar legendas em português e vou ver se conseguimos colocar outras legendas, para que outras pessoas da América Latina possam assistir. É uma possibilidade. Espero, esperamos que esse seja somente o começo de uma série de entrevistas, para que as pessoas no Brasil e na América La-

tina possam entender e apoiar a Palestina. Então, muito obrigado novamente e espero vê-los de novo aqui no Brasil, na Palestina e ao redor do mundo lutando contra qualquer tipo de opressão. Obrigado.

[DR] Muito obrigada. Cuidem-se.

[SG] Terminamos assim. Muito bom.

[BH] Desculpem-me, pensei que iríamos terminar... terminando. Então, a propósito, estou gravando isso para vocês.

[DR] Sim, obrigada. De novo, obrigada. É muito bom estar aqui com vocês e, como o Fabio disse, espero que seja o primeiro de muitos. Muito obrigada. Cuidem-se, e Palestina livre.

[SG] Muito bem. Palestina livre!

Ter liberdade é ganhar a guerra: Entrevista a Shahd Wadi

Having freedom is winning the war: Interview with Shahd Wadi

Tener libertad es ganar la guerra: Entrevista con Shahd Wadi

Helena Ferreira¹

Resumo: O objetivo desta entrevista a Shahd Wadi é dar voz a alguém que vive a história da Palestina no próprio corpo. Os discursos hegemónicos sobre a história da questão palestiniana/israelita estão repletos de esquecimentos, enganos, erros, e, até falsidades, que são os pilares de uma pseudo-história que se quer apresentar como realidade, quando quase nada ocorreu conforme o contam. Como forma de luta contra essa quase anti-história, dá-se aqui conta das relações de poder que envolvem todos os sistemas e estruturas opressoras e oprimidas.

Palavras-chave: Shahd Wadi; Palestina; Israel; colonização; *apartheid*; genocídio étnico.

Abstract: The purpose of this interview with Shahd Wadi is to give a voice to someone who lives the history of Palestine in his own body. The hegemonic discourses on the history of the Palestinian/Israeli question are full of oversights, mistakes, errors, and even falsehoods, which are the pillars of a pseudo-history that wants to present itself as reality, when almost nothing happened as they are told. As a form of struggle against this quasi anti-history, one can see here the power relations that involve all oppressive and oppressed systems and structures.

Key Words: Shahd Wadi; Palestine; Israel; colonization; *apartheid*; ethnic genocide.

Resumen: El propósito de esta entrevista con Shahd Wadi es dar voz a quien vive la historia de Palestina en su propio cuerpo. Los discursos hegemónicos sobre la historia de la cuestión palestino / israelí están llenos de descuidos, equivocaciones, errores e incluso falsedades, que son los pilares de una pseudohistoria que quiere presentarse como realidad, cuando casi nada sucedió como se cuenta. Como forma de lucha contra esta cuasi antihistoria, se pueden ver aquí las relaciones de poder que involucran a todos los sistemas y estructuras opresivos y oprimidos.

Palabras Clave: Shahd Wadi; Palestina; Israel; colonización; segregación racial; genocidio étnico.

¹ Doutoranda do programa doutoral em Estudos Culturais da Universidade de Aveiro/Portugal e membro do grupo de Género e Performance do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da mesma Universidade.

Shahd Wadi identifica-se como mulher palestina, entre outras possibilidades, porque defende que a liberdade, que é o seu maior apanágio, é sobretudo palestina. Sendo descendente de refugiados palestinos, nasceu no Egipto, viveu a infância e uma boa parte da juventude na Jordânia e vive em Portugal desde 2006. É autora da primeira tese de Mestrado em Estudos Feministas em Portugal, apresentada na Universidade de Coimbra, com o título "Feminismos de corpos ocupados: as mulheres palestinas entre duas resistências" (2010)² e da primeira tese de doutoramento, na referida área, apresentada na mesma Universidade e publicada com o título "Corpos na trouxa: histórias-artísticas-de-vida de mulheres palestinas no exílio" (2017)³. No decorrer do seu doutoramento foi selecionada para a plataforma *Best Young Researchers*. Nessa investigação aborda as histórias de vida das mulheres palestinas no exílio contadas através da sua arte e dos seus próprios corpos, incluindo o seu.

É ativista dos direitos humanos e do povo palestino e foi assessora para os assuntos culturais e imprensa da Missão Diplomática da Palestina em Portugal, durante onze anos, até ter sido demitida em julho deste mesmo ano, por motivos políticos.

Desde 2017 que a Shahd Wadi desata a sua trouxa palestina e feminista, através da sua obra e das várias palestras e debates onde tem participado, para contar a sua história e revelar o seu sonho: regressar a uma Palestina livre de todas as opressões. Tenho recebido essa partilha sempre que me é possível e assimilado uma nova redefinição dos conceitos de colonização, de *apartheid* e de genocídio étnico.

A conversa aqui reproduzida data de setembro de 2021.

² Shahd Wadi, "Feminismos de corpos ocupados: as mulheres palestinas entre duas resistências" (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009), 87, https://eg.uc.pt/bitstream/10316/13354/1/Tese_mestrado_Shahd%20Wadi.pdf.

³ Shahd Wadi, *Corpos na Trouxa: Histórias-artísticas-de-vida de mulheres palestinas no exílio* (Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2017).



(Imagem 1: Shahd Wadi)

Helena Ferreira (HF): Só faz sentido começar esta conversa pelo ano a que chamas “o ano zero no contexto palestino”⁴, o ano da *Nakba*, em 1948, que foi o ponto de partida quer para o exílio de muitas famílias, incluindo a tua, quer para a vida sob a ocupação de tantas outras famílias palestinianas. É aqui que tem início a tua história palestiniana e que se começa a construir uma nova história para a Palestina. Queres contextualizar?

Shahd Wadi: A *Nakba* é um termo em árabe que significa “catástrofe” ou “desastre” e é utilizado, sobretudo, para referir a ocupação da Palestina e a expulsão do povo palestiniano através de um plano premeditado, cuja implantação continua até hoje. O objetivo deste plano é estabelecer um estado israelita exclusivamente judeu, o que implica uma limpeza étnica. Através do dia da *Nakba*, que normalmente é comemorado a 15 de maio, lembramos os cerca de 30 massacres e as 530 vilas e cidades (aproximadamente) que foram apagadas do mapa, incluindo a minha vila, a vila da minha família, dos meus

⁴ Shahd Wadi, “Corpos na Trouxa: Histórias-artísticas-de-vida de mulheres palestinianas no exílio”, Cassandra, acesso em 22 de agosto, 2021, <https://www.cassandra.pt/heroides-arquivo-vivo/corpos-na-trouxa>.

avós, de onde foram expulsas cerca de 800 000 pessoas⁵, que até hoje são refugiadas. O termo *Nakba* normalmente é atribuído ao sírio Constantin Zureiq, que escreveu o ensaio *Ma'na Al-Nakba* (O Significado do desastre) em 1948. Todavia, o termo *Nakba* foi mencionado pela primeira vez num dos folhetos que a força aérea israelita lançava sobre as populações da Palestina nas vésperas dos ataques às vilas e aldeias. Os folhetos funcionavam como uma ameaça, convidando o povo a render-se e a sair pacificamente para evitar uma *Nakba*. Os próprios agressores consideravam a destruição e expulsão como uma *Nakba*.⁶ E é por isso que o meu livro e tudo o que eu escrevo, de uma forma ou outra, começaram a ser escritos em 1948, muito antes de eu nascer. A vida de qualquer pessoa palestiniana começa nesse ano, independentemente do ano de nascimento dessa pessoa. É o ano zero, no contexto palestiniano, o ano de partida para o exílio ou o ano do início da vida sob ocupação.

HF: Penso ainda que temos de recuar no tempo, porque a frase “uma terra sem povo para um povo sem terra” é atribuída ao movimento que defende que os territórios da Palestina não eram ocupados. Temos, por isso, que fazer uma retrospectiva histórica da Palestina e do seu território. Podes fazer isso?

SW: O slogan “uma terra sem povo para um povo sem terra” já tinha sido utilizado antes da sua adoção pelo movimento sionista, e há várias interpretações desta frase. Alguns historiadores acreditam que fazia parte da propaganda israelita, que queria fazer acreditar que não havia lá um povo, o que confirma a existência de um plano de limpeza étnica ou daquilo que foi designado por “plano de transferência” (eufemismo sionista para a limpeza étnica realizada), para criar um estado exclusivamente judeu. O historiador Nur Masalha refere na sua obra “*Palestine: a Four Thousand Year History*”⁷, que

⁵ Segundo os dados, a Palestina possuía cerca de 1 milhão e 400 mil habitantes.

⁶ Shahd Wadi. "Nakba", Dicionário Alice, acesso em 22 agosto, 2021, https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=24419.

⁷ Nur Masalha. *Palestine: a Four Thousand Year History* (Londres: Zed Books, 2020).

o sionismo está muito ligado ao colonialismo europeu que ignorava completamente os direitos dos povos indígenas. O termo *terra nullius*, usado durante o colonialismo, não significava propriamente terra que não tem povo, mas que era uma terra que não estava a ser colonizada por nenhum estado europeu e, portanto, este slogan completamente racista vai no mesmo sentido da supremacia do colonialismo europeu, ou seja, neste caso significa que o povo palestino não conta, os palestinos e palestinianas não são vistas como pessoas, não são seres humanos.

O movimento sionista foi criado no final do século XIX com o objetivo de criar um estado judeu na terra da Palestina através da colonização. Deve-se a Theodor Herzl, considerado o “pai do movimento sionista” a ideia de criar este estado. Existiam várias possibilidades para o lugar onde este estado poderia ser criado. Alguns historiadores apontam para: Argentina, Uganda, Chipre ou a Palestina, tendo isto sido discutido no I Congresso Sionista, em 1897, em Basileia, na Suíça. Posteriormente, foi enviada uma delegação à Palestina, para estudar o território, que depois de estar no terreno enviou a seguinte mensagem: “A noiva é bonita, mas é casada com outro homem”, ou seja, já havia um povo nesta terra. Apesar disso, em 1882, iniciaram-se várias vagas de emigração de judeus para a Palestina e, a partir daí começou a resistência palestina. Aliás, a primeira menção da participação das mulheres palestinianas fora do lar num ato de resistência é de 1884, que não sendo uma data certa é a indicada como o início da participação das mulheres na resistência. A Palestina estava sob o domínio do império Otomano desde o século XVI e juntou-se à Grã-Bretanha para derrotar os Otomanos, com a promessa que seria um Estado livre e assim ficou sob o mandato britânico desde 1920 (consoante o acordo Sykes-Picot). No entanto, a Grã-Bretanha também prometeu o mesmo aos judeus através da Declaração Balfour de 1917, onde anunciou a decisão de apoiar a criação de um estado judeu na terra da Palestina enviando uma carta à família do banqueiro Walter Rothschild, que investiu em territórios para os judeus que quisessem ir para a Palestina. A luta nacional Palestina começou a ser mais organizada a partir de 1920, data em que tiveram

início os primeiros movimentos organizados por mulheres. O movimento sionista na Palestina era altamente militarizado através do Stern Gang, Irgun e Haganah e quando não conseguiram comprar mais do que 5% dos territórios e perceberam que os palestinianos não tinham força militar, começaram a cometer os ataques terroristas como o atentado ao Hotel King David que acolhia funcionários do governo britânico, em 1946. Depois disso, em 1947, as Nações Unidas emitiram a resolução da partilha da Palestina em dois estados, recomendando que 56% do território fosse destinado aos emigrantes judeus, que eram apenas 30% da população. A resolução foi votada, mas não foi implementada, o que deu espaço para o “plano de transferência” que já falamos, através do plano Dalet, que é um plano militar que iniciou a criação do Estado de Israel em 1948, logo depois da Grã-Bretanha se retirar. Neste ano foram expulsos mais de dois terços da população palestiniana e é esta geração da *Nakba*, principalmente as mulheres, que mantêm a ideia da Palestina viva, transmitindo de geração em geração as histórias de vida sobre o que aconteceu na *Nakba*.



[Imagem 2: Mural no Campo de Refugiados de Aida (Foto de Shahd Wadi)]

HF: Pisaste o solo da Palestina pela primeira vez com 15 anos. O que sentiste neste primeiro contato com a terra que te ensinaram a sentir como a tua terra?

SW: Como escrevi no meu livro “Corpos na Trougha”⁸: “Durante o meu primeiro regresso a uma terra que nunca conheci, tive a oportunidade de visitar uma vila de uma amiga muito perto da Ramallah. Khalto Ansaf apontou para uma montanha ao fundo mostrando-me a minha vila, al-Muzayri’a, e disse-me: “a tua vila é o início da ‘*fronteira deles*’. Aquela vila que nunca vi, mas sempre tinha sonhado abraçar como minha, estava lá. “Lá” estava muito perto para quem passou a vida a ver al-Muzayri’a em abstrato. Do nosso lado saiu um carro de um colonato buzinando, como um berro, a avisar que a nossa existência perturba os colonos. O carro passou ao meu lado e dirigiu-se para *minha* al-Muzayri’a. Enquanto eu me deixei ficar onde estava. Naquele momento e com o corpo paralisado, consegui, sim, passar a fronteira e chegar à minha vila, mesmo estando paralisada. Percebi, senti e decidi: sou palestiana. No meu primeiro regresso a uma terra que nunca conheci, fiz uma visita ilegal, mas que defendo ser direito meu, ao mar de Haifa ocupado em 1948, o mar de onde vem a chuva do meu pai, a chuva-como-nenhuma-chuva. Senti as ondas roubadas pela ocupação a apertar o meu corpo pela primeira e muito provavelmente pela última vez, e senti o sangue a escorregar por entre as minhas pernas. Não foi a primeira vez que vi sangue a sair de mim, já me tinham dito há alguns anos que me tinha tornado uma mulher, mas foi só naquele momento que senti o mar e o sangue, e percebi, senti e decidi: um corpo.

Em 1998, cinquenta anos após a *Nakba*, numa montanha ao pé de al-Muzayri’a e num mar que manda o seu perfume para a minha vila, senti a *Nakba* que o meu corpo carrega numa trouxa. A *Nakba* estava adormecida num corpo carregado de memórias e cicatrizes do exílio. Um corpo numa trouxa cheia de saudades de uma casa que nunca conheceu: a Palestina. A minha relação com a Palestina é uma relação corporal, foi o quase-encontro do meu corpo com al-Muzayri’a e com o seu mar que me fez entender que este encontro ainda não se realizou. Numa terra e num mar que sempre me pertenceram e nunca me pertenceram, tornei-me um corpo palestiano.”

⁸ Shahd Wadi, *Corpos na Trougha: Histórias-artísticas-de-vida de mulheres palestianas no exílio* (Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2017), 17.

HF: Vou ler um excerto de “Na presença da ausência” de Mahmoud Darwich⁹:

“Perguntas: o que significa “refugiado”?

Dir-te-ão: É aquele que é arrancado da sua pátria.

Perguntas: O que significa “pátria”?

Dir-te-ão: A casa, a amoreira, o galinheiro, a colmeia, o cheiro do pão e o primeiro céu.

Perguntas: Numa palavra tão pequena cabe tudo isso mas não cabemos nós?”

Já tentaste responder a esta pergunta?

SW: Estamos a tentar desde 1948. Tudo o que eu faço é tentar responder a esta pergunta. O que é a pátria e como podemos “acontecer” nela. A minha constante procura de uma resposta parte também de outro verso de Mahmoud Darwich:

“Ah a minha ferida teimosa
A minha pátria não é uma mala
Eu não sou um viajante”.

Mesmo que, na situação do exílio, a Palestina pareça uma mala, este não é o seu destino, segundo o poeta. Em vez de mala eu falo da trouxa, mas como Mahmoud Darwich, nego e ao mesmo tempo afirmo: a Palestina é uma “trouxa”. É uma pergunta constante: Será que a Palestina existe apenas na trouxa? Ou será que as trouxas da Palestina estão abertas a outras possibilidades?

A minha pátria que está dentro da trouxa, apesar de eu recusar que a minha pátria esteja só nessa trouxa. Não caibo na trouxa e ao mesmo tempo cabemos todas, nós e as nossas histórias, por isso é preciso abri-la para o mundo.

Como Mahmoud Darwich diz, a minha pátria também é uma amoreira. A história da minha família está ligada a uma amoreira, pode parecer que não cabemos nesta pátria, mas todos nós cabemos na memória de uma amoreira que

⁹ Mahmoud Darwich, *Na Presença da Ausência* (Porto: Flâneur, 2018), 37.

se lembra de nós. O meu tio nasceu e cresceu em Al-Muzayri'a antes do exílio. Cinquenta anos depois decidiu pedir autorização para poder ir à nossa vila, quando chegou estava quase a não conseguir reconhecer a nossa vila, mas sem mapas, sem indicações, sem referências ele conseguiu chegar, porque a sua amoreira estava lá à espera para lhe mostrar o caminho e falar-lhe sobre a sua solidão, sobre ter ficado sozinha naquela vila sem ele, que a tinha plantado. Ser uma pessoa palestina exilada significa saber que haverá sempre uma amoreira à nossa espera, para cabermos dentro dela. Nós estamos dentro da memória de cada amoreira da Palestina à nossa espera, que só existe para se lembrar de nós.



[Imagem 3: Criança com bandeira da Palestina a observar as árvores do outro lado da cerca com arame farpado (Foto de Shahd Wadi)]

HF: Afirmaste que "A Palestina está em todo o lado. Como perdemos a terra, recuperámo-la em qualquer sítio."¹⁰ Nesta Palestina que encontras fora dos territórios palestinos sentes-te em casa? Esta pergunta é uma

¹⁰ Maria João Lopes, "Shahd Wadi queria poder chamar feministas às palestinianas", Público online, acesso em 19 de agosto, 2021, <https://www.publico.pt/2010/04/08/jornal/shahd-wadi-queria-poder-chamar-feministas-as-palestinianas-19120272>

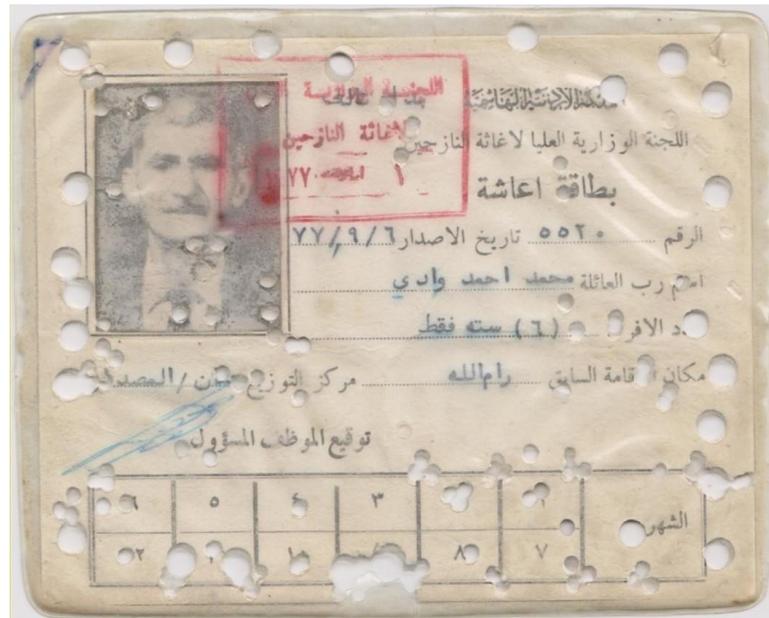
tentativa de perceber se existe uma associação entre pátria – país de origem – casa, no sentido de lar... Como o sentes tu?

SW: O meu lar é a fronteira. A fronteira entre a Palestina e Portugal e todos os outros países pelos quais passei. Eu não tenho um lar de onde sou, é um processo. O lugar em que me sinto confortável é a fronteira, de alguma forma encontrei a Palestina também aqui em Portugal, através da minha investigação e da minha escrita. Foi nas palavras que encontrei a Palestina, um lugar que é muito parecido com o lugar que poderia ser o meu. Portanto, acho que o meu lar fisicamente não existe, mas existe de uma forma imaginada. Existe na escrita, nas palavras. Existe no constante desejo de regresso. Quando estava a escrever a tese pensava: “Será que nenhum lugar me pertence? Será que eu sou sempre a estrangeira? Será que sou eternamente a Outra?” E, esta escrita fez-me regressar à Palestina e senti-me em casa.

HF: A chave é um símbolo de resistência dos palestinianos que foram expulsos das suas casas e do seu país. Muitos ainda guardam as chaves das portas das entradas principais das suas casas, porque consideram que este é o único legado que têm para deixar aos seus filhos. A tua família ainda guarda as chaves da vossa casa?

SW: Coleciono chaves e todas as pessoas que sabem da história das chaves da Palestina oferecem-me chaves. Tenho uma parede cheia de chaves. Mas não sei onde está a chave da nossa casa em Al-Muzayri’a. Todavia, tenho um objeto que considero a minha chave. É o escorredor da minha avó que está na minha casa em Lisboa. Este escorredor que tenho na minha sala tem um fio, que os meus pais me disseram para não tirar, porque tinha sido posto pela minha avó, para o poder pendurar. Eu sinto uma enorme responsabilidade, por ter este escorredor comigo. Outro objeto que está na casa dos meus pais é o cartão de refugiado do meu avô, que contém o número da nossa vila e, portanto, este cartão prova que eu sou palestinianiana, que sou descendente de refugiados e que tenho o direito de voltar lá. Este cartão do meu avô tem buracos.

Cada vez que ele ia buscar ajuda alimentar, faziam-lhe um buraco no cartão. Quando escrevi o meu livro referi que meu corpo palestiniiano exilado está também marcado por estes buracos que marcam a minha memória herdada e a minha vontade de regressar à Palestina. Quando, mais tarde, recebi o escorredor vi que este também tem buracos como o cartão, os mesmos buracos que estão dentro do meu corpo e que me dão esta enorme vontade de devolver o escorredor ao seu lugar, um dia.



(Imagem 4: Cartão de refugiado do avô de Shahd Wadi)

HF: Como defines o que se passa entre Palestina/Israel? Sei que na tua obra falavas em “conflito”, mas presentemente consideras que esse termo não é o mais correto. Quais os termos que consideras mais significativos para designar o que se passa entre os dois países e porquê?

SW: Na verdade, no “Corpos na trouxa” utilizo muito pontualmente a palavra “conflito”, mas, como tudo é um processo, deixei de a utilizar, porque quando existe uma ocupação não se pode falar de dois lados e para que exista um conflito é necessário que existam dois lados. Dois lados com forças. Neste caso, temos um ocupado e um ocupante, um oprimido e um opressor e, portanto, há uma ocupação, não há um conflito. O que se passa na Palestina é o

settler colonialism, que algumas pessoas traduzem para “colonialismo da ocupação”, que é um tipo de ocupação que tem como objetivo não só anexar os territórios, mas substituir os habitantes através de um plano de limpeza étnica. E é muito importante utilizar este termo, como também é importante utilizar o termo *apartheid*, não apenas como analogia ao que aconteceu na África do Sul, mas como um termo legal, porque legalmente, consoante as definições do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, o que está a acontecer na Palestina é *apartheid*. Foi este o termo que a *Human Rights Watch*¹¹ utilizou, porque legalmente o que está a acontecer é *apartheid*. Não se trata de uma analogia com a África do Sul, muito embora a luta deste país nos inspire, é importante dizer que não é algo metafórico, é algo bem real, que se encontra definido legalmente.

HF: Saleh Abdel Jawad considera que o termo certo é sociocídio “que significa a destruição total dos palestinianos, não apenas como entidade política ou grupo político nacional, mas como sociedade. O objetivo final é a expulsão dos palestinianos da sua terra natal (isto é, limpeza étnica total ou em grande escala)”¹². Ilan Pappé (2016)¹³ diz que sim, que se trata de uma limpeza étnica definindo-a como “um esforço para deixar homogêneo um país de etnias mistas, expulsando e transformando em refugiados um determinado grupo de pessoas, enquanto se destroem os lares dos quais elas foram enxotadas. [...] Os massacres acompanham as operações, mas, quando acontecem, não são parte de um plano genocida, mas sim uma tática crucial para acelerar a fuga da população marcada para expulsão. Mais tarde, os expulsos são apagados da história oficial e popular do país e extirpados da memória coletiva”. Concordas com estes termos tão fortes? Consideras importante fazer uso desta linguagem para fazer entender o que se passa no médio oriente?

¹¹ Human Rights Watch, “A Threshold Crossed Israeli Authorities and the Crimes of Apartheid and Persecution”, Human Rights Watch, acesso em 19 de agosto, 2021, <https://www.hrw.org/report/2021/04/27/threshold-crossed/israeli-authorities-and-crimes-apartheid-and-persecution>.

¹² Saleh Abdel Jawad, “La política israelí hacia el Pueblo palestino: un “sociocidio”, Viento Sur (2006): 15.

¹³ Ilan Pappé, *A limpeza étnica da Palestina* (São Paulo: Sundermann, 2016). p. 23.

SW: Não são termos fortes. Tal como já referi, não são analogias. As definições legais de limpeza étnica, *apartheid* e genocídio aplicam-se totalmente ao que está a acontecer na Palestina.

HF: Para lutar contra o sociocídio foi criado o movimento BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções) com o objetivo de pressionar Israel a respeitar os direitos do povo palestino. Podes explicar este movimento?

SW: A sociedade civil palestina, bem como numerosas organizações internacionais defenderam que, perante a incompetência dos órgãos internacionais e a conivência dos governos de diferentes países, apenas uma política e um plano internacional de pressão, a longo prazo, sobre Israel, seria capaz de levar ao fim da ocupação. O Movimento de Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) iniciou-se em 2005 em resposta ao apelo lançado pela sociedade civil palestina e coordenado pelo Comité Nacional BDS Palestino (BNC). Inspirado na campanha internacional que ajudou a derrotar o regime de *apartheid* na África do Sul, tem como objetivo isolar e pressionar Israel para que cumpra a lei internacional e os direitos do povo palestino. Pretende acabar definitivamente com a ocupação e colonização dos territórios palestinos ocupados, desmantelar o muro da separação racista, garantir direitos iguais para os palestinos dentro de Israel, e respeitar e proteger o direito do regresso dos refugiados palestinos.

Existe uma campanha específica de boicote académico e cultural, um dos alvos do boicote são as universidades israelitas por causa do seu papel enquanto colaboradoras do exército, fomentadoras do branqueamento da imagem de Israel, para além dos casos mais óbvios de universidades construídas em territórios ocupados.

Como bem notam as associações feministas e queer palestinas, a ocupação israelita não só atinge todas as pessoas palestinas como também cimenta

estruturas patriarcais dentro da própria sociedade palestina. Por isso, muitos departamentos de Estudos de Género, tal como muitas feministas de renome responderam ao apelo de boicote cultural e académico, tais como: Judith Butler, Joan Scott, Angela Davis, Alice Walker, Sarah Schulman, Arundhati Roy, Naomi Klein, entre outros, confirmando a interseccionalidade de sua luta e levantando o slogan: BDS é uma questão feminista.

HF: Como é que explicas que, contrariamente ao que aconteceu nos anos oitenta, na campanha de boicote sul-africana contra o apartheid, este movimento tenha tido tão pouca aderência por parte do mundo ocidental e ter levado, muitas vezes, a acusações de antissemitismo a todos aqueles que, de algum modo, apoiaram o movimento? Sendo do conhecimento geral que a gestão biopolítica expressa que a ação governamental de Israel organiza, controla e administra as vidas palestinianas e decidiu que estes corpos não merecem atenção, proteção e cuidado, segundo o pensamento de Judith Butler¹⁴.

SW: Eu não acho que a campanha de Boicote, Desinvestimento e Sanções tenha menos impacto do que a campanha da África do Sul. Aliás, os dados referem que a campanha do BDS conseguiu em poucos anos muito mais que a campanha de boicote na África do Sul. Mas, quanto às acusações de antissemitismo, é evidente que são uma estratégia para silenciar este movimento. Esta acusação é em si antissemita, porque não reconhece a pluralidade dos judeus e assume que todos os judeus apoiam o Estado de Israel e, deste modo, atribuem a culpa dos crimes de Israel a todos os judeus. É importante também dizer que o movimento de Boicote, Desinvestimento e Sanções conta com o apoio de muitos judeus e, sobretudo, de movimentos especificamente judeus. O maior movimento de solidariedade com a Palestina nos Estados Unidos é o *Jewish Voice for Peace*, que é um movimento judeu, como diz o nome, contradizendo assim com a tática de equiparar a luta contra o sionismo ao antissemitismo. Muitos pensadores judeus (como Judith Butler, Noam Chomsky,

¹⁴ Judith Butler, *Corpos que importam: Os limites discursivos do "sexo"* (São Paulo: Crocodilo Edições, 2019).

Ilan Pape, Naomi Klein, Norman Finkelstein, entre outros) apelam para uma distinção entre judaísmo e sionismo, reivindicando um espaço para pensadores judeus criticarem o estado de Israel. Importante ressaltar que o movimento BDS, que se define como interseccional, rejeita qualquer tipo de discriminação, incluindo, claro, o antissemitismo.

HF: Slavoj Žižek (2014)¹⁵ observa que, por vezes, a memória do Holocausto é instrumentalizada para justificar a fundação do Estado de Israel, o que é errado, porque “a única referência permitida ao Holocausto deveria ser uma referência negativa. O Holocausto não deveria ser evocado para justificar/legitimar quaisquer medidas políticas, mas apenas para deslegitimá-las (algumas delas), para impor certos limites aos nossos atos políticos: seria justificado condenarmos atos que manifestem uma hubris cuja expressão extrema foi o Holocausto”. Parece-te uma explicação lógica, a de que a Europa, ao carregar a culpa do Holocausto, não queira, de modo nenhum, interferir com o Estado de Israel?

SW: Qualquer país que utiliza uma superioridade imaginada para oprimir outro povo deve ser julgado e Israel não pode ser exceção. Aliás, é importante que se diga que a Declaração de Balfour é, ela própria, antissemita, porque só ocorreu devido à elevada emigração de judeus que existia para a Inglaterra e para o resto da Europa, devido ao Holocausto. Queriam ver-se livres dos judeus na Europa. O pior que aconteceu aos palestinianos foi sofrerem às mãos daqueles que sofreram algo muito semelhante. Quando se fala em Holocausto, não podemos esquecer a *Nakba*. E esse é o papel da Europa. Nenhum país deve ficar impune, só porque foi vítima às mãos de outro povo. E, devem ser questionados pelos atos que cometem no presente e julgados pelos seus crimes.

HF: Nelson Mandela como figura carismática, visto como um herói por muitos, também contribuiu para que a campanha de boicote ao

¹⁵ Slavoj Žižek, *Violência: seis reflexões laterais* (São Paulo: Boitempo, 2014), p.97.

apartheid da Africa do Sul tivesse muitos apoios. Talvez falte essa figura à Palestina, ou talvez o ocidente não esteja preparado para ver carisma e heróis no Outro oriental islâmico (Said, 1978, 1979)¹⁶¹⁷. Podes falar-nos de algumas figuras da referência palestina?

SW: As figuras que eu admiro hoje não têm nome, não são pessoas conhecidas. São uma geração nova que está a resistir, são as pessoas de Sheikh Jarrah, de Beita, de Gaza, de Nazaré e de todas as terras palestinianas. É nelas que eu acredito hoje, nestas pessoas que são anónimas, que não são conhecidas para o mundo. Muitas mulheres jovens também, que vimos ultimamente a liderar as manifestações. Eu não sei mexer no *Instagram*, mas vi-me obrigada a utilizá-lo para poder seguir estas pessoas, especialmente as mulheres jovens que me inspiram, como por exemplo Muna El-kurd¹⁸. Os quatro prisioneiros políticos palestinianos que reconquistaram por alguns dias a sua liberdade escapando da prisão Gilboa¹⁹ também são, sem dúvida, os nossos Mandelas. Também não podemos esquecer os discursos e poemas da mãe de Mahmoud Al-Arda (um destes prisioneiros), que nos inspirou apesar do seu nome ter ficado desconhecido. Estas são as figuras de referência, são os “Nelson Mandelas” que ainda são poucas conhecidas.

HF: Enquanto investigadora dedicas-te mais ao estudo das vidas e dos corpos das mulheres nascidas e educadas no exílio, às que vivem nas fronteiras (Anzaldúa, 1980)²⁰. Mas, não posso deixar de fazer esta pergunta: Como é a vida dos palestinianos atualmente nos territórios ocupados da Palestina? Em Gaza, que tantas vezes fica debaixo do fogo israelita? E nos campos de refugiados?

¹⁶ Edward Said, *Orientalism* (New York: Vintage, 1978).

¹⁷ Edward Said, *The question of Palestine* (New York, Vintage, 1979).

¹⁸ Muna El-Kurd e o seu irmão Mohammed El-Kurd são ativistas palestinianos e foram considerados pela revista Time duas das 100 pessoas mais influentes de 2021.

¹⁹ Fala de quatro dos seis palestinianos que escaparam da prisão de segurança máxima de Gilboa, depois de escavarem um túnel à mão, no início do mês de setembro e que foram capturados quatro dias depois.

²⁰ Gloria Anzaldúa, *Borderlands / La Frontera: The new mestiza* (San Francisco: Aunt Lute Books, 1980).

SW: É muito difícil falar da Nação Palestíniana como se fosse uma. Cada realidade é uma realidade. As pessoas exiladas têm uma realidade, as da Cisjordânia outra, as que estão nos territórios ocupados desde 1948 têm outra realidade, e os que vivem em Gaza outra, ainda. Dentro de todas estas categorias há refugiados. Mesmo dentro dos territórios ocupados há refugiados, há quem tenha saído da sua terra para ir para a terra ao lado e nunca mais puderam voltar. Em Gaza, 80% da população são refugiados. A realidade em Gaza é muito diferente de Cisjordânia, porque Gaza está quase a tornar-se num lugar inabitável. Recentemente estive a falar com europeus que trabalham na Palestina e que me disseram: “o que está a acontecer em Gaza está muito para além da imaginação humana”. Posso falar sobre a falta de eletricidade, da água suja, dos bombardeamentos, e continuaria a ser injusta, porque não será suficiente, porque tudo o que acontece ali está muito além daquilo que qualquer ser humano possa compreender, se não o tiver vivido.

Isso é algo que Israel conseguiu: fragmentar este povo em várias realidades diferentes. E, quando se fala no que está a acontecer na Palestina, como é que vivem as pessoas palestinianas é preciso distinguir de que Palestina se está a falar. Apesar desta fragmentação, os últimos acontecimentos na Palestina, que se iniciaram em Sheikh Jarrah, mas que rapidamente se estenderam para Gaza, e para outros lugares como Jerusalém, Cisjordânia e para todo o lado, melhor dizendo, provaram que este povo é unido na resistência. Isto foi o mais bonito que aconteceu ultimamente, dizer a Israel que nos podem fragmentar e colocar em realidades completamente diferentes, mas nós continuamos juntos, unidos na resistência. E, foi muito bonito ver as manifestações acontecerem em simultâneo nos vários territórios que albergam o povo palestiniano, porque isso mostra que esta nação palestiniana, com realidades diferentes, continua a ser uma nação e a “resistência” é a palavra que a une.



[Imagem 5: Posto de controlo em Hebron (Foto de Shahd Wadi)]

HF: “E, no entanto, nada existe no mundo que possa impedir o homem de sentir-se nascido para a liberdade. O que quer que advenha, jamais ele poderá aceitar a servidão, pois nele existe o pensamento” (Weil, 2017)²¹. Simone Weil afirma que o ser humano jamais poderá deixar de sonhar com uma liberdade sem limites. Consideras que esse sonho é possível num território ocupado e controlado por soldados que fazem uso do poder e da força para desumanizar os corpos oprimidos?

SW: Essa é a única razão pela qual o povo palestino ainda existe. É nunca deixar de sonhar com essa liberdade. Se assim não fosse, há muito tempo que o povo palestino não existiria. Se eu acabei de dizer que o que acontece

²¹ Simone Weil, *Reflexões sobre as causas da liberdade e da opressão social* (Lisboa: Antígona Editores Refratários, 2017), p.73.

em Gaza está muito para além da imaginação humana, então o que faz sobreviver a Palestina? De onde vem esta resiliência? Este deixar-se ficar? Há uma palavra palestina que é uma das minhas palavras favoritas, *al-Sumud*, que é um tipo de resistência que tem a ver com o tempo. É um tipo de resistência de “deixar ficar”, de resiliência de permanecer. Não vamos embora. Apesar de tudo, não vamos embora. E, não vamos desaparecer. Como Mahmoud Darwish diz, os palestinianos têm uma doença incurável, que se chama esperança. E é esta esperança e o sonho com essa liberdade que permitem que a Palestina permaneça viva e que os escritores palestinianos escrevam e as bailarinas palestinianas dançam... E que o mundo saiba que a Palestina existe e resiste. Este sonho está a fazer acontecer.

HF: “Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos” (Freire, 1987)²². Isso tem acontecido com as intifadas. Dizes-nos o que é uma intifada situando-as no tempo, falando também das suas consequências.

SW: As intifadas, tal como a *Nakba* e a *Naksa*²³ são movimentos históricos temporais muito importantes na vida dos palestinianos. Aliás, nós dizemos da geração da *Nakba*, da geração da *Naksa*, da geração da Intifada e, portanto, até as gerações na Palestina são marcadas por estes movimentos. “Intifada” é um verbo que significa “agitar-se”, especialmente o corpo. E, devo dizer que, para mim, é muito importante esta ideia da existência do corpo dentro desta palavra, porque é uma resistência que acontece através do corpo. São corpos que já não aguentam mais, portanto têm de se agitar, de se mexer. A primeira Intifada ocorreu em 1987 e a segunda Intifada ocorreu já depois dos Acordos de Oslo, em 2000, quando Ariel Sharon invadiu a Mesquita de Al-Aqsa escoltado por soldados israelitas, reivindicando tudo o que Israel não fez e de-

²² Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987), p.20.

²³ *Naksa* ou "o dia do revés", refere-se ao dia em que dezenas de milhares de palestinianos foram deslocados das suas terras natais no final da Guerra dos Seis Dias, que teve início a 5 de junho de 1967.

veria ter feito. Através das Intifadas conseguiu-se organizar o povo. Na primeira Intifada, especialmente, não havia qualquer tipo de organização e a partir daqui organizaram-se comités sociais, de educação, inclusive, foram fechadas as escolas pela ocupação e através da Intifada organizou-se uma forma de educação informal. Portanto, não era só uma luta contra a ocupação, era também uma luta por uma vida melhor. Serviu como organização da vida social e cultural dentro da Palestina. Os movimentos das mulheres ficaram muito mais organizados, muito mais fortes, porque existiam comités de mulheres dentro da Intifada que permaneceram até hoje. Esta ideia de a Intifada ser um símbolo, uma metáfora da resistência, poeticamente falando também mostra que as armas que a Palestina possui são as pessoas, são os seus corpos.

HF: As mulheres palestinianas artistas que abordas na tua investigação contam, através da sua arte, a história do povo e do território palestino e, como bem referes, “foram as responsáveis por manter a ideia da Palestina viva” (Wadi, 2017)²⁴. Podes falar sobre algumas delas, situando-as geograficamente e dando a conhecer as suas produções e as suas resistências?

SW: Na minha investigação estudo a possibilidade de um ativismo político feminista através da narrativa do corpo em criações artísticas e culturais contemporâneos produzidos no exílio. Estudo artistas como Annemarie Jacir, realizadora do filme *Melh hatha Al-Bahr (O Sal deste Mar)* (2008), nasceu na Arábia Saudita, cresceu nos Estados Unidos e viveu na Jordânia e Palestina. Cherien Dabis, realizadora do filme *Amreeka* (2009), nasceu nos Estados Unidos e cresceu entre este país e a Jordânia. A poeta Suheir Hammad nasceu na Jordânia e cresceu nos Estados Unidos. A poeta Rafeef Ziadah nasceu no Líbano e viveu na Tunísia, Grécia, Estados Unidos, Canadá e Inglaterra. Leila Hourani, a autora do romance *Bawh (Revelação)* (2009), nasceu na Síria e

²⁴ Shahd Wadi, *Corpos na Trough: Histórias-artísticas-de-vida de mulheres palestinianas no exílio* (Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2017), p. 21.

viveu no Líbano, Chipre e Rússia. Huzama Habayeb, autora do romance *Qabla an tanam Al-Malika* (Antes que a rainha adormeça) (2011), nasceu no Kuwait e viveu também na Jordânia e nos Emirados Árabes Unidos. A artista Mona Hatoum nasceu no Líbano e foi re-exilada para Londres em 1975 após a guerra civil no Líbano, e viveu noutros países também como a Alemanha. A artista Raeda Saadeh e as cantoras hip-hop Safa Hathoot e Nahwa Abedelal, da banda Arapyat, e Abir Alzinyat, conhecida por Sabreena da Witch, são designadas como “exiladas em casa”, ou “exiladas no seu país”, pois fazem parte da população palestina que nasceu no que hoje se chama Israel, vivem lá e têm a cidadania israelita.

HF: Ainda na tua obra comparas Israel ao macho “retrossexual” e a Palestina a uma mulher. Podes explorar estes conceitos?

SW: O discurso da ocupação Israelita e o discurso hegemónico palestino são ambos nacionalistas e recorrem a um certo tipo de discurso de masculinidade e de poder. Parece que há sempre uma competição simbólica de masculinidades entre o ocupante e o ocupado. Esta competição acontece utilizando os corpos das mulheres palestinianas. Por exemplo, há muitas obras artísticas icónicas de que falo na minha obra que estão ligadas a esta ideia de que os corpos das mulheres são corpos puros, férteis, são a paisagem da Palestina e existe uma narrativa sexualizada que aparece nos dois lados, sobretudo no discurso da ocupação. Por exemplo, os elementos do exército Israelita, através de fotografias nas redes sociais, apresentam-se como o homem modelo, forte, violento e retrossexual. É aí que eu utilizo esta imagem, este homem forte que luta contra o mal, a Palestina, que é uma mulher perigosa com o véu, que precisa ser dominada e disciplinada. O termo “retrossexual” é utilizado para denominar um homem com aparência de rude, de macho à antiga, que tem feridas de guerra e tem uma atitude também violenta. Esta pornografia bélica foi utilizada pelo exército Israelita para justificar a violência contra os palestinianos. Muitas artistas palestinianas fizeram uma reescrita desta representação. Afastam dos seus corpos uma posição colonial e patriarcal, mas

mantêm uma ligação com a Palestina. Os próprios corpos destas mulheres tornam-se no meio para construir uma narrativa pessoal, que reflete a história coletiva da Palestina.

HF: Terminas o teu livro falando em “regresso” e isso implica necessariamente uma solução para o médio oriente. Qual poderia ser a melhor solução no teu ponto de vista? Porque, não posso deixar de me lembrar do título de Joan Margarit (2018)²⁵ “Para ter casa há que ganhar a guerra”. Terá de ser assim? Ou, como poderá isso ser se Israel é muito mais poderoso?

SW: A solução tem de ser justa para todas as pessoas. Muitos discutem se a solução estará num estado ou em dois estados. E eu digo: Que tipo de Estado? Que tipo de dois Estados? Dois Estados independentes, democráticos e livres como, por exemplo, Portugal e Espanha, onde as pessoas circulam livremente e eu posso, sem qualquer problema, ir à minha terra? Ou um Estado onde todas as pessoas têm direitos e deveres iguais? Onde todos têm direito ao voto? Ou será um Estado de *apartheid*? É importante perguntar. Que tipo de um Estado? Que tipo de dois Estados? Sabendo da situação e das mudanças que aconteceram agora no terreno, a situação de dois Estados já não me parece viável. Não me parece possível. E, portanto, se temos esperança e se sonhamos, sonhamos com algo em que toda a gente poderá viver lá, no território, de forma igualitária e livre, onde todos têm direitos iguais, independentemente de quem são. É possível encontrar uma solução justa, mas o que é que é isso de ganhar a guerra? Como podemos definir “ganhar a guerra”? Isso poderá ser definido de várias maneiras, poderá ser, inclusive, conseguir um lugar justo, onde as pessoas vivem em igualdade e liberdade. E, quando falo em liberdade, falo em todo o tipo de liberdade, não é só a liberdade da ocupação. Isto é ganhar uma guerra, para mim. Ter liberdade é ganhar a guerra. Na Palestina e em qualquer parte do mundo. É preciso ganhar a guerra contra

²⁵ Joan Margarit, *Para tener casa hay que ganar la guerra* (Barcelona: Austral, 2018).

qualquer colonização, contra qualquer discriminação, contra qualquer desigualdade. Esta é a guerra que necessitamos ganhar. Contra todos os poderes instalados no mundo.

HF: Na tua opinião uma Palestina livre da opressão de Israel será uma Palestina livre de todas as opressões? Ou a luta contra o patriarcado far-se-á mais tarde, como em todos os países da Europa que se assumem livres e democratas, e só é possível fazê-la quando o país não for uma colónia?

SW: É exatamente isso que acabei de dizer. Quando lutamos pela liberdade, lutamos por toda a liberdade. A liberdade não pode ser fragmentada. Eu quando me assumo como palestiniana, assumo-me também como feminista, porque para mim são inseparáveis. Quando estou a lutar pelas questões feministas estou a lutar contra o racismo, contra o antissemitismo, contra as alterações climáticas, contra a homofobia, estou a lutar contra todas as formas de opressão e injustiças. Por isso digo que sou palestiniana e feminista. Porque isso, para mim, quer dizer que sou uma pessoa que luta por todas as liberdades.

HF: Arundhati Roy (2020)²⁶ publicou agora um novo livro, “Azadi: Freedom. Fascism. Fiction”. Azadi significa liberdade em urdu. A escritora escolheu-a porque durante cerca de trinta anos ela simbolizou a luta pela independência do povo da Caxemira e foi utilizada pelo movimento feminista indiano dos anos setenta e oitenta. Nesta obra, a autora aborda as complexidades das questões políticas e sociais da Índia e de Caxemira, que se agravaram com a pandemia e sugere que talvez o covid 19 tenha sido uma boa oportunidade para repensar o mundo em que vivemos, porque segundo ela nada seria pior do que um regresso àquilo que apelidávamos de normalidade. O que pensas disto?

²⁶ Arundhati Roy, *Azadi: Freedom. Fascism. Fiction* (Chicago: Haymarket Books, 2020).

SW: Eu não conheço o livro, mas vi um vídeo da Arundhati Roy durante a pandemia covid 19 que foi muito inspirador. Comecei, também, a ler o livro “O Futuro Começa Agora, Da Pandemia à Utopia”, do Boaventura de Sousa Santos (2020)²⁷ e ele também fala dessa questão, que a pandemia tem de ser uma oportunidade para a mudança, porque nos mostrou, de forma evidente, as desigualdades abissais que existem no mundo. Ele fala inclusive na Palestina e na Faixa de Gaza, em como a pandemia colocou a nu a pandemia da ocupação. Os primeiros casos de covid 19 na Palestina surgiram nos trabalhadores que trabalham em Israel, em condições degradantes. Aliás, basta pensar nisto, como é que Israel muito depressa vacinou quase todo o povo enquanto na Palestina não havia vacinas?

Num dos bombardeamentos, a primeira coisa que atingiram em Gaza foi o Centro de testes de covid. Vários presos palestinianos nas prisões israelitas foram infetados pelos soldados israelitas durante o interrogatório e nunca foram tratados e não tinham as mínimas condições de higiene. Tudo isto já existia, mas na Palestina como no resto do mundo, a pandemia fez-nos pensar e ver as coisas de uma forma muito evidente e clara. Digo no meu livro que o exílio é o início de um lugar de resistência e a pandemia e a sua maneira de exílio (confinamento) deve ser também um lugar de resistência, contra todas as desigualdades e deve-nos levar a repensar o mundo.

HF: Afirmas que um poema, um filme, uma fotografia, uma conversa no TedX, uma tese são as trouxas do exílio das mulheres palestinianas e é através da partilha dessas trouxas que tu e todas as mulheres palestinianas resistem e continuam a sonhar com o regresso a uma Palestina livre. Espero que esta entrevista tenha sido mais uma trouxa que desataste e um passo em frente na realização do teu sonho.

SW: Obrigada!

²⁷ Boaventura de Sousa Santos, *O Futuro começa agora, da pandemia à utopia* (Lisboa: Edições 70, 2020).

Referências Bibliográficas

- Anzaldúa, Gloria. *Borderlands / La Frontera: The new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1980.
- Butler, Judith. *Corpos que importam: Os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: Crocodilo Edições, 2019.
- Darwich, Mahmoud. *Na Presença da Ausência*. Porto: Flâneur, 2018.
- Freire, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- Human Rights Watch. “A Threshold Crossed Israeli Authorities and the Crimes of Apartheid and Persecution”. Human Rights Watch. Acesso em 19 de agosto, 2021. <https://www.hrw.org/report/2021/04/27/threshold-crossed/israeli-authorities-and-crimes-apartheid-and-persecution>.
- Jawad, Saleh Abdel. “La política israelí hacia el Pueblo palestino: un “sociocidio”. *Viento Sur* (2006): 15-22.
- Lopes, Maria João. “Shahd Wadi queria poder chamar feministas às palestinianas”, Público online, acesso em 19 de agosto, 2021, <https://www.publico.pt/2010/04/08/jornal/shahd-wadi-queria-poder-chamar-feministas-as-palestinianas-19120272>.
- Margarit, Joan. *Para tener casa hay que ganar la guerra*. Barcelona: Austral, 2018.
- Masalha, Nur. *Palestine: a Four Thousand Year History*. Londres: Zed Books, 2020.
- Pappé, Ilan. *A limpeza étnica da Palestina*. São Paulo: Sundermann, 2016.
- Roy, Arundhati. *Azadi: Freedom. Fascism. Fiction*. Chicago: Haymarket Books, 2020.
- Said, Edward. *Orientalism*. New York: Vintage, 1978.
- Said, Edward. *The question of Palestine*. New York, Vintage, 1979.
- Santos, Boaventura de Sousa. *O Futuro começa agora, da pandemia à utopia*. Lisboa: Edições 70, 2020.
- Wadi, Shahd. “Feminismos de corpos ocupados: as mulheres palestinianas entre duas resistências”. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009. https://eg.uc.pt/bitstream/10316/13354/1/Tese_mestrado_Shahd%20Wadi.pdf.
- Wadi, Shahd. *Corpos na Trough: Histórias-artísticas-de-vida de mulheres palestinianas no exílio*. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2017.
- Wadi, Shahd. “Corpos na Trough: Histórias-artísticas-de-vida de mulheres palestinianas no exílio”, Cassandra, acesso em 22 de agosto, 2021, <https://www.cassandra.pt/heroides-arquivo-vivo/corpos-na-trough>.

Wadi, Shahd. "Nakba", Dicionário Alice, acesso em 22 de agosto, 2021, https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=24419.

Žižek, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014.

Vidas Militarizadas: entrevista com Gizele Martins

Militarized Lives: interview with Gizele Martins

Vidas Militarizadas: entrevista con Gizele Martins

Maria Clara Dias¹

Resumo: Maria Clara Dias, professora de ética e filosofia política e coordenadora do Núcleo de Inclusão Social da UFRJ, entrevista Gizele Martins, jornalista, comunicadora comunitária, ativista da luta antirracista, da luta contra a militarização da vida, defensora dos direitos humanos e da causa palestina. Autora do livro 'Militarização e Censura: A luta por Liberdade de Expressão na Favela da Maré', Gizele foi contemplada com vários prêmios e convidada a visitar a Palestina, o que lhe permitiu traçar um paralelo entre os processos de militarização que roubam e cerceiam vidas, tanto na Palestina, como nas comunidades do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro e vários outros espaços do território brasileiro.

Palavras-chave: Gizele Martins; Palestina; Israel; Militarização; Direitos humanos

Abstract: Maria Clara Dias, professor of ethics and political philosophy and coordinator of the Center for Social Inclusion at UFRJ, interviews Gizele Martins, journalist, community communicator, activist in the anti-racist struggle, against the militarization of life, defender of human rights and the Palestinian cause. Author of the book 'Militaryization and Censorship: The struggle for Freedom of Expression in Favela da Maré', Gizele was awarded several prizes and invited to visit Palestine, which allowed her to draw a parallel between the processes of militarization that steal and curtail lives, both in Palestine and in the communities of Complexo da Maré, in Rio de Janeiro and several other spaces in Brazilian territory.

Key Words: Gizele Martins; Palestine; Israel; Militarization; Human rights

Resumen: Maria Clara Dias, profesora de ética y filosofía política y coordinadora del Centro de Inclusión Social de la UFRJ, entrevista a Gizele Martins, periodista, comunicadora comunitaria, activista de la lucha antirracista, contra la militarización de la vida, defensora de los derechos humanos y la causa palestina. Autora del libro 'Militarización y censura: La lucha por la libertad de expresión en la Favela da Maré', Gizele fue galardonada con varios premios e invitada a visitar Palestina, lo que le permitió trazar un paralelo entre los procesos de militarización que roban y cercenan vidas. tanto en Palestina, como en las comunidades del Complexo da Maré, en Río de Janeiro y varios otros espacios del territorio brasileño.

Palabras Clave: Gizele Martins; Palestina; Israel; Militarización; Derechos humanos

¹Professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde integra como membro efetivo o Programa de pós-graduação em Filosofia e o programa interinstitucional e interdisciplinar de pós-graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva.

Os problemas diariamente vivenciados pelo povo palestino sempre me pareceram, guardadas as diferenças históricas e culturais, muito semelhante aos vivenciados por muito brasileiros: indivíduos privados de terra, teto e moradores de favelas, cotidianamente expostos a violências estruturais, ao silenciamento e invisibilização engendrados pelas estruturas de poder hegemônicas.

Em maio de 2021, participei de um curso sobre a Palestina, promovido pela PUC de São Paulo. Foi então que conheci a palestrante Gizele Martins, uma liderança da Maré, autora do livro ‘Militarização e Censura: A luta por Liberdade de Expressão na Favela da Maré’.

Durante sua exposição sobre a palestina, Gizele aponta para os processos de militarização que roubam e cerceiam vidas na Palestina, assim como nas comunidades do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro e vários outros espaços do território brasileiro, onde subexistem indivíduos atravessados por preconceitos raciais, culturais e sócio-econômicos. Neste mesmo dia, encaminhei o convite para esta entrevista, então realizada no dia 8 de setembro. Gizele é uma das heroínas dos nossos tempos. Suas palavras, horam os esforços empreendidos pela elaboração desse Dossiê.

Gizele, é uma imensa satisfação poder entrevista-la e agradeço muitíssimo por ter aceito o meu convite e por aceitar tomar parte neste Dossiê. Em primeiro lugar gostaria de pedir para você se apresentar.

Sou Gizele Martins, 36 anos, moradora do Conjunto de Favelas da Maré, favela com população de 140 mil moradores, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Há 20 atuo como comunicadora comunitária. Integro também o movimento de favelas e ao longo desses anos venho pautando nos conteúdos jornalísticos/militantes/acadêmicos, a luta antirracista, a questão de gênero, segurança pública, militarização da vida e direitos humanos. Sou Jornalista (PUC-RIO) e Mestre em Educação, Cultura,

Comunicação e Periferias Urbanas (UERJ) e como resultado da minha pesquisa de mestrado, publiquei o livro ‘Militarização e Censura: A luta por Liberdade de Expressão na Favela da Maré’. Por causa dessa atuação na comunicação comunitária e nas diferentes temáticas, ganhei mais de 10 prêmios e homenagens. Também tive a oportunidade de conhecer diversas favelas e periferias do Brasil e inúmeros países, um destes países foi a Palestina, que tive a oportunidade de visitar em 2017. Desde então, sou apoiadora do movimento palestino.

Quando você teve contato com os palestinos?

Enquanto moradora de favelas do Rio de Janeiro sempre presenciei as opressões e as violações ocasionadas pelos governos racistas e suas forças militares. Historicamente, somos tratados como os inimigos da cidade. Ao passar do tempo, a cada operação policial televisionada pela mídia comercial como um grande sucesso, eu ia até os familiares de vítimas daquelas operações e trabalhava nos meus textos a versão e visão de quem passou a ter a vida marcada por cada uma dessas violências.

Em 2014 e 2015, o Exército se instalou na Maré por causa da realização da Copa do Mundo e durante esse período, circulei inúmeras favelas, universidades, estados e outros países denunciando o que estava ocorrendo dentro da favela da Maré. Nesse período dos megaeventos, o Movimento de Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS), que luta pelo fim da opressão contra palestinos e pressiona o Estado de Israel a respeitar o direito institucional, se aproximou dos movimentos de favelas e de mães e familiares vítimas de violência do Rio de Janeiro. Juntos começamos a pautar a internacionalização da militarização, a protestar contra a Feira de Armas (LAAD) e outras ações sobre a desmilitarização da vida.

Após o período de megaeventos, tive a oportunidade de ir à Palestina para um encontro do movimento BDS. Lá, pude conhecer de perto as opressões que as populações palestinas sofrem em seu próprio território.

Poderia nos falar da sua visita e de suas impressões mais fortes?

Por um pouco mais de 15 dias circulei por: Jerusalém, Jericó, Hebron, o Campo de Refugiado Aida em Belém, Haifa, Ramallah, Nablus e Vale do Jordão. Durante esses dias que estive lá, pude ver de perto como os palestinos têm os seus direitos negados dentro do seu próprio território. O Estado israelense junto aos seus militares e empresas bélicas e de vigilância, viola todos os dias o direito à saúde, educação, habitação, transporte, circulação, água, trabalho e tantos outros direitos que a população palestina luta incansavelmente para voltar a ter. Tudo isso sob forte controle de vigilância e militar, sem contar nas estradas do apartheid e nas construções dos muros do apartheid.

Qual o paralelo que poderíamos traçar entre as vivências do povo palestino e dos brasileiros que vivem em comunidades ou regiões marginais das grandes cidades brasileiras?

São inúmeros os paralelos que podemos fazer da realidade palestina com a realidade das nossas populações negras e empobrecidas do nosso país. Não é igual, mas há muitas semelhanças. Pois assim como as favelas do Rio de Janeiro servem como grandes laboratórios de política da morte no Brasil, com a Palestina ocorre o mesmo, a sua população e território são grandes laboratórios de uma política de apartheid, racista e militar, e isto à nível mundial. As armas e as técnicas são treinadas nos corpos palestinos e vendidos para todo o mundo.

Outro paralelo é sobre as técnicas utilizadas lá e cá, na favela da Maré, durante a ‘ocupação’ do exército nos anos de 2014 e 2015, a cada entrada e saída das ruas das favelas, toda a população era revistada. Essa

técnica aqui é chamada ‘fichamento’. A população palestina, a cada entrada e saída dos seus locais de moradia/trabalho etc, também são obrigados a passar pelos *checkpoints*. Lugares onde os militares podem revistar, barrar (e também matar) palestinos arbitrariamente.

Muitas das técnicas militares e dos aparatos bélicos experimentados nas vidas Palestinas, são vendidos e experimentados nas favelas. Exemplo disso, são os carros blindados da polícia, popularmente chamados no Rio de ‘caveirão’. Os primeiros caveirões que chegaram para aterrorizar as vidas faveladas vieram diretamente da África do Sul, foram utilizados lá na época do apartheid. Os blindados mais recentes vieram diretamente de Israel. Outro ponto importante a ser colocado, é que durante os megaeventos, a Polícia Militar do Rio foi até Israel fazer treinamento militar, inclusive, neste mesmo período o Brasil se tornou um dos cinco maiores compradores de armas israelenses do mundo.

Além dos caveirões, há inúmeras empresas que fabricam helicópteros, câmeras de vigilância e drones, muitas das empresas atuam lá e suas técnicas são vendidas para o Brasil e para diversos outros países da América Latina. Dentre diversos outros paralelos, finalizo dando destaque ao Muro do Apartheid erguido na Palestina para separar os territórios palestinos. Aqui no Rio, durante os megaeventos também tivemos algumas favelas sofrendo com algo parecido. Na Maré há um muro separando a favela da Linha Vermelha, nós moradores da Maré chamamos esse muro de ‘Muro da Vergonha’, pois entendemos que esta é só mais uma técnica utilizada pelo governo para esconder nós pobres.

Que tipo de solução política você vislumbra para os palestinos e para as favelas no Brasil?

Os palestinos lutam incansavelmente por sua terra e para que os seus direitos sejam respeitados. Eles criaram inúmeras formas de movimentos que devem ser espelho para todos nós que lutamos pelo direito à

vida e a à terra em nossos países. E, assim como as opressões estão diretamente ligadas e, sendo elas, ocasionadas pelos Estados, empresas e por militares, é papel nosso internacionalizar a resistência contra estes mesmos que nos matam e silenciam.

Acredito que o movimento BDS vem crescendo na América Latina justamente porque os coletivos que compõem hoje esse movimento criado pelos palestinos, conseguiram entender que existem vários paralelos nas formas em que são oprimidos e violados e, por isso, é tão importante estar cada dia mais pautando, denunciando, se movimentando contra tamanhas opressões.

Para terminar, digo que, por exemplo, lutar contra o caveirão na minha favela, é também lutar pelo fim do caveirão na Palestina. Lutar pelo fim das ligações bélicas entre Brasil e Israel, é defender o direito à vida nas favelas e na Palestina. Pautar o boicote acadêmico no Brasil, é defendermos que as pesquisas tenham como princípio o respeito à vida daqueles que são todos os dias violados, seja no Brasil ou na Palestina. Ou seja, a solução política para ambos territórios é que um dia sejamos respeitados, reconhecidos como aqueles que são parte de uma sociedade e não aqueles que devem ser todos os dias colocados como laboratórios de uma política de controle e da morte para benefício de empresas/empresários que querem todos os dias ter domínio de nossas terras e força de trabalho.

Vigilância Sufocante: A vigilância e controle dos palestinos por Israel durante a Era do Governo Militar¹

Stifling Surveillance: Israel's Surveillance and Control of the Palestinians during the Military Government Era

Vigilancia sofocante: vigilancia y control israelí de los palestinos durante el gobierno militar

Ahmad H. Sa'di²

Tradução e revisão:

Gabriela Spinola Silva³

Rafaela da Costa Vechiato⁴

Muna Muhammad Odeh⁵

Resumo: Israel sempre quis expulsar os palestinos de seu território com o fito de estabelecer um Estado judaico. Porém, comunidades palestinas resistiram e permaneceram, mesmo sob o controle do governo militar israelense e uma vasta gama de métodos de vigilância, isto é, diversos planos para controlar e monitorar os palestinos foram elaborados, sendo a divisão dos palestinos de acordo com vários princípios de organização um dos principais métodos para se alcançar este fim. Observa-se, portanto, que este sistema possibilitou a objetificação dos palestinos, sendo aprimorada pelo fluxo contínuo e extensivo de informações. O propósito de Israel, então, nunca se alterou: a quebra da solidariedade entre os palestinos e sua incorporação às margens da política e da economia israelense como coletividades subordinadas desprovidas de identidade, visão, vontade ou qualquer capacidade de resistência são ferramentas que auxiliam a expulsão dos palestinos.

Palavras-chave: vigilância; controle; Israel; governo militar israelense; palestinos.

Abstract: Israel has always wanted to expel Palestinians from its territory in order to establish a Jewish state. However, Palestinian communities resisted and remained, even under the control of the Israeli military government and a wide range of surveillance methods, that is, several plans to control and monitor the Palestinians were drawn up, with the division of the Palestinians according to various principles of organization one of the main methods to achieve this end. It is observed, therefore, that this system enabled the objectification of the Palestinians, being improved by the continuous and extensive flow of information. Israel's purpose, then, has never changed: the breakdown of solidarity

¹ Artigo originalmente publicado em inglês na *Jerusalem Quarterly*, n. 68 (2016): 36-55

² Professor Associado no Departamento de Políticas e Governo da Universidade Ben-Gurion do Neguev.

³ Doutoranda em Estudos Literários pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Literários (PPLET) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia-MG, Brasil.

⁴ Mestranda em Estudos Estratégicos Internacionais pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). RS, Brasil.

⁵ Professora Associada da Universidade de Brasília. Brasília, DF, Brasil.

among the Palestinians and its incorporation on the margins of Israeli politics and economy as subordinate collectivities lacking identity, vision, will or any capacity for resilience are tools that aid expulsion of the Palestinians.

Key Words: surveillance; control; Israel; Israeli military government; Palestinians.

Resumen: Israel siempre ha deseado expulsar a los palestinos de su territorio para establecer un estado judío. Sin embargo, las comunidades palestinas resistieron y permanecieron, incluso bajo el control del gobierno militar israelí y una amplia gama de métodos de vigilancia, es decir, se elaboraron varios planes para controlar y monitorear a los palestinos, con la división de los palestinos según varios principios. de organización uno de los principales métodos para lograr este fin. Se observa, por tanto, que este sistema permitió la objetivación de los palestinos, siendo mejorada por el flujo continuo y extenso de información. El propósito de Israel, entonces, nunca ha cambiado: la ruptura de la solidaridad entre los palestinos y su incorporación al margen de la política y la economía israelíes, ya que colectividades subordinadas que carecen de identidad, visión, voluntad o capacidad de resistencia son herramientas que ayudan a la expulsión de los palestinos.

Palabras Clave: vigilancia; control; Israel; Gobierno militar israelí; Palestinos.

Israel nunca quis controlar os palestinos: seu objetivo sempre foi o de expulsá-los. Contudo, durante o Mandato Britânico, organizações sionistas estabeleceram vigilância com o intuito de averiguar e monitorar diversos aspectos da sociedade palestina, como parte de suas tentativas de desorganizá-la. Foram observados os aspectos demográficos, religiosos e tribais dos palestinos, assim como suas hamulas (grande núcleo familiar, ou clã), sua distribuição especial, seus comportamentos políticos e suas habilidades militares. Também foram averiguados os recursos, os territórios e as fontes de água principais dos palestinos. Tais atividades de vigilância foram parte de um esforço abrangente para estabelecer um Estado judaico contra a vontade da população indígena árabe.

Ainda assim, quando a Guerra de 1948 acabou, líderes israelenses descobriram que, contrariando suas expectativas, uma quantidade considerável de comunidades palestinas, principalmente na região da Galileia, escapou da limpeza étnica promovida pelas forças judaicas. Consequentemente, a incompletude da expulsão dos palestinos se tornou objeto de muita especulação e distorção.⁶ Porém,

⁶ Por exemplo, segundo o historiador israelense Benny Morris, isto prova que a expulsão dos palestinos nasceu da guerra e não do planejamento deliberado. Ver: Benny Morris, *The Birth of the Palestinian Refugee Problem Revisited* (Cambridge: Cambridge University Press, 2004). Enquanto isso, colaboradores da Palestina e comunistas declaravam que vários palestinos permaneceram no território porque as comunidades judaicas insistiram para que eles ficassem. Ver, por exemplo: Hillel Cohen, *Good Arabs: The Israeli Security Services and the Israeli Arabs, 1948–1967* (Berkeley: University of California Press, 2010) 16–18. Ainda que o argumento de Morris tenha sido amplamente debatido – ver, por exemplo, Nur Masalha, “A Critique of Benny Morris,” *Journal of Palestine Studies* 21, no. 1 (1991): 90–97; Norman Finkelstein, “Myths, Old and New,” *Journal of Palestine Studies* 21, no. 1 (1991): 66–89; Ilan Pappé, *The Ethnic Cleansing of Palestine* (Oxford: Oneworld, 2006) – a alegação que estes palestinos fazem é preocupante: elas pressupõem que os refugiados palestinos tinham alguma escolha quanto a ficar no território ou ir embora, falsificando os fatos que rondavam o êxodo dos palestinos, incluindo massacres, expulsões forçadas, bombardeamentos indiscriminados, e a destruição de vilas e vizinhanças. Além disso, muitos comunistas palestinos – (incluindo líderes como Emile Habibi e Emile Tuma)

discussões internas entre líderes israelenses indicam que a presença contínua destes palestinos em Israel não foi intencional, nem desejada.⁷ Ainda que um sistema de controle político baseado nas Regulações de Defesa do Reino Unido tenha sido imposto aos palestinos; assim como se estabeleceu, durante a guerra, um governo militar e uma vasta gama de métodos de vigilância, o objetivo principal de Israel continuou o mesmo: o de expulsar os palestinos.⁸

Ainda que a expulsão tenha permanecido como o objetivo preferencial de Israel – e, durante os anos 1950 e 1960⁹, foram postos em prática vários esquemas a fim de atingir tal objetivo – já em

e colaboradores deixaram o país durante a guerra e conseguiram permissão para voltarem depois. Ver :Political Committee – Bureau [of Mapai], “Protocol of the Meeting,” 19 January 1950, 7, in Labor Party Archive, Beit Berl, Israel [do-ravante LPA], Files 2-025-1950-13.

⁷ Em um encontro do secretariado do Mapai com os membros do partido pertencentes à Knesset em 18 de junho de 1950, Moshe Dayan, um proeminente comandante da guerra de 1948 e futuro ministro-chefe da Casa Civil e ministro da defesa, declarou que os palestinos ficaram na Galiléia por causa da natureza da operação militar de Israel na região. Segundo Dayan, esta operação assumiu a forma de um movimento de pinça duplo, o que culminou em muitas vilas palestinas de repente se vendo em território controlado por Israel. Moshe Sharett, ministro do exterior e arquiteto-chefe das políticas de vigilância e controle de Israel em seus estágios iniciais, enfatizou que uma rota diferente, que resultaria na expulsão de todos os palestinos da Galiléia, não era possível: “Este processo ocorreu em estágios, e as circunstâncias em torno do êxodo ou desenraizamento árabe em seus estágios iniciais não eram as mesmas circunstâncias dos estágios finais. Há dois fatos: por um lado, a Galileia foi a última área a ser conquistada e, por outro lado, ela tem a maior concentração de árabes que permaneceram. A coexistência destes fatos não é acidental, e sim, uma situação de causa e efeito. *Não devemos nos enganar ao presumir que poderíamos ter lidado com essa questão de qualquer outra forma. Quando confrontamos vilas fortes com raízes profundas que se recusaram a se mover, não poupamos esforços militares, força moral ou valor diplomático* ao buscar a remoção deles (ênfase do autor). Quanto à população palestina na área do Triângulo, a área foi transferida do domínio da Jordânia para o de Israel sob o armistício israelo-árabe de 1949, com a decisão de que não seria expulsa nem prejudicada. Em outras palavras, como disse Dayan: “as fronteiras foram demarcadas de maneira técnica. Se tivessem sido demarcadas de forma diferente, teriam se tornado partes de um Estado inimigo.” Além disso, alguns beduínos permaneceram no deserto de Neguev, e outros palestinos ficaram em algumas vilas e distritos como al-Majdal (cujos moradores palestinos foram expulsos para a Faixa de Gaza em 1951). Outras vilas das quais os palestinos não foram expulsos eram aquelas majoritariamente habitadas pelos drusos, assim como as vilas habitadas pelos circassianos. The Secretariat’s Meeting with [Mapai] MKs [hereafter Secretariat’s Meeting], “Protocol of the Meeting,” 18 June 1950, 1/4, in LPA, Files: Gimel-3; C/3.

⁸ Por exemplo, Moshe Sharett previu, em 18 de junho de 1950, que uma minoria palestina, concentrada nas regiões mencionadas anteriormente, continuariam a existir por algum tempo. Contudo, ele concebeu a existência dessas minorias como algo temporário, dizendo que “*o Estado de Israel, por um golpe do destino, incluirá, por um período, uma minoria árabe numericamente considerável. Não sei qual será o tamanho deste período, nem quais mudanças há de se esperar no turbulento futuro.* Contudo, até a próxima revolta, [...] continuaremos tendo, entre nós, uma considerável minoria árabe.” Secretariat’s Meeting, “Protocol of the Meeting,” 18 June 1950, 2–3/2.

⁹ A Operação Yohanan (1950-1953), que foi supervisionada por Sharett, incluiu as transferências de cristãos da Galileia para o Brasil e a Argentina. O plano de 1964 de Ariel Sharon envolvia travar uma guerra contra a Síria, durante a qual 300 mil palestinos da Galileia seriam transferidos. O Plano *Hafarferet* (infiltrado), um projeto de expulsão dos habitantes palestinos do Triângulo para a Cisjordânia, foi erroneamente executado na vila de Kafr Qasim na véspera da Guerra do Sinai, e resultou em um massacre horrendo em 20 de outubro de 1956, no qual soldados israelenses mataram 49 camponeses inocentes da vila de Kafr Qasim que estavam voltando para casa, sem saberem que um toque de recolher havia sido estabelecido. Aparentemente, o comandante presumiu (incorretamente) que Israel iria atacar a Jordânia e, nesse caso, havia um plano para expulsar os palestinos da área do Triângulo para a Jordânia. Todos os assassinos ou foram absolvidos pela corte, ou foram perdoados pouco depois do encarceramento. Sobre esses planos, ver: Nur Masalha, *An Israeli Plan to Transfer Galilee’s Christians to South America: Yosef Weitz and “Operation Yohanan,” 1949–53* (University of Durham, Centre for Middle Eastern and Islamic Studies, Occasional Paper No. 55, 1996); Yossi Melman and Daniel Raviv, “A Final Solution to the Palestinian Problem?” *Guardian Weekly*, 21 February 1988, 19; Ruvik Rosenthal, “Mi

1951, os líderes israelenses começaram a perceber que os palestinos talvez permaneceriam no território por mais tempo do que o esperado. Além disso, várias leis essenciais que normalizariam o estado cívico dos palestinos, como as leis de nacionalidade, não poderiam mais ser adiadas. Portanto, foram empreendidas discussões minuciosas (conhecidas como *Birour*, ou clarificação) sobre como governar os palestinos, das quais participaram diversos políticos israelenses, vários arabistas, e oficiais de alta patente da inteligência e do exército. A lista de participantes destes encontros é impressionante e inclui figuras como Ben-Gurion, Yitzhak Ben-Zvi (arabista e segundo presidente de Israel), Moshe Dayan, Moshe Sharett, Yigal Alon, Shimon Peres, Abba Eban, Isser Harel (chefe da Agência de Segurança de Israel e do Mossad após a guerra), e Mishael Shechter (um militar de alta patente que, por um período, comandou o governo militar); além de Yehoshua (Josh) Palmon, Ziam Divon, Shmuel Toledano (três conselheiros do primeiro ministro para questões árabes), Abba Hushi, Reuven Barkat, e Amnon Linn (três líderes arabistas).

Vários destes participantes governaram os palestinos pelas duas décadas seguintes. Contudo, é importante ressaltar que estas discussões geraram uma retórica que definiu a linguagem, a mentalidade e os conceitos através dos quais os palestinos seriam vistos e governados até os anos 1990 e, em alguns aspectos, até hoje. Tal retórica inclui a percepção dos palestinos como uma ameaça demográfica que demanda um gerenciamento biopolítico constante; a noção de que devem ser esmiuçados em grupos identitários cada vez menores, e o reforço de identidades emergentes através da educação e da propaganda; a necessidade de romper a continuidade espacial das áreas habitadas pelos palestinos; o impedimento de que os palestinos pudessem formar instituições autônomas, enquanto reforçam a dependência deles das instituições estatais; a separação institucional dos palestinos e judeus; e o esvaziamento dos direitos políticos formais dos palestinos através da enganação e da formação de uma elite de intermediários de negócios nativos.

Da Transferência à Vigilância e ao Controle Político

Ainda que os responsáveis por governar os palestinos já houvessem se acostumado, em 1952, com a ideia de que uma minoria palestina continuaria habitando Israel pelos anos seguintes, os princípios de vigilância, gerenciamento de população e controle político mencionados anteriormente somente foram formalizados em 1958, uma década após o estabelecimento do Estado de Israel e dois anos após o massacre de Kafr Qasim, que representou um momento de crise na narrativa oficial de

harag et Fatma Sarsur: ha-reka', ha-meni'im ve-hishtalshelut ha-'inyanim be-farashat tevah Kefar Kassem" [Who Killed Fatima Sarsur? The Background, Motivations, and Unfolding of the Kafr Qasim Massacre], in *Kefar Kassem: eru'im u-mitos* [Kafr Qasim: History and Myth], ed. Ruvik Rosenthal (Tel Aviv: HaKibbutz HaMe'uhad, 2000).

Israel, pois expôs a agenda secreta do Estado. O plano de 1958 foi elaborado por veteranos representantes das várias instituições que governavam os palestinos: O departamento árabe da Histadrut, a Agência de Segurança de Israel (*Sherut Bitachon Klali*, ou Shin Bet), o gabinete do conselheiro de assuntos árabes do primeiro-ministro, o exército israelense, e o departamento árabe do Mapai. Os autores do plano delimitaram três pressuposições sobre as quais o plano foi premeditado. Primeiramente, ainda que a expulsão durante a guerra não devesse ser descartada, a transferência de palestinos em circunstâncias normais não era possível.¹⁰ Segundamente, a integração dos palestinos à sociedade e vida política israelense como cidadãos iguais não era possível; somente a sua incorporação parcial poderia ser cogitada. Em terceiro lugar, as considerações em relação à segurança deveriam sempre ser prioritárias. O plano em si é longo e detalhado, mas irei resumir seus pontos principais abaixo:

1) Controle político. Este objetivo seria alcançado ao impedir os palestinos de estabelecerem qualquer grupo político autônomo capaz de articular seus pontos de vista e suas preocupações. Enquanto isso, o Estado mobilizaria grupos de colaboradores para inibir quaisquer atos separatistas que os palestinos pudessem empreender - em particular, qualquer esforço para reconhecer a Galiléia como parte do Estado Palestino, de acordo com o plano de partilha de 1947. Além disso, estes colaboradores seriam usados para apresentar quaisquer lutas políticas que os palestinos pudessem travar contra o Estado como uma disputa interna entre moderados e radicais palestinos. Eles também espiariam dentro de suas comunidades e informariam os grupos oficiais responsáveis.

2) Segmentação dos palestinos. Esse objetivo constitui-se em dois processos: a guetificação espacial dos palestinos ao dividir a continuidade territorial das áreas habitadas pelos árabes, e a balcânização da minoria palestina. A primeira parte seria alcançada ao implantar “sérias lacunas judaicas” em regiões habitadas por palestinos; e a segunda seria através da nutrição de interesses particulares em cada componente “étnico” da população palestina, através de favoritismo e outros meios.¹¹

3) Dependência econômica. Este objetivo deveria ser alcançado tanto em um nível individual quanto em um nível coletivo. A nível pessoal, os palestinos deveriam ser diretamente conectados ao Estado através de interesses pessoais. Aqueles que se beneficiassem de trocas econômicas com instituições oficiais (tais como o setor público, repartições de Estado, empreendimentos da Histadrut,

¹⁰ Arab Affairs Committee [hereafter AAC], 30 January 1958, “Protocol of the Meeting,” 2–3, in LPA, Files 7/32.

¹¹ AAC, “Protocol of the Meeting,” 30 January 1958, 4

dentre outros) precisavam se identificar com o Estado.¹² Enquanto isso, os palestinos deveriam ser incorporados à periferia da economia israelense e aos degraus mais baixos do mercado de trabalho através de empregos em empreendimentos do Estado e da Histadrut. Contudo, esta incorporação somente seria possível se dar emprego aos palestinos significasse maior lucro para as empresas judaicas.¹³

4) Provisão de serviços e mudanças administrativas a nível local. A provisão de serviços para localidades palestinas, incluindo água corrente, estradas pavimentadas, e saúde pública – chamada de “modernização” por acadêmicos e políticos israelenses – representa uma ferramenta essencial de desenvolvimento. Contudo, por trás desta política supostamente positiva, havia intenções sinistras. Reuven Barakat – um arabista, líder da Histadrut, membro do Mapai, e autor principal do plano – revelou a lógica (panóptica) oculta por trás dessa política, dizendo:

A eletrificação dos vilarejos árabes tem um imenso valor não apenas em termos econômicos e culturais, mas também no que concerne à segurança. Quando você passa pela rua Wadi ‘Ara (que cruza a área do Triângulo, habitada por palestinos) à noite, você vê uma escuridão hostil... Se iluminarmos essa escuridão, nós os tiramos da escuridão e os colocamos sob nossa supervisão. O mesmo vale para as ruas e transportes.¹⁴

Além disso, oferecer estes serviços através de instituições oficiais ou semi oficiais israelenses aumentaria a dependência dos palestinos em relação ao Estado.¹⁵

Enquanto isso, as mudanças administrativas implicavam na democratização das políticas locais palestinas, ao estabelecer conselhos locais através da eleição. Contudo, neste âmbito, assim como foi na introdução de serviços modernos, o objetivo principal se tratava do controle e monitoramento dos palestinos. Políticas democráticas constituíam um campo ideal através do qual os arabistas arquitetariam as relações sociais dos palestinos a um nível local ao fomentar conflitos entre *hamulas* rivais, por exemplo, ou ao dar benefícios para “árabes positivos.” Um documento sigiloso de 1959 declara:

A política do governo [...] buscou dividir a população árabe entre comunidades e regiões diversas [...]. O status municipal das vilas árabes e o espírito competitivo das eleições locais aprofundou as divisões internas de cada vila.¹⁶

¹² AAC, “Protocol of the Meeting,” 30 January 1958, 4

¹³ AAC, “Protocol of the Meeting,” 30 January 1958, 6–7.

¹⁴ AAC, “Protocol of the Meeting,” 30 January 1958, 9.

¹⁵ AAC, “Protocol of the Meeting,” 30 January 1958, 35

¹⁶ Citado em Tom Segev, 1949: The First Israelis (New York: Owl, 1998), 65.

5) Implementação da ordem hegemônica. Vários fóruns e publicações foram estabelecidos para induzir o que Fanon chamou de “mistificações” entre os palestinos.¹⁷ Tais mistificações incluíam um jornal árabe de publicação diária; clubes para trabalhadores, fazendeiros e jovens, comandados pelo Departamento Árabe da Histadrut; e a inauguração de um departamento da Hasbará.¹⁸ Dispensou-se uma atenção especial para a “intelligentsia”, que era considerada a mais potente força sociopolítica entre os palestinos. O desemprego poderia levar alguns dos palestinos a formentarem rebeliões - ou a, pelo menos, desafiar a narrativa oficial. Contudo, estes indivíduos também poderiam ser usados para espalharem a Hasbará dentre suas comunidades e no exterior. Portanto, a fim de cumprir este propósito, sugeriu-se que eles fossem alocados para trabalhar em posições de baixo escalão em consulados e embaixadas israelenses. Uma proposta ainda mais sinistra foi encorajar que palestinos com educação formal trabalhassem na indústria do entretenimento, a fim de divergir as atenções de seu povo da realidade crua que viviam. De fato, um político veterano que participou das discussões do plano salientou a necessidade “de se estabelecer bandas musicais e grupos de entretenimento, para dar expressão aos sentimentos deles no âmbito cultural. Esta [recreação] também é uma área de emprego possível para estudantes universitários e jovens com ensino médio completo. O dizer romano do ‘pão e circo’ não está errado.”¹⁹

Além disso, os autores do plano aconselharam a manipulação das dinâmicas de classe da sociedade palestina através da educação. A educação deveria ser usada para cooptar palestinos vindos de um ambiente felá, e não da classe média decadente. A racionalização por trás disso era a de que literatos de origem de classe média carregariam e articulariam os agravantes de sua classe social, que assumiu um papel de liderança nacionalista durante o Mandato Britânico - um legado que a *intelligentsia* rural não tinha.

Vigilância, Controle Político e “Ocupação Esclarecida”

O governo militar que comandava formalmente os aspectos do dia a dia dos palestinos foi encerrado em 1966. Contudo, as Regulações de Defesa, que constituíam a infraestrutura legal para intrusiva e sistematicamente supervisionar e controlar os palestinos, nunca foram revogadas. As funções que o governo militar desempenhava até aquele momento foram transferidas para a polícia e a Shin Bet.

¹⁷ Frantz Fanon, *The Wretched of the Earth* (Nova Iorque: Penguin, 1961).

¹⁸ Em hebraico, “hasbara” significa “explicação.” Contudo, seu real significado é o fornecimento de informações enviesadas ou específicas a fim de atingir um objetivo específico - ou seja, propaganda.

¹⁹ AAC, “Protocol of the Meeting,” 30 January 1958, 19, in LPA, Files 7/32.

Porém, os arabistas tiveram que repensar suas propostas e seus planos em alguns meses após o encerramento do governo militar. Após a Guerra dos Seis Dias de 1967, Israel buscou implementar aquilo que seus líderes chamavam de “política (esclarecida) liberal” para os palestinos residentes nos territórios recém-conquistados. Portanto, os arabistas tiveram que lidar com a seguinte questão: como Israel poderia buscar uma política mais liberal para os palestinos, que não eram cidadãos, do que para os cidadãos israelenses? Para lidar com este dilema, Shmuel Toledano, conselheiro de assuntos árabes do primeiro-ministro, convocou arabistas, ministros e membros da Knesset envolvidos em assuntos árabes para uma “reunião secreta” em 20 de junho de 1968. Toledano delimitou de forma clara e sucinta os princípios das políticas israelenses em relação à minoria palestina, que podem ser lidos a seguir:

a) Quanto às organizações árabes – decidimos:

- 1) Prevenir o estabelecimento de partidos políticos árabes independentes, ou organizações árabes nacionais;
- 2) Prevenir o estabelecimento de organizações islâmicas nacionais, com base religiosa ou nacionalista, e impedir rituais islâmicos (populares);
- 3) Prevenir o estabelecimento de organizações municipais árabes para além do nível local;
- 4) Prevenir o estabelecimento de grandes empreendimentos econômicos árabes – um banco independente, sindicatos trabalhistas árabes, e câmaras de comércio – enquanto nos esforçamos para preservar a dependência econômica que os árabes têm do setor judeu;
- 5) Prevenir o estabelecimento de instituições sociais independentes e clubes esportivos. Em vez disso, encorajamos a integração dos árabes em espaços israelenses já existentes.

b) Quanto à recompensa e punição, agimos conforme as seguintes diretrizes:

- 1) Premiar certos vilarejos e seitas religiosas com tratamento preferencial no tangente ao desenvolvimento socioeconômico;
- 2) Dar benefícios extras para colaboradores e protegê-los de elementos negativos;
- 3) Cultivar líderes em vários níveis – membros da Knesset e chefes de autoridades locais – ao canalizar estes benefícios extras através deles.

c) Quanto à demografia, agimos conforme as seguintes diretrizes:

- 1) A inculcação da noção de planejamento familiar dentre árabes israelenses;

- 2) A disponibilização de assistência direta e indireta para aqueles que desejarem migrar;
 - 3) A iniciação de várias medidas para a liberação das mulheres, particularmente através da elevação de seus parâmetros educacionais e, de forma geral, de suas vidas familiares. Chegamos à conclusão de que o aumento da qualificação acadêmica da mulher causa um declínio em sua fertilidade. Portanto, encarávamos a seguinte questão: o que é preferível, uma grande população com baixa consciência política, ou uma população pequena, mas mais educada e mais nacionalista? Quanto maior a educação, maior o patriotismo – crescem juntos. Demos prioridade à questão demográfica. Dissemos que não importa o quão nacionalistas eles possam ser, o aspecto mais importante é a demografia;
 - 4) No campo da migração interna, encorajamos o assentamento de árabes e beduínos nas cidades mistas no centro do país. Propusemos que os judeus se mudassem das cidades para os vilarejos, e que os árabes fizessem o movimento contrário;
 - 5) Decidiu-se dividir as concentrações demográficas dos árabes na Galileia, no Triângulo, e no Neguev, através de assentamentos judaicos ou instituições estatais, tais como o exército, a polícia e instituições civis.
- d) Primeiramente, quanto ao grupo étnico, à tribo, e às hamulas, determinamos que a desintegração da tribo e da hamula deve se dar através da desaceleração; sem ser submetida, contudo, a representantes que não têm nenhum apoio real. Isso significa que devemos tentar preservar a hamula e a tribo – mas, se na realidade isso se mostrar insustentável, devemos adotar outros líderes. Em segundo lugar, separaríamos e daríamos preferência às comunidades dos drusos e circassianos; e, de forma limitada, à comunidade dos gregos católicos. Isso permaneceu até a Guerra dos Seis Dias de 1967.
- e) Quanto às terras, decidimos:
- 1) Encerrar os requerimentos dos ausentes. Em breve, delimitaremos um prazo para os requerimentos de compensações.
 - 2) Concluir o assentamento de terras no Norte (na Galileia) e embarcar em igual organização no Neguev.
 - 3) Evitar confisco de terras pelo máximo de tempo que for possível. Vimos que partilhas de terras gera incômodos. Portanto, fizemos o nosso melhor, nos últimos

três anos, para não expropriarmos quaisquer terras. Creio que este episódio está chegando ao fim.

- f) Quanto à tensão judaico-árabe, chegamos à conclusão de que fricções entre judeus e árabes (ou seja, ataques aos árabes feitos por judeus em espaços públicos) devem ser proibidas.
- g) Construção desordenada - concluímos que deveriam ser arquitetados planos de zoneamento para as vilas. Em locais onde [tais] planos existem, devemos iniciar a demolição das casas [que foram construídas fora dos limites do local].
- h) Quanto aos beduínos, decidimos:
 - 1) Realocá-los ao norte, de forma coletiva e organizada;
 - 2) Sedentarizá-los e mudar [seu meio de subsistência] da agricultura para o trabalho assalariado.
 - 3) Gradualmente eliminar suas cabeças de gado.²⁰

Após delinear estes princípios, Toledano apresentou três alternativas para discussão. A primeira seria buscar uma alternativa liberal nos moldes das políticas empregadas contra os palestinos nos territórios ocupados, o que incluiria uma margem maior de liberdade de expressão e a transferência de dotes islâmicos para o gerenciamento palestino.²¹ A segunda seria manter a política do momento da forma que estava, em vista de seu sucesso. A terceira seria adotar um meio-termo entre as duas opções. No fim das contas, os princípios políticos delimitados por Toledano não foram substituídos por uma política liberal. Na verdade, foram mantidas pelo governo israelense e constituíram – com algumas adições e certo refinamento tático – a política oficial direcionada aos palestinos em Israel até o ano de 1991.

Controle Institucionalizado e Vigilância

Os planos e princípios políticos mencionados anteriormente foram postos em prática através de um sistema de controle e vigilância com múltiplas camadas. Tal sistema incluía diversas instituições, com algumas delas valendo-se da força bruta, e outras utilizando formas mais sutis de poder – retomando a distinção althusseriana entre aparatos repressivos e ideológicos de Estado. O aparato repressivo de Estado mais notável provavelmente é o governo militar. Ainda que existisse antes, o governo militar foi oficialmente instituído em 3 de setembro de 1948. O chefe do governo era um

²⁰ AAC, “Stenographic Report of the Meeting,” 20 June 1968, 3–7, in LPA, Files 7/23/68.

²¹ AAC, “Stenographic Report of the Meeting,” 20 June 1968, 9.

general responsável por todos os aspectos das vidas dos palestinos, e que fazia parte de duas hierarquias: a militar e a civil. No âmbito militar, ele se dirigia ao ministro-chefe da Casa Civil. Já em questões militares, trabalhava sob o Ministro da Defesa. A área sob o comando militar foi inicialmente dividida em cinco regiões, que foram condensadas em três após 1950: o distrito norte (a Galileia), o distrito central (o Triângulo) e o distrito sul (o Neguev).²² Cada uma destas três regiões era governada por um comandante militar. A população árabe que permaneceu nas cidades de Haifa, Jafa, Lida, Ramla e al-Majdal (antes da transferência no início dos anos 1950) estava concentrada em bairros pobres e foi submetida ao domínio militar até o dia 1º de julho de 1949, quando os imigrantes judeus foram assentados nas residências árabes desertas, convertendo, portanto, algumas destas cidades – que outrora foram cidades árabes – em cidades mistas.²³

O governo militar era composto por uma força de trabalho pequena e majoritariamente inepta. Por exemplo: em 1949, era composto por cerca de mil funcionários.²⁴ Até 1958, este número diminuiu para 116 pessoas – destas, 87 foram submetidas a funções administrativas e operacionais (a exemplo de ser um contato com a população local), enquanto os demais cumpriam deveres de escolta e patrulha.²⁵ Muitos dos membros deste governo pertenciam ao excedente do exército, onde eram vistos como deslocados devido à idade, saúde ou lesão.²⁶ Além disso, muitos eram corruptos, o que transformou a pilhagem, a extorsão e a crueldade em marcas registradas deste sistema.²⁷ Esta equipe corrompida foi responsável pelo crescimento rápido da população. Em 1958, a equipe de 116 pessoas governou 180 mil palestinos e teve que empreender tarefas formidáveis.²⁸ De fato, em 14 de maio de 1950, o primeiro-ministro Ben-Gurion decretou que os ministérios deveriam lidar com árabes apenas através do governo militar.²⁹ Ziama Divon, a segunda conselheira do ministro sobre assuntos árabes, deu detalhes das seguintes tarefas atribuídas ao governo militar (além da tarefa principal de parar o retorno dos refugiados palestinos):

²² Don Peretz, “Early State Policy towards the Arab Population, 1948–1955,” in *New Perspectives on Israeli History*, ed. Laurence J. Silberstein (New York: New York University Press, 1991), 85.

²³ Sarah Ozacky-Lazar, “The Military Government as an Apparatus of Control of Arab Citizens in Israel: The First Decade, 1948–1958,” *HaMizrah haHadash* 43 (2002): 111.

²⁴ Segev, 1949, p. 48.

²⁵ AAC, “Protocol of the Meeting – The Military Government,” 14 August 1958, 9, in LPA, Files 7/32.

²⁶ Segev, 1949, 51; Shira Robinson, *Citizen Strangers: Palestinians and the Birth of Israel’s Liberal Settler State* (Stanford: Stanford University Press, 2013), 90–95.

²⁷ Ver, por exemplo, Ilan Pappé, “An Uneasy Coexistence: Arabs and Jews in the First Decade of Statehood,” in *Israel: The First Decade of Independence*, ed. S. Ilan Troen and Noah Lucas (New York: State University of New York Press, 1995), 639; Robinson, *Citizen Strangers*, 90–95.

²⁸ AAC, “Protocol of the Meeting – The Military Government,” 14 August 1958, 2.

²⁹ Eyal Kafkafi, “Segregation or Integration of the Israeli Arabs: Two Concepts in Mapai,” *Journal of Middle East Studies* 30 (1998): 354.

1. Imposição de regulamentos emergenciais: fechamento de áreas, cortes militares, detenção administrativa, imposição de toques de recolher, e restrição de movimento;
2. Recolhimento de informações atualizadas sobre a população sob a jurisdição deste governo;
3. Atribuição de passes e permissões de trabalho fora das áreas do governo militar;
4. Liberação de licenças para porte de armas;
5. Estabelecimento de conselhos locais e apontamento dos *mukhtars* (líderes das vilas);
6. Aconselhar o apontamento de professores e funcionários civis;
7. Empreender o empréstimo de terras;
8. Liberar licenças para a compra de tratores;
9. Conceder várias franquias;³⁰
10. Incentivar o estabelecimento de projetos de desenvolvimento nas vilas.³¹

Tais tarefas deram ao governo militar poderes imensos para controlarem todos os aspectos das vidas dos palestinos. A manifestação mais imediata destes poderes foi o sistema de passes e licenças. As três regiões sob o governo militar foram divididas e subdivididas em unidades menores – o que, em muitos casos, formaram os limites de uma só localidade, ou de um pequeno aglomerado de vilas. Por exemplo, até 1954, a Galileia era dividida em 46 áreas, e exigiam-se passes para transitar entre elas. Mesmo após o relaxamento das restrições, as áreas sob o regime militar foram divididas em 16 zonas. Enquanto isso, a população beduína em Neguev foi confinada à *siyaj*, cuja área consistia em menos de 10% da área total que eles habitavam anteriormente. O governo militar não existia apenas para controlar os palestinos, mas também para dar cabo de outras tarefas, tais como: confiscar terras palestinas ao declará-las como áreas militares fechadas; judaizar os espaços; regular a entrada de mão de obra palestina no mercado de trabalho; e organizar a expulsão de palestinos, caso uma oportunidade aparecesse.³²

Contudo, o governo militar era a camada externa dos aparatos coercitivos. A camada mais essencial, provavelmente, era o Shin Bet. Instituído no verão de 1950, o Shin Bet tinha como missão principal a prevenção de atividades de sabotagem e espionagem. Apesar disso, se envolveram na

³⁰ Ver: Kafkafi, “Segregation or Integration,” 357

³¹ Arab Department, “The Problem with the Military Government” (discussion paper, n.d.), 2–3, in LPA, Files 26/11

³² AAC, “Protocol of the Meeting – The Military Government,” 14 August 1958, 4–6.

ampla vigilância de diversos aspectos das vidas dos palestinos: monitoravam a população palestina em aulas, escritórios, mesquitas, espaços públicos e eventos sociais, a fim de aprender mais sobre suas atitudes políticas.³³ Estas atividades de vigilância eram conduzidas simultaneamente às demais atividades empreendidas por agências da natureza da Shin Bet, como instalações de escutas em geral e em sistemas de comunicação, e interceptação de correspondências. Além disso, o Shin Bet avaliava (e em muitos casos continua avaliando) palestinos que se candidatassem para cargos em setores estatais e públicos, tais como os de professores, diretores, inspetores, burocratas e membros de instituições relacionadas à Histadrut, assim como funcionários em instituições religiosas islâmicas. As recomendações do Shin Bet geralmente eram direcionadas ao escritório do conselheiro de assuntos árabes. Ademais, o Shin Bet aconselhava órgãos e organizações políticas sobre opções políticas disponíveis para os palestinos.³⁴

Um terceiro aparato seria a polícia. Para além do dever de manter a lei e a ordem, a polícia tinha tarefas extras a serem realizadas nas áreas habitadas por palestinos, tais como vigilância política e controle. A polícia, em especial o “departamento de tarefas especiais” (Matam), foi encarregada de monitorar os palestinos, assim como coordenar atividades com o Shin Bet e o governo militar.

Estas três organizações – o governo militar, o Shin Bet e a polícia (Matam) – junto ao gabinete do conselheiro do primeiro-ministro, coordenavam suas ações através de um comitê misto, conhecido como comitê central (HaVa’ada HaMerkazit) a nível nacional, e através de comitês distritais (Va’adot Mirchaviot) a nível local. Ao comitê central foram confiadas, dentre outras, as seguintes missões: avaliação de candidatos para os postos de professores, demissão de professores com base em inclinações políticas, e decisão sobre a liberação de licenças para condução de táxis, caminhões, e abertura de empreendimentos. Enquanto isso, os comitês dos três distritos (correspondentes às áreas sob o comando do governo militar) estavam incumbidos de vigiar as atividades diárias dos palestinos a um nível microscópico, e de elaborar recomendações ao comitê central.³⁵

Ainda que estes aparatos funcionassem através da supervisão, punição, restrição, supressão e expropriação a fim de impedir dissidências e encorajar colaboração, o objetivo da Histadrut era incorporar os palestinos às estruturas do Estado e na economia como cidadãos de segunda classe. Seu

³³ Sobre sua mais recente participação na vigilância política, ver, por exemplo, Yuval Yoaz and Jack Kourie, “Shin Bet: Citizens Subverting Israel Key Values to Be Probed,” *Ha’Aretz*, 20 May 2007.

³⁴ Uzi Benziman and Atallah Mansour, Dayare Mishneh: *‘Arviye Yisra’el: ma’amadam vehamediniyut kelapehem* [Subtenants: Israel’s Arabs, Their Status and the Policy toward Them] (Jerusalem: Keter, 1992).

³⁵ AAC, “Protocol of the Meeting – The Military Government,” 14 August 1958, 9; Cohen, *Good Arabs*, 202; Shim’on Avivi, *Tas nehoshet: ha-mediniyut ha-Yisra’elit kelape ha-’edah haDruzit, 1948–1967* [Copper Plate: Israeli Policy toward the Druze, 1948–1967] (Jerusalem: Yad Yitzhak Ben-Zvi, 2007), 33–54.

papel foi formalizado em agosto de 1949 através de um acordo entre o representante da Histadrut e o conselheiro de assuntos árabes. Segundo isto, a Histadrut se encarregaria de: bancos, organizações de publicidade, transporte, cooperativas locais, e disponibilização de créditos, dentre outras coisas.³⁶ Também foi dito que seu papel era o de servir para fins políticos: “O desenvolvimento da economia árabe deve contribuir para a luta contra as forças na comunidade árabe que se opõem *de facto* ou *de jure* ao Estado de Israel, sua segurança, ou seu desenvolvimento.”³⁷

Enquanto a Histadrut promovia produtos agrícolas árabes em cidades e assentamentos judeus ao organizar mercados livres, a organização também recebeu apoio do governo militar para estabelecer comércios, em vilarejos árabes, que vendessem produtos israelenses, a fim de fazer com que o dinheiro que os palestinos recebessem “circulasse” de volta para a economia judia.³⁸ A Histadrut também foi a principal fornecedora de serviços vitais – disponibilizava planos de saúde e serviços de saúde através de suas clínicas nacionais da Kupt Holim, e foi responsável pelo treinamento de paramédicos. Além disso, enquanto sindicato de trabalhadores, a Histadrut providenciou proteção aos trabalhadores palestinos, após estes terem sido aceitos na federação do trabalho em 1960.³⁹ Também estabeleceu clubes esportivos em vilas palestinas, especialmente times de futebol – o esporte mais popular dentre os palestinos – dentro da rede esportiva Hapoel.⁴⁰

Concomitantemente a estas atividades, a associação buscava influenciar as consciências palestinas através de uma ampla gama de atividades culturais e educacionais. Por exemplo: em alguns locais, abriram “clubes, [o que] incluía uma biblioteca, uma sala de leitura, jogos e jornais.”⁴¹ Estes clubes também exibiam filmes, apresentavam peças e disponibilizavam palestras públicas. A partir de 1961, dispensou-se uma atenção especial às mulheres palestinas pois, conforme declarava um relatório da Histadrut: “Devido à nossa atividade nesta área, percebemos que as mulheres árabes estão suscetíveis à nossa Hasbará e estão prontas para serem incorporadas à vida da Histadrut e do Estado.”⁴² Portanto, vários cursos para as mulheres – modelados com base na educação colonial para

³⁶ M. ‘A. N. Mol and Y. Palmon, “An Outline of Meetings Carried Out between 21 and 25 August 1949,” in the Lavon Archive of the Histadrut, Tel Aviv, Israel, Document no. IV-208-1: 5815.

³⁷ Mol and Palmon, “Outline of Meetings.”

³⁸ The Histadrut’s Arab Department, “The Activities of the Economic Section of the Arab Department Acting Beside the Histadrut’s Executive, Submitted to the Subcommittee of the Knesset’s Arab Affairs Committee,” undated report, 1–2, in the Lavon Archive, Document No. IV-208-1- 5814.

³⁹ “A Review of the Histadrut’s Arab Department,” n.d., 2–3, in LPA, political committee’s files.

⁴⁰ “Review of the Histadrut’s Arab Department,” 5–6.

⁴¹ “Review of the Histadrut’s Arab Department,” 4.

⁴² “Review of the Histadrut’s Arab Department,” 6.

mulheres nativas – foram lançados, com foco em ensino de gestão do lar, atividades artesanais manuais, e hebraico.⁴³

No âmbito da Hasbará, o departamento árabe da Histadrut assumiu, em 1960, o gerenciamento do *al-Yawm*, o jornal diário árabe semi-oficial.⁴⁴ Além disso, uma gama diversa de obras foram publicadas, a exemplo de *al-Yawm for Children*, que, com recomendação do Ministério da Educação, foi vendido para escolas; e a publicação mensal *al-Hadaf* (o Alvo), que também foi lançado em 1960 e apresentava análises sociais e políticas, tomando o lugar do *Haqiqat al-Amr* (A Verdade Nua e Crua), o periódico de propaganda árabe de longa data da Histadrut e da Agência Judaica.

Havia várias outras publicações, dentre elas a *Sada al-Tarbiya* (O Eco da Educação), uma revista semi-mensal para professores, que foi distribuída para quase todos os professores árabes, membros do sindicato dos professores. A Histadrut também publicou livros em árabe (em sua maioria, traduções do hebraico), assim como calendários que enfatizavam datas e comemorações israelitas. Também tentaram influenciar o grande público palestino (não só os alfabetizados) através de filmes exibidos em vilas palestinas, seja como forma de distração ou de transmissão de mensagens subliminares. Além disso, um grupo teatral de judeus iraquianos (o grupo Ohel) tornou-se o grupo de teatro oficial da Histadrut. Eles encenavam peças escritas por dramaturgos árabes, tais como o clássico de romance *Majnun Layla*, lançado em outubro de 1956.⁴⁵

Considerando-se estas atividades, um relatório declarava que:

A Histadrut é [vista como] a principal entidade pública que manifesta a presença de Israel nas vilas árabes ao longo do ano. Quase nenhuma repartição dos ministérios governamentais ou do partido [Mapai] se faz presente nas vilas árabes. A Histadrut é a única organização que ocupa prédios e centros de atividade que mostram na prática, através de avisos, bandeiras etc., a presença de Israel nas vilas árabes, sejam elas grandes ou pequenas, e isto é importante. Eu diria que a Histadrut se tornou hegemônica nos âmbitos sociais, culturais e políticos.⁴⁶

A Histadrut também era um meio de angariar apoio árabe para o partido Mapai, então no poder, ao pressionar os indivíduos a votarem no partido, ou em seus aliados ou coligações, para a Knesset.⁴⁷ Agora que expusemos os planos de Israel para controle e supervisão dos palestinos – que, após 1952, buscavam mantê-los às margens da política, da sociedade e do mercado de trabalho – e as

⁴³ “Review of the Histadrut’s Arab Department,” 6.

⁴⁴ “Review of the Histadrut’s Arab Department,” 5.

⁴⁵ “Review of the Histadrut’s Arab Department,” 5.

⁴⁶ AAC, “Protocol of the Meeting,” 6 June 1968, 12, in LPA, Files 7/32/68.

⁴⁷ AAC, “Protocol of the Meeting,” 6 June 1968, 3–4.

instituições responsáveis por colocar tais planos em prática, vamos, portanto, comentar a respeito do impacto e da eficácia de tais planos.

Poder Estatal em Ação e Seus Sujeitos

A eficácia e o sucesso das estratégias israelenses dependiam do quanto os palestinos poderiam ser induzidos ou coagidos a se sujeitarem aos modos de operação, às racionalizações, imagens e táticas das quais estes planos consistiam. Essa subjugação, claro, é impensável em circunstâncias normais, e se torna possível apenas sob aquilo que Carl Schmitt chamou de “estado de exceção.”⁴⁸ No resto desta seção, discutirei alguns dos métodos de controle e vigilância empreendidos para implementarem tais planos. O primeiro método foi a divisão da população horizontal e verticalmente, de acordo com vários critérios, até a menor “unidade natural” possível, permitindo, portanto, que o poder estatal se embrenhasse em todo o corpo social e afetasse os grupos almejados.

O Binário Judeu-Árabe

A primeira linha de divisão é entre judeus e não-judeus (ou seja, palestinos); ou, em outras palavras, entre a população judia majoritariamente colonizadora, e os palestinos nativos. Na verdade, fronteiras racializadas estão enraizadas na ideia de se estabelecer uma pátria-mãe para os judeus europeus através da migração e do domínio político e militar em um país majoritariamente habitado por árabes indígenas. Desde o início, o Estado em si serviu como um meio de alcançar e expandir os planos nacionais (judeus). O termo “israelita” tem sido usado como sinônimo de judeu israelense. O Estado também embarcou em dois projetos paralelos: a homogeneização da população judaica e a judaização do espaço. O primeiro projeto assumiu a forma de uma promoção vigorosa de uma política do caldeirão de raças e da construção de um caráter nacional de “israelidade.”⁴⁹ O segundo projeto consistia na criação de um senso de direito exclusivo ao país através de apostilas escolares ideologicamente enviesadas e conhecimento “científico” na arqueologia, na geografia, na cartografia, na história, na sociologia e nas ciências políticas, assim como através da des-arabização e na designificação da paisagem do país.⁵⁰ Além disso, essa noção de identificação étnico-nacional estava

⁴⁸ Carl Schmitt, *Political Theology* (Chicago: University of Chicago Press, 2005).

⁴⁹ Ver Baruch Kimmerling, *The Invention and Decline of Israeliness: State, Society, and the Military* (Berkeley: University of California Press, 2001).

⁵⁰ Ver, por exemplo: Ghazi Falah, “The 1948 Israeli-Palestinian War and Its Aftermath: The Transformation and Designification of Palestine’s Cultural Landscape,” *Annals of the Association of American Geographers* 86 (1996): 256–285; Meron Benvenisti, *Sacred Landscape: The Buried History of the Holy Land since 1948* (Berkeley: University of

ligada à segurança.⁵¹ Consequentemente, o caminho para a hierarquia etnicamente enviesada e colonização interna foi bem curto.⁵² De fato, a dicotomia judaico-palestina se traduziu em uma hierarquia de comandantes e comandados.⁵³ Yehoshua (Josh) Palmon, o primeiro conselheiro do Primeiro Ministro em assuntos árabes, falou sobre a importância do “desenvolvimento separado”.⁵⁴ Em uma estrutura de poder de *apartheid* tal como essa, os cidadãos judeus como um todo, assim como grupos específicos de judeus (como prefeitos – incluindo Abba Hushi, Yosef Katran e Mordechai Surkis – professores em escolas árabes, burocratas, funcionários do Mapai e da Histadrut, e estudantes universitários de destaque associados ao Mapai), eram vistos pelos membros políticos como agentes potenciais, ou ativos, da vigilância e do controle dos palestinos.⁵⁵

Oficialmente, a divisão judaico-palestina foi reproduzida nos documentos de identidade, onde cada cidadão era classificado em uma de duas categorias étnicas dicotômicas: Judeu ou árabe (a categoria dos drusos, complexa e adicionada em 1962, será discutida depois). Para além do objetivo de impedir movimentações entre fronteiras (ou seja, impedir a volta de refugiados) e de conectar donos de identidades palestinas aos seus locais de residência, as identidades tinham funções restritivas adicionais similares às do sistema de passaporte interno da Rússia stalinista.⁵⁶ O cartão de identidade inclui informações que podem ser utilizadas para policiamento, para determinar elegibilidade para ir e vir em certas áreas, e para disponibilizar um atalho para conectar pessoas a grupos amigáveis ou hostis. Ben-Gurion afirmou as implicações de segurança da categorização nacional dos cidadãos, declarando: “Por questões de segurança, não abolimos o registro de religião ou nacionalidade no cartão de identidade.”⁵⁷ Percebendo a importância dos cartões de identidade para a vigilância, os arabistas do governo militar aconselharam o bureau de registro da população do Ministério do Interior para que incluíssem informações sobre as hamulas – uma informação importante usada para se exercer controle – no registro populacional oficial, perto das informações comuns marcando o nome de cada

California Press, 2000), Ch. 1; Maoz Azaryahu and Arnon Golan, “(Re)naming the Landscape: The Formation of the Hebrew Map of Israel, 1949–1960,” *Journal of Historical Geography* 27, no. 2 (2001): 178–195; Nadia Abu El-Haj, *Facts on the Ground: Archaeological Practice and Territorial Self-Fashioning in Israeli Society* (Chicago: University of Chicago Press, 2002).

⁵¹ David Kretzmer, *The Legal Status of the Arabs in Israel* (Boulder, CO: Westview, 1990), 135–39.

⁵² Elias Zureik, *Palestinians in Israel: A Study in Internal Colonialism* (London: Routledge and Kegan Paul, 1979).

⁵³ Peretz, “Early State Policy,” 98.

⁵⁴ Peretz, “Early State Policy,” 100.

⁵⁵ Ver, por exemplo, AAC, “The Protocol of the Meeting – The Military Government,” 14 August 1958, 25.

⁵⁶ David Lyon, *Identifying Citizens: ID Cards as Surveillance* (Malden, MA: Polity, 2009), 26.

⁵⁷ Citado em Yair Bauml, *Tsel kahol lavan: medinyut ha-mimsad ha-Yisra'eli u-fe'ulotav be-kerev ha-ezrahim ha-'Ara- vim be-Yisra'el: ha-shanim ha-me'atsvot, 1958–1968* [A Blue and White Shadow: The Israeli Establishment's Policy and Actions among Its Arab Citizens: The Formative Years, 1958–1968] (Haifa: Pardes, 2007), 77.

cidadão palestino, data de nascimento, residência, e por aí vai.⁵⁸ Além de cartões de identidade, foram introduzidos outros meios de identificação que expusessem os palestinos. Por exemplo, eram emitidos números específicos para as placas de carros cujos donos fossem palestinos, e a polícia era instruída a seguir os movimentos destes carros e identificar seus locais de paradas.⁵⁹

Esta divisão judaico-palestina foi ainda mais nítida a nível institucional, onde se estabeleciam burocracias paralelas nas fronteiras nacionais. Os departamentos e instituições oficiais do Estado lidavam com os judeus, enquanto o governo militar e os departamentos árabes em vários ministérios, a Histadrut e o Mapai se encarregavam dos palestinos. Não só a equipe encarregada dos assuntos árabes era toda composta por judeus, como estes também estavam em todo o aparato de vigilância e controle: a Shin Bet, o gabinete do conselheiro de assuntos árabes, e o departamento árabe do Mapai.

A divisão judaico-palestina também foi expressa através de leis ou de aplicações diferentes destas, visto que a discriminação legal era, frequentemente, velada através de uma linguagem universalista. As duas leis mais nitidamente discriminatórias eram a lei do retorno (1950) e a lei da nacionalidade (1952), que considera todo judeu do mundo como um potencial cidadão de Israel.⁶⁰ Outro conjunto de leis diz respeito ao status de organizações judaicas, tais como a Organização Sionista Mundial (OSM), a Agência Judaica e o Fundo Nacional Judaico (FNJ).⁶¹ Estas organizações operaram como terceirizadas para o governo, receberam subsídios estatais e, conseqüentemente, se tornaram veículos indiretos para a discriminação. O FNJ, por exemplo, tem funcionado em Israel desde a independência do Estado, a despeito da natureza racista de alguns de seus estatutos jurídicos, que proibiam a venda, locação ou sublocação de terras à não-judeus.⁶² Além da nítida discriminação legal, muitas leis têm sido elaboradas para discriminar os palestinos, apesar de serem declaradas em linguagem universal.⁶³ A Lei de Propriedade dos Ausentes (1950), por exemplo, permitiu ao estado que tomasse as propriedades de refugiados e cidadãos palestinos que fossem denominados como “ausentes presentes”,⁶⁴ e a Lei de Aquisição de Terras (1953) dá ao Ministro das Finanças o poder de comprar – com ou sem o consentimento dos proprietários legais – terras já expropriadas pelo Estado.⁶⁵

⁵⁸ Gil Eyal, *The Disenchantment of the Orient: Expertise in Arab Affairs and the Israeli State* (Stanford: Stanford University Press, 2006), 158.

⁵⁹ Bauml, *Tsel kahol lavan*, 248.

⁶⁰ Kretzmer, *Legal Status*, 35–44.

⁶¹ Kretzmer, *Legal Status*, 61–69, 90–98.

⁶² Ver Uri Davis and Walter Lehn, *The Jewish National Fund* (New York: Kegan Paul International, 1988).

⁶³ Ver, por exemplo: Sabri Jiryis, *The Arabs in Israel* (London: Monthly Review Press, 1976); Sabri Jiryis, “Domination by Law,” *Journal of Palestine Studies* 11, no. 1 (1981): 67–92; Kretzmer, *Legal Status*.

⁶⁴ Jiryis, “Domination by Law,” 83–86

⁶⁵ Jiryis, “Domination by Law,” 90–91.

A Balcanização dos Palestinos

Já nos anos 1920, a Organização Sionista planejava dividir os palestinos e instigar – através de suborno e outros meios – conflitos entre os vários grupos religiosos e sociais da região. Por exemplo, em 1920, o “Gabinete de Inteligência” do departamento político do Executivo Sionista na Palestina traçou um plano para manipular diferenças e atizar conflitos entre os palestinos. Este plano propunha, dentre outras coisas, o pagamento de propinas ao prefeito de Nablus e a xeques beduínos no sul da Palestina, a fim de distanciá-los do movimento nacional palestino; e, de forma mais ameaçadora, a fomentação de conflitos entre cristãos e muçulmanos.⁶⁶ Depois, durante o Mandato Britânico, o bureau árabe da Agência Judaica manteve relações informais com palestinos “moderados” a fim de coletar informações e “dividir as hierarquias árabes”.⁶⁷

Este esquema teria tido impacto limitado, caso não tivesse sido empreendido corretamente através da coleta e preenchimento de dados, da exploração de novas subdivisões, e da criação de departamentos especializados com conhecimento sobre a população indígena e seus hábitos, suas linguagens, suas religiões, sua economia e suas estruturas sociopolíticas. Estes processos, de fato, tiveram um grande impacto não apenas no lado de Israel da guerra árabe-israelense de 1948, mas também no controle de Israel sobre os palestinos após aquele ano. Além disso, muitos daqueles que gerenciaram os palestinos após o estabelecimento de Israel adquiriram suas expertises antes de 1948.

O ato mais óbvio e bem-sucedido de bálcanização dos palestinos foi a constituição dos drusos como uma minoria não-muçulmana e até não-palestina. A ideia do individualismo druso foi levantada pela primeira vez em 1932, durante um encontro entre Yitzhak Ben-Zvi – um arabista e presidente do Conselho Nacional Judaico – e Abdallah Khayr, um druso esclarecido que, em vista da luta entre drusos notórios e suas famílias por liderança e prestígio, sugeriu que os drusos deveriam se organizar como um grupo religioso autônomo (*millet*) e se distinguir dos muçulmanos.⁶⁸ Isso fez com que organizações sionistas, em particular os serviços de inteligência, estabelecessem relações com vários indivíduos drusos. Tais relações se provaram úteis durante a guerra de 1948. Os colaboradores drusos tiveram um papel importante na coleta de informações e no recrutamento de homens drusos para lutarem ao lado das forças judaicas. Além disso, ajudaram a persuadir soldados do batalhão voluntário

⁶⁶ Hillel Cohen, *Army of Shadows: Palestinian Collaboration with Zionism, 1917–1948* (Berkeley: University of California Press, 2008), 17.

⁶⁷ Peretz, “Early State Policy,” 88

⁶⁸ Ver Kais Firro, *The Druzes in the Jewish State: A Brief History* (Leiden: Brill, 1999), 23–24.

dos drusos, que haviam vindo da Síria e do Líbano para lutarem ao lado dos palestinos, a mudarem de lado.

O impacto dos drusos no resultado da guerra foi consideravelmente inconsequente. Contudo, estes atos foram, como disse um arabista, “uma punhalada envenenada nas costas da unidade árabe.”⁶⁹ Isto fez com que arabistas e oficiais do Estado lidassem com os drusos através da ótica colonialista de que estes eram “nativos amigáveis”, como ocorreu com os gurkhas na Índia durante o Raj britânico, cuja natureza individualista foi encorajada a fim de ajudar no controle dos nativos hostis.⁷⁰ Contudo, para oficiais do Estado, o benefício de dividir os palestinos tinha um peso maior do que qualquer contribuição que os drusos pudessem trazer. Deste modo, o chefe do governo militar, Mishael Shechter (Shaham), declarou:

A minoria árabe⁷¹ não é uma coisa unificada [...] temos como encorajar essas diferenças. Se tivermos sucesso em fazer os árabes suspeitarem dos drusos – e não porque estes são leais a nós – isto seria muito importante.⁷²

O individualismo druso foi promovido através do recrutamento de homens drusos para o exército, a criação de instituições drusas separadas, e o fomento da elite colaboradora. Pouco depois do fim da guerra, o exército israelense estava interessado em desmobilizar os drusos que lutaram com eles, e somente a pressão feita por Ben-Gurion e Sharett tornou possível a manutenção dos serviços desses homens e o recrutamento futuro de outros homens drusos.⁷³ Em janeiro de 1956, o Estado tornou o alistamento obrigatório para os homens drusos, apesar da população drusa se opor a isso.⁷⁴ Vale ressaltar que a companhia das minorias (Batalhão 300), constituído principalmente por drusos, foi utilizado para suprimir outros palestinos ao bloquear a volta de refugiados através de operações de varredura (ou seja, a detenção e expulsão de refugiados que voltassem às suas vilas, chamados de “infiltrados” por Israel) e ao impedir o contrabando entre fronteiras. Enquanto isso, em Neguev, esta companhia do exército fez parte do expurgo das tribos dos beduínos e de outros palestinos considerados hostis ao Estado.⁷⁵ Após 1967, militares drusos foram enviados para controlar os palestinos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

⁶⁹ Laila Parsons, *The Druze between Palestine and Israel, 1947–1949* (London: Macmillan, 2000), 104; ver também, Kais Firro, “Reshaping Druze Particularism,” *Journal of Palestine Studies* 30, no. 3 (2001): 42.

⁷⁰ Parsons, *The Druze*, 127.

⁷¹ O próprio conceito de uma “minoridade árabe” é algo ao qual eu me oponho. Em minha opinião, deveríamos dizer “os árabes em Israel.”

⁷² AAC, “Protocol of the Meeting,” 30 January 1958, 30.

⁷³ Avivi, *Copper Plate*, 78.

⁷⁴ Avivi, *Copper Plate*, 80; Cohen, *Good Arabs*, 159–160.

⁷⁵ Firro, *Druzes in the Jewish State*, 106; Cohen, *Good Arabs*, 185; Avivi, *Copper Plate*, 76.

O serviço militar tornou-se um pilar do individualismo druso de outra maneira. Muitos ex-soldados drusos (até 40%) foram empregados no setor de segurança de Israel: como carcereiros, policiais, guardas e porteiros em instituições oficiais etc. Estes trabalhos não apenas abrem todo um nicho no mercado de trabalho aos drusos, nicho este completamente inacessível aos outros palestinos, como também afetam suas consciências, visto que essas posições exigem “disciplina, identificação com as políticas oficiais, lealdade e subordinação.”⁷⁶

A nível institucional, posições e instituições religiosas separadas foram criadas para a comunidade drusa. Estas incluíam a posição de líder espiritual, o conselho religioso, uma corte especial de apelo às questões religiosas, e cortes separadas para leis do estatuto pessoal, que agiam conforme o direito material distinto daquele do Hanafismo, que havia regulado, até então, tais assuntos.⁷⁷ Em 1962, a separação formal dos drusos da comunidade muçulmana foi finalizada.⁷⁸ Uma proposta para estabelecer escolas drusas separadas havia sido feita já em 1949 e, ainda que um sistema educacional druso não tenha sido iniciado até o meio dos anos 1970,⁷⁹ vários programas educacionais foram criados para apoiar a identidade drusa.⁸⁰

Essa política de construção de uma identidade drusa separada foi fomentada pela formação de uma nova elite drusa, que serviria de intermediária entre o regime e as vilas, *hamulas* e indivíduos drusos. Esta elite foi criada de forma a garantir que fossem perpetuamente dependentes de Israel, devido à sua falta de fontes autônomas de prestígio e autoridade. A fim de manter sua influência, os membros desta elite tinham, é claro, que ser fiéis. Eles não vinham de *hamulas* ou ramificações de *hamulas* que houvessem tradicionalmente ocupado posições de liderança. E, por ocuparem todo tipo de funções mediadoras, acumularam riquezas consideráveis. Desta forma, Israel garantiu uma base frágil para esta elite, uma precariedade que foi ainda mais aprofundada com a instigação do partidatismo e das rivalidades entre seus membros.

Israel tentou - sem sucesso - replicar esta política *vis-à-vis* com os palestinos cristãos e os beduínos. Uma tentativa fracassada de alistar jovens homens cristãos de forma voluntária foi feita em 1957. Além disso, Israel buscou incrementar o status do bispo George Hakim, inglês de nascença e chefe da comunidade católica grega, através de várias iniciativas socioeconômicas e políticas de

⁷⁶ Firro, “Reshaping Druze Particularism,” 50.

⁷⁷ Avivi, *Copper Plate*, 195–96.

⁷⁸ Avivi, *Copper Plate*, 197.

⁷⁹ Firro, “Reshaping Druze Particularism,” 50.

⁸⁰ Ver, por exemplo: AAC, “Stenographic Protocol of the Meeting – Secret,” 16 May 1968, in LPA, Files 7/32/68.

alto destaque e apoiadas pelo Estado.⁸¹ Esta empreitada não foi bem sucedida, contudo, devido à incorporação dos cristãos no movimento nacional palestino, ao alto nível educacional entre a comunidade cristã, e às associações que os palestinos cristãos mantinham com instituições europeias e internacionais, que Israel não desejava antagonizar.⁸² Enquanto isso, os beduínos eram distinguidos não através de critérios religiosos – que, segundo o *millet*, tinham o direito garantido de exigir reconhecimento como uma comunidade autônoma – mas sim, de acordo com sua “cultura única” e “estilo de vida nômade.” Israel conseguiu a cooperação de vários xeques beduínos na Galileia, que persuadiram alguns de seus jovens seguidores a se juntarem ao exército de Israel, principalmente como rastreadores. Enquanto isso, em Neguev, alguns xeques e membros de suas tribos estavam comprometidos em diversas operações clandestinas israelenses. Dada a dispersão espacial dos beduínos do Negev, o Estado criou novas divisões, e as 19 tribos que existiam após 1948 foram divididas em 37 tribos no total.⁸³ Depois, um novo escalão de xeques, composto por colaboradores, foi formado. Como ocorreu com a nova elite drusa, os membros não tinham autoridade tradicional – em vez disso, acumulavam riquezas e influência através da ampla ocupação de funções mediadoras e administrativas cedidas pelo Estado.

Mais Divisões e Vigilância

Contudo, estas categorias eram amplas demais para que Israel conseguisse exercer uma vigilância constante e meticulosa sobre os palestinos e influenciar seus comportamentos. Para atingir tal fim, a categorização teria que ser refinada. Os palestinos foram, portanto, divididos em unidades ainda menores. A próxima divisão era a localização: Regiões palestinas eram categorizadas dentro de um sistema binário hostil/amigável. Depois, os residentes de cada vila eram divididos em comunidades de fé (no caso de vilas com diversidade religiosa). A seguir, houve a classificação de acordo com a *hamula*. A *hamula* foi concebida como uma unidade estratégica: grande o suficiente para permitir algum gerenciamento, mas ao mesmo tempo pequena e significativa, através da qual as atitudes e comportamentos de indivíduos poderiam ser monitorados.

⁸¹ Cohen, *Good Arabs*, 47–53; ver também, Ahmad Sa’di, *Thorough Surveillance: The Genesis of Israeli Policies of Population Management, Surveillance, and Political Control towards the Palestinian Minority* (Manchester: Manchester University Press, 2013), 73, 89, 161.

⁸² Ver Sa’di, *Through Surveillance*, 89–92.

⁸³ Ver, por exemplo: Leo Stevisky, “Letter to Amonon Linn: The Nomination of New Mukhtars among Bedouin Tribes in the Negev,” 30 January 1967, in LPA, Files 26/13/9; David Zakharia, “Letter to Werba: Changes and Additions of Polling Stations,” 29 November 1970, in LPA, Files 26/13/9.

A atenção aos dados a um nível local – registro, classificação, fichamento e arquivamento – data da década de 1930, quando o serviço de inteligência judaica começou a montagem dos “arquivos das vilas.” Criou-se um arquivo para cada vila e neles, se incluíam “detalhes precisos [...] sobre a localização topográfica de cada vila, as estradas através das quais as vilas poderiam ser acessadas, qualidade da terra, fontes de água, principais fontes de renda, composição sociopolítica, afiliações religiosas, nomes de seus *mukhtars*, suas relações com outras vilas, a idade individual de cada homem (de 16 a 50 anos), e muito mais. Uma categoria importante era um índice de ‘hostilidade’ (em relação ao sionismo).”⁸⁴ As informações adquiridas não serviriam apenas para minar o esforço de guerra direto, mas também de propagar o caos nas vilas árabes através de rumores e provocações. Segundo Ezra Danin, foram disponibilizados cursos especiais para os oficiais da inteligência nos anos 1940. Estes cursos incluíam curso de árabe, cursos sobre os costumes e a mentalidade dos “Ismaelitas”, assim como cursos sobre o beabá do Islã. Estes oficiais também eram instruídos sobre como envolver vilas palestinas em *fassad* (intrigas), a fim de enfraquecê-las em períodos de conflito com a comunidade judaica.⁸⁵

O projeto dos arquivos das vilas começou no início dos anos 1950, e em 1955 uma nova gama de arquivos de vilas havia sido organizada. A estrutura destes arquivos era a mesma dos arquivos antigos, com um acréscimo: os resultados das eleições anteriores, de acordo com cada vila. Um arquivo era montado para cada vila ou tribo, e neste, havia em anexo uma tabela composta por duas seções. A primeira incluía dados básicos para fins de vigilância e controle político. Nela, havia informações sobre a composição demográfica e religiosa dos habitantes, os nomes de líderes locais, fontes de renda, estradas de acesso, fontes de água potável, rivalidades entre *hamulas* ou grupos religiosos, a atitude da comunidade em relação ao Estado (índice de hostilidade), e os principais problemas da comunidade. A segunda seção consistia em uma desconstrução de cada comunidade religiosa em *hamulas*. Nela, havia as seguintes variáveis: o nome da *hamula*, o nome do chefe de tal *hamula*, o tamanho do grupo, os resultados dos votos dos membros da *hamula* nas eleições anteriores, e uma projeção dos resultados dos votos nas eleições subsequentes. Havia, ainda, uma coluna no final para que fossem feitas anotações propondo meios através dos quais o chefe de cada *hamula* poderia ser influenciado.

Conclusão: A Sincronização da Vigilância e do Controle Político

⁸⁴ Pappé, *Ethnic Cleansing*, 19.

⁸⁵ Ezra Danin, *Tsiyoni be-khol tenai* [Unconditional Zionist] (Jerusalem: Kidum, 1987), vol. 2, 178–79.

Palestinos que permaneceram no território que viraria Israel após 1948 compunham uma considerável minoria numérica com história, cultura, memórias, reivindicações morais e um grande senso de merecimento compartilhados coletivamente. Até 1952, líderes israelenses e arabistas esperavam que os palestinos fossem removidos do território em um futuro próximo. Contudo, desde então, vários planos para controlar e monitorar os palestinos foram elaborados. Um dos meios de se atingir estes objetivos era a divisão dos palestinos de acordo com vários princípios de organização. Isso facilitou o controle e o monitoramento deles, particularmente devido ao fato de que as várias categorias de palestinos eram hierarquizadas e seus membros recebiam tratamentos diferenciados. As identidades de alguns grupos, em especial os drusos e, até certo ponto, os beduínos, eram definidas em oposição às identidades de outros palestinos; gerando, portanto, rivalidades e desconfianças. Esta técnica de categorização também permitiu que os arabistas objetificassem os palestinos, reduzindo-os e apresentando-os em mapas, gráficos, tabelas e registros; propiciando, portanto, uma suposta “base racional” para os tipos de informações que eles reuniam, assim como para a distribuição de benefícios e repressões dentre os palestinos. Ademais, o tratamento dos palestinos não como cidadãos individuais, mas sim como sempre partes de coletividades (grandes e pequenas) chefiadas por “dignatários” designados pelo Estado obrigou os palestinos a exercerem a autodisciplina. Comportamentos dissidentes de qualquer indivíduo palestino poderiam afetar adversamente a coletividade à qual este indivíduo pertencesse. Grupos pequenos e íntimos como as famílias e a *hamula* exerciam pressão coletiva para que houvesse a submissão de membros dissidentes, separando palestinos uns dos outros em linhagens sanguíneas e afiliações sociais.

A eficiência deste sistema foi aprimorada pelo fluxo contínuo e extensivo de informações. Devido ao regime de passes, permissões e licenças que eventualmente prevaleceram, os palestinos frequentemente tinham que ter contato com vários departamentos árabes e instituições públicas e estatais, e o governo militar em si. Não apenas se coletou e compartilhou com organizações de vigilância os dados pessoais destes palestinos (vindos de, por exemplo, universidades, faculdades, escritórios de registros de carros e carteiras de motoristas), como também se perguntava, com frequência, durante esses processos burocráticos, e como única forma de superar tal burocracia, informações sobre parentes, vizinhos, colegas, alunos, dentre outros. Pior ainda: alguns dos processos eram especificamente planejados para manterem as informações fluindo. Por exemplo, um professor de árabe teve que entrar em contato com o departamento árabe em várias ocasiões ao longo de sua carreira: quando foi analisado para assumir o trabalho, quando pediu para que o trabalho fosse em tempo integral, quando pediu uma transferência de local, quando pediu por uma promoção etc. A cada um

destes estágios, é possível que solicitem que ele dê algumas informações.⁸⁶ Além disso, os dignitários em vários níveis eram considerados guardiões informais: eles escreviam recomendações em nome de seguidores “positivos” e passavam informações sobre os que fossem dissidentes. Tais medidas introduziram e mantiveram um ciclo de favores, que intensificou e multiplicou a vigilância, levando um informante (ou ato de informação) ao outro. O principal objetivo por trás de tudo isso era o de quebrar a solidariedade entre os palestinos e incorporá-los às margens da política e da economia israelense como coletividades subordinadas desprovidas de identidade, visão, vontade ou qualquer capacidade de resistência. Seguindo Michel Foucault, cuja obra inspirou este artigo, é preciso questionar qual contrapoder os palestinos empregaram para confrontar este sistema. Infelizmente, esta questão não foi abordada de forma adequada e ainda aguarda pesquisas futuras.

*Ahmad H. Sa'di é Professor Associado no Departamento de Políticas e Governo da Universidade Ben-Gurion do Neguev. Este artigo é baseado em seu livro de 2013: Through Surveillance: The Genesis of Israeli Policies of Population Management, Surveillance, and Political Control towards the Palestinian Minority (Manchester University Press).*⁸⁷

Referências

AAC. “Protocol of the Meeting,” 30 January 1958, in LPA, Files 7/32.

AAC. “Protocol of the Meeting,” 6 June 1968, 12, in LPA, Files 7/32/68.

AAC. “Protocol of the Meeting – The Military Government,” 14 August 1958, in LPA, Files 7/32.

AAC. “Stenographic Protocol of the Meeting – Secret,” 16 May 1968, in LPA, Files 7/32/68.

AAC. “Stenographic Report of the Meeting,” 20 June 1968, 3–7, in LPA, Files 7/23/68.

Abu El-Haj, Nadia. *Facts on the Ground: Archaeological Practice and Territorial Self-Fashioning in Israeli Society*, Chicago: University of Chicago Press, 2002.

Arab Affairs Committee, 30 January 1958, “Protocol of the Meeting,” 2–3, in LPA, Files 7/32.

Arab Department. “The Problem with the Military Government” (discussion paper, n.d.), 2–3, in LPA, Files 26/11.

Avivi, Shim'on. *Tas nehoshet: ha-mediniyut ha-Yisra'elit kelape ha-'edah haDruzit, 1948–1967* [Copper Plate: Israeli Policy toward the Druze, 1948–1967], Jerusalem: Yad Yitzhak Ben-Zvi, 2007.

⁸⁶ Ver Sa'di, *Thorough Surveillance*, 119–149; Cohen, *Good Arabs*, 139–150; Ismael Abu-Saad, “Palestinian Education in Israel: The Legacy of the Military Government,” *Holy Land Studies: A Multidisciplinary Journal* 5, no. 1 (2006): 21–56.

⁸⁷ Artigo original: Ahmad Sa'di. “Stifling surveillance: Israel's surveillance and control of the Palestinians during the military government area”, *Jerusalem Quarterly* 68 (2016): 36-55.

- Azaryahu, Maoz, and Arnon Golan. "(Re)naming the Landscape: The Formation of the Hebrew Map of Israel, 1949–1960," *Journal of Historical Geography* 27, no. 2 (2001): 178–195;
- Baumli, Yair. *Tsel kahol lavan: mediniyut ha-mimsad ha-Yisra'eli u-fe'ulotav be-kerev ha-ezrahim ha-'Aravim be-Yisra'el: ha-shanim ha-me'atsvot, 1958–1968* [A Blue and White Shadow: The Israeli Establishment's Policy and Actions among Its Arab Citizens: The Formative Years, 1958–1968]. Haifa: Pardes, 2007.
- Benvenisti, Meron. *Sacred Landscape: The Buried History of the Holy Land since 1948*, Berkeley: University of California Press, 2000.
- Benziman, Uzi, and Atallah Mansour, Dayare Mishneh. 'Arviye Yisra'el: ma'amadam vehamediniyut kelapehem [Subtenants: Israel's Arabs, Their Status and the Policy toward Them]. Jerusalem: Keter, 1992.
- Cohen, Hillel. *Army of Shadows: Palestinian Collaboration with Zionism, 1917–1948*, Berkeley: University of California Press, 2008.
- Cohen, Hillel. *Good Arabs: The Israeli Security Agencies and the Israeli Arabs, 1948–1967*, California: University of California Press, 2010;
- Danin, Ezra. *Tsiyoni be-khol tenai* [Unconditional Zionist], Jerusalem: Kidum, 1987.
- Davis, Uri, and Walter Lehn. *The Jewish National Fund*, New York: Kegan Paul International, 1988.
- Eyal, Gil. *The Disenchantment of the Orient: Expertise in Arab Affairs and the Israeli State*, Stanford: Stanford University Press, 2006.
- Falah, Ghazi. "The 1948 Israeli-Palestinian War and Its Aftermath: The Transformation and Designification of Palestine's Cultural Landscape," *Annals of the Association of American Geographers* 86 (1996): 256–285;
- Fanon, Frantz. *The Wretched of the Earth*. New York: Penguin, 1961.
- Finkelstein, Norman, "Myths, Old and New," *Journal of Palestine Studies* 21, no. 1 (1991): 66–89.
- Firro, Kais. *The Druzes in the Jewish State: A Brief History*, Leiden: Brill, 1990; Hillel Cohen, *Army of Shadows: Palestinian Collaboration with Zionism, 1917–1948*. Berkeley: University of California Press, 2008;
- Firro, Kais. "Reshaping Druze Particularism," *Journal of Palestine Studies* 30, no. 3 (2001): 42.
- Jiryis, Sabri. *The Arabs in Israel*, London: Monthly Review Press, 1976.
- Jiryis, Sabri. "Domination by the Law." *Journal of Palestine Studies* 11, no. 1 (1981): 67–92.
- Kafkafi, Eyal. "Segregation or Integration of the Israeli Arabs: Two Concepts in Mapai," *Journal of Middle East Studies* 30 (1998): 330-56.
- Kimmerling, Baruch. *The Invention and Decline of Israeliness: State, Society, and the Military*, Berkeley: University of California Press, 2001.
- Kretzmer, David. *The Legal Status of the Arabs in Israel*, Boulder, CO: Westview, 1990.
- Lyon, David. *Identifying Citizens: ID Cards as Surveillance*, Malden, MA: Polity, 2009.
- M. 'A. N. Mol and Y. Palmon. "An Outline of Meetings Carried Out between 21 and 25 August 1949," in the Lavon Archive of the Histadrut, Tel Aviv, Israel, Document no. IV-208-1: 5815.

- Masalha, Nur, "A Critique of Benny Morris," *Journal of Palestine Studies* 21, no. 1 (1991): 90–97.
- Masalha, Nur. "An Israeli Plan to Transfer Galilee's Christians to South America: Yosef Weitz and 'Operation Yohanan,'" 1949–53, *University of Durham, Centre for Middle Eastern and Islamic Studies*, Occasional Paper No. 55, 1996.
- Morris, Benny. *The Birth of the Palestinian Refugee Problem Revisited*, Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- Ozacky-Lazar, Sarah, "The Military Government as an Apparatus of Control of Arab Citizens in Israel: The First Decade, 1948–1958," *HaMizrah haHadash* 43 (2002): 103-32.
- Pappe, Ilan. "An Uneasy Coexistence: Arabs and Jews in the First Decade of Statehood," in *Israel: The First Decade of Independence*, ed. S. Ilan Troen and Noah Lucas, New York: State University of New York Press, 1995.
- Pappe, Ilan. *Ethnic Cleansing*, 2nd ed., ONE World Publications: 2007.
- Parsons, Laila. *The Druze between Palestine and Israel, 1947–1949*, London: Palgrave Macmillan, 2000.
- Peretz, Don. "Early State Policy towards the Arab Populations, 1948–1955," in *New Perspectives on Israeli History: The Early Years of the State*, ed. Laurence J. Silberstein. New York: New York University Press, 1991.
- Robinson, Shira. *Citizen Strangers: Palestinians and the Birth of Israel's Liberal Settler State*. Stanford: Stanford University Press, 2013.
- Rosenthal, Ruvik, "Mi harag et Fatma Sarsur: ha-reka', ha-meni'im ve-hishtalshelut ha-'inyanim be-farashat tevah Kefar Kassem" [Who Killed Fatima Sarsur? The Background, Motivations, and Unfolding of the Kafr Qasim Massacre], in *Kefar Kassem: eru'im u-mitos* [Kafr Qasim: History and Myth], ed. Ruvik Rosenthal, Tel Aviv: HaKibbutz HaMe'uhad, 2000.
- Sa'di, Ahmad. *Thorough Surveillance: The Genesis of Israeli Policies of Population Management, Surveillance, and Political Control towards the Palestinian Minority*, Manchester: Manchester University Press, 2013.
- Schmitt, Carl. *Political Theology*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- Segev, Tom. *1949: the First Israelis*. New York: Owl Books, 2000.
- Stevisky, Leo. "Letter to Amonon Linn: The Nomination of New Mukhtars among Bedouin Tribes in the Negev," 30 January 1967, in LPA, Files 26/13/9;
- The Histadrut's Arab Department. "The Activities of the Economic Section of the Arab Department Acting Beside the Histadrut's Executive, Submitted to the Subcommittee of the Knesset's Arab Affairs Committee," undated report, 1–2, in the Lavon Archive, Document No. IV-208-1- 5814.
- Yoaz, Yuval, and Jack Kourie. "Shin Bet: Citizens Subverting Israel Key Values to Be Probed," *Ha'Aretz*, <https://www.haaretz.com/1.4821424> (20 May 2007).
- Yossi Melman and Daniel Raviv, "A Final Solution to the Palestinian Problem?" *Guardian Weekly*, 21 February 1988, 19;
- Zakharia, David. "Letter to Werba: Changes and Additions of Polling Stations," 29 November 1970, in LPA, Files 26/13/9.

Zureik, Elias. *Palestinians in Israel: A Study in Internal Colonialism*, London: Routledge and Kegan Paul, 1979.

“A Review of the Histadrut’s Arab Department,” n.d., 2–3, LPA, political committee’s files. 38.

O ‘direito’ de mutilar: deficiência e biopolíticas de desumanização na Palestina¹

The ‘Right’ to Maim: Disablement and Inhumanist Biopolitics in Palestine

El "derecho" a mutilar: discapacidad y biopolítica inhumanista en Palestina

Jasbir K. Puar²

Tradutor: Renato Amantino Pereira³

Tradutor: Fabio A G Oliveira⁴

Resumo: Este ensaio defende que Israel manifesta uma reivindicação implícita ao “direito de mutilar” e debilitar corpos palestinos e seus territórios como uma forma central de controle biopolítico para uma economia humanitária cientificamente autorizada. Neste contexto, o presente texto rastreia as relações que permeiam entre o viver e o morrer que tensionam o mapeamento fundacional do biopoder em Michel Foucault – neste caso, a prática deliberada de mutilar. Ao fazer esse caminho, o texto demonstra as limitações da ideia de “dano colateral” que desarticula os efeitos da guerra a partir da perpetração da violência e observa que a política de mutilação é produtiva, como forma de epigenética armada através da rentabilidade de uma economia especulativa reabilitativa.

Palabras-chave: Palestina; “direito” de mutilar; biopolítica; dano colateral.

Abstract: This essay argues that Israel manifests an implicit claim to the ‘right to maim’ and debilitate Palestinian bodies and environments as a form of biopolitical control and as central to a scientifically authorized humanitarian economy. In this context, the essay tracks the permeating relations between living and dying that complicate Michel Foucault’s foundational mapping of biopower, in this case, the practice of deliberate maiming. In doing so it demonstrates the limitations of the idea of ‘collateral damage’ that disarticulates the effects of warfare from the perpetration of violence, and notes that the policy of maiming is a productive one, a form of weaponized epigenetics through the profitability of a speculative rehabilitative economy.

¹ O presente artigo foi publicado no ano de 2015 na Boderlands e-journal (v.14, n.1, 2015). Sua tradução para publicação neste dossiê especial da Revista Diversitates foi autorizada pela própria autora Jasbir K. Puar. Aproveitamos para expressar nossos agradecimentos tanto pela cessão dos direitos da autora para esta publicação quanto pela atenta correção e sugestões das pareceristas-revisoras que tornaram essa tradução mais fiel possível ao original. (Nota dos tradutores)

² Rutgers University, USA. Jasbir K. Puar é Professora Associada dos Estudos de Mulheres e Gêneros na Universidade Rutgers. Ela é autora de *Assembléias terroristas: homonacionalismo em tempos queer* (Duke University Press 2007), vencedora do Prêmio Livro de Estudos Culturais da Associação para Estudos Asiático-Americanos. Seus volumes editados incluem uma edição especial do GLQ (“Turismo queer: geografias da globalização”) e volumes coeditados do Sociedade e Espaço (“Sexualidade e Espaço”), Texto Social (“Interespécies”) e Estudos Femininos Trimestrais (“Viral”). Ela também escreve para o The Guardian, Huffington Post, Art India, The Feminist Review, Bully Bloggers, Jadaliyya e Oh! Industry (ver: jasbirpuar.com). A próxima monografia de Puar, *Estados de debilidade e capacidade* (Duke University Press, 2017) retoma as relações entre biopolítica, deficiência e formas de debilitação ativa fundamentais para as operações das máquinas de guerra e do capitalismo racial. O livro aparecerá em uma nova série, ANIMA, que ela coedita com Mel Chen.

³ Doutorando em Bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Bioética (PPGBIOS-UFF). Graduado em Letras Português/Inglês.

⁴ Professor de Filosofia da Educação da Universidade Federal Fluminense. Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS-UFF).

Key Words: Palestine; “right” to main; biopolitics; collateral damage.

Resumen: Este ensayo sostiene que Israel manifiesta un reclamo implícito del "derecho a mutilar" y debilitar los cuerpos y entornos palestinos como una forma de control biopolítico y como un elemento central de una economía humanitaria científicamente autorizada. En este contexto, el ensayo rastrea las relaciones penetrantes entre vivir y morir que complican el mapeo fundamental del biopoder de Michel Foucault, en este caso, la práctica de la mutilación deliberada. Al hacerlo, demuestra las limitaciones de la idea de 'daño colateral' que desarticula los efectos de la guerra de la perpetración de la violencia, y señala que la política de mutilación es productiva, una forma de epigenética armada a través de la rentabilidad de una estrategia de economía especulativa.

Palabras Clave: Palestina; “derecho” a mutilar; biopolítica; daños colaterales.

I. Um catálogo de sofrimento

Toda essa tortura na existência do colonizado tende a fazer da vida algo parecido com uma morte incompleta⁵

Ainda é nebuloso como a carnificina do verão de 2014 será conhecida, lembrada ou nomeada. E isso pode ficar incerto por algum tempo.

A contagem é feita (embora em constante evolução) após 51 dias da Operação Margem Protetora.

As Nações Unidas relatam que 2.131 palestinos foram mortos durante a ofensiva de Israel, incluindo 501 crianças; 70% tinham menos de 12 anos. 244 escolas foram bombardeadas e uma foi usada como base militar por soldados israelenses^{6 7}.

O Ministério da Saúde em Gaza registrou 10.918 pessoas feridas, incluindo 3.312 crianças e 2.120 mulheres⁸.

⁵ Frantz Fanon, *A Dying Colonialism*, (New York: Grove Press), 128.

⁶ OCHA (United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs), “Occupied Palestinian territory: Gaza emergency”, Situation report 2014, http://www.ochaopt.org/documents/ocha_opt_sitrep_04_09_2014.pdf

⁷ R. Kasrils, “Gaza and the 'crime of crimes'”, *Al Jazeera* 2014, <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2014/09/gaza-crime-crimes-201492664043551756.html>

⁸ Esta análise do papel de mutilação, certamente, também remete às passagens de abertura do livro *Vigiar e punir* de Foucault. O autor traça “o desaparecimento da tortura como espetáculo público”: a transição do espetáculo da punição pela tortura, especificamente a de arrancar os membros, que ficavam ao alcance de visão do público, para a rotinização da punição na prisão. A tortura continua sendo um ritual transgressivo, mas não mais um espetáculo. Tanto no espetáculo de mutilação quanto em sua domesticação na prisão, mutilar é um modo disciplinar de punição. Mas, através de sua incorporação endêmica e intrínseca na “maior prisão ao ar livre” do mundo (como Gaza é tão frequentemente chamada), a banalidade da mutilação torna-se uma forma de tortura que é crucial para como o controle funciona. É devolvido à esfera pública, mas ainda afastado de sua especularização, e assim normalizado como uma faceta da vida em vez de um ato de tortura. Em Gaza, a tortura não desaparece no privado, tampouco há um retorno ao espetáculo da tortura. Um pouco mais insidiosamente, a tortura é regularizada como integrante do colonialismo (Foucault 1977, p. 7).

A Organização Palestina pelos direitos humanos Al Mezan documentou pelo menos 10.589 casas danificadas ou destruídas, das quais 2.715 foram completamente esmagadas⁹. Relatórios posteriores afirmam que 18.000 casas foram destruídas, incluindo prédios de apartamentos altos¹⁰. Foram também atingidos 8 hospitais, com 6 se tornando inoperantes; 46 ONGs, 50 barcos de pesca, 161 mesquitas e 244 veículos. 80% das famílias gazanas atualmente não têm como se alimentar e estão completamente dependentes de ajuda¹¹.

A Anistia Internacional informou que pelo menos 13 unidades de saúde e 84 escolas foram forçadas a fechar^{12 13}.

Médicos Sem Fronteiras (*Médecins Sans Frontières* – MSF) tiveram dificuldade em chegar até populações que precisavam de assistência por conta da gravidade do bombardeio, da escassez de combustível, que por sua vez mantinha mais da metade das ambulâncias, e do esgotamento de suprimentos¹⁴. Vários hospitais foram danificados, contrariando a Convenção de Genebra que considera que os hospitais civis sejam protegidos durante a guerra, incluindo o Centro de Reabilitação el-Wafa da cidade de Gaza, em Shijaiyah, que foi alvo pelo menos 6 vezes, ficando severamente danificado. Seus 15 pacientes com deficiência e idosos finalmente conseguiram ser evacuados^{15 16}.

Isto é o que se entende quando se afirma que os moradores de Gaza estão “sob cerco”, um refrão comumente usado com a intenção de ocultar muito deste detalhe; recorri aqui a um desdobramento um tanto polêmico de informações empíricas, em parte para combater essa tendência de não evidenciar as especificidades da ocupação. Gaza também é pretensamente o lugar mais densamente povoado da Terra e, também, a maior “prisão ao ar livre” do mundo. Com o intuito de des-

⁹ Al Mezan (Center for Human Rights), “IOF declare intentions to commit further violations of international law in Gaza under international silence; Al Mezan: 2,142 Killed; 516 Children and 295 Women since 7 July”, Mezan 2014, http://www.mezan.org/en/details.php?id=19396&ddname=IOF&id2=9 &id_dept=9&p=center

¹⁰ B. Avni, “Plans to rebuild Gaza keep getting undermined”, Newsweek 2014, <http://www.newsweek.com/plans-rebuild-gaza-keep-getting-undermined-281694>

¹¹ R. Kasrils, “Gaza and the 'crime of crimes'”, Al Jazeera 2014, <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2014/09/gaza-crime-crimes-201492664043551756.html>

¹² Amnesty International, “Israel/Gaza: prevent further war crimes after Israeli ground assault”, 2014, <http://www.amnesty.org/en/news/israelgaza-prevent-further-war-crimes-after-israeli-ground-assault-2014-07-18>

¹³ A. Taylor. In the fight between Israel and Hamas, Gaza’s hospitals are in the middle”, Washington Post 2014a, <http://www.washingtonpost.com/blogs/worldviews/wp/2014/07/22/in-the-fight-between-israel-and-hamas-gazas-hospitals-are-in-the-middle/>

¹⁴ Doctors without Borders, “Gaza: a population under siege”, 2014, <http://www.doctorswithoutborders.org/news-stories/gaza-population-under-siege>

¹⁵ Amnesty International, “Israel/Gaza: prevent further war crimes after Israeli ground assault”, 2014, <http://www.amnesty.org/en/news/israelgaza-prevent-further-war-crimes-after-israeli-ground-assault-2014-07-18>

¹⁶ B. Alashi and S. A. Kouddous, “Israel bombs Gaza’s only rehab hospital: staff forced to evacuate paralyzed patients after shelling”, Democracy Now 2014, http://www.democracynow.org/2014/7/18/israel_bombs_gazas_only_rehab_hospital

mentir estas descrições pré-concebidas é o que Allen Feldman vai nomear de “novas formas de imagens, discurso, guerra, segurança e direitos de Estado sendo esculpidos nas costas curvadas dos civis palestinos”¹⁷. Um dos aspectos biopolíticos que venho rastreando são as relações que permeiam entre o viver e morrer, que tensionam ou testam o arcabouço de fundamentação de Michel Foucault, neste caso, a prática de mutilação deliberada. Sustento que Israel manifesta uma reivindicação implícita do “direito de mutilar” e debilitar os corpos e o espaços palestinos como uma forma central de controle biopolítico para uma economia humanitária cientificamente autorizada. Demonstro, ainda, as limitações da ideia de “dano colateral” que desarticula os efeitos da guerra da perpetração da violência. Por fim, noto que a política de mutilação é produtiva, como forma de epigenética armada, através da rentabilidade do que chamo de economia especulativa reabilitativa.

Como se manifesta a prática de mutilação? A equipe médica de Gaza e da Cisjordânia relatam um notável fenômeno de “atirar para aleijar”. Em Ramallah, Dr. Rajai Abukhalil fala de uma mudança crescente dos “meios tradicionais”, como gás lacrimogêneo e balas de metal revestidas de borracha usados para “dispersar” protestos, para “[...] disparar contra os joelhos, fêmures ou apontar para seus órgãos vitais”¹⁸. Como continuidade e intensificação da prática de quebrar os braços dos lançadores de pedras na primeira Intifada, atiram para incapacitar as *tentativas*, para preventivamente debilitar as capacidades de resistência de outra Intifada: a próxima Intifada. Em Gaza, as Forças de Defesa israelenses usaram projéteis do tipo *flechette*¹⁹. Embora estes não sejam “expressamente proibidos sob o direito humanitário internacional em todas as circunstâncias”, eles são considerados inadequados para áreas densamente povoadas já que explodem em milhares de pequenos dardos de aço após o impacto^{20 21}.

O que é frequentemente reivindicado pelo FOI (Forças de Ocupação Israelenses, também conhecidas como Forças de Defesa Israelenses) como uma *práxis* “deixe viver”, entendido em termos liberais como menos violento do que matar (e, portanto, menos chocante e mais sob o radar), atirar para aleijar pode parecer, em um primeiro momento, uma abordagem humanitária para a

¹⁷ A. Feldman, “Genocidal desistance in Gaza”, Social Text 2014, <http://socialtextjournal.org/genocidal-desistance-in-gaza/>

¹⁸ M. Blumenthal, “Evidence emerges of Israeli ‘shoot to cripple’ policy in the occupied West Bank”, Altnet, 2014a, <http://www.altnet.org/world/evidence-emerges-israeli-shoot-cripple-policy-occupied-west-bank>

¹⁹ Flechette é o nome dado a uma espécie de pequeno dardo ou flecha pontiaguda feita de aço que explodem em contato com a superfície. (Nota dos tradutores)

²⁰ H. Sherwood, “UN officials accused of bowing to Israeli pressure over children's rights list”, The Guardian 2015, <http://www.theguardian.com/world/2015/mar/17/un-officials-accused-buckling-israeli-pressure-childrens-rights-list>

²¹ A. Withnall, “Israel-Gaza conflict: deadly flechette shells used by Israeli military in Gaza Strip”, The Independent (UK) 2014, <http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/israelgaza-conflict-israeli-military-using-flechette-rounds-in-gaza-strip-9617480.html>

guerra. Outra manifestação desse suposto humanitarismo é o exemplo da “batida do telhado”, um ataque preliminar às residências para alertar os moradores da necessidade de evacuarem a área, às vezes acontecendo não menos do que sessenta segundos antes de um ataque completo. No entanto, as batidas no telhado foram insuficientes quando palestinos deficientes, com restrições de mobilidade, não conseguiram escapar do bombardeio da Casa de Atendimento aos Filisteus de Mubaret para Órfãos e Deficientes (*Mubaret Philistine Care Home for Orphans and Handicap*), no distrito de Beit Lahiya, em Gaza: três moradores deficientes morreram²². Esses não eram residentes com mobilidade plena; isto é, a capacidade de mobilidade circunscreve a utilidade da batida do telhado, embora a própria intenção humanitária de um aviso de sessenta segundos antes do ataque já seja duvidosa²³.

Civis em Gaza também foram alertados sobre ataques aéreos iminentes através de telefonemas e mensagens de texto, muitas vezes direcionados para famílias e residências erradas. Esta suposta prática humanitária de alertar gazanos de ataques iminentes com telefonemas parece mais um “lembrete do quão impotentes eles são” diante do controle que Israel possui sobre as redes de telecomunicações na Cisjordânia e em Gaza²⁴. E conforme a pesquisa de Helga Tawil-Souri sobre documentos de “ocupação digital” mostra, as empresas de telecomunicações operadas e possuídas por palestinos são roteadas através de servidores em Israel^{25 26}.

O que aconteceu no verão passado²⁷ é precedido por muitos episódios semelhantes que ocorreram em períodos anteriores. Durante a segunda Intifada, houve relatos de que o FOI estava usando balas fragmentadas de “alta velocidade” que criaram um efeito de “tempestade de neve de chumbo” no corpo, espalhando a bala por toda parte e criando múltiplas lesões internas, levando a altas taxas de lesões incapacitantes²⁸. As balas dum-dum, que são proibidas pela lei internacional de direitos humanos, são difíceis de extrair uma vez que entram e explodem de dentro para fora do

²² B. Henderson, “Israel air strike ‘hits charitable association for disabled’ in Gaza”, *The Telegraph* 2014, <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/israel/10963427/Israel-air-strike-hits-charitable-association-for-disabled-in-Gaza.html>

²³ P. Beaumont, “Disabled Palestinians unable to escape Israeli air strike”, *The Guardian* 2014a, <http://www.theguardian.com/world/2014/jul/12/disabled-palestinians-unable-escape-israeli-air-strike>

²⁴ A. Taylor, “Israel hopes phone calls to Palestinians will save lives. It ends up looking Orwellian”, *Washington Post* 2014b, <http://www.washingtonpost.com/blogs/worldviews/wp/2014/07/17/israel-hopes-phone-calls-to-palestinians-will-save-lives-it-ends-up-looking-orwellian/>

²⁵ Helga Tawil-Souri, “Hacking Palestine: a digital occupation”, *Al Jazeera* 2011, <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2011/11/20111117151559601957.html>

²⁶ Helga Tawil-Souri, “Digital occupation: Gaza’s high-tech enclosure”, *Journal of Palestine Studies*, 27-43 (2012).

²⁷ O texto foi originalmente escrito em 2015. Logo, essa passagem se refere ao verão de 2014. (Notas dos tradutores).

²⁸ L. Andoni and S. Tolan, “Shoot to maim”, *Village Voice* 2001, <http://www.villagevoice.com/2001-02-20/news/shoot-to-maim/>

corpo, e geralmente garantem que os atingidos “sofrerão por toda a vida”²⁹. O Dr. Robert Kirschner, do Médicos pelos Direitos Humanos, relatou que “os soldados israelenses parecem estar atirando para infringir dano e não apenas em legítima defesa”, e suas ações equivalem a “uma forma de tortura”³⁰. Dimo Qato, entre muitos outros pesquisadores e profissionais globais de saúde, afirma que “o padrão de lesões não pode ser considerado acidental”³¹.

Também documentados desde a segunda Intifada estão os “ataques israelenses aos prestadores de cuidados de saúde palestinos em serviço, e às instalações médicas Palestinas”, demonstrando um evidente desrespeito ao princípio da neutralidade médica, princípio ao qual Israel está vinculado pela Quarta Convenção de Genebra Artigos 18 e 20³². A Sociedade Palestina da Crescente Vermelha (SPCV), principal provedora de atendimento médico de emergência na Palestina, relatou 174 ataques documentados a suas ambulâncias durante um período de aproximadamente 18 meses: de setembro de 2000 a março de 2002, quando 78 das 100 ambulâncias disponíveis foram danificadas. Além disso, relatam 166 ataques a técnicos de emergência médica e tiros de metralhadoras pesadas atingindo a sede da SPCV³³. Outra violação relacionada à saúde que fere a Quarta Convenção de Genebra é a obstrução da “passagem de pacientes”, proibida pelo artigo 17; ou seja, atrasar ou impedir o acesso a instalações médicas – que é uma ocorrência cotidiana, mesmo em tempos de não-bombardeio devido ao regime de controle de Israel³⁴. O desrespeito do governo israelense às leis internacionais de direitos humanos em Gaza e na Cisjordânia, ao longo do tempo, levou à “destruição em larga escala do sistema de saúde em desenvolvimento, ao impedimento dos prestadores de cuidados de saúde locais e internacionais de desempenhar suas funções e à deterioração das condições de saúde dos palestinos”³⁵.

II. Guerra infraestrutural

²⁹ M. Blumenthal, “Evidence emerges of Israeli ‘shoot to cripple’ policy in the occupied West Bank”, Altnet 2014a, <http://www.altnet.org/world/evidence-emerges-israeli-shoot-cripple-policy-occupied-west-bank>

³⁰ Dimo Qato, “The politics of deteriorating health: the case of Palestine”. *International Journal of Health Services*, (2004): 351.

³¹ *Ibid.*, 351.

³² L. Jamjoum, “The effects of Israeli violations during the second uprising ‘Intifada’ on Palestinian health conditions”, *Social Justice* 29, (2002): 56.

³³ *Ibid.*, 56.

³⁴ R. Beste, “The reason why Israel killed so many pregnant women in Gaza”, Stop the War Coalition 2014, <http://stopwar.org.uk/news/the-reason-why-israel-is-killing-so-many-pregnant-women-in-gaza#U9CG7-MaZZT>

³⁵ L. Jamjoum, “The effects of Israeli violations during the second uprising ‘Intifada’ on Palestinian health conditions”, *Social Justice* 29, (2002): 72.

Assim, não só os corpos estão sendo mutilados em Gaza, mas também os territórios. Em *Necropolítica*, Achille Mbembe escreve sobre a guerra assimétrica implicada na guerra infraestrutural ou na “guerra contra o suporte de vida”, que é chamado por ele de: a guerra contra a própria vida, sobre a capacidade do Estado de preservar e florescer a vida³⁶. Dois exemplos adicionais do verão de 2014 devem ser suficientes: o sistema de água de Gaza entrou em colapso e os serviços de tratamento de resíduos deixaram de funcionar, deixando o esgoto sem tratamento à céu aberto pelas ruas. Vários técnicos da autoridade hídrica foram mortos, comprometendo também os trabalhos de manutenção e reparo³⁷. Mesmo antes do verão, a deterioração da infraestrutura hídrica resultou em “os agregados familiares receberam água corrente por apenas seis a oito horas de cada vez: 25% tiveram acesso diariamente, 40% a cada dois dias, 20% uma vez a cada três dias, e os 15% restantes apenas um dia em quatro”³⁸. Uma tática aparentemente nova de guerra infraestrutural foi empregada durante a Operação Margem Protetora: a destruição da classe profissional de Gaza; “o alvo da classe profissional, um pilar fundamental da sociedade palestina em geral considerado antipático aos objetivos políticos do Hamas, foi uma nova frente de guerra econômica e social em Gaza”³⁹. Direcionar ataques às propriedades da classe média, focando nos arranha-céus, foi uma mensagem política àqueles que permaneceram, enquanto outros haviam conseguido migrar nos anos 2000 pelo Egito, quando a passagem foi permitida pelo regime fronteiriço.

Omar Jabary Salamanca detalha minuciosamente a redefinição, por parte do governo israelense, das redes de infraestrutura de Gaza como sendo “infraestruturas terroristas”, observando que essa lógica é utilizada como justificativa para a política de Israel que ele chama de “violência infraestrutural”. Esta forma de violência não diminuiu, ao contrário, aumentou após a “separação” israelense da Faixa de Gaza em 2005⁴⁰. O ataque à infraestrutura, argumenta Salamanca, é um componente essencial, até mesmo central, da regulação biopolítica de um colapso humanitário maleável pela qual “a infraestrutura de suporte à vida cotidiana tornou-se a um só tempo alvo e arma”⁴¹. A separação de Gaza facilitou o que pareceu ser o fim da presença colonial de Israel, permitindo-a reter formas “remotas” de controle infraestrutural – Gaza como prisão ao ar livre – manifestado-se

³⁶ Achille Mbembe, “Necropolitics”, *Public Culture* 15, (2003): 31.

³⁷ A. Haas and I. Efrati, “Gaza’s water system collapsing due to IDF strikes, says Red Cross”, Haaretz 2014, <http://www.haaretz.com/news/middle-east/.premium-1.605332>

³⁸ A. Qandil, “Gaza faces imminent water crisis”, Al Jazeera 2014, <http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2014/07/gaza-faces-imminent-water-crisis-201471755035576420.html>

³⁹ D. Cohen, “In the last days of ‘Operation Protective Edge’ Israel focused on its final goal—the destruction of Gaza’s professional class”, Mondoweiss 2014, <http://mondoweiss.net/2014/10/protective-destruction-professional>

⁴⁰ Omar Jabary Salamanca, “Unplug and play: manufacturing collapse In Gaza”, *Human Geography* 4, (2011).

⁴¹ *Ibid.*, 25.

como um novo presente colonial, elaborado através de um “regime de controle espacial recomposto” e que atua através da fabricação de um “colapso humanitário regulamentado”⁴². Nesse formato, ao qual Sari Hanafi chama de “espaçocídio”, o terreno depende do suporte infraestrutural do colonizador que se retirou, que agora regula calorias, *megawatts*, água, redes de telecomunicações, e instalação e alcance de banda larga, provendo o mínimo para sobrevivência, o mínimo suficiente para tentar esgotar ou impedir a resistência.

Salamanca chama isso de “a mudança de uma ‘regulamentação’ para uma aplicação de poder ‘asfixiante’”⁴³. O alvo aqui não é apenas a própria vida, mas a resistência em si. Salamanca cita o político israelense Dov Wiesglass, que afirma que “a política de Israel seria ‘como um encontro com um nutricionista. Os palestinos vão ficar muito mais magros, mas não vão morrer’”⁴⁴. Por causa desse controle asfixiante, Israel pode criar crises à vontade, já que fornece requisitos mínimos para sobrevivência que podem ser retirados a qualquer momento, o que ele chama “uma crise humanitária elástica”⁴⁵. Evidentemente, a capacidade de asfixia não é uma metáfora: enquanto a Cisjordânia é controlada, em grande parte, através de postos de controle, a Faixa de Gaza é sufocada através de pontos de estrangulamento. A intensificação do policiamento e controle, portanto, acontece através – e não apesar – da “retirada” e do desinvestimento; não através de postos de controle, mas através de pontos de estrangulamento.

Não é apenas a captura e o desnudamento da “vida em si”⁴⁶ que está em jogo aqui, mas a tentativa de capturar a “resistência em si”. Então, um cálculo que pode ser intrínseco aos objetivos de Israel é a medida de quanta resistência pode ser aniquilada sem realmente exterminar a população. Outra questão é, naturalmente, quais são os efeitos produtivos, resistentes e, de fato, criativos, de tais tentativas de esmagar a vitalidade, a força e a revolta palestina.

III. A biopolítica do colonialismo por povoamento⁴⁷

Essas práticas de debilitar corporal e infraestruturalmente, vagamente apagadas em relação à “força desproporcional”, indicam a extensão, ou talvez a mutação, do “direito de matar” reivindicada-

⁴² Ibid., 26.

⁴³ Ibid., 30.

⁴⁴ Omar Jabary Salamanca, “Unplug and play: manufacturing collapse In Gaza”, *Human Geography* 4, (2011): 30.

⁴⁵ Ibid., 32.

⁴⁶ N. Rose, *The politics of life itself: biomedicine, power, and subjectivity in the twenty-first century* (Princeton: Princeton University Press, 2007).

⁴⁷ Expressão do original *Settler Colonialism*. (Nota dos tradutores)

do pelos Estados em guerra, ao que estou chamando de “direito de mutilar”. Mutilar como prática intencional expande a biopolítica além da simples questão do “direito de morte e poder sobre a vida”; mutilar se torna um vetor primário através do qual o controle biopolítico é implantado no espaço colonizado e, portanto, não facilmente demarcado “necro”, como é mapeado na reformulação da biopolítica de Mbembe. Ou seja, enquanto as distinções entre viver e morrer são frequentemente reconhecidas através dos “recortes” de raça e das “dobras” de construção e gestão populacional sobrepostas, mutilação, debilitação e o atrofiamento são componentes relativamente sub-teorizados desses cortes e dobras. Centralizar nesses processos pode potencialmente alterar completamente as relações prévias com o viver e o morrer.

Paralelamente à análise de como e por que Foucault desconsiderou uma teoria da ocupação colonial em sua formulação da biopolítica, nós devemos nos perguntar o que é biopolítica no século XXI – especialmente informados pelas estruturas em curso do colonialismo de povoamento. Intervenções recentes de Alex Weheliye e Mel Chen continuam levantando questões críticas sobre a formulação da raça na teorização da biopolítica^{48 49}. Segundo Weheliye, a raça só se tornou importante para Foucault quando se tornou uma questão relativa à gestão estatal europeia, não através do colonialismo. Para isso, Weheliye argumenta que a estruturação da biopolítica⁵⁰ é fundamentalmente falho, pois mesmo quando Foucault afirma que o recorte racial conduz a distinções biopolíticas, a separação da ocupação colonial de um racismo (tardio) de Estado relega à raça um *status* derivativo. Apesar das investigações vagas de Weheliye sobre o trabalho de Foucault, o que a análise dele e de outros evidencia é a escassez de teorização da biopolítica dos regimes coloniais, especialmente sobre o colonialismo por povoamento, do colonialismo como estrutura e não um evento^{51 52}. Além disso, Scott Morgensen observa, com razão, que o colonialismo por povoamento permanece indiferenciado dentro das teorizações da biopolítica do colonialismo, fazendo continuar a propagação do colonialismo como um evento passado ou dentro de determinado período de tempo⁵³.

O quadro da biopolítica apresentado Foucault é intrinsecamente dedicado às diferentes vulnerabilidades e saúde dos corpos. Em *Security Territory Population*, Foucault detalha os diferentes

⁴⁸ Alex Weheliye, *Habeas viscus: racializing assemblages, biopolitics, and black feminist theories of the human* (Durham: Duke University Press, 2014).

⁴⁹ Mel Chen, *Animacies: biopolitics, racial mattering, and queer affect* (Durham: Duke University Press, 2012).

⁵⁰ Optamos pela tradução “quadro da biopolítica” para quando Puar utiliza o termo “frame of biopolitics”. (Notas dos tradutores).

⁵¹ P. Wolfe, *Settler colonialism and the transformation of anthropology: the politics and poetics of an ethnographic event* (London: Bloomsbury Academic, 1999).

⁵² P. Wolfe, “Settler colonialism and the elimination of the Native”, *Journal of Genocide Research* 8, (2006).

⁵³ Scott Morgensen, “The biopolitics of settler colonialism: right here, right now”, *Settler Colonial Studies* 1, (2011).

regimes de poder associados a doenças distintas. A hanseníase é definida através do poder soberano de excluir: a praga através do poder disciplinar da quarentena; e a varíola torna-se gerenciada e regularizada como epidemia através do que Foucault chama de “regimes de segurança”. A formulação de regimes de segurança de Foucault informa muito de o que Gilles Deleuze mais tarde entenderia como parte integrante das “sociedades de controle”⁵⁴.

Em *Society Must Be Defended*, Foucault escreve que “[...] a biopolítica derivará seu conhecimento e definirá o campo de intervenção de seu poder em termos da taxa de natalidade, da taxa de mortalidade, das várias deficiências biológicas e dos efeitos do meio ambiente”⁵⁵. Aqui, a incapacidade é entendida como uma condição biologicamente produzida e não socialmente induzida. Em certo sentido, Foucault já estava inadvertidamente mapeando a elisão liberal entre deficiência, como um infeliz acidente ou circunstância, e incapacidade, como intrínseca à função de máquinas de guerra coloniais. As “deficiências biológicas” são, portanto, distintas da forma como a doença é algo que muda de epidemia para endemia; a endemia modula “a forma, natureza, extensão, duração e intensidade das doenças prevalentes em uma população [...] como fatores permanentes os quais [...] enfraqueceram a força das populações, encurtaram a semana de trabalho, desperdiçaram energia, e custaram dinheiro, tanto porque eles levaram a uma queda na produção e porque tratá-los foi caro”⁵⁶. É dentro do contexto de formas emergentes de bem-estar social que Foucault fala que a doença precisa ser reduzida, contida, isolada e, em alguns casos, abandonada, porque compromete a prosperidade do vetor “fazer viver”. O que está evidente na biopolítica contemporânea é que a vida econômica pode crescer sem o florescimento de grande parte da vida humana, o que significa precisamente que a eliminação e isolamento da doença não é mais um empecilho para, mas sim está implicada em “fazer viver”.

Como escreve Foucault, “o direito [antigo] de soberania era o direito de tirar a vida ou deixar viver [...] E então esse novo direito é estabelecido: o direito de viver e de deixar morrer”⁵⁷. Foucault observa que o antigo direito da soberania não foi substituído, mas complementado por esse novo direito “que o penetra, permeando-o”^{58 59}. Dadas as interpenetrações do poder soberano e biopolítico, um mapeamento que devemos estar continuamente alertas diz respeito a quais formas do

⁵⁴ Gilles Deleuze, *Postscript on control societies*. In: *Negotiations 1972-1990* (New York: Columbia University Press, 1997), 177.

⁵⁵ Michel Foucault, *Society must be defended*. In: *Lectures at the Collège de France 1975-76*, (London: Allen Lane, 2003), 245.

⁵⁶ *Ibid.*, 243-4.

⁵⁷ *Ibid.*, 241.

⁵⁸ *Ibid.*, 241.

⁵⁹ Agradeço a um leitor anônimo e também a Max Hantel por esclarecer este ponto para mim.

direito soberano de tirar a vida ou deixar viver estão operando. O direito soberano de mutilar implica todos os outros vetores ao mesmo tempo – fazer morrer e viver (porque a incapacidade pode ser produtivamente aproveitada para a reabilitação), bem como deixar viver e deixar morrer, ou o que Lauren Berlant chamou de “morte lenta”. No enquadramento de Berlant, a morte lenta se refere a uma população marcada pelo desgaste, uma decadência gradual de corpos que estão sobrecarregados e sem recursos⁶⁰.

Mutilar funciona tanto como uma lenta e simultaneamente intensiva forma de fazer morrer, quanto uma forma de mirar na mutilação é uma forma de ataque acelerado em ambas as frentes corporais e infraestruturais. Diferentes temporalidades de viver e morrer operam aqui: uma modulação diferente do tempo e uma reformulação das temporalidades da biopolítica; o alongamento do horizonte da vida (o que pode a vida nua suportar?); e a finalidade da morte em versões pervertidas de vida que não se parecem e não se sentem nem como a vida nem a morte, nem mesmo a morte atenuada. Nesta complicação das temporalidades e processos, a velocidade da biopolítica não se transforma pelas distinções entre rápida e lenta, responsiva e inerte, mas sim pela intensificação e amplificação da “vida em si”, e, de fato, a “resistência em si” como alvo de negligência, dano e reabilitação especulativa⁶¹

Se a morte lenta é conceituada principalmente através do vetor de “deixar morrer” ou “fazer morrer”, mutilar funciona como “não deixará morrer” e, seu suposto complemento humanitário, “não fará morrer”. A mutilação se disfarça de “deixe viver” quando, na verdade, age como “não deixará morrer”. Por exemplo, a política do Forças de Ocupação Israelenses (FOI) de atirar para mutilar, ou seja, não matar, muitas vezes é mal concebida como uma preservação da vida. Nesta versão da vida atenuada, nem viver nem morrer é o objetivo. Em vez disso, “não deixará morrer” e “não fará morrer” substituem completamente a coordenada “fazer viver” ou “deixar morrer”. Não é apenas o direito de matar, mas o direito de mutilar como exercício no domínio da soberania. Que tipo de soberania está sendo articulada quando o direito de matar é promulgado como um direito de incapacitar, de atingir tanto os corpos quanto a infraestrutura com o intuito de produzir a invalidez? Este elemento da biopolítica implica mirar para morte, mas não matar.

⁶⁰ Lauren Berlant, “Slow death (sovereignty, obesity, lateral agency)”, *Critical Inquiry* 33, (2007).

⁶¹ Outra referência: “Seria seguro assumir que a maioria das crianças Palestinas de dezesseis anos, ou as mais jovens, foram atingidas por tiros israelenses, espancadas por tropas israelenses ou colonos, ou asfixiadas, queimadas ou nauseadas por gases CS ou CN fabricados pelos EUA. As estatísticas e projeções de ferimentos infantis causados por tiros e espancamentos do FDI mostram que as crianças Palestinas foram massivamente alvo do FDI, e que o escopo dessas agressões foi muito além do que poderia ter sido necessário para conter manifestações e lidar com arremessos de pedras”. J. Graff, “Crippling a people: Palestinian children and Israeli state violence”, *Alif: Journal of Comparative Poetics* 13, (1993): 53.

As práticas de ocupação e de colonialismo por povoamento do Estado israelense podem muito bem ser racionalizadas através dos parâmetros convencionais de viver e morrer nos quatro quadrantes da gestão biopolítica de Foucault. O trabalho de Eyal Weizman, Sherene Seikaly e outros mostraram que as calorias permitidas em Gaza, a relação do número de mortes de membros do Hamas, o trânsito de combustível, materiais, suprimentos, todos esses parâmetros são mediados por uma linguagem especializada, cálculos algorítmicos e ciência racional e emoldurados em um discurso de guerra humanitária. Assim, o que estou explicitamente argumentando é que a partir das provas discursivas e empíricas oferecidas pelos palestinos, este quadro biopolítico fundacional é uma fantasia liberal que produz “deixe viver” como um alibi para o domínio colonial e, portanto, facilita a destruição secreta de “não deixará morrer”. É do ponto de vista dos ocupados, eu argumento, e não do poder do Estado nem da perspectiva do ocupador, que devemos apreender e enfrentar, revisando – desafiando, de fato – a teorização dos mecanismos de criação e manutenção da população via violência biopolítica. Como é expresso o “não deixará morrer”? Como a distinção entre morte e debilidade é minada? E como a capitalização dessa distinção ocorre ao mesmo tempo em que ofusca as práticas de mutilação deliberadas?

A debilitação da infraestrutura de Gaza é elaborada nesta declaração de Maher Najjar, vice-general dos Serviços de Água dos Municípios Costeiros de Gaza (CMWU):

Não há água chegando a nenhuma das casas agora. Estamos enfrentando uma catástrofe real. As bombas de esgoto não podem funcionar porque a usina foi destruída, então temos esgoto inundando as ruas de Gaza. Não podemos avaliar a extensão dos danos, pois não podemos sair sem arriscar nossas vidas agora. Tivemos cinco funcionários mortos enquanto faziam o trabalho de reparo, outros dois foram mortos em casa com suas famílias. Serão necessários mais de US\$ 20 milhões para reconstruir as redes de água e esgoto, mas não há como elas serem reconstruídas sob bloqueio. Temos o colapso total de todos os serviços essenciais e não há nada que possamos fazer a respeito. Acredite, seria melhor se os israelenses jogassem a bomba nuclear em Gaza e acabassem com tudo. Este é o pior ataque de todos os tempos na Faixa de Gaza (Cotação fornecida por:⁶²; parcialmente citado em:⁶³).

Aqui, a debilitação é oferecida como um destino pior do que a morte. Ao olhar a declaração de Najjar como discurso político mais do que a “verdade” da morte como uma forma de misericórdia, a estratégia deste discurso talvez seja expor a absoluta farsa da prática de “deixar viver” de Israel. Sugerir que a população de Gaza estaria melhor morta é certamente zombar do investimento liberal democrático de Israel em gestos humanitários de “deixe viver”. Najjar contesta cirurgica-

⁶² K. Schembri, “Exchange with Maher Najjar”, 2014, <https://www.facebook.com/karl.schembri/posts/10152139900211595>

⁶³ Y. Al-Helou, and A. Waters, “Lack of power keeps Gazans in dark during war”, USA Today 2014, <http://archive.thetimesherald.com/usatoday/article/13364225>

mente esse investimento, com uma visão de humanitarismo surpreendente. É como se a negação da morte – não deixará ou fará morrer – se tornasse um ato de desumanização: os palestinos nem são humanos o suficiente para a morte.

Além disso, a morte é preferível à incapacitação, uma postura que contraria o modelo de direitos humanos da deficiência. O motivo pelo qual a mutilação é especialmente marcante neste momento histórico é porque, em face do crescente reconhecimento da deficiência como uma identidade vulnerável que necessita de proteção dos direitos humanos estatais e globais, buscar debilitar ou agravar a deficiência contrasta fortemente com a propagação da deficiência como uma condição socialmente marginalizada que deve ser empoderada para e através de uma política liberal de reconhecimento. Além da hipocrisia distorcida do Estado israelense em relação às deficiências (que examino extensamente em *Diáspora deficiente, Estado reabilitador*, um capítulo do livro, *Estados de debilidade e capacidade*), sancionar a mutilação, que é distinto de sancionar os “danos colaterais” das mortes de civis, evidencia um profundo fracasso no enquadramento global dos direitos humanos da deficiência como uma diferença social protegida e apoiada – protegida e apoiada a menos que seja parte da tática de guerra de um regime colonial por povoamento, algo financeiramente apoiado pelos Estados Unidos. Isso é ainda mais irônico dado que Israel é signatário da Convenção das Nações Unidas para os Direitos das Pessoas com Deficiência⁶⁴ (bem como da CUN para os Direitos da Criança). Sem mencionar este outro contorcionismo da relação entre o aleijado e o deficiente: Gaza tem uma equipe paraolímpica, que é na verdade muito mais bem sucedida do que a equipe olímpica principal^{65 66}.

IV. Dano colateral

Israel não reivindica o “direito” real de mutilar da maneira que reivindica o direito à autodefesa e ao direito de matar na guerra. Em vez disso, estou argumentando que, ao desobedecer o protocolo internacional sobre a neutralidade médica – bombardear hospitais e agentes de saúde, parte de uma tática maior da guerra infraestrutural –, juntamente com a satisfação da determinação para

⁶⁴ M. Schulze, “Understanding the UN convention on the rights of persons with disabilities”, Handicap International 2010, http://www.hiproweb.org/uploads/tx_hidrtdocs/HICRPDManual2010.pdf

⁶⁵ N. Al-Mughrabi, “Gaza paralympians confident of success in London”, Reuters 2012, <http://www.reuters.com/article/2012/08/15/us-olympics-paralympics-palestine-idUSBRE87E0LD20120815>

⁶⁶ T. Degun, “Palestinian Paralympic Committee headquarters destroyed in Gaza bombings”, Inside the Games 2012, <http://www.insidethegames.biz/paralympics/1011785-palestinian-paralympic-committee-headquarters-destroyed-in-gaza-bombings>

minimizar as mortes de civis – também conhecidas como dano colateral — Israel secretamente decreta o direito de mutilar ao mesmo tempo em que promove de sua tentativa de evitar vítimas civis. À medida que o número de mortos de palestinos disparou, neste verão, em comparação com as mortes israelenses, muito menos espetacular e menos comentado, mas potencialmente mais deletério para o futuro do povo Palestino, está o número de civis feridos.

O vetor tiro para mutilar mas não matar converge, ou melhor, conspira, com o princípio de “dano colateral”, que afirma que a matança não intencional de civis, e a morte e o ferimento de crianças, se não deliberadamente alvejadas, é um dano colateral. Desde a guerra do Vietnã, técnicas altamente visíveis e desumanas de mutilar e destruir uma população tornaram-se inaceitáveis e esses objetivos foram alcançados através de formas de guerra mais sutis e de baixa intensidade⁶⁷. Mutilar escapa à ótica do dano colateral. Jennifer Leaning, diretora do FXB *Center for Health and Human Rights* da Universidade de Harvard, observa que “o número de mortos e o número de feridos transmitem a falsa impressão de que os feridos ficarão bem” (citado em:⁶⁸). Além disso, o processo de alvejar os deficientes como uma tática ilegítima, desumana e muitas vezes digna da força de choque – conforme refletido na resposta de horror quando a FOI bombardeou o Filisteus de Mubaret para Órfãos e Deficientes, matando três residentes deficientes – está então disponível para ofuscar a tática de alvejar *para* incapacitar.

Inúmeros debates sobre danos colaterais e intencionais *versus* mortes não intencionais de civis proliferaram durante o verão de 2014. Os críticos alegaram que Israel estava usando “fogo indireto e não guiado com projéteis altamente explosivos”, armas amplamente entendidas como “inadequadas para uma área densamente povoada”. Nadia Abu El-Haj escreve que os aliados israelenses proclamam que:

o exército israelense trava uma guerra com integridade moral. Que não tem como alvo os civis. Nunca pretende matá-los. Até adverte gazaros quando um ataque está chegando para que eles possam sair do caminho do perigo⁶⁹.

Abu El-Haj dissecou o discurso da “não intencionalidade”, argumentando que “a maioria das mortes civis na guerra de contra-insurgência urbana pode ser ‘não intencional’, mas também são

⁶⁷ J. Graff, “Crippling a people: Palestinian children and Israeli state violence”, *Alif: Journal of Comparative Poetics* 13, (1993).

⁶⁸ H. Said and E. Zahriyeh, “Gaza’s kids affected psychologically, physically by lifetime of violence”, *Al Jazeera* 2014, <http://america.aljazeera.com/articles/2014/8/1/health-gaza-children.html>

⁶⁹ Nadia Abu El-Haj, “Nothing unintentional”, *London Review of Books*, LRB 2014, <http://www.lrb.co.uk/blog/2014/07/29/nadia-abu-el-haj/nothing-unintentional/>

previsíveis”⁷⁰. Laleh Khalili tem uma visão mais contundente, argumentando que civis não são vítimas acidentais, mas “o próprio objeto de uma contra-insurgência do colonialismo por povoamento”⁷¹. Mas a discussão sobre intencionalidade deixa outra possibilidade não dita: enquanto o propósito por trás das mortes de civis pode ser indiscernível, discutível, ou como Khalili afirma, com absoluta e indiscutível obviedade, o que o debate sobre as mortes de civis ofusca é o que pode bem ser a atividade intencional de mutilação: a proliferação de lesões que levam à debilitação permanente que permanecem não calculadas dentro das métricas de danos colaterais. Como um termo que emerge em 1961 e sinaliza a “dívida” da guerra, aquela que deve ser evitada e deve ser ressarcida, por que os danos colaterais desarticulam a debilitação a partir da morte? Tal desarticulação efetivamente desconecta o ato de perpetração violenta dos efeitos da violência. A terminologia oficial se adapta; por exemplo, a designação “restos explosivos de guerra” sugere que a guerra acabou e que os remanescentes, que vão de balas dum-dum a armamento tóxico e minas terrestres, são benignas, gerenciáveis ou insignificantes⁷².

Mutilar funciona, portanto, não como uma morte incompleta, ou um ataque acidental à vida, mas sim como o objetivo final na dupla produção de incapacidade permanente através do infligir danos e do colapso aos sistemas de suporte de vida que podem permitir que as populações se curem desse dano. É exigido mutilar. E isso não é meramente um subproduto da guerra, dos danos colaterais da guerra, mas sim usado para alcançar os objetivos táticos do colonialismo por povoamento. Isso funciona em dois níveis: (1) a mutilação dos seres humanos dentro de um contexto total e sistematicamente privado de recursos, um campo de infraestrutura que é incapaz de transformar o aleijado em deficiente – e esse ponto é crucial, pois parte do que o corpo deficiente que é saudado pelos discursos de direitos expõe é a disponibilidade do processo de reabilitação; (2) e, em segundo lugar, a mutilação da infraestrutura, a fim de prejudicar ou tornar os fisicamente saudáveis debilitados por meio do controle de calorias, água, eletricidade, suprimentos de saúde e combustível^{73 74}. Compreender a mutilação como objetivo específico da biopolítica torna evidente o enquadramento do colonialismo por povoamento como um projeto de eliminação dos indígenas através de genocídio ou assimilação. Isso nos exige reavaliar o quadro da biopolítica em relação às formas de mutilação

⁷⁰ Ibid.

⁷¹ Laleh Khalili, “A habit of destruction”, *Society and Space*, Society and Space 2014, <http://societyandspace.com/material/commentaries/laleh-khalili-a-habit-of-destruction/>

⁷² H. McFann, “Violent waste”, *Geographies of Waste* 2014, <http://www.geographiesofwaste.com/projects.html>

⁷³ S. Seikaly, “Counting calories and making lemonade in Gaza”, *Jadaliyya* 2012,

<http://www.jadaliyya.com/pages/index/8339/counting-calories-and-making-lemonade-in-gaza->

⁷⁴ Eyal Weizman, *The least of all possible evils: humanitarian violence from Arendt to Gaza* (New York: Verso Books, 2012).

(e atrofiação, que discutirei em breve) que se arrastam há séculos nas ocupações do colonialismo por povoamento). Examinar o papel da mutilação, não só na Palestina (embora esse seja meu foco principal aqui), mas também no Canadá, Nova Zelândia, Austrália e Estados Unidos, coloca um peso analítico na suposição de que o objetivo do colonialismo por povoamento é necessariamente a eliminação (ver:⁷⁵). O que a prática de mutilar sustentada – neste caso, sustentada desde a primeira Intifada, pelo menos – oferece ao colonialismo por povoamento? Qual é o valor, a longo prazo, do não deixar morrer, de reter a morte?

A produtividade de mutilar – “não deixará morrer” – é múltipla. Este terceiro vetor biopolítico, “não deixará, nem fará morrer”, mantém o número de mortes relativamente baixo em comparação com as lesões, ao mesmo tempo em que debilita completamente a população – uma depopulação lenta, através de mutilação dos corpos humanos. A morte após a morte, talvez anos depois, não contaria como uma morte de guerra, tal qual ocorre com a rápida administração das mortes de guerra. Onde terminam os números dos “danos colaterais” e onde começa a demarcação da “morte lenta”?

Além disso, debilitar torna-se extremamente rentável econômica e ideologicamente falando para o regime colonial de povoamento de Israel. Muitos setores aderem à “reabilitação” de Gaza após o cômputo da guerra: Israel, Egito, Estados do Golfo Árabe, atores de ONGs que estão incorporados nas economias corporativas do humanitarismo. As migalhas da reconstrução serão disputadas por meio de formas locais de controle mediadas pelo Hamas e pela Autoridade Palestina. Mas esses circuitos de lucro são desiguais e perversos; quem lucra e como são questões extremamente complexas, e nada honestas, em escala imperial. Por mais distintos que alguns desses atores possam parecer, o conjunto geral funciona para alimentar a validação econômica e ideológica de Israel. Todos os atores em jogo calculam a vida, a morte e a debilitação Palestina de acordo com diferentes métricas econômicas, geopolíticas e domésticas. Para os Estados do Golfo Árabe, essa disjunção entre a retórica e o resultado das trocas financeiras aponta para certos benefícios políticos, não apenas para o lucro em um sentido econômico, mas para o status de *favorecimento* dentro de uma ordem imperial liderada pelos Estados Unidos⁷⁶. Da mesma forma, o Egito, sob Abdel Fatah Al-Sis, é recompensado por uma disjunção entre política e retórica, recebendo ajuda militar e apoio para sua própria tirania doméstica em troca de desligar o fluxo de bens vitais para Gaza (enquanto condena

⁷⁵ L. Stevenson, “The psychic life of biopolitics: survival, cooperation, and Inuit community”, *American Ethnologist* 39, (2012).

⁷⁶ H. Hamid, “Why are the Arab Gulf countries silent on Gaza?”, *The Guardian* (UK) 2014, <http://www.theguardian.com/commentisfree/2014/aug/08/arab-gulf-states-silent-on-gaza>

os ataques aéreos israelenses publicamente)⁷⁷. Como Blumenthal ainda aponta, a equipe de consultores contratados pelo complexo de ONGs para supervisionar a reconstrução de Gaza (privatizada) vislumbra um futuro de fábricas produzindo zíperes e botões para marcas de moda israelenses. Os Estados Unidos e outros países ocidentais fornecem a maior parte do dinheiro para a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (*United Nations Relief and Works Agency* – UNRWA), fornecendo o dinheiro e as munições que vão para destruir a infraestrutura da UNRWA, como escolas e hospitais.

Como uma crise de saúde pública, Gaza representa agora uma perversão da estrutura de gestão da saúde proposta por Foucault, na medida em que alimenta os modelos capitalista dos desastres. Joseph Pugliese documenta que a Elbit, empresa cujos drones foram testados durante o ataque de Israel, registrou um aumento de 6% nos lucros durante o primeiro mês da Operação Margem Protetora⁷⁸. Conferências de doadores pós-ataque arrecadam bilhões de dólares para reconstruir a infraestrutura em Gaza, acumulação capitalista que, em última análise, alimenta o regime de Israel, em que pese a inevitabilidade de que Israel destruirá Gaza novamente⁷⁹. Apesar da “fadiga dos doadores”, devido ao ciclo de reconstrução da infraestrutura que certamente será arrasada mais uma vez, é mais provável que “os doadores paguem porque é muito mais fácil do que abordar as causas subjacentes de possíveis soluções para o conflito Israel-Palestina”⁸⁰.

Os compromissos de Israel em permitir que os cinco milhões de toneladas de materiais de construção necessários para reconstruir a Faixa de Gaza não resultam em nada; a partir de janeiro de 2015, apenas 3,9% desse material entrou em Gaza⁸¹. Os materiais para reconstruir Gaza são submetidos a uma supervisão administrativa massiva de Israel e da ONU, sob a alegação de que o cimento seja usado para reconstruir os túneis⁸². A manutenção da “política de separação” de Gaza da Cisjordânia faz parte da retenção econômica que subsidia licença a outras redes⁸³.

⁷⁷ M. Blumenthal, “International community promises to rebuild Gaza ... with sweat shops to exploit Palestinian workers”, *Alternet* 2014b, <http://www.alternet.org/world/international-community-promises-rebuild-gaza-sweat-shops-exploit-palestinian-workers>

⁷⁸ J. Pugliese, “Forensic ecologies of occupied zones and geographies of dispossession”, *borderlands e-journal* 2015.

⁷⁹ D. Cohen, “In the last days of ‘Operation Protective Edge’ Israel focused on its final goal—the destruction of Gaza’s professional class”, *Mondoweiss* 2014, <http://mondoweiss.net/2014/10/protective-destruction-professional>

⁸⁰ IRIN, “Analysis: donors threaten to withhold Gaza aid”, *IRIN: Humanitarian News and Analysis* 2014 <http://www.irinnews.org/report/100690/analysis-donors-threaten-to-withhold-gaza-aid>

⁸¹ Gisha, “The Gaza Cheat Sheet: Real Data on the Gaza Closure”, 2015a, http://www.gisha.org/UserFiles/File/publications/Info_Gaza_Eng.pdf

⁸² P. Beaumont, “Corruption hampers effort to rebuild Gaza after summer conflict”, *The Guardian* 2014b, <http://www.theguardian.com/world/2014/dec/25/corruption-hampers-effort-to-rebuild-gaza>

⁸³ Gisha, “A Costly Divide: Economic Repercussions of Separating Gaza and the West Bank”, 2015b, http://gisha.org/UserFiles/File/publications/a_costly_divide/a_costly_divide_en-web.pdf

Esses cálculos multifacetados sugerem que o direcionamento dos corpos palestinos como fonte de valor extrativista estejam para além da lógica aritmética de acumulação e se dirijam a um objetivo estratégico mais amplo de regeneração da estrutura de ocupação, tanto localmente em Gaza quanto globalmente, através dos muitos circuitos da ordem imperial. Dada a rentabilidade econômica da ocupação para inúmeros atores que estão, em última análise, em dívida com a legitimidade geopolítica e econômica de Israel, torna-se ainda mais urgente que estratégias de resistência como a Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) interrompam os circuitos da acumulação capitalista. Mais incisivamente, estratégias de resistências também devem responder ao chamado urgente de Ilana Feldman para romper o quadro obscuro do humanitarismo e interromper o ciclo de destruição e reconstrução que, em última análise, regenera a situação colonial⁸⁴. Anne Le More concorda que “a comunidade internacional de doadores financiou não só a ocupação contínua de Israel, mas também sua agenda expansionista – em detrimento do direito internacional, do bem-estar da população palestina, de seu direito à autodeterminação e dos objetivos e desenvolvimento políticos declarados pela própria comunidade internacional”⁸⁵.

Assim, uma interpretação aqui é que a debilitação dos gazanos não é simplesmente capitalizada em uma ordem econômica neoliberal que prospera na rentabilidade da debilidade, como é o caso em outros lugares, mas que os gazanos devem ser debilitados a fim de tornar a (suas) vida (vidas) produtiva(s). Talvez, diferentemente dos regimes coloniais e ocupação anteriores, onde a privação foi distribuída com o propósito de mutilar e, ao mesmo tempo, manter a mão-de-obra viva, há pouca necessidade de mão de obra palestina para sua própria produção. Em vez disso, o lucro é derivado do desmembramento da reprodução, uma função do capitalismo sem trabalho (em parte porque um aumento massivo do trabalho migrante tem sido usado para compensar a necessidade do trabalho Palestino) e, novamente, uma mudança do modelo de bem-estar com o qual Foucault trabalhou para uma formulação da biopolítica florescendo através e ao lado populações humanas (vida econômica crescendo sem vida humana). A este respeito, podemos dizer, juntamente com o direito de mutilar, Israel também está exercendo um “direito de reparação” soberano, que colhe lucro através de uma retenção especulativa e distribuição de reabilitação que é tática, condicional e controlada através da doutrina de segurança de Israel e em dívida com a lógica estratégica da eliminação lenta.

⁸⁴ Ilana Feldman, “Gaza’s humanitarianism problem”, *Journal of Palestine Studies* 38, (2009): 33-4.

⁸⁵ Anne Le More, “Killing with kindness: funding the demise of a Palestinian state”, *International Affairs* 81, (2005): 983.

V. Biopolítica preensiva⁸⁶

Existem rejeições interessantes, por parte de Israel, à contagem de mortos civis em Gaza que podem expor a lógica que sustenta o direito de mutilar. Tome, por exemplo, a inversão que Benjamin Netanyahu opera no vetor “fazer morrer”, de Israel para o Hamas, nesta declaração frequentemente citada, do verão de 2014:

[...] todas as baixas civis não são intencionais por nós, mas na verdade pretendidas pelo Hamas. Eles querem acumular o máximo de mortos civis que puderem, porque alguém disse que eles usam, quero dizer, é macabro, eles usam palestinos mortos telegenicamente⁸⁷ para sua causa. Eles querem os mortos, quanto mais, melhor⁸⁸.

Aqui, há uma resposta provisória para a pergunta, por que não apenas “fazer morrer”. O ato de “fazer morrer” é transferido para o Hamas como um desejo de “deixar morrer”. A ansiedade gerada pelo termo “dano colateral” – “quanto mais mortos, melhor” – é transformada em uma equação favorável ao invés de condenável. A afirmação, sugiro, serve mais do que uma projeção absurda; em contrapartida, ela pode realmente revelar um investimento em “não deixará morrer” que se estende como justificativa para o direito de mutilar, e para uma abordagem especulativa reabilitadora que determinará quando se deve deixar morrer, quando mutilar e quando “não deixará morrer”. Allen Feldman alude a uma razão pela qual “fazer morrer”, e até mesmo “deixar morrer”, não podem proveitosamente servir ao mandato do Estado israelense pós-genocida:

[...] a suposta fabricação da morte telegênica pelos palestinos implica ter seu conhecimento subjugado sobre a verdade genocida que tanto atrai quanto ameaça Netanyahu – pois em uma esfera pública euro-americana aculturada para o Holocausto, os palestinos se tornam mais atraentes e retoricamente persuasivos quando mortos do que quando vivos, quando televisualmente espiritualizados em vez de quando protestam ou resistem ou simplesmente suportam materialidades intratáveis da prisão. Netanyahu ataca a morte telegênica porque teme a bomba populacional de palestinos mortos e feridos, onde se tornam judeus simbólicos⁸⁹.

Dada a proibição e o valor dos “palestinos mortos” que Feldman mapeia em sua análise, vale a pena examinar a repetida alegação de que Gaza estaria inabitável até o ano de 2020. A pri-

⁸⁶ Traduzido do termo “prehensive”, preensiva, aqui, implica a qualidade daquilo que possui a faculdade de agarrar, segurar, controlar, prender ou apanhar. Aquilo que é preênsil, do inglês “prehensile”. (Nota dos tradutores)

⁸⁷ De acordo com o dicionário *online* Cambridge, o termo se refere aquele ou aquela que a possui uma aparência atrativa, um apelo na televisão. Fonte: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/telegenic> (Nota dos tradutores)

⁸⁸ Benjamin Netanyahu, Netanyahu, “Interviewed by Wolf Blitzer, CNN, 21 July”, 2014, <http://www.cnn.com/2014/07/20/world/meast/mideast-crisis-blitzer-netanyahu-interview/>

⁸⁹ A. Feldman, “Genocidal desistance in Gaza”, Social Text 2014, <http://socialtextjournal.org/genocidal-desistance-in-gaza/>

meira pergunta que devemos fazer é: como afirmar que Gaza é atualmente habitável? E então: com que métricas esse prognóstico foi calculado? Através de quais algoritmos preensivos? Por via de qual lógica naturalizada o agente de destruição que cria e sustenta Gaza como inabitável deduz completamente da referência sintática – como se o controle asfixiante que Salamanca detalha refletisse (mas na realidade autoriza) – a ordem orgânica das coisas? Como essa inevitabilidade é obtida? O preensivo autoriza um conjunto de fatos no terreno preditivo em termos de linguagem de risco e probabilidade que se estende a um “apocalipse” previsto; em outras palavras, a representação de Gaza como um desastre “natural” provável. O preensivo, como um acréscimo às formas reativas e preventivas de securitização, é sobre fazer com que o presente pareça exatamente necessário, de forma a garantir um resultado muito específico e singular no futuro. Uma observação de Michael Oren, ex-embaixador de Israel nos EUA, involuntariamente desvenda essa elisão gramatical postulando o inverso: “a vida em Gaza é miserável agora, mas se Israel tiver permissão para prevalecer [ou seja, destruir o Hamas], as circunstâncias podem melhorar significativamente”⁹⁰.

2020 funcionou como uma perversa linha do tempo apocalíptica que é muito familiar para nós agora, em grande parte através dos algoritmos preditivos mapeando para nós o fim do planeta devido às mudanças climáticas. O preensivo é produzido discursivamente como se isso estivesse acontecendo conosco, quando, de fato, fizemos acontecer – e, de fato, do ponto de vista de Netanyahu: queríamos que acontecesse. Através do tempo preensivo, não apenas o futuro já está definido pelo presente, mas as possibilidades do presente estão marcadas através da contenção da possibilidade de futuro em um esforço para manter o presente alinhado com uma versão do futuro que se deseja. Ao alimentar o futuro fixado no presente, os dados avançam de forma retroativa que nos desautoriza do presente. Ou seja, não podemos sair do presente porque estamos presos ao futuro desejado. Essas futuridades preensivas são completamente ressonantes agora: em alguns anos, os caucasianos serão a minoria na Califórnia. “X” números de espécies serão extintos em alguns anos. O que esse preensivo controle do presente para possibilitar um certo futuro pode sugerir é que a “solução” para o “conflito Israel/Palestina” pode muito bem, para Israel, não ser nem um Estado nem dois Estados, mas sim o *status quo* do presente. Em outras palavras, uma implicação aterrorizante é que Israel já tem sua solução: o colonialismo por povoamento.

⁹⁰ Michael Oren, ‘Israel must be permitted to crush Hamas’, *Washington Post* 2014, http://www.washingtonpost.com/opinions/michael-oren-israel-must-be-permitted-to-crush-hamas/2014/07/24/bd9967fc-1350-11e4-9285-4243a40ddc97_story.html

Há outra reviravolta nessas temporalidades: a multiplicidade de narrativas preensivas concorrentes que desafiam o selo hermenêutico. 2020 é também o ano previsto para quando os palestinos superam a população israelense judia. Os palestinos em Israel e nos Territórios Ocupados superarão os judeus em entre 7,2 e 6,9 milhões de pessoas^{91 92}. A população palestina dentro das fronteiras de Israel delimitadas 1948, está aumentando 33% mais rápido que os judeus israelenses⁹³. Se de fato Israel precisa dos recursos de gás de Gaza a partir de 2017^{94 95}, se de fato até 2020 Gaza for inabitável⁹⁶, esses prazos revelam tanto sobre as contrações e aceleração de ritmo exigidas dentro dos parâmetros da morte lenta quanto sobre expectativa de vida.

Mas 2020 é apenas uma linha do tempo humana? Se a temporalidade em si já está sufocada pelo poder biopolítico, reivindicar acesso irrestrito à futuridade já se baseia no genocídio ou morte lenta de outros. A invocação de 2020 marca o limite de pensar o tempo biopolítico em termos humanos, gesticulando em direção a temporalidades que são exercidas em termos não reprodutivos, uma vez que a reprodução humana não mais impulsiona singularmente o motor da biopolítica. Gaza não é apenas o tempo do viver humano, e “tempo populacional”, mas também versões do tempo desumano. O trabalho de Mel Chen⁹⁷ sobre toxicidade nos alerta para a questão da meia-vida do urânio empobrecido, que é algo próximo de 4,5 milhões de anos, e outros elementos depositados através de armas e guerras infraestruturais. O tempo preensivo, portanto, também sinaliza uma epigenética armada onde o resultado não é tanto sobre ganhar ou perder, ou sobre uma solução, mas sobre a necessidade de partes do corpo (nem mesmo corpos inteiros) para pesquisa e experimentação. Como Reza Negarestani tão magnífica e antecipadamente nos mostra, os limites do enquadramento não humano/(in)humano já são exibidos através de sua implantação precisa dentro do capitalismo, revelando a necessidade de teorizar uma biopolítica desumana; os não humanos, pós-humanos e desumanos estão completamente submissos aos circuitos do capitalismo que informam o

⁹¹ PCBS (Palestinian Central Bureau of Statistics), “On the 65th anniversary of the Palestinian Nakba”, 2013,

<http://www.pcbs.gov.ps/site/512/default.aspx?tabID=512&lang=en&ItemID=788&mid=3171&wversion=Staging>

⁹² Deutsche Presse-Agentur, “Palestinians to outnumber Jewish population by 2020, report says”, 31 December, published in Seattle Times 2012, http://seattletimes.com/html/nationworld/2020031415_palestinianpopulationxml.html

⁹³ J. Chamie, “By 2035, Jewish population in Israel/Palestine is projected at 46 percent”, Mon-doweiss 2014,

<http://mondoweiss.net/2014/02/population-israel-palestine-projected#sthash.n5jmabrE.dpuf>

⁹⁴ N. Ahmed, “Armed robbery in Gaza—Israel, US, UK carve up the spoils of Palestine's stolen gas”, The Ecologist

2014a, http://www.theecologist.org/News/news_analysis/2489992/armed_robbery_in_gaza_israel_us_uk_carve_up_the_spoils_of_palestines_stolen_gas.html

http://www.theecologist.org/News/news_analysis/2489992/armed_robbery_in_gaza_israel_us_uk_carve_up_the_spoils_of_palestines_stolen_gas.html

⁹⁵ N. Ahmed, “IDF's Gaza assault is to control Palestinian gas, avert Israeli energy crisis”, The Guardian 2014b,

<http://www.theguardian.com/environment/earth-in-sight/2014/jul/09/israel-war-gaza-palestine-natural-gas-energy-crisis>

<http://www.theguardian.com/environment/earth-in-sight/2014/jul/09/israel-war-gaza-palestine-natural-gas-energy-crisis>

⁹⁶ UNRWA, “Gaza in 2020: a liveable place?”, 2012, <http://www.unrwa.org/newsroom/press-releases/gaza-2020-liveable-place>

<http://www.unrwa.org/newsroom/press-releases/gaza-2020-liveable-place>

⁹⁷ Mel Chen, *Animacies: biopolitics, racial mattering, and queer affect* (Durham: Duke University Press, 2012).

poder biopolítico⁹⁸. Mutilar, então, também é necessário para explorar o projeto de verticalização que Eyal Weizman detalha. Para ele, a verticalização acontece através da produção de espaço militar israelense expandido através de renderizações tridimensionais de entidades aéreas, terrestres e subterrâneas que proporcionam crescente legitimação do domínio israelense através da colonização do espaço e do tempo⁹⁹. Steven Salaita escreve, em *Israel's Dead Soul*, que a interioridade é concedida ao sujeito israelense judeu através da produção de profundidade – da história, da arqueologia, da presença¹⁰⁰. Através da prática de mutilar, atrofiar e debilitar, os palestinos são ainda mais literalizados e lateralizados como superfícies, como corpos sem almas, como pura biologia, assim ironicamente tornados não humanos, parte da criação de economias superficiais de controle, e capturados em cálculos temporais não humanos.

VI. Sem futuro

As crianças palestinas em Gaza estão no que a liderança militar israelense chamou de dieta de fome. Você tem quase 80% das crianças palestinas vivendo com menos de US\$ 1 por dia. Eles estão em níveis do que chamamos de pobreza e pobreza extrema, com extensa insegurança alimentar. Essa é apenas outra maneira de dizer que a maioria das crianças palestinas em Gaza vão para a cama com fome todos os dias, então sua ingestão calórica foi significativamente reduzida desde que o cerco começou nos últimos sete anos. Além do número reduzido de calorias que eles ingerem, o tipo de nutrientes que eles estão recebendo também é diminuído, então o que vemos é esse fenômeno médico chamado desnutrição, que resulta em menores pesos ao nascer para crianças palestinas. O peso médio deles está diminuindo. Sua altura e peso estão abaixo do que você consideraria básico, de acordo com valores de normas internacionais para crianças dessa idade (Dr. Jess Ghannam citado em: ¹⁰¹).

E, finalmente, nos voltamos à questão do tempo geracional: “as crianças palestinas em Gaza são expostas a mais violência em sua vida do que qualquer outra pessoa, qualquer outra criança, em qualquer lugar do mundo”¹⁰². O trauma palestino é ofuscado, classificado como impossível através de “uma montagem de leis, políticas, narrativas, símbolos e práticas que renomearam trauma e sofrimento dos despossuídos com terminologia colonial”¹⁰³. Essa terminologia rebaixa os palestinos à condição de “presentes-ausentes”, “ameaças à segurança” e “ameaças demográficas”¹⁰⁴. Inúmeros

⁹⁸ Reza Negarestani, *Drafting the inhuman: conjectures on capitalism and organic necrocracy*. In: L. Bryant, N. Srnicek and G Harman (eds), *The speculative turn: continental materialism and realism* (Melbourne: re.press, 2011).

⁹⁹ Eyal Weizman, *The least of all possible evils: humanitarian violence from Arendt to Gaza* (New York: Verso Books, 2012).

¹⁰⁰ Steven Salaita, *Israel's dead soul* (Philadelphia: Temple University Press, 2011).

¹⁰¹ H. Said and E. Zahriyeh, “Gaza’s kids affected psychologically, physically by lifetime of violence”, *Al Jazeera* 2014, <http://america.aljazeera.com/articles/2014/8/1/health-gaza-children.html>

¹⁰² *Ibid.*

¹⁰³ A pedido da autora, parte desta sentença foi suprimida da versão original publicada. (Nota dos tradutores)

¹⁰⁴ Nadera Shalhoub-Kevorkian, “Criminality in spaces of death: the Palestinian case study”, *British Journal of Criminology* 54, (2014b).

estudos têm documentado os efeitos em curso sobre as crianças em estado de sítio, envolvendo prisões, assaltos, invasões domiciliares, testemunho de mortes e a perda de infraestrutura familiar e comunitária. O impacto psicológico nas crianças tem sido considerado uma forma de “Transtorno de Estresse Pós-Traumático Contínuo”, enquanto a política israelense de regulação calórica ou a “dieta da fome” levou ao que os médicos chamam de “desnutrição”. A exposição ao fósforo branco do chumbo fundido e a contaminação do solo por materiais radioativos de bombas israelenses levaram ao aumento de deficiências congênitas¹⁰⁵. Em um artigo recente, Nadera Shalhoub-Kevorkian demonstra que “as crianças são agora um dos principais alvos do Estado israelense”, em grande parte porque são produzidas como “sempre já terroristas” e tornadas não humanas¹⁰⁶. Os esforços de organizações de direitos humanos para colocar as Forças de Ocupação Israelenses (ou Força de Defesa Israelense) em uma lista das Nações Unidas de graves violadores dos direitos humanos, devido à morte de mais de 500 crianças e por ferir pelo menos 3.300 no verão passado, foram em vão e aparentemente paralisados devido à pressão política do Estado israelense¹⁰⁷.

Mais uma vez, este não é uma novidade recente. Pesquisas anteriores sugerem que as crianças se tornaram um alvo principal durante o segundo ano da primeira Intifada. Relatórios da UNRWA e do Centro de Informações dos Direitos Humanos da Palestina (CIDHP), com sede em Jerusalém, documentam que mais de 41.000 crianças de dezesseis anos ou menos foram tratadas por ferimentos de bala, ferimentos causados por espancamentos e exposição a gases CS e CN entre 1987 e 1992¹⁰⁸. Em 1992, o Programa Comunitário de Saúde Mental de Gaza (PCSMG) informou que “89% de uma amostra aleatória de 1.564 crianças entre oito e quinze anos tinham sofrido ataques de soldados israelenses; 45% foram submetidas a espancamentos”¹⁰⁹. Durante o meio da primeira Intifada, a UNRWA relatou um declínio no número de mortes de crianças devido a tiros israelenses e um aumento acentuado no número de feridos¹¹⁰. Estudos da segunda Intifada começam a demonstrar a somatização do trauma e outros problemas de saúde mental entre os jovens^{111 112 113}. Nesse

¹⁰⁵ Optamos por traduzir a expressão “birth defects” por “deficiência congênita” (Nota dos tradutores).

¹⁰⁶ Nadera Shalhoub-Kevorkian, “Palestinian children as tools for ‘legalized’ state violence”, *borderlands* 13, (2014a), http://www.borderlands.net.au/Vol13No1_2014/shalhoub-kevorkian_children.htm

¹⁰⁷ H. Sherwood, “UN officials accused of bowing to Israeli pressure over children's rights list”, *The Guardian* 2015, <http://www.theguardian.com/world/2015/mar/17/un-officials-accused-buckling-israeli-pressure-childrens-rights-list>

¹⁰⁸ J. Graff, “Crippling a people: Palestinian children and Israeli state violence”, *Alif: Journal of Comparative Poetics* 13, (1993): 47.

¹⁰⁹ *Ibid.*, 47.

¹¹⁰ J. Graff, “Crippling a people: Palestinian children and Israeli state violence”, *Alif: Journal of Comparative Poetics* 13, (1993): 50.

¹¹¹ A. Thabet and P. Vostanis, “Child mental health problems in the Gaza Strip”, *The Israeli Journal of Psychiatry and Related Sciences* 42, (2005).

sentido, Samir Qouta e Iyad El Sarraj observaram que “[...] as crianças palestinas tornaram-se laboratórios para estudar a relação entre trauma e violência, conflitos e bem-estar das crianças durante a guerra”¹¹⁴.

Mirar a juventude, não para a morte, mas para a “desnutrição”, para lesões físicas, psicológicas e cognitivas, é outro aspecto dessa tática biopolítica que busca tornar impotente qualquer resistência futura; ou seja, a capacidade futura de sustentar a vida palestina em seus próprios termos, debilitando, assim, o tempo geracional. São especialmente lesões cognitivas e psicológicas que têm efeitos traumáticos de longo alcance e que potencialmente debilitam quaisquer capacidades resistentes das gerações futuras. Vale a pena afirmar uma questão óbvia, mas talvez não percebida: esta é uma fantasia biopolítica, que a resistência pode ser localizada, despojada e esvaziada. “Resistência em si” torna-se alvo de métricas computacionais: como medir, calcular e capturar a resistência? Mas não só o controle biopolítico é uma montagem fundamentalmente produtiva; a irredutibilidade ontológica da “resistência em si” é esquivada, na melhor das hipóteses.

Samira Esmeir, escrevendo sobre as “guerras experimentais” de Israel em Gaza, afirma que “Gaza se tornou um literal campo de testes para os vários experimentos de Israel [...] Como um poder de ocupação, Israel transformou Gaza em um laboratório impondo sobre ela diferentes formas de confinamentos que culminaram em um cerco imposto e mantido desde 2006”¹¹⁵. Quais são os termos de Gaza-como-laboratório na busca por controle completo do ar, do espaço e do solo? Uma economia completamente saturada de controle espacial e temporal? Gaza é um laboratório experimental para a produção, manutenção e rentabilidade da debilitação biopolítica, um experimento que tem minado as infinitas potencialidades da dissidência entre a morte e a debilidade, e a potencialização do tempo não humano? E, ainda assim, laboratórios, e até mesmo muitas prisões, têm melhores condições de vida do que os palestinos na Faixa de Gaza. Gaza é emblema da rentabilidade de uma economia especulativa reabilitadora onde corpos debilitados são mais valiosos do que os mortos, uma vez que se mantêm os corpos na condição de capital circulatório, não como trabalhadores enfraquecidos e dóceis, mas como partes que podem sofrer experimentações arbitrá-

¹¹² A. Thabet and P. Vostanis, “Impact of political violence and trauma in Gaza on children’s mental health and types of interventions: a review of research evidence in a historical context”, *International Journal of Peace and Development Studies* 2, (2011).

¹¹³ A. Thabet et al., “Comorbidity of post traumatic stress disorder, attention deficit with hyperactivity, conduct, and oppositional defiant disorder in Palestinian children affected by war on Gaza”, *Health* 5, (2013).

¹¹⁴ Samir Qouta and Iyad Sarraj, “Prevalence of PTSD among Palestinian children in Gaza Strip”, *Arab-psynet Journal* 2, (2004): 11.

¹¹⁵ Samira Esmeir, “Colonial experiments in Gaza”, *Jadaliyya* 2014, <http://www.jadaliyya.com/pages/index/8482/colonial-experiments-in-gaza->

rias em suas formas de vida e suas diversas temporalidades. A mutilação é um requisito para esta economia, pela qual o colonialismo por povoamento é naturalizado através de um foco no *status* e na regulação da ocupação.

Ofereço esta análise nas bases do que Jord/ana Rosenberg chamou de uma “hermenêutica antissionista”, aquela que insiste em falar a verdade da debilitação como outra forma de governo biopolítico¹¹⁶. Uma hermenêutica antissionista que busca não excepcionalizar a Palestina, nem torná-la visível através da contenção de um quadro comparativo, mas sim para entender as intensificações dos modos biopolíticos de controle que são contínuos e ressonantes com os modos históricos, através de espaços geopolíticos contemporâneos. A Palestina, nesse sentido, fornece uma base epistemológica que abre um tecido conjuntivo entre regiões, regimes de poder, lugares de produção de conhecimento, escavações históricas e lutas solidárias pela libertação. Tal hermenêutica reconhece as condições atuais de mudança na academia estadunidense – histórica e relativamente fechadas, como nos lembram os escritos de Edward Said – pela possibilidade de um debate genuíno sobre o que ele chamou de “A questão da Palestina”. O objetivo deste artigo, no entanto, não é afirmar um uso instrumentalista de tal projeto, nem mobilizar a Palestina a fim de fundamentar uma teorização corretiva às teorizações eurocêntricas da biopolítica. O objetivo final desta análise é o de contribuir com o processo de uma Palestina Livre.

Agradecimentos

Pelo engajamento crítico com estas ideias, agradeço ao público da UC Santa Cruz, Universidade de Otago na Nova Zelândia, Universidade de Yale, Universidade do Colorado Boulder, Colorado College, Universidade do Arizona e Universidade Wesleyana. Sou grata por conversas sustentadas com Maya Mikdashi, Omar Dewaschi e Joseph Pugliese, e pelas astutas sugestões de edição de Nadera Shalhoub-Kevorkian e de dois leitores anônimos. Max Hantel forneceu uma assistência de pesquisa oportuna e astuta, mas, mais importante, o diálogo contínuo ao longo da escrita desta peça. Tenho sorte de ter a animada companhia de Jord/ana Rosenberg, cujo pensamento inspirador amplifica cada conversa, debate e ideia.

Referências bibliográficas

Abu El-Haj, N. “Nothing unintentional”. London Review of Books 2014.
<http://www.lrb.co.uk/blog/2014/07/29/nadia-abu-el-haj/nothing-unintentional/>

¹¹⁶ Jord/ana Rosenberg. “Discussão dada no SOAS. Parte do ‘Reflection on Dispossession’”, 2014.

- Ahmed, N. "Armed robbery in Gaza—Israel, US, UK carve up the spoils of Palestine's stolen gas". *The Ecologist* 2014a, http://www.theecologist.org/News/news_analysis/2489992/armed_robbery_in_gaza_israel_us_uk_carve_up_the_spoils_of_palestines_stolen_gas.html
- Ahmed, N. "IDF's Gaza assault is to control Palestinian gas, avert Israeli energy crisis". *The Guardian* 2014b. <http://www.theguardian.com/environment/earth-insight/2014/jul/09/israel-war-gaza-palestine-natural-gas-energy-crisis>
- Al Mezan Center for Human Rights. "IOF declare intentions to commit further violations of international law in Gaza under international silence; Al Mezan: 2,142 Killed; 516 Children and 295 Women since 7 July". *Mezan* 2014. http://www.mezan.org/en/details.php?id=19396&ddname=IOF&id2=9&id_dept=9&p=center
- Alashi, B. and Kouddous, S. A. "Israel bombs Gaza's only rehab hospital: staff forced to evacuate paralyzed patients after shelling". Interviewed by A Goodman & J Gonzaleze. *Democracy Now* 2014. http://www.democracynow.org/2014/7/18/israel_bombs_gazas_only_rehab_hospital
- Al-Helou, Y. and Waters, A. "Lack of power keeps Gazans in dark during war". *USA Today* 2014. <http://archive.thetimesherald.com/usatoday/article/13364225>
- Al-Mughrabi, N. "Gaza paralympians confident of success in London". *Reuters* 2012. <http://www.reuters.com/article/2012/08/15/us-olympics-paralympics-palestine-idUSBRE87E0LD20120815>
- Amnesty International. "Israel/Gaza: prevent further war crimes after Israeli ground assault". *Amnesty* 2014. <http://www.amnesty.org/en/news/israelgaza-prevent-further-war-crimes-after-israeli-ground-assault-2014-07-18>
- Andoni, L. and Tolan, S. "Shoot to maim", *Village Voice* 2001. <http://www.villagevoice.com/2001-02-20/news/shoot-to-maim/>
- Avni, B. "Plans to rebuild Gaza keep getting undermined". *Newsweek* 2014. <http://www.newsweek.com/plans-rebuild-gaza-keep-getting-undermined-281694>
- Beaumont, P. "Disabled Palestinians unable to escape Israeli air strike". *The Guardian* 2014^a. <http://www.theguardian.com/world/2014/jul/12/disabled-palestinians-unable-escape-israeli-air-strike>
- Beaumont, P. "Corruption hampers effort to rebuild Gaza after summer conflict". *The Guardian* 2014b. <http://www.theguardian.com/world/2014/dec/25/corruption-hampers-effort-to-rebuild-gaza>
- Berlant, L. "Slow death (sovereignty, obesity, lateral agency)" *Critical Inquiry* 33, 754-780 (2007).

- Beste, R. "The reason why Israel killed so many pregnant women in Gaza". Stop the War Coalition 2014. <http://stopwar.org.uk/news/the-reason-why-israel-is-killing-so-many-pregnant-women-in-gaza#.U9CG7-MaZZT>
- Blumenthal, M. "'Evidence emerges of Israeli 'shoot to cripple' policy in the occupied West Bank". Altnet 2014a. <http://www.altnet.org/world/evidence-emerges-israeli-shoot-cripple-policy-occupied-west-bank>
- Blumenthal, M. "International community promises to rebuild Gaza ... with sweat shops to exploit Palestinian workers". Altnet 2014b. <http://www.altnet.org/world/international-community-promises-rebuild-gaza-sweat-shops-exploit-palestinian-workers>
- Chamie, J. "By 2035, Jewish population in Israel/Palestine is projected at 46 percent". Mondoweiss 2014. <http://mondoweiss.net/2014/02/population-israelpalestine-projected#sthash.n5jmabrE.dpuf>
- Chen, M. *Animacies: biopolitics, racial mattering, and queer affect*. Durham: Duke University Press, 2012.
- Chick, K. "Under fire in Gaza, and not a drop to drink", Christian Science Monitor". C S Monitor 2014. <http://www.csmonitor.com/World/Middle-East/2014/0724/Under-fire-in-Gaza-and-not-a-drop-to-drink-video>
- Cohen, D. "In the last days of 'Operation Protective Edge' Israel focused on its final goal—the destruction of Gaza's professional class". Mondoweiss 2014. <http://mondoweiss.net/2014/10/protective-destruction-professional>
- Degun, T. "Palestinian Paralympic Committee headquarters destroyed in Gaza bombings". Inside the Games 2012. <http://www.insidethegames.biz/paralympics/1011785-palestinian-paralympic-committee-headquarters-destroyed-in-gaza-bombings>
- Deleuze, G. Postscript on control societies. In: *Negotiations 1972-1990*. New York: Columbia University Press, 1997.
- Deutsche Presse-Agentur. "Palestinians to outnumber Jewish population by 2020, report says", Seattle Times 2012. http://seattletimes.com/html/nationworld/2020031415_palestinianpopulation.xml.html
- Doctors without Borders. "Gaza: a population under siege". Doctors Without Borders 2014. <http://www.doctorswithoutborders.org/news-stories/gaza-population-under-siege>
- Esmeir, S. "Colonial experiments in Gaza". Jadaliyya 2014. <http://www.jadaliyya.com/pages/index/8482/colonial-experiments-in-gaza>
- Fanon, F. *A dying colonialismo*. New York: Grove Press, 1994.
- Feldman, A. "Genocidal desistance in Gaza". Social Text 2014. <http://socialtextjournal.org/genocidal-desistance-in-gaza/>

- Feldman, I. "Gaza's humanitarianism problem" *Journal of Palestine Studies* 38, 22-37 (2009).
- Foucault, M. *Society must be defended*. Lectures at the Collège de France 1975-76. London: Allen Lane, 2003.
- Foucault, M. *Discipline and punish: the birth of the prison*. New York: Random House, 1977.
- Gisha – Legal Center for Freedom of Movement. "The Gaza Cheat Sheet: Real Data on the Gaza Closure". Gisha 2015a. http://www.gisha.org/UserFiles/File/publications/Info_Gaza_Eng.pdf
- Gisha. "A Costly Divide: Economic Repercussions of Separating Gaza and the West Bank". Gisha 2015b. http://gisha.org/UserFiles/File/publications/a_costly_divide/a_costly_di_vide_en_web.pdf
- Graff, J. "Crippling a people: Palestinian children and Israeli state violence" *Alif: Journal of Comparative Poetics* 13, 46-63 (1993).
- Haas, A. and Efrati, I. "Gaza's water system collapsing due to IDF strikes, says Red Cross", *Haaretz* 2014. <http://www.haaretz.com/news/middle-east/.premium-1.605332>
- Hamid, H. "Why are the Arab Gulf countries silent on Gaza?". *The Guardian* (UK) 2014. <http://www.theguardian.com/commentisfree/2014/aug/08/arab-gulf-states-silent-on-gaza>
- Henderson, B. "Israel air strike 'hits charitable association for disabled' in Gaza". *The Telegraph* 2014. <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/israel/10963427/Israel-air-strike-hits-charitable-association-for-disabled-in-Gaza.html>
- IRIN. "Analysis: donors threaten to withhold Gaza aid", *IRIN: Humanitarian News and Analysis*". *Irin News* 2014. <http://www.irinnews.org/report/100690/analysis-donors-threaten-to-withhold-gaza-aid>
- Jamjoum, L. "The effects of Israeli violations during the second uprising 'Intifada' on Palestinian health conditions" *Social Justice* 29, 3 (2002).
- Kasrils, R. "Gaza and the 'crime of crimes'". *Al Jazeera* 2014. <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2014/09/gaza-crime-crimes-201492664043551756.html>
- Khalili, L. "A habit of destruction", *Society and Space*". *Society and Space* 2014. <http://societyandspace.com/material/commentaries/laleh-khalili-a-habit-of-destruction/>
- Le More, A. "Killing with kindness: funding the demise of a Palestinian state" *International Affairs* 81, 981-999 (2005).
- Mbembe, A. "Necropolitics" *Meintjes, Public Culture* 15, 11-40 (2003).

- McFann, H. "Violent waste". *Geographies of Waste* 2014.
<http://www.geographiesofwaste.com/projects.html>
- Morgensen, S. "The biopolitics of settler colonialism: right here, right now" *Settler Colonial Studies* 1, 1 (2011).
- Negarestani, R. Drafting the inhuman: conjectures on capitalism and organic necrocracy. In: Bryant, L, Srnicek, N. and Harman, G. (eds). *The speculative turn: continental materialism and realism*, Melbourne: re.press, 2011.
- Netanyahu, B. "Interviewed by Wolf Blitzer, CNN, 21 July". CNN 2014.
<http://www.cnn.com/2014/07/20/world/meast/mideast-crisis-blitzer-netanyahu-interview/>
- OCHA (United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs). "Occupied Palestinian territory: Gaza emergency— situation report (as of 4 September 2014, 08:00 hrs)". OCHA OPT 2014. http://www.ochaopt.org/documents/ocha_opt_sitrep_04_09_2014.pdf
- Oren, M. "Israel must be permitted to crush Hamas". *Washington Post* 2014.
http://www.washingtonpost.com/opinions/michael-oren-israel-must-be-permitted-to-crush-hamas/2014/07/24/bd9967fc-1350-11e4-9285-4243a40ddc97_story.html
- PCBS (Palestinian Central Bureau of Statistics). "On the 65th anniversary of the Palestinian Nakba". PCBS 2013. <http://www.pcbs.gov.ps/site/512/default.aspx?tabID=512&lang=en&ItemID=788&mid=3171&wversion=Staging>
- Pugliese, J. (forthcoming). "Forensic ecologies of occupied zones and geographies of dispossession" *borderlands e-journal*, (2015).
- Qandil, A. "Gaza faces imminent water crisis". *Al Jazeera* 2014.
<http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2014/07/gaza-faces-imminent-water-crisis-201471755035576420.html>
- Qato, D. "The politics of deteriorating health: the case of Palestine" *International Journal of Health Services* 34, 2 (2004).
- Qouta, S. and El Sarrai, I. "Prevalence of PTSD among Palestinian children in Gaza Strip" *Arabpsynet Journal*, 2 (2004).
- Rose, N. *The politics of life itself: biomedicine, power, and subjectivity in the twenty-first century*. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- Rosenberg, J. "Talk given at SOAS, part of 'Reflection on Dispossession'" 2014.
- Said, H. and Zahriyeh, E. "Gaza's kids affected psychologically, physically by lifetime of violence". *Al Jazeera* 2014. <http://america.aljazeera.com/articles/2014/8/1/health-gaza-children.html>

- Salaita, S. *Israel's dead soul*. Philadelphia: Temple University Press, 2011.
- Salamanca, O. J. "Unplug and play: manufacturing collapse In Gaza" *Human Geography* 4, 1 (2011).
- Schulze, M. "Understanding the UN convention on the rights of persons with disabilities", *Handicap International* 2010.
http://www.hiproweb.org/uploads/tx_hidrtdocs/HICRPDManual2010.pdf
- Schembri, K. "Exchange with Maher Najjar". 2010. Posted publicly at
<https://www.facebook.com/karl.schembri/posts/10152139900211595>
- Seikaly, S. "Counting calories and making lemonade in Gaza", *Jadaliyaa* 2012.
<http://www.jadaliyya.com/pages/index/8339/counting-calories-and-making-lemonade-in-gaza->
- Shalhoub-Kevorkian, N. "Palestinian children as tools for 'legalized' state violence" *borderlands* 13, 1 (2014a). http://www.borderlands.net.au/Vol13No1_2014/shalhoub-kevorkian-children.htm
- Shalhoub-Kevorkian, N. "Criminality in spaces of death: the Palestinian case study" *British Journal of Criminology* 54, 1 (2014b).
- Sherwood, H. "UN officials accused of bowing to Israeli pressure over children's rights list". *The Guardian* 2015. <http://www.theguardian.com/world/2015/mar/17/un-officials-accused-buckling-israeli-pressure-childrens-rights-list>
- Sherwood, H. "Israel using flechette shells in Gaza". *The Guardian* 2014.
<http://www.theguardian.com/world/2014/jul/20/israel-using-flechette-shells-in-gaza>
- Stevenson, L. "The psychic life of biopolitics: survival, cooperation, and Inuit Community" *American Ethnologist* 39, 3 (2012).
- Tawil-Souri, H. "Digital occupation: Gaza's high-tech enclosure" *Journal of Palestine Studies* 41, 2 (2012).
- Tawil-Souri, H. "Hacking Palestine: a digital occupation". *Al Jazeera* 2011.
http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2011/11/201111715155960_1957.html
- Taylor, A. "In the fight between Israel and Hamas, Gaza's hospitals are in the Middle". *Washington Post* 2014a. <http://www.washingtonpost.com/blogs/worldviews/wp/2014/07/22/in-the-fight-between-israel-and-hamas-gazas-hospitals-are-in-the-middle/>
- Taylor, A. "Israel hopes phone calls to Palestinians will save lives. It ends up looking Orwellian". *Washington Post* 2014b.
<http://www.washingtonpost.com/blogs/worldviews/wp/2014/07/17/israel-hopes-phone-calls-to-palestinians-will-save-lives-it-ends-up-looking-orwellian/>

- Thabet, A. et al. "Comorbidity of post traumatic stress disorder, attention deficit with hyperactivity, conduct, and oppositional defiant disorder in Palestinian children affected by war on Gaza" *Health* 5, 994-1002 (2013).
- Thabet, A. and Vostanis, P. "Impact of political violence and trauma in Gaza on children's mental health and types of interventions: a review of research evidence in a historical context" *International Journal of Peace and Development Studies* 2, 8 (2011).
- Thabet, A. "Child mental health problems in the Gaza Strip" *The Israeli Journal of Psychiatry and Related Sciences* 42, 2 (2005).
- UNRWA. "Gaza in 2020: a liveable place?". UNRWA 2012.
<http://www.unrwa.org/newsroom/press-releases/gaza-2020-liveable-place>
- Weheliye, A. *Habeas viscus: racializing assemblages, biopolitics, and black feminist theories of the human*. Durham: Duke University Press, 2014.
- Weizman, E. *The least of all possible evils: humanitarian violence from Arendt to Gaza*. New York: Verso Books, 2012.
- Withnall, A. "Israel-Gaza conflict: deadly flechette shells used by Israeli military in Gaza Strip". *The Independent* (UK) 2014. <http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/israelgaza-conflict-israeli-military-using-flechette-rounds-in-gaza-strip-9617480.html>
- Wolfe, P. "Settler colonialism and the elimination of the Native" *Journal of Genocide Research* 8, 4 (2006).
- Wolfe, P. *Settler colonialism and the transformation of anthropology: the politics and poetics of an ethnographic event*. London: Bloomsbury Academic, 1999.